

Universidade Federal de Santa Catarina

Linhas e encruzilhadas,  
espaço social em um ponto da fronteira  
Brasil - Argentina

Alejandro González Labale

Orientador: Prof. Dr. Rafael de Meneses Bastos

Dissertação apresentada no curso do  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social,  
como requisito parcial para obtenção do grau de  
mestre em Antropologia.

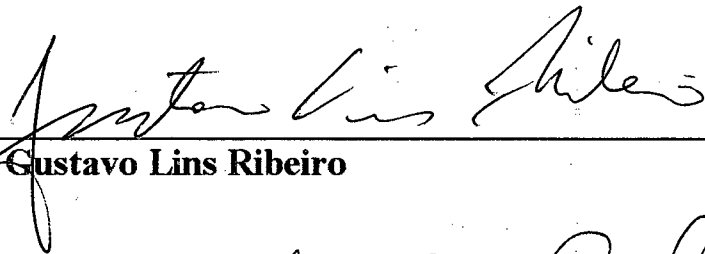
Florianópolis  
1996

**Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Antropologia. Aprovado pelo Banca Examinadora composta pelos seguintes professores:**



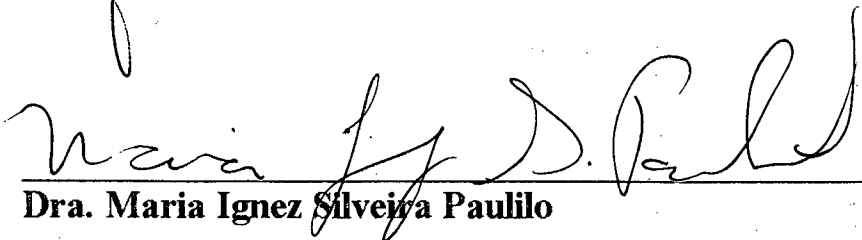
---

**Dr. Rafael José de Menezes Bastos**



---

**Dr. Gustavo Lins Ribeiro**



---

**Dra. Maria Ignez Silveira Paulilo**

## Índice

Resumo/Abstract	3
Agradecimentos	4
Introdução	5
A investigação: tema e trabalho de campo	11
Capítulo I	
Práticas: situações	16
A colônia	39
Os intrusos	48
De volta ao povoado	53
Capítulo 2	
Tempo: espacialidades	60
A terra e a colonização europeia	77
A erva	85
A questão de Palmas	94
Capítulo 3	
Espaço: temporalidades	98
A ponte	105
Conclusões	
Abrindo algumas questões	115
Bibliografia	120
Anexos	125
1 Estructura Territorial	126
2 Recorte de Jornais	127/146
3 Diário de campo (fragmento)	147
Mapas e Graficos	
Foto aérea B.Irigoyen, Barracão e D.Cerqueira e Croquis	4/5
Misiones. Divisões departamentais.	30/31
Misiones. Densidade populacional.	31/32
Misiones. Estratégia de ocupação.	54/55
Brasil - Fronteiras	62/63
Missões jesuíticas	65/66
Liga de los Pueblos Libres	66/67
Misiones-Corrientes. Limites	74/75
Misiones.Terra vendida por Corrientes	81/82
Misiones.Terras fiscais	100/101
Misiones.Terras fiscais e privadas. Destino.	101/102
Misiones. Frentes de instalação humana	102/103
Misiones. Regimen de tenência da terra	103
Região da fronteira - População	126

Para Isabel , Jorge y Guido;  
mis padres, mi hijo.



## Resumo:

Na utopia das elites modernizadoras de finais de século passado o espaço vazio é condição de possibilidade e, ao mesmo tempo, instrumento na construção do Estado-Nacional.. O processo de povoamento da região fronteira e a legitimação de sua ocupação por ambos países, se apresenta como contraditório jogo de estratégia onde as peças se somam na construção da identidade e do desenvolvimento econômico. Os mapas oficiais mostram uma rede de pontos no território: estradas, obras de infra-estrutura e meios de comunicação. Mas uma outra cartografia, plural e desterritorializada, tenta objetivar, no nível local e regional, redes de um movimento vivo e intenso nem sempre dócil à planificação espacial dos projetos nacionais. Soberania, segurança e cultura verão assim transgredidos seus significados pelas práticas que ignoram ou instrumentalizam em seu benefício a existência das fronteiras políticas.

## Abstract:

In the utopia of the modernizing élites of the end of the last century, the empty space is condition of possibility and, at the same time, is an instrument to the construction of the Nation-State. The process of occupation of border areas and its legitimation, by both the neighbor countries, present itself as a contradictory strategic game whose pieces contribute to the construction of identity and of economic development. Official maps show a net of points over the territory: towns, roads and means of communication. But another cartography, a plural and deterritorialized one, try to establish, at local and regional level, nets of a living and intense movement which are not always docile in face of national planification projects. Souveranity, security and culture then will have their significations transgressed by the practices which, in their own benefit, ignore or use the borderline existence.

## AGRADECIMENTOS

Devo, em primeiro, lugar fazer menção ao C.N.Pq. que mediante uma bolsa de mestrado financiou meu curso de pós-graduação e parte do tempo que demandou a redação deste trabalho. Pelo mesmo motivo ao NUER -Núcleo de Pesquisa sobre Identidade e Relações Interétnicas- onde atualmente trabalho, que teve que adaptar várias vezes seu cronograma às exigências da redação final.

Também à Pró-Reitoria de Pós-Graduação/UFSC contribuiu no financiamento de algumas viagens realizadas durante meu trabalho de campo.

Na pessoa de Cristian Krieger, ao INDES - Instituto de Desarrollo Economico y Social que facilitou o alojamento e mobilidade em campo.

Ao empenho posto, durante a coleta de dados, pelo pessoal das seguintes instituições: Instituto de Investigación y Biblioteca de la Facultad de Humanidades -UNaM, Secretaria de Cultura de la Provincia, Biblioteca Municipal, Biblioteca del Instituto del Profesorado A.R. de Montoya, Secretaría de Planificación de la Provincia, Delegación Nacional de Zona de Frontera; todas elas em Misiones, Argentina.

Na fronteira, ao Sr. Argentino Silva Dico, guia insubstituível no espaço e tempo da fronteira. Aos Sherer Pereyra, duas gerações de ambos os lados do limite.

Ao periódico *O Arauto* de Dionísio Cerqueira que generosamente ofereceu seus arquivos e um lugar em sua redação para assentar minha base de operações, constituindo-se em um ambiente ideal para discutir minhas idéias.

À Yani e Orlando que abriram para mim um espaço imenso em sua, ainda, pequena família.

A meus pacientes informantes por sua disposição e amabilidade.

Em Florianópolis: ao personal do IBGE, INCRA, Arquivo do Estado/SC, Biblioteca UFSC/Sector Sta. Catarina e Instituto Geográfico do Estado.

Ao pessoal do Núcleo de Processamento de Dados/UFSC que puseram a minha disposição seus recursos como apoio técnico insubstituível.

Aos integrantes do Centro de Filosofia e Ciências Humanas-UFSC por oferecer-me o cálido cotidiano indispensável para a realização desta investigação.

Aos meus professores e colegas do PPGAS que enriqueceram, em sala de aulas ou em conversações informais, minha forma de pensar o problema. Em especial ao Prof. Sílvio, ao Wilson, à Raquel (e Xaxo), Marcos, Aloísio, João, Felipe, Lino, Carmen...

À Ana e Gorge pelo constante diálogo que associa afeto e conhecimento.

À Prof. Ilka Bonaventura Leite por seu constante apoio e amizade.

Ao meu orientador, Prof. Rafael Meneses de Bastos, sua crítica, generosa atenção e infinita paciência foi de insubstituível ajuda nos momentos de fraqueza.

À Simone, a quem não só pertence a versão final em língua portuguesa, senão que facilitou a árdua convivência com alguém em gestão de dissertação.

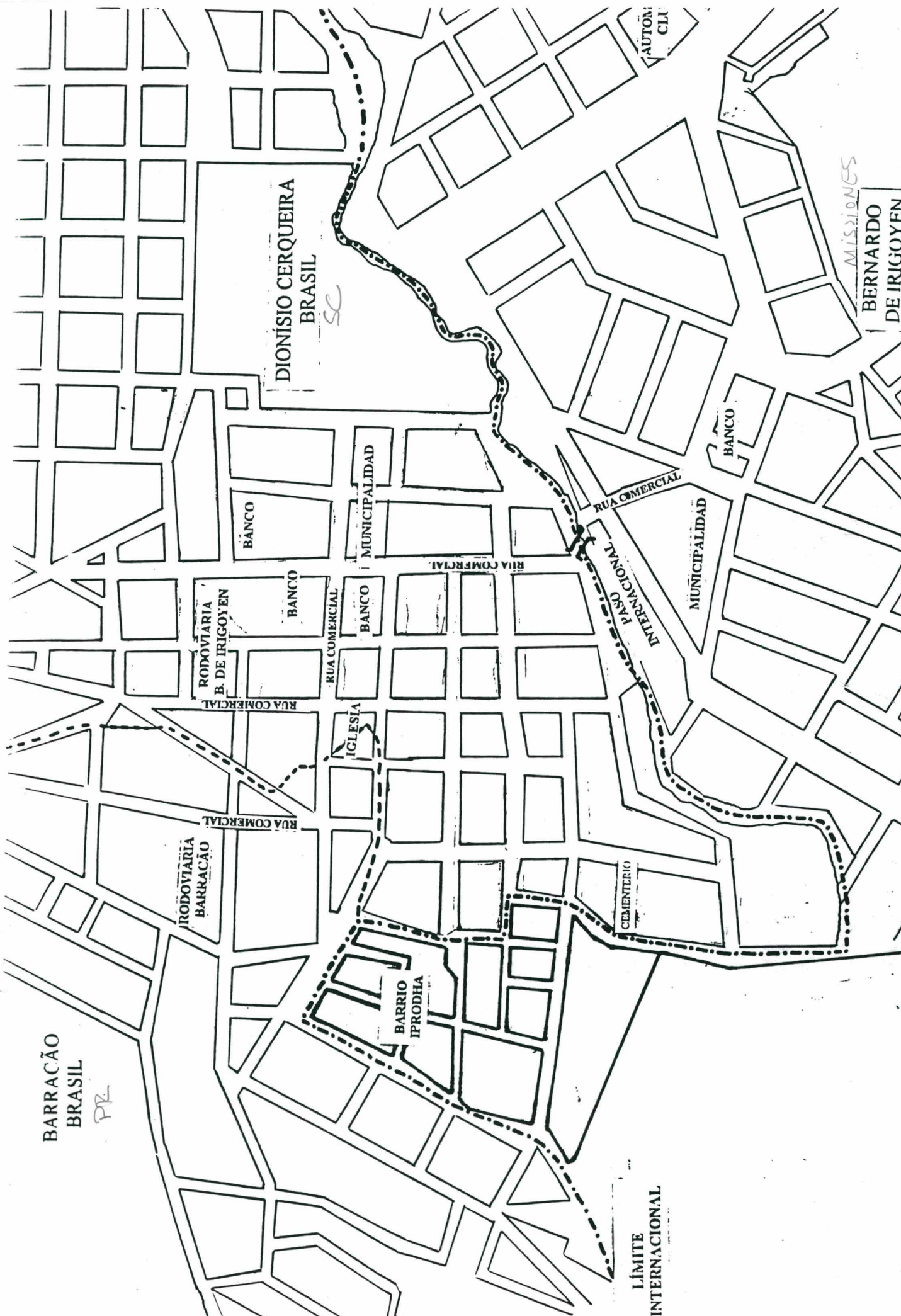
Final e muito especialmente a meu amigo e anfitrião em Florianópolis, Daniel Pagano. Sua inteligente interlocução e sua casa estiveram sempre a minha disposição como valiosa ajuda material, intelectual e afetiva.

Costa da Lagoa, 29 de fevereiro de 1996.-









BARRACÃO  
BRASIL  
PR

DIONÍSIO CERQUEIRA  
BRASIL  
SC

MISIONES

BERNARDO  
DE IRIGOYEN  
ARGENTINA

LÍMITE  
INTERNACIONAL

RODOVIARIA  
BARRACÃO

RODOVIARIA  
B. DE IRIGOYEN

BARRIO  
IPRODHA

IGLESIA

CEMENTERIO

MUNICIPALIDAD

MUNICIPALIDAD

BANCO

BANCO

BANCO

BANCO

AUTON.  
CLU

## Introdução

Temos uma foto e um mapa, representações do real. Que real é este?.

O objeto deste trabalho é descrever uma realidade cultural com marcado sesgo<sup>1</sup> espacial como é a fronteira. Pode um mapa informar-nos aquilo que buscamos representar?

- É um começo. Como qualquer outro, arbitrário. Diz Rafael.

Dentro das possibilidades, outra arbitrariedade sem dúvida, a identidade<sup>2</sup> surge como tema. A linha entre Argentina e Brasil; Misiones, Santa Catarina e Paraná. Bernardo de Irigoyen, Dionisio Cerqueira e Barracão: um espaço urbano desenvolvido ao redor do cruzamento.

Podemos mapear práticas sociais? Pode um território definir identidades? Qual é a relação entre espaço e identidade? Quanto de histórico tem a distribuição espacial? Acaso ou evolução? Determinação ou aleatoriedade? Consenso ou poder?

Separar e definir parece o caminho mais apropriado. Fazer as coisas claramente distinguíveis.

Vejamos o mapa: mostra o limite entre países, definido em parte por um acidente do terreno, o rio Pepirí desde sua nascente. Estamos no ponto mais alto da divisória de águas, um critério geográfico, mais precisamente topográfico.

Uma outra parte do limite continua por quilômetros até encontrar a contravertente, a nascente do Santo Antonio. Esta distância se cobre mediante uma linha convencional. Inscreve-se desta forma uma demarcação no terreno que intenta unir estes dois acidentes inquestionáveis, as duas nascentes. Métodos astronômicos tentaram, anos depois da primeira demarcação de 1905, dar precisão ao traçado. Encontraram em seu caminho algumas marcas que não podem ser apagadas pelo simples expediente da exatidão. A linha contorna caprichosamente o cemitério. Precedia a cidade ao limite então? Não, os procedimentos técnicos cambiaram com as épocas e com eles os critérios de exactidão, convertendo em curiosa anedota a localização do limite.

*“Yo cambio de estado cuando voy de la cocina al living”*, dizia-me seriamente um entrevistado que vive, no sentido estrito, no limite entre Paraná e Santa Catarina. Localização sem dúvida conflitiva na hora de criar lealdades e administrativamente cunfusa para pagar o IPTU (Imposto Municipal das Terras Urbanas).

1- SESGO: oblíquo, diagonal, torcido

Da mesma forma a igreja, que tem sua sacristia no outro estado por mais que entre eles não existissem nem dois metros de distância. A Fé não respeita limites temporais, muitos dos feligreses vêm da Argentina, a não mais de 200 metros, a escutar a missa. Em Bernardo de Irigoyen durante muito tempo o serviço religioso não era dominical senão periódico dependendo do estado do tempo e dos caminhos. O costume de assistir a missa no outro país ainda se mantém em muitas famílias por mais que o idioma mude. O uso da língua oficial no ofício religioso foi adotado pela igreja católica nos anos '60. Recentemente, se tivermos em conta os quase dois mil anos de história desta instituição transnacional durante os quais utilizou o Latim a despeito dos idiomas nacionais - sem falar de outras particularidades linguísticas vernáculas.

Os exemplos através da história da cidade se multiplicam. Saúde, educação, previdência, comunicações não respeitam os limites administrativos. Até o absurdo diplomático que se deu nos fins dos anos quarenta, quando devido aos vai-vens políticos no Brasil, e ante a acefalia da prefeitura de Dionicio Cerqueira, o Juíz de Paz argentino assumiu os negócios públicos até a chegada de autoridade competente.

Para seus habitantes mais antigos, este espaço de jurisdição tripartida continua sendo, na memória e em seus itinerários cotidianos, uma só cidade.

É um exercício curioso, de estranhamento diria, o que se exige de nativos e estrangeiros para compatibilizar usos que contravém a exclusiva regulamentação do território imposta pelo Estado-nacional. O *gendarme* argentino que controla a documentação na fronteira admite mandar a sua filha de 7 anos a fazer compras "no Brasil", claro, na vereda de frente de sua casa e sem perdê-la de vista. Ou ele mesmo, de uniforme e armado, recorre o caminho de volta do trabalho por território estrangeiro - por onde poupa tempo e esforço- conduta que poderia desencadear um grave conflito internacional em outro contexto.

Esta excepcionalidade que o limite impõe tem uma desigual forma de ser elaborada. Quem são os estrangeiros? Quem é o outro? Ou o que é o mesmo: quem somos nós? Nós mesmos. Ou em espanhol: (Nos)otros.

Voltemos à carta. O mapa ajuda a localizar os acidentes do terreno brindando uma representação do relevo. Nesse sentido no mapa não existiria revelação a não ser a surgida por uma proxémica dos elementos representados, interrupções que se introduzem na homogeneidade prévia do plano vazio. Pode eleger-se uma entre várias estratégias de representação, logo a carta informará -guardando a proporção relativa, escala mediante- aquilo que se deseja observar. Temos assim mapas de diversos tipos: orográficos, fitográficos, militares, de prospecção geológica, políticos, linguísticos, *etcetera*. A distribuição espacial seria assim tautologicamente reveladora já que organiza no espaço -representado- aquilo que interessa destacar.

Em nosso exemplo, fotografia aérea e croquis urbano se corresponderiam mediante a perícia do cartógrafo. A primeira, sem dúvida, contém um *plus* informativo que na carta o interesse específico desdenha ou posterga a outra abordagem animada por outros intentos de objetivação. Um mapa que contemplasse toda a informação da foto -descontando a existência do artista que enfrentasse tal desafio (o “*ceci n'est pas une pipe*” de Magritte)- confundir-se-ia em seu intento de representação com a fotografia mesma, em idêntica relação da que esta mantém com a paisagem retratada. Sem contar com outras variáveis que prejudicam este intento de representação, por exemplo, ambas -fotografia e carta- reduzem-se aos eixos espaciais do plano, limitando a capacidade de representação. Reflexão esta já abordada de forma infinitamente mais eficiente por Borges em sua fantástica narração sobre uma casta de geógrafos que procuraram relevar o território de seu reino na escala 1/1.

Mais próximo da academia S.Bann nos recorda que

*“na teoria dos signos, há um acordo geral sobre o status dos mapas e sua necessária correspondência com o mundo real. Pierce divide a classe global de ícones em três subdivisões: imagem, diagrama e metáfora. Mapas, nos termos dessa análise, seriam diagramas, não que reproduzem as qualidades simples de seus referentes, mas que representam as relações...das partes de uma coisa por relações análogas com suas próprias partes”.* (BANN,1994:239, ênfase do original).

Chama também a atenção sobre a possibilidade de que o mapa poderia “*ser levado a funcionar em formas mais complexas de significação*” ao utilizar a classificação que deles faz Eco, animado pela análise que os designa como “*expressões produzidas pela ratio difficilis*”. Decorrente disto, “*toda transformação operada sobre a combinação sintática da expressão espelha uma possível reorganização na estrutura de seu conteúdo*”. (ECO apud. BANN, Op.Cit.). Esta distinção sobre o regime de verdade em cartografia permite a Bann explorar distintas formas de significação cartográfica. Sua investigação traz exemplos sobre mapas apócrifos, o uso de mapas como arma ideológica, como base de artísticos *reade-made* ou outras formas cartográficas como o registro nostálgico de um poeta ou a incansável minuciosidade do diário de um andarilho. Por outras palavras, o referente também pode subjetivar-se a partir de sua representação, ela não nos remete necessariamente ao unívoco. A estabilidade do modelo surge assim como uma sobrecodificação organizadora que supõe a anulação de toda ambiguidade e incerteza.

A foto faz nos deparar com uma questão similar, a representação como perda e ao mesmo tempo excesso a respeito do representado. Para R.Barthes (1984:35), a fotografia oferece dois elementos para sua contemplação. O *studium*, a vasta imagem do representado. Aquilo “*que percebo com bastante familiaridade em função de meu saber, de minha cultura*”. E o *punctum* que está, e oculta-se por sua vez, nos elementos representados. É o *plus* informativo que a leitura -a olhada- descobre na relação dos elementos óbvios e sobrecodifica a informação; “*o que acrescento à foto e que todavia já está nela*”.

O mapa, instrumento geográfico por excelência, nem sempre funcionou com sua atual forma de representação objetiva, tal como nos indica Margarita Zamora em sua investigação sobre a cartografia colombiana.

*“... a cartografia não era uma forma de discurso geográfico independente e autônoma, mas antes uma arte da ilustração, supletiva da escrita geográfica. Com a ascensão do Cristianismo e da sua geografia dogmática, que privilegiava a autoridade da Sagrada Escritura sobre a observação empírica, a cartografia europeia tornou-se fundamentalmente uma prática hermenéutica, cuja finalidade era interpretar visualmente o significado espiritual do mundo físico tal como os ensinamentos cristãos o definiam. (...) refletindo assim o papel crescentemente relevante que a cartografia passou a desempenhar ao facultar ao leitor uma antevisão ideológica do texto subsequente. De qualquer forma, a relação entre texto e mapa era efectivamente muito estreita, uma vez que o primeiro era visto como fonte fiável aonde se tinha ido buscar as indicações utilizadas na elaboração do mapa, funcionando este, por seu turno, como figura do texto. Neste aspecto, os mapas-mundo não diferiam muito desse outro género cartográfico medieval que era a carta-portulano. Ambos tinham uma relação muito estreita com a escrita geográfica, razão pela qual os respectivos modos de representação do objecto geográfico lançam luz, por analogia, sobre as modalidades de geografia textual e sobre a literatura de viagens que elas informam.(...) Estas cartas (portulano) acompanhavam as indicações escritas que registravam os dados relativos a características costeiras, portos, ilhas, ventos, correntes, distâncias, etc., baseados no conhecimento prático adquirido através da navegação efetiva.” (ZAMORA, Op.Cit.:129, meus parênteses).*

Os elementos interpretativos eram determinantes nos mapas-mundo da época, situando a Jerusalém na intersecção de um T que distribuía o mundo conhecido e também outras indicações geo-mitológicas, como o paraíso terreno. (ZAMORA, Op.Cit.; RANGLES,1994). A introdução das cartas de Ptolomeu nos últimos anos do século XV oferece a possibilidade de uma síntese ou salto epistemológico na ordem de representação cartográfica (RANGLES, Op.Cit.)

*“O ecúmeno de Ptolomeu estende-se em largura a 18° a partir das Ilhas Afortunadas (as Canárias), e em altura de 63° de latitude norte a 16° de latitude sul. Seu centro situa-se em Siena, lugar mas cosmográfico do que religioso, onde no dia do solstício de verão, o sol clareia o fundo de um poço. O ecúmeno de Ptolomeu sempre forma um todo, não fragmentado em continentes, e tem também um centro de referência. Portanto, ele parece por estes aspectos com a representação habitual do mundo cristão medieval. Mas há um outro que o distingue radicalmente: Ptolomeu situa seu ecúmeno na superfície de uma esfera. Sua terceira regra de projeção permite representar, sobre uma superfície plana a visão em perspectiva de um ecúmeno esferizado. Logo, a geografia ptolomaica representa apenas um grau intermediário entre o mapa-múndi medieval e o globo terrestre construído pelos descobrimentos, pois o ecúmeno que ela descreve não ocupa mais do que um quarto da superfície da esfera.(...) Resulta daí o desaparecimento (ou eliminação) do elemento irracional que servia de ponto de referência para a ordenação do espaço: o lugar sagrado de Jerusalém” (RANGLES, Op.cit:28, ênfase e parênteses do original.)*

Estes elementos são os que convergem na construção do mapa-representação, com suas atuais características e que a sofisticação técnica não tem feito mais que aperfeiçoar e confirmar - penso nas fotografias satelitais como culminação deste processo.

Contudo durante muito tempo, e apesar do salto qualitativo que os descobrimentos introduziram nas formas cartográficas de representação, as carta portulano continuaram sendo os



guias mais confiáveis para os navegantes pela minuciosa precisão de relevamento empírica posta ao serviço pragmático de concretizar uma viagem. De igual modo, seu formato pequeno indicam seu destino prático e cotidiano. Assim a forma em que Colón descreve algumas características de seus descobrimentos, no célebre Diário, parecem indicar apontamentos para a realização de uma carta deste tipo (ZAMORA, Op.Cit).

A operação complexa de entrelaçar estas duas formas de representação -a dedutiva e a correspondente ao relevamento empírico- é a que tem diante de si os geógrafos dos séculos XVI ao XVIII, mas este aperfeiçoamento da objetivação cartográfica tem uma perda significativa: a experiência, a viagem vivida. Se a subjetividade da carta portulano abre passo à descrição objetiva do mapa, os acidentes passam a pertencer ao terreno e não mais a memória. Naturaliza-se, des-humanizando, a representação geográfica. Teatro é o nome dos antigos Atlas, diz Michel de Certeau (1994), assim como também designa o marco das operações militares.

*“... palco, cena totalizante onde elementos de origem vária são reunidos para formarem o quadro de um estado do saber geográfico, afasta para a sua frente ou para trás, como nos bastidores, as operações de que é efeito ou possibilidade. O mapa fica só. As descrições de percursos desapareceram. A organização reconhecível nos relatos de espaço da cultura cotidiana se acha portanto invertida pelo trabalho que isolou um sistema de lugares geográficos.”(CERTEAU,1994: 207)*

As cartas portulano balizavam o espaço tal como alguns o havia relevado, são os minuciosos relatos de uma viagem. Descrição de como evitar os acidentes de um terreno (ou mar) desde o ponto de vista do viajante, pretendiam ser um guia para a ação, uma narração que aconselha desde a experiência.

Este rápido percurso pelas formas de representação cartográfica nos permite tomar algumas prevenções a respeito de nosso mapa. Este revela um espaço não exclusivo onde supomos palavras como Estado, Sociedade, Soberania verão atravessado seu sentido reiteradamente. Nenhum dos mapas, consultados antes de ir a campo, incluíam o espaço do país vizinho. Em todos eles, por regra geral representado por uma mudança de cor a partir da linha limite, perde-se toda referência do território vizinho - à exceção de alguma cidade importante ou do curso de um rio caudaloso. O olhar sobre a carta que intenciono desenhar, exploratória e experimentalmente, não só se expande aos espaços nacionais, pretende adquirir uma profundidade histórica para subsidiar uma descrição das práticas de/em na fronteira.

Desta forma o limite irremediavelmente nos envia ao centro. O estado-nacional como forma histórica *sui-generis* nos localiza em uma progressão que vai do espaço ao território segundo as épicas nacionais ou, em outras formas interpretativas, a sucessivas formas de re-territorialização. Este trânsito não desvia o interesse posto nas práticas, lhes dá uma entrada de leitura possível. Se o território do estado nacional é o espaço praticado (cf. BECKER, 1988); o espaço, por oposição, não

remete a um estado de natureza original e sim a formas pré-estatais de territorialidade. É a lógica estatal de lugares geográficos -seja esta econômica, militar ou política- quem produz, naturalizando, o espaço como *res-nullis* ao negar toda forma de territorialidade prévia.

Pelo contrario, desnaturalizar o território é conceder-lhe uma discursividade que nos ajudará a desentranhar quanto de determinação há, se é que existe uma especificidade do social na fronteira, na gestão territorial. Isto condiciona também a operação que descentra as ordens do espaço-mapa nos múltiplos percursos dos atores. Confrontando assim diferentes camadas de ordenações que, verticalmente, informam distintos intentos de disciplinar bens, corpos e desejos. Em outros casos serão só derivas.

#### O conceito de gestão territorial acunhado por Bertha Becker

*“abre a perspectiva da multidimensionalidade do poder referente à prática espacial estratégica de todos os atores sociais e em todos os níveis, escapando da concepção totalitária de um poder unidimensional seja do Estado, do capital ou da máquina de guerra. Por esta razão, abre também espaço para a imprevisibilidade derivada de particularidades do corpo social que correspondem a processos em curso em todas as escalas, inclusive local e regional, por vezes contraditórias com os processos dominantes na escala nacional e mundial, mas que em eles atuam” (1985:102).*

A intenção aqui, em um contexto teórico marcado por uma busca de operacionalizar o conceito de globalização, é pensar o processo e as formas mediante as quais se atuou sobre o espaço social a fim de legitimar uma divisão territorial. Este traçado não se dá de uma vez e para sempre, senão que se renova nos projetos de distintos grupos que se articulam ou apropriam de forma diferente de um projeto habitualmente apresentado como monolítico e central.

Se o estado-nacional foi a forma institucional, mediante a qual nossas elites modernizadoras pensaram a sociedade em fins do século passado, este projeto não foi hegemônico. Ao desdobrar-se no tempo, este projeto sofreu múltiplas reformulações que tiveram que fazer-se para equacionar os imperativos do modelo -povoar e governar- dando como resultado distintas formas de consolidação territorial.

Entretanto a cidadania não alcançou por igual a todos os povoadores e ainda hoje, a proclamada fundacionalmente pelos instrumentos constitucionais decimonônicos, pode ser vista como meta política. Se com Gellner(1991) afirmamos que o nacionalismo é a *“definição de unidades políticas em termos de fronteiras culturais”*, os exemplos que nos brindam os regionalismos, as migrações (tanto as massivas: como no caso dos *brasi-guayos*, quanto as recorrentes ‘saídas’ individuais: laborais, exílios, petições de dupla cidadania) e outros movimentos sociais fazem da promessa do projeto nacional uma promessa incumprida. Nem todos estes grupos têm uma expressão formalmente política, o qual não despolitiza suas práticas. Podendo chegar a produzir recortes distintos do território, contraditórios, mas não necessariamente excludentes. Outros desenham com seus pés ou com sua ausência, lugares imprevisos na estrita quadriculação

administrativa. Assim o limite estatal não recorta duas unidades claramente distintas, senão que se insere em um mosaico de temporalidades, já que

*“o território foi, assim, instrumento de consolidação e crescimento do Estado, mas também de sua vulnerabilidade expressa na fragmentação do território”* (Becker, 1988:175).

## A investigação: tema e trabalho de campo.

A eleição do tema se deve a uma rápida sondagem, fruto de minha participação em uma oficina de planejamento que organizou a Universidad de Misiones (UNaM, 1988), deparando-me pela primeira vez com a ‘problemática de fronteira’. Não sei se pode afirmar-se que sempre existem motivos pessoais na escolha e recorte de um objeto de estudo. Devo admitir em meu caso que o acalorado discurso do Secretário de Obras Públicas de um dos municípios representados naquele encontro me impressionou profundamente. Mais que a inumerável lista de infortúnios e carências administrativas, por si significativas, o que me intrigou sobremaneira em aquela intervenção foi algo que tensionava forma e conteúdo. De intenso corte nacionalista e dirigida especificamente contra o agir dos intrusos brasileiros foi proferido em perfeito português. O particular, que em nada estranhou a seus conregionais, causou nos técnicos e políticos ‘da capital’ um raro efeito de revolta e impugnação. Se bem, seu conteúdo se adequava em todo os documentos de base que dispúnhamos, não havia como separar sua imagem da dos *posseiros* ilegais. As interpretações variaram da esquizofrenia à traição. Entender as condições de produção desse discurso assim como as do efeito que causou na plateia, despertou minha curiosidade e me levou a sistematizar seu estudo.

O processo de povoamento da região e a legitimação da ocupação por parte de ambos os países se apresenta como um contraditório processo onde a construção da identidade nacional e os efeitos do desenvolvimento econômico se colocaram como peças de um jogo de estratégia. Nos mapas oficiais são uma rede de pontos sobre o território: vias de comunicação, obras de infraestrutura ou meios de comunicação; e é certo, estão aí, assim como o movimento ao redor deles. Movimento intenso e vivo; e não siempre dócil a sua distribuição ou oportunidade temporal.

Uma lógica contra-estratégica, mas sem estrategista, plural, descentralizada; apresentava-se como plausível. Uma desdobra que podia ser apresentada por sua vez como localização de arranjos das normas, apropriações ou redefinições; jogo de hierarquias e subordinações, ambíguo e contraditório. Tanto como o lugar de onde aquele discurso foi pronunciado e a figura de seu locutor. A ocasião de meu curso de Mestrado me deu a oportunidade de plasmar esse tema em um projeto de investigação, tratando de ampliar esse olhar a ambos os lados da linha.

Minha estada em campo foi desde os princípios de outubro de 1992 até meu regresso definitivo a Florianópolis nos finais de fevereiro de 1993. Realizei durante esse tempo viagens pela

região assim como a outro ponto da fronteira Brasil-Argentina, precisamente a cidade de Uruguaiana em Rio Grande do Sul, onde se realizava um encontro organizado pela UFRG sobre Fronteiras e Integração. Também visitei várias vezes Posadas, capital da província de Misiones-Argentina. Nessas viagens tive oportunidade de realizar entrevistas e coletar material. Meu trabalho de campo incluiu também a consulta de arquivos e coleções bibliográficas em Florianópolis e Curitiba. De forma tal que meus informantes falam também dos relatos de viagem, informes oficiais, livros de História, panfletos de propaganda e trabalhos acadêmicos.

Na introdução a seu célebre estudo sobre os Nuer, Evans-Pritchard conta os contratempos e desventuras que acompanharam o início de seu trabalho, quem já assistiu alguns filmes série 'B' ou seriados de televisão ambientados na *África* -que constituem todo um subgênero do de 'aventuras'-, não pode deixar de encontrar um certo paralelo, um ar familiar. Muitas das convenções as que esses produtos *hollywoodianos* nos acostumaram estão presentes no relato do etnólogo. A indiferença e deliberada ineficiência dos nativos *ocidentalizados*, o inóspito da região (seja esta savana ou selva), a hostilidade dos tribais. As diferenças étnicas produzem medo entre os carregadores (*native-porters*) os que indefectivelmente abandonam durante a noite o investigador -paradigmaticamente o cinema o converterá em missioneiro, caçador de elefantes, aventureiro-, deixando-o livre a sua sorte; estes são alguns dos lugares comuns, recorrentes.

A mútua desconfiança em geral desencadeia os acontecimentos nos filmes, no caso de Pritchard a belicosidade dos Nuer, motivo de várias excursões punitivas do governo colonial prévias à sua visita, converteu-se em um tedioso desencontro que o desconhecimento da língua, por parte do inglês, não fazia mais que agravar. Quando cheguei a campo pode dizer-se que minhas condições materiais para o trabalho eram infinitamente melhores que as de nosso digno precursor. Não necessitava de uma tenda, porque ia hospedar-me na sede local de uma ONG que atua na zona rural circundante a B. de Irigoyen. O parco de minha equipagem -e orçamento- dispensava a contratação de nativos para serviço algum. E em nenhum momento pensei trocar informação por *bujigangas*, razão pela qual, as garrafas de bom vinho *riojano* que trazia estavam destinadas a presentear a meu desconhecido anfitrião.

Instalado comodamente em um bairro (tipo COABH) a não mais de duzentos metros da fronteira e sem problemas linguísticos insalváveis, a não ser o sotaque (*acento*) que não fazia mais que sobressair minha condição de estrangeiro, tanto para conacionais quanto para brasileiros, dispus-me ao trabalho. Depois de alguns dias dedicados a protocolares visitas a organismos oficiais e frustrantes entrevistas, onde não pude transcender um papo óbvio e desinteressante, sentia a mesma desolação e "*mueroses*" que Evans-Prithard em meio do Sudão. Uma mescla de rancor contra a incompreensão dos nativos e sentimentos pessimistas faziam que avaliasse da pior maneira a

pertinência do meu tema e, infrutivamente, perseguia algo que me convencesse da utilidade de minha estada.

Um feriado prolongado não fez mais que agravar este panorama. Só na casa e impossibilitado de minhas visitas ao jornal de Dionisio Cerqueira, arquivo ao que nesse momento se reduzia minha investigação, o tédio ameaçava. Durante a 'siesta' do sábado, e ante a inatividade que ameaçava os próximos dias, comecei a buscar alguma tarefa para entreter-me. Em minha silvestre interpretação psiconalítica: terapia ocupacional. A proprietária anterior da casa, uma professora da escola de fronteira aposentando-se voltou a sua Córdoba natal. Entre as coisas que deixou a espera de uma mudança -espera que já levava alguns anos-, estava uma biblioteca escolar, algumas caixas de madeira -fechadas e por isso misteriosas- e um piano do qual custava arrancar algum som. Este material estava acomodado na garage da casa, que graças a uma ampliação da planta original, servia de depósito, sala de reuniões e até de estufa para algumas espécies de maiz híbrido em experimentação. Depois de limpar a casa, tratar de organizar meu escasso material e revolver um pouco a biblioteca da docente, de portas abertas à solidão da calorosa tarde, comecei a desarmar o desengonçado piano com o ânimo de reparar algumas teclas. Devo admitir que o destroçamento deste mecanismo complexo é um tanto espectacular e a porta da garage aberta oferecia-o generosamente as escassos transeuntes. Sem propó-lo, e fruto da original tarefa, no segundo dia havia conversado com muito mais gente que em meus intentos deliberados de contato.

Esta ocupação inútil, a julgar pelo motivo de minha visita a Irigoyen, e meus conhecimentos de *lutherie*, reportou-me não só bons informantes senão imemoráveis momentos compartilhados com gente que -uma vez convencidos de que aquilo que a primeira vista parecia falsa modéstia, era verdadeira ignorância combinada com um pouco de ousadia e aborrecimento- aproximaram para dar-uma-mão, conversar um pouco ou simplesmente a parti a roda de chimarrão que cotidianamente começou a formar-se ao redor do desventurado piano.

Superar inconvenientes, quando parecem insalváveis, como substituir peças que o cupim e o maltrato haviam convertido em irrecuperáveis, e fazê-lo em madeira cuja nobreza não oferecesse nenhuma dúvida, acionou algumas redes de solidariedade e me levou conhecer muita gente -entre elas excelentes artesãos- que assumiram o compromisso desinteressadamente. Sempre, em minha improvisada oficina, havia pelo menos uma ou duas pessoas o que mantinha viva a roda de *mate* e assegurava a renovação constante dos temas de conversação. Minha 'tenda' havia começado a funcionar como provedora de dados etnográficos. Ao cabo de uma semana o trabalho de restauração estava concluído. Para encerrar com um êxito completo faltavam algumas cordas e o concurso de um afinador, especialidade não disponível na região desde a morte de um alemão de um povoado brasileiro não longe da fronteira, isto motivou alguma frustração no grupo. Argumentei que

recuperar por completo a sonoridade do instrumento desde o princípio não formava parte de minhas expectativas e que, ainda se o fora, a música, o piano incluído, não estava dentro de minhas habilidades, isto terminou por convencer aos mais entusiastas de desistir definitivamente.

Comecei a visitar assiduamente os distintos lugares e pessoas que conheci como restaurador aficionado. Se tomar *mate* (chimarron) é uma instituição regional, propiciadora do papo descontraído; encontrar alguém disposto a prepará-lo, enquanto o interlocutor se ocupa de seus afazeres, ameniza o trabalho. Transitei assim, *mate* na mão, por distintas oficinas, escritórios e comércios.

Em campo foi indispensável a colaboração e apoio da instituição que me hospedou e me deu acesso a sua rede de relações. Ao estar esta ONG dedicada à promoção de alternativas agrícolas de produção e organização para pequenos produtores familiares, minhas visitas à zona rural com seu promotor, levou-me a ser identificado como uma espécie de técnico extensionista, se bem que interessado em aspectos da história de vida do grupo familiar. Esta identificação, devido a minha inserção dentro de um espaço institucional, foi de fundamental ajuda para estabelecer um fluido diálogo com este segmento da população. O trabalho prévio e constante destes técnicos e promotores com a população rural serviu como ponte de confiança já estabelecida da qual me beneficiei por extensão.

Com a população urbana contactada, depois de incontáveis tentativas de explicitar os objetivos de minhas visitas e entrevistas, meus informantes me devolveram a imagem de uma espécie de historiador regional interessado em reconstruir o processo de povoamento. Imagem que não me incomodou e até achei bastante ajustada aos meus objetivos.

Os contatos realizados do lado brasileiro surgiram como fruto de minha aproximação ao grupo editor do jornal local. Se a atribuída identidade de extensionista-investigador me ajudou na Argentina, a de jornalista-investigador foi não menos útil no Brasil. Ambas se adaptaram como aditamentos não conflitivos a meu labor. Assim extensionista rural, historiador, jornalista, investigador -até excêntrico artesão- foram alguns dos lugares em que fui colocado como interlocutor. Nesse arranjo múltiplo e itinerante ao que meu lugar foi submetido, a antropologia e o estudante de pós-graduação surgiram como complemento ou sofisticação.

Além de conseguir transmitir uma correta identidade como pesquisador me interessou estabelecer uma relação ou clima onde a confiança mútua me possibilitasse abrir a temas habitualmente reservados. Tratando de deixar de lado o repertório de auto-referências que reificam estereotipadas imagens patrióticas; explorar a identidade nacional fez-me deparar com o custo afetivo que significa o desarraigamento do migrante. Ou a contradição ética de reconhecer práticas ilícitas, como o contrabando ou a intrusão, sem deixar de ser, para eles, tido como honesto. O cinismo, o

chauvinismo ou a omissão têm também um lugar no rechaço a penetrar em regiões que se deixam deliberadamente obscuras. Em uma cumplicidade que tranquiliza depois de converter-se em um semi-esquecimento, ao ser parte do subentendido geral. E era o momento de esperar ou, como me ocorreu em mais de uma oportunidade, abrir minha própria experiência de desarraigado, de migrante ou de cínico estrategista como fonte de metáforas mas também como moeda de troca. Talvez o momento mais fecundo desses encontros seja aquele quando o outro me perguntava. Parece-me que só quando o entrevistado se transforma em entrevistador, quando ambos logram abandonar seus lugares estereotipados, se dá lugar ao diálogo. A confiança então pode surgir como exatidão e a afetividade converter-se em dado. Creio que o acercamento do outro se realiza com a condição de cada um deixar de ser, ou melhor, na possibilidade de ambos poder devir um outra coisa.

Incluí em anexo um fragmento do diário de campo que apresenta, no bruto, minhas atribulações como etnólogo. Se o trânsito que supõe o estranhamento, ainda que seja metodológico, assegura a organização de um 'aqui' e um 'lá'; este pertence indubitavelmente a esfera do investigador. Dar conta das práticas locais me fez deparar com atores que encontram na rotinização deste trânsito a lógica de suas representações do mundo. Seu acionar cotidiano depende em grande medida de um profundo conhecimento dos parâmetros e do repertório de possibilidades que o situar-se em um aqui/lá lhes brinda. Isto supõe um deslocamento, um deslizamento, desses lugares ideais. Assumir a oposição aqui/lá -ou o que é o mesmo: nós/eles- como provisórios intentos de territorializar e des-territorializar lugares e identidades anima este intento como um todo.

Este mapeamento da complexa rede de itinerários, práticas e memórias sobre o fundo de uma história político-institucional é provisório como todo resultado de uma investigação. Formalmente se assemelha mais a um ensaio que a um documento acadêmico e está dividido em três seções com desenvolvimentos e abordagens bastante independentes. As conclusões abrem algumas questões com as quais me deparei durante a análise do material. Em anexos, ainda, brindo como referência alguns dos materiais periodísticos *in-extenso* que serviram de base ao terceiro capítulo.

# CAPITULO I

## PRÁTICAS: Situações.

Todo crítico, é o triste final  
de algo que começou como sabor,  
como delícia de morder e mascar.

Julio Cortázar

A imagem mais recorrente na fronteira, a hora de descrever a-vida-de-fronteira, é a do acampamento de avançada. Isto, em princípio, localizava-me mais na frente de expansão<sup>1</sup> que na situação de limite entre estados.

A idéia de acampamento -que tanto pode ser associada ao militar, ao *garimpo* o ao canteiro de obras- também encontrava muitos pontos de contato com a saga pioneira (SEYFERTH,1988; GOROSITO,1983), discurso habitualmente associado à imigração europeia, tanto em Misiones quanto no sul do Brasil<sup>2</sup>.

Segundo Giralda Seyfert, para o caso dos colonos de origem alemã<sup>3</sup>, o trabalho -ou mais precisamente, a vocação ao trabalho e a idéia de progresso a ela associada- está no centro do

---

<sup>1</sup> A acepção habitual do conceito de fronteira, nas ciências sociais brasileiras, está associado a idéia de frente de expansão da sociedade nacional. Este enfoque surge como uma crítica aos trabalhos de geografia política de MOMBEIG(1940) e WAIBEL(1955) feita pelo SOUZA MARTINS(1975) a partir da sociologia rural. Quem sistematiza e desagrega deste 'locus' específico as relações sociais inerentes, em evidente diálogo com os trabalhos que em antropologia realizará Darcy Ribeiro(1968) (cf. VELHO, 1976; PEIRANO, 1991; OLIVERA,1992)."*Do ponto de vista da antropologia e da sociologia as formulações sobre a fronteira obedeceram, (...), dois critérios distintos. Uma primeira distinção apontou para os "modos de produção", notadamente nos trabalhos sobre o campesinato, designando o modo capitalista de produção como exterior e oposto ao modo camponês. Por pertencerem a racionalidades distintas, compreendem fenômenos empiricamente diferentes. No segundo caso, as formulações que utilizaram as noções de "frente de expansão", "frente pioneira" ou ainda "fronteira em movimento" mostraram a descontinuidade e o contraste nas formas de ocupação da terra, diante do processo de expansão capitalista. O capitalismo deixa de ser exterior como critério de análise, para ser encompassante de outras lógicas de produção. Onipresente às formulações sobre a fronteira, está a temática do desenvolvimento"* (OLIVEIRA, 1992:156)

<sup>2</sup> Para Ana Gorosito, analisando o caso da colonização europeia em Misiones, o pioneiro é "*símbolo de um proceso histórico de progreso e nacionalidad (...) es, en verdad, historia encarnada. Es quien introduce y domina el sentido de los cambios irreversibles que desencadena su presencia. (...) el 'discurso pionero' esta en la base del orden social vigente.*" (Gorsito, 1992: 149). Em formulações de tom nacionalista, tanto na Argentina quanto no Brasil, a marcha às fronteiras esta no bojo dos discursos integracionistas que procuram a 'unidade da Nação' ou 'uma' identidade nacional. Estas concepções mitificantes dão primazia à geografia, em detrimento da história, subordinando os limites atuais do Estado a uma 'vocação territorial' implícita já na marcha das bandeiras paulistas ou nos *raids* punitivos contra os índios do Ejército Argentino respectivamente.

<sup>3</sup> "*A ideologia étnica, que no sul do Brasil, recebeu o nome de Deutchbrasilianertum, (...) A 'germanidade' tem uma premissa básica: o povo alemão não precisa estar ligado a um território específico, ou a um Estado, para constituir uma nação (neste contexto povo e nação são tomados como*



discurso colono que constituiu a frente de expansão da sociedade nacional na região. Seu sujeito é o agricultor 'de origem', coletivo etnicamente manipulável na hora de integrar os distintos segmentos de imigrantes europeus nesta gesta cultural e civilizatória. O pólo 'natural' desta oposição constituem os índios, o negro e toda forma de mestiçagem, notadamente o caboclo, -está aqui a raiz racista do argumento- evidenciada nos apelativos 'brasileiro' ou 'caboclo brasileiro'. Associa-se a estes grupos a falta de valores de câmbio, operação fundamental para legitimar sua exclusão da posse da terra e justificar sua crônica posição subalterna. Esta argumentação os integra à Natureza que deve ser vencida e cultivada. "*Índio e caboclo são bichos do mato*", ou na versão dos colonos de origem italiano: "*cani, negri e corvi, tutti compagni (cachorros, negros e corvos, todos iguais)*" (RENK,1991:9). Supondo neste discurso um duplo movimento de des-territorialização e territorialização; se abre a possibilidade de uma paradoxal forma de identificação: o estrangeiro deslocando ao nacional sob pretexto de construção da nação

O sujeito da representação da fronteira política como posto o acampamento adiantado não era o épico colono desbravador senão o cidadão que constrói a nação, em um lugar longe dos centros de poder e esquecido pelo apoio oficial. Pionerismo significa então criar condições de vida em um lugar do qual possa predicar sua nacionalidade, assumindo em forma personal essa tarefa. Esta união no infortúnio que significa o esquecimento estatal, é mais integradora que excludente. Seu sentido se resolve precisamente em expandir o número do contingente. Existe lugar para o índio ou para o caboclo e ainda para o 'gringo', a condição que se diga argentino ou brasileiro.

A percepção que se tem do outro quando definido este pela linha fronteira, é a de um igual. A analogia encontra seu sentido na situação de subdesenvolvimento relativo a seus respectivos centros. Eles estão 'entre', em 'terra de ninguém'. Em várias oportunidades escutei esta interpretação que remete à concepção militar que assim define o espaço entre posições inimigas. Entre dois esquecimentos, entre dois recônditos *nec plus ultra*. A fronteira aparece como o lugar em que dois mitos geográficos se superpõem. Isto distingue seus habitantes, ao tempo que os toma coesos enquanto grupo. Não significa que os grupos se mesquem ou desapareçam seus limites relativos, senão que um mútuo e não hierárquico reconhecimento os estabelece como tais.

Podemos localizar o colono europeu, a respeito do modelo de frentes proposto por Martins, entre a frente expansão e a consolidação da fronteira econômica pela frente pioneira. Na inflexão da posse espontânea e a propriedade privada como forma de acesso à terra. Também entre a produção de excedente e a plenamente capitalista. Na instância de consolidação da frente econômica a

---

sinônimos e designados, indistintamente, pelo mesmo termo: *Volk*) - existe na medida em que possa ser constatada uma solidariedade prescrita na idéia de *Volksgemeinschaft* (comunidade étnica nacional). *Deutschtum*, então, é o indicador de uma condição étnica (...)que o significado mais aproximado é *germanidade*." (SEEFERTH,1982:3)

expropriação do posseiro se completa. É nesta articulação que o colono desbravador teria seu tempo e lugar específico.

*“Essa frente pioneira é essencialmente expropriatória porque está socialmente organizada com base numa relação fundamental, embora não exclusiva, que é a de compradores e vendedores de força de trabalho”* (MARTINS, 1980:75)

Assim caracterizada a frente pioneira serve em nosso caso somente como uma referência já que o processo de consolidação da sociedade nacional - mais precisamente das sociedades nacionais -, não responde às características gerais apontadas para cada frente. Nem se deu, no sentido espacial e cronológico, seguindo uma sequência marcada pelo ritmo econômico da frente pioneira. Pelo contrário, parece aconselhável seguir, mesmo que com traços grossos, a articulação de diversas formas de apropriação de recursos pelos vários tipos de atores que se reconstrói a partir dos relatos e que nos brindam os documentos disponíveis. Pluralidade de atores para os quais a terra não necessariamente, ou melhor, não sempre, é o bem mais importante.

Nos termos de Martins toda a região constituiria, a fins do século passado, uma frente demográfica, com suas características povoações tribais as que se somavam alguns habitantes não-aborígenes dos quais se tem fragmentárias notícias, provenientes dos relatos de exploradores e científicos (MELIA, 1988; NIEDERLEIN, 1891; GODIO, 1886; BORRINI, 1980).

Uma caracterização mais laxa para utilizar na região encontramos em MUSUMECI. Permitindo construir em sua especificidade o peculiar processo de territorialização que o traçado da fronteira política condiciona, desmarcando-se da idéia de ondas sucessivas.

*“A ‘ocupação primária’ não parece estar intrinsecamente associada a nenhuma forma específica de produção, podendo interessar a camponeses, a senhores de escravos e até a empreendimentos capitalistas, dependendo do contexto”.* (1988:44)

A situação espacial tensiona uma contraditória localização social entre a marginalidade e a vanguarda de suas respectivas sociedades ao ficar diplomaticamente acertada a localização precisa do limite em 1895.

Uma consideração espacial prévia se impõe para introduzir um segmento da população aborígene até hoje atuante na área. O constante deslocamento de famílias Guaraní reconhece um corredor que tem a área em foco como ponto de passagem de um trajeto oeste-este. Esta migração se atribui ao mito da busca da terra Sem-Mal (*Yvy-Maraneé*), que os leva do *Yvy-mbyte*, o centro da terra, localizado no atual território paraguaio, para o litoral. Assentamentos *mbya-guaraní* podem ser encontrados tanto nos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo quanto em bairros suburbanos de Montevideo - Uruguay (MELIA, 1988). Migração realizada idealmente num espaço ecológico determinado -a selva, o *monte*, o mato- o qual permite reproduzir o *estilo* de vida *verdadeiro*. Tendência de deslocamento estimada arqueologicamente em mais de dois séculos e que o contato com as sociedades nacionais vem condicionando.

*“...en diversos puntos del territorio trinacional, grupos de parientes orientan la migración o su posibilidad: las redes de relación de los sujetos califican un espacio ya heterogeneo introduciendo un principio de necesidad en los desplazamientos. La búsqueda de esposa, la visita a familiares, suprimen la apariencia de libertad de elección , y orientan un destino cierto; definen lugares para residencia futura, aún quando se la conciba como temporaria, y anulan nuevamente las constricciones aparentes derivadas de la existencia de fronteras políticas blancas” (GOROSITO KRAMER, 1986:37).*

Esta tendência migratória, constatada no espaço e em um longo período de tempo, não deve levar a pensar em nomadismo senão em um sistema de assentamentos com uma alta mobilidade entre seus membros. O que chama atenção também respeito da não necessária correspondência entre a direção tendencial do deslocamento -para o grupo como um todo- e o movimento de seus membros que se realiza contingentemente e em qualquer direção.

Detidamente explorada, cientificamente, durante o século XIX, a região se constituía em uma jazida confirmada de erva-mate e madeira a ambos os lados do divisor d'águas utilizado como limite e valorizado por este, como lugar geográfico, à partir do acordo internacional. O que se constituía nos confins difusos de ambos os estados, ao converter-se em frente de contato opera uma valorização relativa de seus produtos motivando a instalação de um barracão de armazenagem, como ato inaugural do limite.

*“En la época anterior al tratado de límites con Brasil, el gobernador de Corrientes hacia los arreglos para sacar la yerba, los que querian sacar yerba también tenían que pasar por o toldo do cacique. Quando llegaban las comisiones los indios estaban armados guaiú<sup>4</sup> y se hacian los regalos que les permitian sacar la yerba.*

*Una de las primeras comisiones no hizo el convenio y fueron todos muertos salvo um guri que llevaba la madrina<sup>5</sup>. Fue criado por los indios do cacique Fracrán. Creció y se convirtió en el cacique Maidana. Hay nietos de este cacique que todavía viven en el pueblo. Uno hasta es mi ahijado, hijo de una de las Maidana”.* (entrevista a antiguo morador)

A soberania não exclusiva que surge desta administração dual do território anterior a demarcação, evidencia-se na figura emblemática de Maidana. Será o toldo de Maidana em Campinhas de Américo, a única população ‘argentina’ nos mapas apresentados ao presidente dos Estados Unidos<sup>6</sup> na instância do *uti-possidetis*, assim como também os primeiros registros dos livros do juiz de Paz estão datados nessa localidade, como pude comprová-lo no arquivo do Registro Civil. Sobre a figura do cativo<sup>7</sup>-metade índio, metade branco- se monta um discurso de pragmática política territorial que remete a um conjuntural mútuo reconhecimento de esferas de ação.

Nádia Farage em um trabalho realizado à partir de documentos produzidos pelos agentes colonizadores da região do Rio Branco -território contestado por espanhóis, portugueses, ingleses e holandeses; limite do Brasil e Guiana Britânica desde 1904- demonstra a importância das

<sup>4</sup> Do guarani: falso, de mentira. No contexto o interpreto como protocolarmente.

<sup>5</sup> Égua ou mula mansa que, com um cencerro, abre a formação de cargueiros.

<sup>6</sup> Laudo arbitral de 1895 tratado no cap. 2.

<sup>7</sup> Prisionero branco que adota a sociedade tribal como própria. Figura recorrente na literatura gauchesca a partir da qual se generalizou seu significado.

territorialidades tribais na luta travada por seus pretendentes coloniais, chegando a afirmar que “a disputa pelo território realizou-se através dos povos indígenas que o habitavam”(1991:18). Pactos e alianças comerciais, evangelização ou cooptação de lideranças instrumentaram naquela região um conflito de ‘baixa intensidade’ entre países europeus por meios indiretos: os Caribes. Desvirtuando assim a concepção dos povos indígenas como agentes passivos do processo de colonização<sup>8</sup>.

O caso de Maidana indica uma política similar de parte das autoridades correntinas o qual, sem dúvida, deve ser devidamente contextualizado<sup>9</sup>.

Existe bibliografia que relaciona o grupo de Fracrán com as colônias militares que em 1859 se instalam nas adjacências do território contestado pelo Brasil (WACHOWICZ,1987). Seu deslocamento até as proximidades do atual San Pedro (Ar), onde existe uma povoação com esse nome, é informado por diversos cronistas (PEERET,1881; NIEDERLEIN,1891; ABINZANO, 1985) e se pode atribuir aos conflitos com essa frente populacional. Se lê no informe de uma expedição paranaense que o contato em 1865 naquele lugar

*“(...) reconhecendo depois as intenções amigáveis com que eram procurados, entregaram-se confiados a nossa descrição, aceitando o convite de abandonar as selvas (...) O cacique desses índios foi catechumeno do aldeamento de Guarpuava, onde ainda é conhecido pelo nome de Manoel Fracrán.”( Roatorio Fleure, 1866; Apud. WACHOWICZ, 1987)*

Nessa mesma época ervateiros provenientes do rio Paraná também dão conta de um acordo<sup>10</sup>, desta vez com o próprio Maidana, que possibilitou não só a atividade extrativa senão a posterior utilização de seu toldo na tramitação internacional do laudo arbitral. Descendentes de Velarmino de Lara, antigo povoador, localizam-no na região desde 1870 explorando a região com a intenção de demarcar terras ao redor dos erbais, onde “hizo contacto con indios Kaingang y trató de convercerlos de recolectar yerba y convertirse en brasileiros” (entrevista). Farage qualifica este tipo de alianças como instrumentais e conjunturais para o caso por ela estudado. O desaparecimento de toda referência posterior a estes aldeamentos, assim como a falta de uma política adequada por parte do Estado à respeito da população aborígine em geral, leva-me a coincidir com esse juízo.

A peculiar situação que o limite político confere a esta localização geográfica criou também um espaço de exceção na administração do espaço social. O centro construído localmente como uma bipartição original permite articular os magros recursos que sua ‘vantajosa’ localização territorial lhe confere. Concomitantemente, o tempo para o grupo, formado à partir deste pólo de atração, não é um, se resolve em uma pendulariedade que ora traz bonança ora azar mas nunca, relativamente, a mesma penúria é igual em ambos os lados. Este lugar logicamente impossível, já que o espaço

<sup>8</sup> Pioneiros deste tipo de interpretação são os estudos de E. Wolf sobre o comércio de peões entre os índios do NE dos EEUU e o de M. Shalins sobre as lideranças políticas na Polinesia.

<sup>9</sup> Este trabalho também me ajudou a pensar o acionar dos grupos guranies-tapes desaldeados logo depois da expulsão dos jesuítas, ver cap.2.

<sup>10</sup> As alternativas do chamado ‘Pacto da Selva’ são comentadas no cap.2.

nacional é um estrito parâmetro para conferir identidade, dota ao grupo fundador de um poder de articulação política duplo, pois toda inversão em infra-estrutura beneficiaria a todos. O 'locus' deste grupo evidentemente é o povo e remete seus títulos ao momento fundacional, 'ao tempo das tropas'. A descida à nascente do Pepire é conhecida como O Pique<sup>11</sup>, nele se alinham os ranchos e depósitos construídos de pau-à-pique e tetos de lascas de madeira.

*“En 1903 la comisión de límites acampó en el lugar que hoy ocupa la municipalidad. Los trabajos de amojonamiento fueron hechos por la gente del lugar entre ellos mi padre y Velarmino de Lara. A Lara lo designaron comisario ad-honorem de San Pedro. Para lo cuao le dieron una hebilla para hacerse un cinturón, un sable corvo e unos zapatos "patria" (especie de borzeguim, usados por el ejercito). No habia pobladores eran todos empleados de los depósitos de yerba argentinos. Eran los empresarios los que mandaban”* (entrevista).

Discurso performativo, o traçado da linha é acompanhado por uma distribuição de símbolos que investem de nacionalidade as pessoas. A comissão representa nesse momento, com séculos de atraso se pensamos na linha de Tordesilhas, o poder e ato quase religioso “*de fixar as regras que trazem à existência aquilo por elas prescrito*” (BOURDIEU, 1991:114), a divisão legítima. O traçado da linha, em sua arbitrariedade geográfica, deve converter-se em legítima para aqueles que a atualizaram diariamente. Este ato inaugural da identidade, não se realiza ‘contra’ um outro senão de acordo com o outro, mútuo reconhecimento de soberanias. A divisão do terreno mostra, ao tempo que constitui reflexivamente, a ‘autoridade’ de quem divide. O que os centros instituem em última instância é a impossibilidade de ser algo diferente de *argentino* ou *brasileiro*. Esse momento de ambiguidade original permite, com a distribuição destes símbolos por parte da comissão demarcadora, uma espécie de batismo na fé laica que sacraliza, naturalizando, o território.

*“O auctor, mesmo quando só diz com autoridade aquilo que é, mesmo quando se limita a enunciar o ser, produz uma mudança no ser: ao dizer as coisas com autoridade, quer dizer, à vista de todos e em nome de todos, publicamente e oficialmente, ele subtrai-as ao arbitrário, sanciona-as, santifica-as, consagra-as, fazendo-as existir como dignas de existir, como conformes à natureza das coisas, **naturals**”* (Ibidem).

O mito da fronteira cunhado pelos estados liberais colocaria a civilização, o progresso e a nação “em marcha”. O resultado deste positivo trabalho sobre a natureza se localizava em um indeterminado lugar que estava em frente, na utopia; contudo, também atrás, o centro -seja este a elite, a capital, o europeu, o moderno- como coerência histórica do processo. Territorialmente, o espaço vazio em frente era a concretude futura. Indefinição natural a ser moldada. A fronteira política encerra o avanço concretizando-o, porém, na espera do progresso. A nação ficou atrás, no centro, e ao mesmo tempo aguarda no porvir. Como veremos esta marcha nem sempre tem os mesmo atores nem articula similares argumentos.

O conceito de território, em sua definição jurídica, propõe considerar como tal “*a porção da superfície terrestre sobre o qual esta fixado estavelmente o povo do Estado, mas ainda o supra-*

---

<sup>11</sup> Trilha. Nome dado também ao ectoparasito conhecido como ‘bicho do pé’.

solo, e o sub-solo e o mar territorial...”(COGAN, 1976:7) O corte ideal fronteiro se realiza assim em sentido vertical. Não se trata de uma linha senão de um plano que se obtém ao traçar uma reta, orientada em sentido gravitacional, que passa por cada ponto dessa linha.

O trânsito entre as unidades espaciales deve ser rodeado de rígidas regras que podem ser assimiladas às descritas por Van Gennep (1978) para os rituais de passagem. No caso do trânsito fronteiro estes rituais estão regulamentados pela Diplomacia e implementados pela burocracia aduaneira que revestem os estrangeiros da excepcionalidade do seu estatuto. O limite remete ao Estado e este confere uma identidade territorializada que está na base da relação soberania/cidadão. Marcando a estrita relação de exterioridade à respeito do estrangeiro e o território ao qual pertence. O livre movimento entre os países dos habitantes da fronteira significa uma aberração lógica, uma exceção para este modelo ideal.

O duro princípio da lógica identitária exclue a possibilidade da ambivalência neste plano. O atomismo, pelo contrário, proporciona não somente a possibilidade da heterogenidade do ser, coloca essa possibilidade no âmbito de todas as coisas.

O encontro primordial devém daquilo que os epicuros chamavam declinação ou *clinamen* (παρεγκλισις<sup>12</sup>), sem o qual tudo seria estática eternidade imutável (cf. YANCKLEVICH, 1988).

*“Quando caem os átomos em linha reta através do vazio, desviam-se minimamente de sua trajetória, numa altura e num momento incerto, e tão-somente o necessário para que se perceba uma alteração no movimento. Não fosse esse desvio e tudo cairia em linha reta sempre, como gotas de chuva pelo abismo do espaço. Não haveria, entre os átomos, nem colisão nem choque. Se assim fosse, a natureza, jamais teria criado coisa alguma (...)”*(Lucrecio apud., BLOOM, 1991:78)

Para Lucrecio, o *clinamen* é também o princípio do livre arbítrio. Se para os gregos este fecundo encontro é a aleatória possibilidade dos átomos em sua queda ao vazio, em nosso caso se produz pela inestável e contraditória localização espacial. Transgressão que impugna o poder<sup>13</sup>, a soberania.

Cotidianizar a ambiguidade criadora, esse lugar impossível, forma parte da aventura deste pioneiro. Este traçado ‘externo’ nos remete assim a uma ‘ação’ interna, criar os cidadãos fazendo-os coincidir com sua formulação abstrata. Fazer desta enunciação algo a mais que mero ato discursivo é a tarefa que empreende o Estado, através das pessoas do povoado, transformados em representantes

<sup>12</sup> “Esta palavra designa o desvio espontâneo que, no sistema de Epicuro permite aos átomos que caíam no vazio encontrem-se e aglomerem-se, em virtude de seu peso e velocidade (Epicuro carta a Heródoto op. Diógenes Laércio LVX)”

<sup>13</sup> “La delimitación de un espacio económico y social, de un territorio de abastecimiento, define la relación “con el exterior”, mientras que la reglamentación de la conjunción sexual define la relación “con el interior”. Ambas imponen dos imagenes de lo outro: la de la pareja sexual y la del extraño o enemigo; las dos marcan los límites e distribuyen según las categorías de inclusión y de exclusión; las dos conducen a reconocer un orden y lo que lo amenaza” (BALANDIER, 1988:66)

da Nação que os tem como única expressão. Constitui-se assim um lugar e um tempo primordiais, presentes na dívida de um Estado sempre por chegar.

O comandante da expedição brasileira de limites, Dionísio Cerqueira,

*“constata que grande número de compatriotas residia naquela zona, sobretudo nas margens do Peperi-Guazú... resolveu fundar um núcleo urbano (...) ao mesmo tempo o governo de Paraná, a fim de evitar o contrabando de erva-mate ordenou instalar na fronteira uma comissão de impostos de exportação”.* (WACHOWICZ, 1987 :62/3)

Se estabelece também entre estes ‘empregados’ das empresas residentes no povoado e o resto dos habitantes do *monte*<sup>14</sup> uma distinção à partir de sua lealdade à respeito do ato de demarcação, investidos como estão de administrar a divisão.

*“En el 9 (1909) llegó o comisario e su Sra. En ese tiempo o viaje era de dos días de barco hasta puerto Pirae (desde Posadas), e de ahí por los caminos das mulas 5 días a caballo hasta Barracón. Brasil llegaba hasta Chapecó y eso no se modificó hasta mucho tiempo despues(...) era todo potrero, según contaba o finado mi padre, al comisario lo habían hecho venir antes que andubiera nadie por la zona, por la cuestión del límite. La comisaria estaba donde está la Policía hasta hoy, y los dos milicos vivían en unos ranchitos atrás. La mujer del comisario daba clase a la gurisada en la comisaria, que fue la primera escuela también. La gente acá plantaba maíz para las mulas, el maíz era como la nafta para las mula. (entrevista con comerciante)*

Recapitulando, o espaço antes da demarcação era definido pela atividade extrativista. As manchas de erva silvestre unidos pelos trilhos de mulas, a forma arterial de expandir-se sobre o espaço. O *barracón* é o centro intermediário de onde partem as caravanas de mulas para os portos de embarque. Neste lugar se reúne o produto elaborado nos acampamentos provisórios. Destes últimos saem os *descubierteros* localizando as árvores para, por último, os *mineros*, realizar o corte.

*”Trepava na árvore e desganhava, depois fazia uma cerca e sapecava. Fazia a ponchada e atava na testa e levava embora”.* (entrevista a trabajador rural aposentado)

A analogia com a mineração redonda no nome do mineiro, o *tarefero*, de comitiva e a coloca em sintonia com a representação do espaço predominante a partir do centro regional. Os *descubierteros*, em general eram índios que *“cobraban cualquier cosita así, no hacian trabajo pesado, ne?. Los tareferos eran paraguayos y correntinos gente brava para el trabajo, aquí al pueblo casi ni llegaban. Nosotros veíamos solo las mulas. Yo ya conocí el negocio decaído (se refere aproximadamente ao ano de 1925), se trabajaba mas con la gente de por acá. O se compraba a los brasileiros que traían de Paraná (Brasil).”* (entrevista com comerciante, meu parêntesis)

---

<sup>14</sup> *Monte*, o seu equivalente em português *mato*, categoria nativa que designa uma ecologia específica, a selva subtropical; mas também a um conglomerado de relações e conhecimentos que habilitam alguém a viver em e de ele, segundo uma ética que lhe é inerente. ‘Ser do monte’ não se constrói exclusivamente em termos de uma oposição rural/urbano, opõe-se ao de ‘fora’, aquele que não conhece suas pautas e valores.

O barracón<sup>15</sup> de estocagem parece uma forma de organização da atividade extrativa, posterior à das comitivas. Se estas últimas entravam de forma transitória e se relacionavam exclusivamente com aqueles lugares a ser trabalhados, o barracón indica uma forma estável que supõe uma clientela de provedores de matéria-prima, assentados em forma permanente. Ou em outras palavras, uma administração do espaço por parte da empresa. É, assim mesmo, plausível supor uma liberal combinação destas duas formas que se formaliza graças à delimitação fronteiriça já que a legislação argentina proibia a existência de qualquer tipo de instalação permanente na região produtora.

O limite brinda a possibilidade de criação de um centro de estocagem intermediário ou transitório para o produto de origem estrangeira. As empresas començam, desta maneira, uma forma de apropriação territorial, algumas das quais adquiriram extensas propriedades do lado argentino ao mesmo tempo que obtinham permissões permanentes de exploração de ervas por parte do governo do estado do Paraná. Estes imensos espaços, formalmente desabitados, constituíam uma região regulada pelo ritmo extrativista e pela arbitrariedade das formas de gestão que cada uma das empresas, através de seus encarregados locais, adotaram.

Da indefinição territorial, prévia ao traçado do limite internacional, resultava um vazio jurídico da parte dos estados que favoreceu o caráter exclusivo e, ao mesmo tempo, legítimo da presença empresária já que a habilitação dependia do centro regional, seja Corrientes, na época das comitivas, ou depois Posadas ou o estado de Parana -no caso das concessões. A aparição deste centro de estocagem específico deve buscar-se na conjuntura internacional que precisava da presença argentina na fronteira, assim como, na baixa dos preços internacionais que deprimiu o mercado na década de 1890.

A procura de melhores custos significava o estoque direto e também *in situ*. A mediação que a empresa evitava era a comitiva, sua organização e os custos que significavam. A erva estrangeira por um sistema de aforos<sup>16</sup> convertia-se em um produto mais barato que a determinada pelos custos nacionais, não é de estranhar a possibilidade de instalar uma porta de ingresso para um produto que tinha em Buenos Aires e Rosario sua entrada principal. Obviamente, o contrabando também figura na lista destas vantagens relativas (BOLSI, 1980; ABINZANO, 1985).

Formaliza-se assim o limite entre o 'carijo' e o 'barbacú', tecnologias de secagem da folha de erva que se constituiu no principal elemento de oposição identitária. Na divisão do trabalho extrativo da comitiva a secagem de todos os mineiros era realizada por um operário chamado cozinheiro ou *urú*. O tipo de secagem, assim como o tipo de corte, distinguíam a erva argentina e

---

<sup>15</sup> Os efeitos desta instituição da empresa extrativista sobre a população indígena foi analisado em detalhe por Cardozo de Oliveira, 1972 e por Da Matta & Laraia, 1978.

<sup>16</sup> Explicado *in-extenso* no cap.2.



paraguaia (barbacuá) da brasileira (carijó). A diferença básica entre estas tecnologias se dá pela utilização, ou não, do fogo direto no processo, mediante a utilização de um sistema de tubulação de madeira, no caso do barbacuá, transmite-se o calor sem afetar o sabor da folha e permitindo uma secagem que possibilita seu estocamento (*estacionado*) por períodos variáveis de tempo - no mínimo um ano para um produto de primeira qualidade.

Embora dependa também de uma forma de organizar o trabalho. O sistema de comitiva na Argentina, ou a administração estatal da atividade no Paraguai, assegurava ao secador a matéria-prima de grandes contingentes de trabalhadores. Entretanto, a organização do trabalho de extração ao oeste da fronteira, não dependia de grandes empreendimentos, eram pequenas expedições ou famílias - caboclos ou índios - que não dispunham de capacidade de corte nem de transporte que justifique inversão alguma em tecnologia. A erva era colocada sobre uma precária grelha de taquara colocando-se fogo embaixo. Isto produzia a defumação da folha o que lhe restava valor, além de não permitir o estacionamento por risco de fermentação.

O produto que chegava à fronteira do Brasil era comprado a menor preço que o de barbacuá, e se utilizava como produto de 'corte', ou seja, base para as mesclas com ervas mais nobres. Apresentar este sistema como 'exterior', à respeito da nacionalidade do acopiador, não deve levar a pensar que não se usava no setor argentino. A utilização de 'carijó' informa mais que sua nacionalidade, a relação do grupo coletor tanto com seu produto quanto com a empresa acopiadora. Significa uma flexibilização do processo de extração no qual custos e riscos são assumidos por empreendimentos independentes à diferença do empresarial sistema de comitivas, no qual a empresa os assumia todos.

As condições de trabalho dos "mensu"<sup>17</sup> que integravam as comitivas foram denunciadas reiteradamente e ante distintos foros<sup>18</sup>(NIEDERLEIN, 1891; ABINZANO, 1985). Para quem vivia dentro das propriedades e das concessões não foram muito melhores. Como expressa um oficial da coluna Prestes que em 1924 recorreu a região incitando os operários a revoltarem-se contra as condições de exploração imperantes ao tempo que recrutava de entre eles membros para suas forças.

*"De acordo com a minha vontade e, em cumprimento às ordens do administrador geral, embrenharam-se na mata os capatazes, com destino aos inúmeros ranchos que abrigam os trabalhadores. Passados quatro dias, começou a chegar o pessoal, formando-se depois uma multidão de mais de mil indivíduos andrajosos, tendo cada um em si, as características da vida miseráveis que passavam sem os mais rudimentares cuidados de higiene; uns*

---

<sup>17</sup> "Os mensus de Dom Allica, proprietário de Pôrto Artaza e de extensos ervais, foram os mais conhecidos pelas brutalidades a que eram submetidos pelos feitores" (WESTPHAOEN, 1968:5)

<sup>18</sup> Denúncias na imprensa de Buenos Aires levam o Gobierno a atuar de ofício na questão, como informa La Prensa de Buenos Aires do 7/5/1914: "El Ministerio del Interior ha comisionado a pesquisadores de prestigio en la policia de la capital, para que se trasladen al Territorio Nacional de Misiones e investigen la procedencia de los cadáveres que últimamente han aparecido en la Aguas del Alto Paraná y frente a Posadas, con mutilaciones y heridas, indicios de crímenes cometidos". Este recorte pertence a um grande dossiê sobre o tema existente na Biblioteca Municipal de Posadas.

*bestializados pelos maus tratos, riam alvarmente, olhar parado, em ponto fixo imaginário. A grande maioria com os artelhos deformados pelos bichos-de-pé, faces entumescidas pela ancilostomiose, ou pelo mal de Chagas, moviam-se lentamente; mulheres cabisbaixas, quase inconscientes sofrendo idênticos males, deixando aparecer pelos rasgões das saias, pernas esquiladas; sentavam-se aos grupos pelo povoado, tendo ao redor crianças cor de âmbar, ventres crescidos, sonolentas e tristes, como velhos chineses desesperançados da vida” (CABANAS, J. apud WESTPHALEN et alli, 1968:29)*

A fronteira informa uma diferente organização territorial da extração por mais que ambos foram amplamente utilizados, às vezes, pela mesma empresa <sup>19</sup>. (Cf. BOLSI, 1980)

O sistema de comitivas se realizava conservando a empresa, uma espécie de exterioridade à respeito da zona de extração, formalmente determinada pela legislação sobre ervas. Esta forma arterial de expansão das empresas se reduzia formalmente aos ‘manchones’ de erva. Só nas proximidades dos rios caudalosos se realizava também extração de madeira. Na região em foco, a divisa se corresponde ao divisor de águas, o escasso porte dos rios determinará que a extração florestal veja-se condicionada ao traçado de caminhos. A mesma legislação supunha - assim como reproduzia - o vazio do erbal.

O sistema de concessões aplicado no Brasil, em contraposição, supunha a instalação do empresário sobre o território que criteriosamente explorava. A organização da mão-de-obra era parte deste critério empresarial. O vazio do espaço, se bem que não legislado, também supõe-se.

Os índios, a roça cabocla e um indeterminado e variopinto contingente<sup>20</sup>, constituem a periferia deste sistema, ora integrados ao esquema empresarial, ora simplesmente compartilhando a região em outros nichos ecológicos do monte.

A existência de pequenos empreendimentos agrícolas e de criação de animais se combinam com o ‘negócio da erva’ com o qual a maioria dos habitantes estavam relacionados. Os *bolicheros*

---

<sup>19</sup> “Ello fomentó la formação de empresas grandes y complejas. Así por ejemplo, se destaca el citado caso de Tomás Larangeira, que con una concesión inicial -en territorio brasileiro- de 1.600 leguas cuadradas, se llegó a convertir en una empresa que producía más de un millón de kilos de yerba por año con un área de reclutamiento de mano de obra que llegaba incluso hasta Posadas. Hacia 1874 dicha empresa se fusionó con la Sociedad Francisco Mendez, de Buenos Aires, y como resultado de esta combinación su crecimiento se multiplicó marcadamente; a fines de siglo manejaba intereses estrechamente vinculados entre sí ubicados en Río de Janeiro, Mato Grosso, Buenos Aires y Paraguay. (137)...también el caso de la Industrial Paraguaea S.A. fundada en 1887. (...) Centrada primero en los yerbales espontáneos de Tucurú Pucú, poco a poco fue ensanchando sus dominios hasta alcanzar una superficie de aproximadamente 1.200 leguas cuadradas. En conjunto, la empresa alcanzó una producción de unos 10 millones de kilos de yerba al año, por cuanto tenía intereses y molinos en Asunción, Corrientes, Rosario de Santa Fe y Brasil. (BOLSI:137).

<sup>20</sup> A região desde a conquista ficou livre de uma população branca sistemática. Assento de diferentes grupos tupi, foi alcançada no século XVII pela dinâmica migratória dos guaranis. Este movimento que segundo investigação em curso, ainda continua (GOROSITO, comunicação pessoal), entrando em crise com a frente de população branca. Os ‘*comuneros asuncenos*’ navegaram o Alto Paraná e recorreram suas costas desde sua instalação no século XVI, se bem que não existam notícias de povoamento na margem oriental. A guerra do Paraguai abriu a região à exploração militar e comercial. Desde a frente de população que culminava na Campo Eré (atual SC) perto de 1860; deslocaram-se em grupos Kaingang e o excedente populacional do centro do planalto. A guerra verteu nas selvas inúmeros desertores e bandos armados de irregulares que nelas achavam refúgio.

centralizam as redes de clientes à partir de dívidas a ser saldadas em erva. Isto os transformavam também em articuladores de outros recursos da variada *freguesia* rural. Uma horticultura pouco diversificada, grãos e mandioca são as variedades destas pequenas produções destinada à subsistência e ao magro comércio local. O milho se constitui em uma exceção, suas roças se distribuíam à borda das picadas para prover os tropeiros.

A divisão estatal do espaço se sobre-imprime à realizada pela atividade empresária e legitima alguns dos integrantes da frente extrativa como pertencentes ao estado-nacional, como também as hierarquias que lhe são inerentes. Alguns destes padrões tem sua origem na possibilidade de ingressar recursos de 'afuera' do sistema. Mas a possibilidade de funções remuneradas pelo Estado e o contrabando estão na base da explicação dessa diferenciação, se bem que não exclusivamente. A instalação espacial do barracón 'argentino' no limite remete a uma estratégia empresarial que 'brasileiriza' sua gestão comprando erva diretamente da população local e a que provinha do Paraná e Santa Catarina.

A extrema violência que supõe esta frente extrativista cria um cotidiano onde as armas legitimam o acesso aos recursos. A "autoridade", nos relatos dos mais antigos moradores, relaciona-se com as formas vernáculas de justiça reguladas pelo respeito e a honra (cf. WACHOWICZ, 1984; RENK, 1990)

*"O tipo precisava ter um 'revólvere' bom, uma daga boa e não se entregar pra 'autoridá' nenhuma. Assim o homen ganhava confiança. Se fosse um miserável: surravam, roubavam, matavam. Levavam tudo. Era facer-se conhecer como 'homen de lei', mesmo." (entrevista com antigo povoador).*

A oposição homem-de-lei/miserável adquire inteligibilidade no campo de relações da atividade extrativa. A ausência de uma autoridade que arbitre a relação com a empresa, cria ou legitima uma ordem de referência na qual alicerça-se a figura do 'bandido', prestigiado por sua coragem e o uso das armas. Como territorialidade o bandido marca uma ambiguidade à respeito do sistema extrativo, é uma de suas formas exteriores.

*"Hay un numero incontable de ejemplos que nos muestran esferas en las que es posible comercio, trato, contacto objetivo entre partidos adversarios; de manera que en elas no actúa la hostilidad sin que esto signifique que haya cesado. En estos casos, cada cual sale de los límites que ordinariamente le separan del adversario, pero sin entrar en su territorio" (SIMMEL, 1977: 740)*

A adjacência da fronteira amplia a capacidade 'coito', da área de 'pouso' do bandido, indicando um dispositivo que desloca seu acionar fora da região. O sistema de trilhas torna fácil o controle sobre o movimento de estranhos assim como brinda a possibilidade de fuga rápida, uma vez efetuado o cruzamento. As histórias de bandidagem, coincidem em afirmar o 'respeito' pelo lugar, como central, de parte destes 'homens de armas'.

Também é válido afirmar que as disputas familiares originadas, em general, por ofensas à honra, pendências por motivos econômicos -envolvendo comerciantes, acopiadores ou assalariados- ou simples motivos de ocasião (brigas), podiam colocar a qualquer um na vida de bandido, ficar fora da lei. As histórias de pistoleiros famosos -como Raúl Texeira ou João “Sem-Medo”- povoam as recordações da ‘época das tropas’. Os relatos sobre as correrias destes personagens invariavelmente colocam um momento de inflexão original, em que o bandido, ante uma ofensa ou injustiça, faz sua primeira vítima. Estes personagens criavam ao seu redor uma clientela, à qual seu prestígio garantia certa segurança. As casas e famílias destas pessoas eram conhecidas por todos e apesar de ser “*perseguidos por la justicia*”, eram considerados, fundamentalmente, vizinhos.

Este tipo, assimilável ao *bandido social* de Hobsbawm (1970)<sup>21</sup>, administrava um regime espacial circunscrito, onde o respeito e a força garantiam uma ética ao sistema de relações. Infinitude de publicações de época ou citações em trabalhos acadêmicos, se referem à ‘*lei do tabuco*’, ‘*terra de bandido*’, ‘*marginais embrenhados nas matas do oeste*’. Supostamente a muerte de Texeira em uma ‘*espera*’ (emboscada) policial, foi noticiada “*hasta na BBC de Londres*”, segundo um informante, o que informa sobre a importância dada no lugar à fama dos pistoleiros.

Esta popularização da imagem da fronteira, é um discurso que ao ser apropriado pelo discurso oficial lhe outorga *per-se* a existência do fenômeno banditismo. O argumento é circular, a marginalidade é a que cria o bandido que, por sua vez, evita com sua ação o progresso e a consolidação da segurança. No apelo a falsidade do argumento, existiam bandidos -e existem-, e as histórias que até hoje circulam, assim o demostram. Intenciono chamar a atenção sobre este mecanismo discursivo que cria uma ‘zona moral’<sup>22</sup>. Com toda a ambiguidade que tem esse conceito, que tanto condena como atrai. Expulsa tanto quanto localiza. Adjetiva a marginalidade, estranhando-a da sociedade da qual forma parte -como em nosso caso, ecologizando-a. Desde as disposições de 1824 pelas quais o governo Correntino toma medidas para “*que la campaña se limpie de toda gente ociosa y mal entretenida, y se las reduzca a comunidad...*” (SCHAILER,1985: 107) as referências à fronteira como lugar inseguro e refúgio de malfeitores é recorrente.

Segundo entrevistas realizadas por WACHOWICZ, em alguns pontos coincidentes com meus dados, os colonos paranaenses recorreram a alguns destes ‘*hombres de armas*’ durante os

<sup>21</sup> “O padrão fundamental de banditismo (...)é quase sempre, universalmente, encontrado dentro de certas condições. Ele é rural e não urbano. As sociedades rurais onde ele ocorre conhecem o rico e o pobre, o poderoso e o fraco, os que comandam e os comandados, mas permanece profunda e tenazmente pré-capitalista como sistema” (HOBSBAWM, 1970:37). O autor reconhece que além de uma interpretação romântica do fenômeno devemos pensar que fora destas condições estruturais o bandido se converta em um simples criminoso ou termine alistando-se no bando dos poderosos.

<sup>22</sup> Perlonger que trabalhou com a categoria de ‘zona moral’ adverte que esta não depende de um ‘desejo’ de distintos tipos de desviantes de coincidir em um lugar, se bem que a existência de algum tipo de desviante em um lugar possa servir para ‘marcar’ uma região, esta serve de ponte para outro tipo de desviantes. Mas esta categoria também depende da segregação externa aos grupos como também os ganhos que significam para algum setor, seja legal ou ilegal, da sociedade. (PERLONGER, 1993)

levantamentos de 1957, para responder à violência da polícia e dos jagunços dos grileiros que pretendiam despojá-los de suas terras (1987).

A ação dos estados não modificou substancialmente o lugar central ocupado pelas armas na vida cotidiana, tanto no povoado quanto na zona rural, se bem que seu uso atualmente não seja ostensivo. O controle das armas em poder da população já foi política das autoridades, de um e de outro lado da fronteira - em especial durante as décadas de 1960 e 70.

A venda de armas e munições constituiu historicamente um dos segmentos mais lucrativos do contrabando realizado do Paraguai. A tropa como atividade supõe o uso de armas de fogo, que é a única garantia de segurança das mercadorias transportadas. A caça ainda hoje faz da espingarda uma presença habitual. Quase considerada mais uma ferramenta, com as quais muitas vezes comparte o mesmo lugar dentro da casa.

Hobsbawm nos alerta sobre a interpretação da figura do bandido, sua caracterização social não faz dele um revolucionário. Ele é uma figura "neutra", porém estável no contexto (cf.1970). *Capangas*<sup>23</sup> e *jagunços* dos ervateiros, custódias de tropas, capatazes, contrabandistas e até alguns policiais, são algumas trajetórias de vida para estes *hombres de armas* ou *hombres de ley*. Os exemplos pessoais são dos mais variados. Suas irrupções são fugazes, a vida pública do bandido é sumamente curta, resume-se, às vezes, a algum caso destacado na região. Mas genericamente a figura do bandido é uma presença constante.

Em 1923 começou o controle aduaneiro argentino, sobre o tráfico de cargueiros de erva, administrado pela polícia. Anterior a este fato, e tal como estabelecia o regulamento de ervais, os controles eram feitos nos portos do Paraná, do Uruguay ou diretamente em Posadas. Sua incidência será quase nula sobre o tráfico internacional de mercadorias, ao estar direcionado como controle exclusivo da matéria-prima, no contexto da crise de sobre-produção, surge como uma medida protecionista do mercado interno. Existem referências a um controle similar estabelecido pela província do Paraná, em princípios do século em Barracão, cobrando impostos sobre a erva exportada. A precariedade dos meios de controle e a instabilidade institucional seguramente desestimulou o empreendimento, sobre o qual não recolhi nenhuma referência em campo (ver nota n. 27).

Este controle policial argentino ainda tinha, segundo a imprensa da época, a missão de reforçar a delegacia local ante as notícias provenientes de Buenos Aires sobre a Coluna Prestes. De

---

<sup>23</sup> Deformação da palavra capataz. O seu primeiro significado proveniente da relação de trabalho, esta agrega o arbitrário uso do poder respaldado pela força. Identifica-se como capangas não só o chefe da quadrilha senão também a políticos locais, policias, terratenentes e pessoas prepotentes em general.

fato o grupo não só atuou na região, onde inclusive se produziu um confuso episódio<sup>24</sup>, vários de seus integrantes se refugiaram na Argentina.

Uma vez que o tráfico de animais carregados de erva-mate decresce marcadamente por volta dos anos 30<sup>25</sup>, inicia-se na região a compra de matéria-prima em troca de “mercaderia”. Os cargueiros também fornecem produtos argentinos aos armazéns que abastecem a frente madeira, que vai instalando-se desde às margens do Uruguay.

*“En ese entonces las empresas estaban cerrando. Había en Barracão las barracas de acopio. El transito disminuyó mucho. Era no solo de yerba, en general se cambiaba yerba por harina. Barracão quando terminó la época das tropas se convirtió en un pueblo abandonado”.*(entrevista a antigo morador)

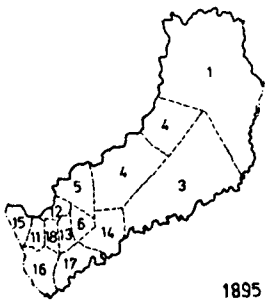
Com a crise econômica dos anos trinta, acompanhada de graves conflitos políticos em ambos os países, a vida do povoado se retrai à mínima expressão da capacidade local de reprodução. As empresas se retiram mas os barracões continuam comprando erva silvestre. Contudo o negócio já não resultava tão rentável e os volumes eram muito menores. Ao competir com a erva cultivada o preço de estoque, em geral pagado com ‘rancho’, decaiu. O negócio se mantém ‘sem lucro’ devido a erva representar a única possibilidade de mercado para a população local o que remete na realidade às margens de lucro sobre os gêneros alimentícios, em geral super faturados.

Esta redução de custos da matéria-prima remete também à reorganização empresarial da indústria ervateira em seu conjunto no momento. A legislação de colonização obrigava a seus beneficiários, na província de Misiones, a plantar o produto. A substituição de importações colocada como planificação de Estado, reacomoda a cadeia produtiva no espaço. Assim os moinhos deixaram os portos do sul, Buenos Aires e Rosario principalmente, ao decair a incidência da matéria-prima importada. Sua realocação se concentra na zona produtora das colônias do sul do território de Misiones. O passo da extração à produção sistemática, no sul da província, marca também o ritmo do retiro da estrutura extrativa na região.

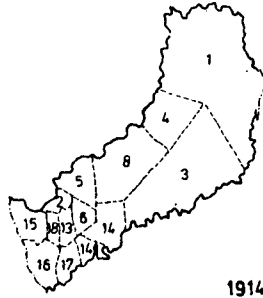
---

<sup>24</sup> Entre as histórias preferidas dos antigos moradores do povoado está a da batalha de Separação em que duas colunas legalistas se enfrentaram, convencidos de que seus respectivos oponentes formavam parte da ‘Columna da Morte’.

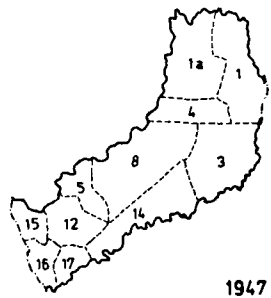
<sup>25</sup> O governo golpista de Uriburu adota entre suas primeiras medidas uma restrição à importação de erva - mate do Brasil a fim de proteger os produtores missioneiros. Brasil, segundo importador da Argentina em importância, aplicara sanções sobre o trigo, assegura sua provisão a partir de um pacto comercial com os EE.UU, mediante o qual obtia o grão trocando-o diretamente por café. (BANDEIRA, 93:23) Desde 1926 existiam incentivos legais para a plantação de erva, que já se realizava na colônias do sul da província desde os princípios de século por exigência contratual com os adjudicatários de lotes, e levaram a uma rápida extensão dos cultivos que por volta de 1935 produzirá a primeira crise de superprodução (Bolsi, 1980; Baranger, 1978).



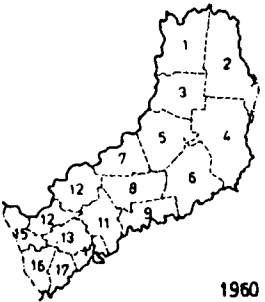
1895



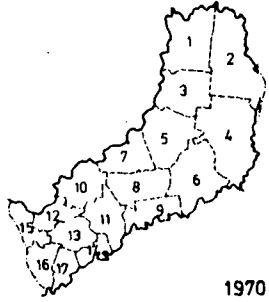
1914



1947



1960



1970

### DIVISIONES DEPARTAMENTALES

#### REFERENCIAS:

1895	1914	1947	1960/70
1 La Frontera	1 La Frontera	1 La Frontera	1 Iguazú
3 Montecagudo	3 Montecagudo	12 Iguazú	2 Gral. Belgrano
4 San Pedro	4 San Pedro	3 Guaraní	3 El Donado
5 Ignacio y Corpus	5 San Ignacio	4 San Pedro	4 San Pedro
6 Santa Ana	6 Santa Ana	5 San Ignacio	5 Montecarlo
8 Campo Grande	8 Campo Grande	8 Carrizosa	6 Guaraní
11 San Carlos	12 Candelaria	12 Candelaria	7 Lib. Gral. S. Martín
12 Candelaria	13 Cerro Corá	14 San Javier	8 Carrizosa
13 Cerro Corá	14 San Javier	15 Capital	9 25 de Mayo
14 San Javier	14 Itacuarandé	16 Apostoles	10 San Ignacio
15 Rosadas	15 Rosadas	17 Concepción	11 Oberá
16 Apostoles	16 Apostoles		12 Candelaria
17 Concepción	17 Concepción		13 Leandro N. Alem
18 San José	18 San José		14 San Javier
			15 Capital
			16 Apostoles
			17 Concepción

Fuente:

Censos Nac. de 1895-1914-1947

1960 y 1970 - Cacopardo, María C.

Alguns dos empregados dos acopiadores permanecem e à partir da infraestrutura abandonada pelas empresas, assumem a atividade de forma privada. Os armazéns “mayorean<sup>26</sup>” basicamente farinha de trigo, gordura, querosene, sal, tecidos, armas e munições.

*“Montamos un negocio que vendía de todo, de remedio hasta zapato. Mi padre compró de la empresa el galpón y siguió recibiendo yerba por su cuenta y mandaba para el Paraná, pero poco, lo que se compraba con el negocio. Era una tristeza en ese tempo, parecia un pueblo abandonado. Acá en Barracón se podían ‘estocar’ entre 300 e 400.000 kilos de yerba, en medio de la campaña llegó haber 5.000 mulas, era un hormiguero de gente.”* (entrevista antigo comerciante)

A roça de milho, verdadeiro posto de gasolina para as caravanas de cargueiros, são invadidas pelo *capuerom*. A impossibilidade de chegar a outro mercado e a disponibilidade de terra em abundância, possibilidade real ou potencial de grande concorrência, fazem da atividade agrícola, por cima dos níveis de subsistência, uma prática quase inexistente<sup>27</sup>.

*“O mato començava detrás das casas. Cada quem tinha sua roçinha, mas não tinha agricultor mesmo. Tinha índio que ‘melava’ ou alguém trazia uma caça. Animal criava pra consumo também. Só com a estrada veio a serralheria, o fumo, feijão...negócio mesmo era a tropa e já não tinha...”*

As cifras de povoamento refletem, com uma diminuição da ordem de 10%, esta inflexão do mercado ervateiro. Esta cifra deve ser tomada com algumas precauções. Os censos disponíveis na Argentina para a área tem uma desagregação que alcança o nível departamental (equivalente ao município brasileiro). Porém, ainda devemos considerar o fato de que o departamento da Fronteira nos dois primeiros censos, 1895 e 1914, abarca 40% da superfície da província, incluindo as margens do Paraná onde se concentravam os portos ervateiros e obras madeeiras(mapa). Mas por tratar-se da zona ocupada pela frente extrativa de erva silvestre serve como referência geral. As cifras absolutas mostram também uma referência para estes 11.609 km<sup>2</sup>, o total em 1895 era de 1.285 habitantes e para 1914 de 1.187, a densidade resultante 0.1 habitantes por km<sup>2</sup> para ambos os períodos. Já para o ano 1920 existe um censo exclusivo de Territorios Nacionales que redimensiona o território do departamento a um 1/3 de sua superfície original. Para os 3.693 km<sup>2</sup> se contabilizam 562 habitantes. O censo desagrega: do total de estrangeiros(228), a brasileiros(174) e paraguaios(41).

Para a área correspondente ao Brasil só dispomos de cifras para a área urbana de Dionísio Cerqueira do Recenseamento Geral de 1940: 85 habitantes. Todas estas cifras servem aos efeitos de ter uma idéia, se bem que *grosso modo*, do total do núcleo populacional que não deveria passar dos 150 povoadores na década de 1920, estimação compartilhada por meus informantes.

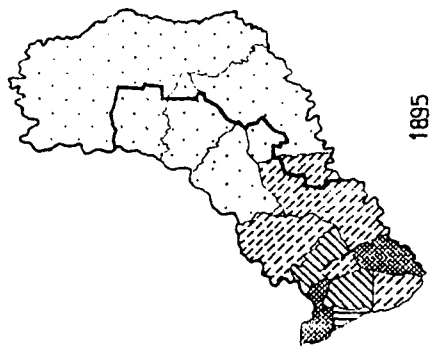
---

<sup>26</sup> Atacadista.

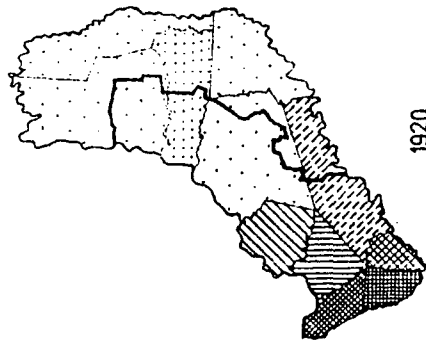
<sup>27</sup> Segundo um informe de Territorios Nacionales datado em Buenos Aires em 1926, cultivavam-se em Barracón 328 has. os principais produtos era: milho (100), poroto (feijão) (60), Mandioca (65), papa e batata (28), cana-de-açúcar (15) e maní (amendoim) (20) (Documento de la Biblioteca del Inst. Ruiz de Montoya.)



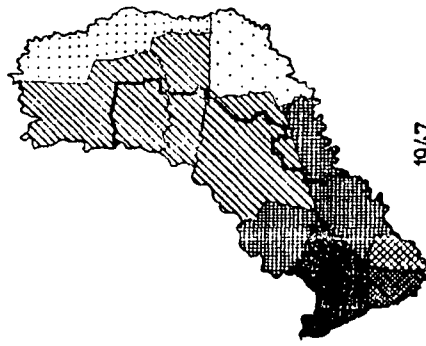
DENSIDAD DE POBLACION.



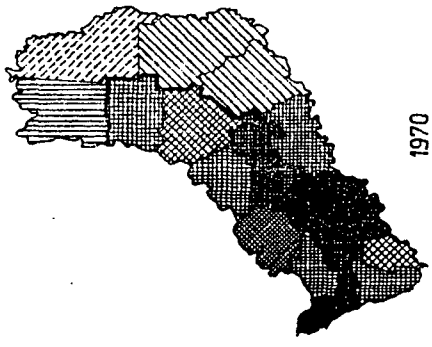
1895



1920



1947



1970

REFERENCIAS:

Límite del sector en estudio.

Más de 25 habitantes / Km<sup>2</sup>

20 a 25

15 a 20

10 a 15

7,5 a 10

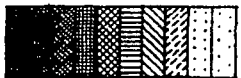
5 a 7,5

2,5 a 5

1 a 2,5

0,5 a 1

Menos de 0,5



Escala : 50 0 50 Km

Fuente: Roselli & Giménez, 1982.

É neste momento de inflexão onde o grupo local adquire uma identidade frente às autoridades argentinas. Em 1931 o governador passa pela região e inaugura a municipalidade<sup>28</sup>. Já existia uma comissão de fomento, que havia procurado um nome propondo o de Aparicio Cue<sup>29</sup>. Porém, por instância do governador do território, se decidiu por Bernardo de Irigoyen, membro do Servicio Exterior e gestor na solução do conflito de limites.

A atividade na região passa a depender do contrabando, redefinindo ao efeito as tropas de mulas destinadas ao negócio de erva. Se o contrabando de produtos de consumo familiar foi sempre atividade paralela dos tropeiros, a exclusividade aumenta sua dependência respeito dos comerciantes, que passam também a organizar tropas por sua conta. Os volumes assim comercializados, com destino aos assentos coloniais de Parana e Santa Catarina, porém se reduzem ao capital de giro local. A atividade têm altos custos e em grande medida seus resultados são bastante imprevisíveis. Mais pela insegurança dos caminhos que pelas perdas ocasionadas pelo controle aduaneiro. Paradoxalmente a decadência ao mesmo tempo faz nascer o povoado.

*“Con Uriburu (Presidente militar do golpe de 1930<sup>30</sup>) se levantó el pueblo. Se formó una comisión municipal, en la época empezamos a buscarle un nombre. Se llamaba Barracón, que ni el del otro lado. El correo venía de a caballo y ahí venía la lista de pago, así que los comerciantes compraban los vales del sueldo y te daban mercadería. La estafeta del correo la atendía un ex-soldado de Prestes que quedó por acá. Lo nacionalizamos en el Juzgado de Paz y le conseguimos un sueldo del correo. No nos dejaban crecer, decían que era por problemas de seguridad.”(entrevista a ex-juiz )*

A nomeação do povoado argentino resigna tanto o Barracón original quanto o proposto pela comunidade, a favor do sugerido pelos representantes do poder central. Similarmente no Brasil, o pequeno núcleo populacional recebe o nome do chefe da comissão de demarcação, Dionisio Cerqueira, em 1903, durante os trabalhos da comissão sobre o lugar. Só muito posteriormente, em 1951, ao obter o município de Barracão seu desmembramento de Clevelandia oficializará o nome de Barracão para o setor paranaense da cidade. De fato, e segundo o país, a denominação de Barracão ou *Barracón* se mantém para designar o conjunto de casas que se estendia em uma linha de aproximadamente 3 km.

*“Las tierras eran negociadas por el gobierno directamente con los extranjeros, nadie cuidaba. Nosotros eramos de los pocos que había en la región. No había pueblo, esto era una picada. Para encontrar un pueblito había que caminar unos diez quilometros, era el*

<sup>28</sup> Se bem que a data oficial de fundação é de dez anos anterior. Esta datação também é arbitrária, as firmas Krieger Hnos. e Guardile e Nuñez tinham postos para tropas e barracas de acopio desde antes de 1890. Documentación de la Biblioteca Municipal de Posadas.

<sup>29</sup> Tratava-se de um ‘posteiro’ e cuidador de mulas empregado de uma firma ervateira “Don Aparicio había sido plantador de maíz de los Krieger y fue el primero que tuvo puesto por acá, cerca de Dos Hermanas”(entrevista).

<sup>30</sup> Com o golpe os conservadores retornam ao poder, privilegiando a pampa exportadora, entretanto os golpistas, de denunciadas tendências fascistas, têm nas fronteiras fundamento para seu discurso nacionalista. Para B.de Irigoyen significou a obtenção de mínimos recursos já que o dispositivo militar de defesa da região começava em Posadas e na fronteira de Corrientes com o Brasil. (Cf. BOTANA, 1986), ABINZANO, 1985)

*todo de Maidana. Se decía que esta tierra era de tal o de tal, pero nunca aparecieron esas personas. (...) De la época de los jesuitas todavía quedaban restos de un camino real que ellos usaban para sacar sus productos, era calzado de piedra y seguía más o menos el trayecto de la (actua) ruta 14. Era más fácil salir para el lado de Clevoandia, que para Chapecó o para Posadas. Tenía quien cuidaba de ganado. Para el lado del Uruguay tenía la madera...”*(entrevista com antigo morador paraguaio)

O povoado enlanguesse com os efeitos recessivos da crise econômica mundial. Os membros da comissão de fomento reiteradamente remeteram petições às autoridades e sistematicamente não são ouvidos<sup>31</sup>, com o argumento da falta de orçamento. Embora a informação dos povoadores indicasse outros motivos.

*“El ejercito no permitia hacer ninguna inversión en la region porque era zona de seguridad. El correo salió porque pedimos unos pesos para hacer una casa para el estafeta, pero no querian dejarnos hacer una sucursal, la estafeta funcionaba en el ranchito del encargado que era brasilero. La plaza actual era el corral de mulas de mi padre y el primer edificio de la municipalidad era una casa de madera que había sido de una das empresas, era donde se reunía la Comisión y funcionaba el Jugado de Paz. En 1943 fui, por un accidente que tuve, a operarme en Buenos Aires. Hice algunos pedidos de inversiones. Nadie queria saber de nada con la región, al final del Ministerio de Economia me mandaron hablar con la gente del Ejercito, esa vez el propio Ministerio de Guerra me dijo que no. Era como había dicho el gobernador, si atacaban los brasileros teníamos que salir disparando para el Sur”*(entrevista com ex-juiz de paz).

O grupo fundacional a que faço referência, também incluye aqueles que deslocados pelas frentes de ocupação, tanto no Paraná quanto em Santa Catarina, buscavam algum lugar. Também havia famílias remanescentes da Guerra do Contestado, veteranos da coluna Prestes e desertores do exército, que subsistiam em roças periféricas ao povoado.

Em 1943 o acampamento extrativista redefine sua inserção no terreno. Os edificios começam a desempenhar novas funções no marco de um povoado vazio que retoma a sua atividade. A força de Gendarmeria foi criada para a tarefa específica de custodiar as fronteiras no marco da II Guerra. Sua primeira obra em Irigoyen foi instalar uma *tranqueira*<sup>32</sup> que permanecia aberta durante as horas que a guarda permanecia no lugar. Sua localização, no lugar que atualmente ocupa a municipalidade, intentava disciplinar a linha que organizava a escassa urbanização. O valor simbólico deste portão não se compadece com sua real incidência no controle do tráfico de pessoas ou animais. Seu efeito na ‘picada dos brasileiros’ é produzir um reordenamento da estrutura hierárquica de poder local. Especialmente o portão é o primeiro corte na trilha que

---

<sup>31</sup> “Los territorios nacionales eran en esta época entidades políticas que tenían mucho de abstracto. Sus gobernadores ejercían un poder relativo respecto de su espacio y sus obras. A modo de ejemplo, recuerdese que las escuelas eran construidas y dirigidas desde el ministerio central de Buenos Aires; que la terra fiscal y la formación de colonias era repartida por la Dirección (nacional) de Terras; que los caminos y puentes eran resorte del Ministerio de Obras Públicas de la Nación. En otros términos, se quiere indicar que diversos organismos, muchas veces inconexos entre sí, tenían el dominio real de las gobernaciones. A sus gobernadores, muy a menudo les restaba la posibilidad de intentar alguna coordinación y hacer las gestiones de obras ante los distintos ministerios, además del Ministerio del Interior”. (BOLSI, 1980:154)

<sup>32</sup> Em 1941, uma patrulha visitou o lugar e distribuiu rumores de uma possível invasão brasileira, só em ‘43 um destacamento de 13 homens se instala.

estruturava o povoado. El Gobernador recomendava ao Juiz antecipando a chegada da *Gendarmeria*

*"Esta gente tiene carta blanca, hagan lo que hagan usted no se meta. Mejor!, así va dejar un poco de ayudar a sus compadres..."* (entrevista com ex-juiz de Paz)

Se a divisão territorial de 1895 substituiu a 'fronteira região', indiferenciada e residual, por um traçado preciso, a gestão do novo ator leva a demarcação à vida dos povoadores. O chamamento a marchar-às-fronteiras<sup>33</sup> motivou a desconfiança do governo argentino, desde a revolução de 30 ao "Estado Novo" se produz uma outra concepção de Estado no Brasil (Cf. CAMARGO, 1992) que inclui uma nova forma de apropriação territorial. O desenvolvimento industrial, a substituição de importações, como seu motor, e a incorporação das massas mediante um apelo de nacionalidade articulam-se neste novo discurso. Se a industrialização produz um movimento de migração rural-urbana; a fronteira, ao mesmo tempo, funcionaliza-se como 'topos utópico', margem móvel de absorção do excedente populacional. O controle estrito sobre as colônias estrangeiras durante a II Guerra endurece também as fronteiras internas. Assim as convulsões do centro produzem reverberações no limite. Uma visão geopolítica deste discurso devolve à fronteira sua identidade com a guerra. Visão implícita na definição da fronteira como faixa<sup>34</sup>:

*"La Zona de Frontera puede diferenciarse de otras regiones como zona de transición muy especial y dinámica, íntimamente relacionada con las características de las naciones limítrofes donde imperará el país que sepa irradiarse, este es un concepto vital para orientar nuestros cursos de acción. Dicha transición es consecuencia de la circulación a través del límite. La extensión y profundidad de ese 'espacio fronterizo' en propio territorio, no es rígida en el tiempo ni común para todos los factores que se manifiestan, ya sean educacionales, culturales, económicos, políticos, etc., de ahí su imprecisión y la consiguiente dificultad para determinarlo"* (MISIONES, 1977:1-2)

Na visão do Estado homogeneizante a indefinição do limite não pôde menos que aparecer como deformação, ilegitimidade, usurpação. Entretanto essa indefinição, de expressão espacial, traduz-se na prática dos órgãos de segurança em colocar sob suspeita os habitantes do limite.

---

<sup>33</sup> "A promoção do desenvolvimento e da economia de mercado apareceram claramente como decorrência necessária deste projeto maior de integração nacional, tornando evidente que, no bojo do nacionalismo desenvolvimentista, a prioridade, antes de mais nada, cabia a integração e à segurança nacionais." (CAMARGO, 1992:25)

<sup>34</sup> "Lei n. 601, de 18 set 1850, regulamentada pelo Decreto n. 1318/1854 (...) estabelecia o primeiro conceito de Faixa de Fronteira - uma 'Zona de de 10 léguas (66 km) nos limites do Império com países estrangeiros' - onde seriam estabelecidas colônias militares, ali poderia ocorrer a concessão gratuita de terras; a dimensão de 66 km estava associada às técnicas de Infantaria então vigentes e ao potencial do material de Artilharia(...) Constituição de 1934, Art. 166 - A faixa foi alargada para 100 km, passando a denominar-se 'de segurança' (...) a preocupação do governo não (era) propriamente com o direito de propriedade das terras, mas, sim, com o controle de sua distribuição..." (FERREIRA, 89:28) A analogia é evidente assim como o deslocamento de um conceito puramente militar a um de segurança, fundamentado no controle do processo de 'irradiação' do país vizinho e as formas de neutralizá-lo.

A polícia do território era o braço armado do juiz de Paz, o tipo de autoridade que este exercia o colocava mais perto do notário que do represor de infratores. Do bom padre, que o Inspector Geral prescreve como perfil desejável,

*"Se hace presente al Juez de Paz que debe ser un padre de padres, un consejero legal, un amigo y un ciudadano patriota que trate mantener el más alto decoro en la función por tratarse este lugar de un punto limítrofe, poniendo en todo o más alto empeño de que sea capaz para lograr que la Argentina sea un país de autoridades dignas..."* (II Libro de Registro de Inspecciones do Juzgado de Paz. 17/11/1938.)

O anônimo e burocrático administrador do limite que o portão de Gendarmeria propõe não só produz um corte no espaço social homogêneo senão um deslocamento no eixo de poder local se faz evidente. Esta divisão, na aparência meramente formal do espaço, dada a imensidade da selva circundante e o escasso grupo destinado ao controle, acarreta drásticas mudanças para a vida da comunidade. O elemento de controle 'externo' introduzido tem um efeito interno, uma segunda demarcação tem lugar no mesmo limite.

A figura do juiz de Paz é paradigmática deste processo, com o recorte de sua autoridade desaparece uma gestão do território local/civil. Se evidencia um deslocamento para um eixo central/militar. Argumenta-se sobre a segurança do território, estabelece-se um controle sobre a população. A guarnição de Gendarmeria também desloca a Polícia Territorial que deixa de atuar na zona.

*"Siempre tenía en el juzgado, que durante mucho tiempo funcionó en mi casa, alguno que había peleado con la mujer, o que no podía cobrar una deuda con el vecino. Ya conflictos mas graves teníamos que ver con el comisario. Pero era cosa rara.(...) El sueldo muchas veces tardaba meses en llegar, ahí solo se saldaba la deuda y no quedaba nada. Y quando venía en día ni te preocupabas en ir a buscar la plata, sino había en que gastarla!"*. (entrevista a ex-juiz de Paz)

Esta forma privada, doméstica em seu caráter paternal, de gestão do público fala do espaço que a irrupção central modifica impondo novas práticas e atores. Um trânsito que não só transcorre do privado ao público, senão que irrompe hierárquicamente impondo um estilo de intervenção inédito. Em ambos os lados do portão as casas de comércio começam a redefinir seu caráter de armazéns de povoado, a pressão por definir a nacionalidade dos povoadores, torna os primeiros meses de atuação do contingente em motivo de dispersão do povoado. O Juiz de Paz durante esse período foi supervisionado por um Juiz Militar. Tanto o comércio internacional como o contrabando surgem desta redefinição normativa de práticas habituais prévias.

Entre as medidas que a Gendarmeria impõe está o pagamento em efetivo aos empregados públicos, função que assumem provisoriamente, se bem que sempre realizará as custódias das remessas de dinheiro. Os empregados públicos, entre eles a polícia, cobravam seu soldo em letras contra um comerciante local. Esta possibilidade de injeção de recursos alheia ao sistema extrativista

era neutralizada pelos constantes atrasos que endividavam ao beneficiário. A relação resultante era a subordinação dos agentes estatais ao patronato local da empresa primeiro e dos comerciantes depois.

O desempenho de função pública é apresentado como uma tarefa comunitária, de boa vizinhança e era em geral combinada com outra atividade. Se bem que frente às autoridades regionais era uma legitimação que permitia alguma articulação de recursos privados, fundamentalmente crédito na praça central. Também os contatos estatais destes funcionários à nível local articulavam redes de patronato à partir dos recursos básicos: ordens de serviços de saúde e documentação. O emprego público, mera atividade *ad-honorem* ou simples subsídio ao consumo familiar, começa a profissionalizar-se com a nova gestão e convertem o empregado público em uma espécie de “micro-burguesia” local. Possibilidade de poupança, por pequena que seja, em um panorama generalizado de dívidas e truques, que modifica a antiga hegemonia “*bolichera*”.

Devemos ver este momento de inflexão como um processo onde um esquema de poder se transforma, mais que entendê-lo como um reacomodamento radical ou a emergência automática de um novo sistema. Em um estudo sobre *troca e patronagem* em um município do nordeste brasileiro, Marcos Lanna propunha que “*a estrutura local gera -e não apenas ‘reforça’- o controle do estado, ao mesmo tempo em que é gerada por este*” (LANNA,1995:226/7). Seguindo a Terence Turner denomina esse processo como ‘*dialéctica generativa*’ e, segundo hipotetiza, seria a chave para entender a própria constituição do Estado no Brasil.

De acordo com Lanna, deve colocar-se na base da estruturação do poder local à reciprocidade hierárquica, mas existem certas distorções que a demarcação do limite e a história institucional da região, imponem-se em nosso caso. O fato de ser um espaço tripartido juridicialmente faz com que as redes de reciprocidade não necessariamente devenham em créditos políticos. A rotatividade de funcionários provinciais e federais fazem que a acumulação pessoal do exercício dos cargos administrativos mais influentes não se reproduzam no tempo, salvo através de outras difusas mediações<sup>35</sup>. Estes funcionários técnicos, vindos ‘de fora’, foram a norma das administrações de gestão central que apenas à partir da década de 1980, paulatinamente, substituem-se por autoridades eletivas.

O emprego público, tanto em cargos políticos ou ‘de carreira’, é uma fonte de recursos políticos que alimenta as redes para baixo, ao mesmo tempo que se converte em fonte de dívidas para os ‘pequenos patrões’ locais ante a administração central. No entanto as mediações, ao tratar-se em

---

<sup>35</sup> A oficina regional de Tierras y Colonización é uma ferramenta política fundamental para qualquer administração municipal em B. de Irigoyen já que é a que viabiliza os pedidos de titulação e legitimação de ocupação, peças fundamentais para obter o título da terra. O diretor é designado pela administração provincial, a não correspondência partidária com a intendência municipal actualmente coloca o partido como mediador informal desses pedidos. De fato, alguns dos pedidos que haviam ‘saído’ nos últimos tempos se devia mais a influência do topógrafo dessa oficina que à decisão política do diretor.

diferentes épocas, isto é válido para as três administrações- de uma região juridicialmente superposta em vários níveis do Estado, são sumamente complexas.

A política de documentação de Gendarmeria converteu a maioria dos habitantes do limite em argentinos, se bem que o sistema cartorial brasileiro de registro possibilitou a documentação brasileira a aqueles que se deslocavam para as comarcas próximas. Apenas as casas comerciais se instalaram no setor brasileiro, onde também existiam edifícios públicos e um salão paroquial. A infra-estrutura urbana pertencia ao setor argentino. Somente em 1950, com a imigração massiva de pequenos produtores 'gaúchos' os municípios brasileiros adquirem certo peso urbano no conjunto.

Juan D. Perón, em 1946, ganha as eleições presidenciais onde seu oponente eram os mesmíssimos Estados Unidos, representados na pessoa de seu embaixador E. Braden<sup>36</sup>. As restrições que o Brasil vai opor a determinados produtos estratégicos motiva o reforço do controle de gendarmeria. A linha se tensiona e esquenta, diversos elementos e atores podem associar-se a estes fatos no período 1943/46. Os analistas coincidem em três elementos básicos que enfrentavam a Argentina com o bloco 'aliado', liderado pelos Estados Unidos: a neutralidade frente ao conflito europeu, o golpe de estado e a recusa a firmar a Ata de Chapultepec<sup>37</sup>. Subjacente a todos eles é suposta 'germanofilia' do grupo golpista liderado por Farrel e do qual Perón fora Ministro de Trabalho. O processo de re-democratização que o colocava na presidência era interpretado pelos EE.UU. como mero continuísmo.

A guerra mundial se translada assim à fronteira, o abstrato Eixo inimigo parece coincidir com a imaginária linha na selva. As mulas, em curiosa inversão de tecnologias, trazem de Clevelândia ou Chapecó pneumáticos para o desabastecido mercado argentino. Farinha de trigo voltava nos cargueiros como contrapartida, também gordura bovina, querosene e fazendas. Existe um mercado romantismo à respeito da chamada época do contrabando, que podemos localizar entre a pós-guerra e o golpe militar do '64 no Brasil. Desta época provém os relatos de ousadas combinações que fizeram da cidade um corredor de mercadorias que em distintos volumes passavam a fronteira: automoveis, peças mecânicas, armas, alimentos em grãos.

Inclusive exportações de gordura bovina que "*semi-oficialmente pasaban para el Brasil debido al bloqueo comercial de los americanos y los europeus a Perón.*" (entrevista com ex-delegado de fronteira). Isto coloca a Gendarmeria e a Polícia Federal brasileira na difícil situação de controlar estritamente o passo de mercadorias e ao mesmo tempo admitir o passo irregular de toneladas de gordura argentina que, pela política de importação de cupons de pós-guerra, não podia

---

<sup>36</sup> A consigna: Braden ou Perón; sintetizava a denúncia do apoio do embaixador norte-americano à formula eleitoral da União Democrática. A frente, inspirada genericamente no antifascismo-aliado, unia todo o arco ideológico, desde os Conservadores até o Partido Comunista.

<sup>37</sup> O governo argentino alegava que a Corte Suprema de Justiça punha restrições à liquidação das empresas e capital financeiro alemão, uma das disposições às que se obrigavam os signantes.

exportar diretamente para a Europa. Situação similar se dava com o trigo e a carne, embora seus volumes neste caso eram insignificantes.

Além disso, se deve considerar a vigência de leis especiais para os Territórios Nacionais<sup>38</sup>, situação institucional na que Misiones até 1954 está enquadrada. Este dispositivo legal convertia os Territórios Nacionais em verdadeiras ‘zonas francas’ com respeito do estrito controle no resto do território imposto pela política de substituição de importações. Esta exceção aduaneira instituía um consumo internacional de enclave, relação similar da que atualmente existe em Foz de Iguaçu e Posadas à respeito de Cidade do Este e Encarnação (Paraguay) respectivamente, devido às leis paraguaias de importação.

Nesta época é que o grupo fundador perde sua hegemonia local. Não apenas a militarização do limite desloca as autoridades locais senão que a montagem de uma rede comercial complexa e de grande volume de negócios começa a operar sobre a linha. Casas comerciais de Posadas abrem sucursais ou depósitos, representantes e vendedores de Buenos Aires e outros pontos operam à partir das vantagens relativas outorgadas pelo momento. Mais uma vez supedita-se este ponto a um fator condicionante para o volume dos negócios: as péssimas condições dos caminhos que conectam a fronteira com seus respectivos centros regionais, Posadas, Chapecó (Sta.Catarina) e Clevelândia (Paraná)

*“No le voy a decir que la gente de acá no hacia contrabando. Pero el contrabando grande estaba todo arreglado por los grandes. Los políticos. A los pobres gatos que querían pasar algún negocio los corría la Gendarmeria o la Policia Federal (del Brasil). Era una época brava también, más de una vez se escuchaban tiroteos o aparecía algún muerto en o arroyo (la naciente do Pepire-Guazú). Una vuelta apareció, donde ahora esta el barrio, que era un terreno de nadie y lleno de trillas, un infeliz ahorcado. Como estaba en el limite nadie se queria hacer cargo, quedo ahí como tres días. Enfrente del cementerio!!! Siempre aparecía alguno de Posadas que era conocido o mandado por algún amigo con algún negocio de cruce. O algún pariente de Brasil que pedía para pasar algunas cosas. Nosotros sabíamos quien se dedicaba a cada cosa, ahí lo encaminábamos. Acá hay que conocer, no es tan facil, hay todo un respeto...”* (entrevista com vizinho de Irigoyen)

Este ‘respeto’ é a forma de apresentar o capital que supõe os indispensáveis contatos, em geral, parentais, ‘do outro lado’ e o diplomático acionar com as autoridades, para fazer ‘fluido’ o trânsito de mercadorias pela fronteira. Isto refere uma ‘meta-ética’ que rege as relações desta atividade, embora à margem das normas, amplamente difundida. Transposta a norma não existe a necessariamente anomia, “o vale tudo”. Um delicado balanço avalia não só a ganância possível senão o risco para o prestígio daqueles que, por viver na região, podem administrar os limites em forma diferencial. O negócio, ilegal por definição, para viabilizar-se precisa de parâmetros éticos rígidos e seguros.

---

<sup>38</sup> Recordar-se como ‘lei do paralelo 54’, que faz referência ao paralelo limite do Território Nacional localizado na Patagônia.



*“Estan los que fraccionan la mercaderia y la hace pasar de a poco. Otros directamente conversan con alguno de aduana o gendarmeria. Y esta él que se arriesga por el mato, pero es raro. Es un negocio que se mueve más en la confianza, quien vive acá no se va a arriesgar a una verguenza de esas. Porque no es solo pasar, estan los controles en la ruta, hay que conocer a los gendarmes. Si se arriesga directo por la trilla, todos saben que esta en una fea. A no ser que la lismosna sea grande...”*(entrevista, cambista)

A construção ‘do Brasil’, o *milagre*, forma parte da saga gaúcha<sup>39</sup>. A população do setor rural dispara suas cifras e a pequena população em menos de 20 anos adquire traços de cidade. Os primeiros colonos italianos, que se instalam no atual perímetro urbano em 1949, segue-se a instalação de serralherias, fábricas de portas e janelas, cerâmicos, etc. O contingente colonizador chega pelo caminho de terra que une D. Cerqueira com São Miguel d’Oeste e daí a Chapecó. O caminho de chão batido havia chegado a B.de Irigoyen em 1937 do Paraná como ampliação da trilha ervateira e continuava brindando um serviço intermitente supeditado ao estado do tempo.

*“Vinham de caminhão, de carroça, de trator. A gente via crescer isto dia atras dia. Nós tinhamos roça no centro mesmo da cidade. Vendemos por moedas”*( entrevista com morador de D.Cerqueira)

## A Colônia

Se como afirma rotundamente Hosbawm *“a mudança social mais impressionante e de mais longo alcance da segunda metade deste século, e que nos isola para sempre do mundo do passado, é a morte do campesinato”* (1995:284), as constantes ocupações de terras que se realizam na região pareceriam ir contra a esta tendência histórica.

Na região rural do extremo oeste catarinense o processo de ocupação por colonos de origem européia -embora reconheçam sua origem, em grande parte, nas antigas colônias de RS-começa a consolidar-se à partir de 1950<sup>40</sup>, a abertura dos caminhos condicionou este processo ao poder dar saída à produção local.

Alguns destes agricultores traziam uma experiência de gerações de vida no Brasil, mas não por isso deixavam de ser alemães, italianos ou poloneses em sua articulação com os caboclos (Cf.RENCK,1992). Os autores coincidem em afirmar a rapidez deste processo de ocupação proveniente de Rio Grande do Sul que já nos primeiros anos da década de 1970 dá sinais de cerrar

---

<sup>39</sup> Em 1975 o 73% da população de Barracão provinha de RGS. (WACHOWCZ, 1987:302)

<sup>40</sup> Na regionalização por cortes que realiza CAMPOS, o setor correspondente a Dionísio Cerqueira teve um crescimento intercensal bruto, 1950/80, próximo ao 700%, mantendo um índice de ruralidade pro-médio para o período, de mais dos 80% (1987:79-ssgtes). PAULILLO acrescenta que na sub-região do extremo oeste em 1980 *“quase a metade da população regional não era natural do município onde residia”* (1994:110)

sua fronteira agrícola<sup>41</sup>. Estes colonos reproduziram os esquemas de produção familiar orientada ao mercado que traziam de origem.

Se a ação das colonizadoras começa na região por volta dos anos vinte a depressão econômica da década seguinte postergou os planos de venda de terra. Em meados da década do quarenta, apesar de que muitos haviam já comprado seus lotes, a falta de infraestrutura e de mercados regionais restringia a ação dos colonos à venda das espécies nobres de madeira nativa aos transportadores fluviais do Uruguay e a uma insipiente indústria de serralheria que começa a atender a demanda local. A comercialização de fumo, que também começa nesta época, realiza-se diretamente com o RS; levando o produto e cargueiros ou vendendo-o a acopiadores volantes dessa origem (CAMPOS, 1987)

Uma “caboclicização” dos pequenos produtores se dá nos anos de formação das unidades produtivas devido ao isolamento. A adoção de práticas de produção tais como a extração de erva silvestre e a criação de suínos “à solta”, lhe são atribuídas. Assim como a utilização de cargueiros e a tropa como forma de transporte da produção. O planalto próximo à fronteira, originalmente um denso bosque de araucárias associadas à erva-mate, oferece relativamente as piores condições para a agricultura com terras pedregosas e altamente degradáveis (CAMPOS, 1987: 85) o que atrasa, à respeito de outras regiões do oeste catarinense e paranaense, a consolidação econômica das colônias nas proximidades do limite. Aos fins de 1960 ainda a ação dos serralheiros constituía uma fonte de ingressos que permitia uma pequena acumulação inicial aos colonos. Predominantemente, a terra aqui, como no resto da região catarinense, foi comercializada de forma privada, sendo a atividade das colonizadoras *gaúchas* associada ao progressivo desmatamento. A região só consolidou seu perfil agrícola na década de 1970 devido a uma forte ação do estado através do crédito subsidiado, a extensão rural e uma eficiente rede rodoviária<sup>42</sup>.

A fugaz aparição do Estado de Iguacu, 1943/46, consolida uma ação começada pelas administrações estaduais que se instalaram logo depois do golpe de 1930. A nacionalização da gestão do território se realiza com o objetivo de erradicar os avanços *castelhanos* na região.

*“O que ali está em jogo não é um interesse regional, mas o interesse do Brasil, a unidade nacional, a segurança de nosso território”* (Gazeta do Povo 23/7/31 Apud. WACHOWICZ, 1987)

---

<sup>41</sup> CAMPOS calcula a capacidade portante da micro região Oeste Catarinense: “90% da área total ... é passivo de ocupação por estabelecimentos rurais - o que se aproxima dos quase 87,4% efetivamente ocupados em 1980- temos então 1.279.800 ha,...teríamos a possibilidade de formação de 52.884 unidades agrícolas ( a “colônia” é calculada em base a 10 alqueires, 24,2 ha), dados estes que se aproximam dos 53.072 estabelecimentos computados no censo agropecuário de 1970 com área média de 19,5 ha”(1987:84).

<sup>42</sup> São apontados como decisivos o pacote de medidas adotados pela chamada *revolução verde* de meados de 1960 e o asfalto que chega na fronteira em 1976 (Cf. CAMPOS, 1987, PAULILLO, 1994).

As medidas que punham abaixo a decisão federal as imensas concessões na região fronteira se sobrepõem às disposições estaduais anteriores, entre elas a concessão à Brazil Railwae Co. em pagamento à linha ferroviária São Paulo-Rio Grande do Sul. A legislação sobre a *faixa de fronteira* cria um conflito de jurisdições sobre as terras adjacentes ao limite entre a administração estadual e federal<sup>43</sup>

No Paraná o processo se repete com quase os mesmos atores: os colonos gaúchos e os serralleiros. Sendo também as colônias do meio-oeste-paranaense provedoras de colonos para a região. Se bem que o processo estará marcado por uma extrema violência que a *grilagem*<sup>44</sup> de terras impôs ao processo. Na caracterização feita pelas lideranças rurais: “*verdadeiro terrorismo de Estado*”. A grilagem de terras por parte de colonizadoras associadas ao grupo político no poder nos fins dos 50, traduz-se-irá em uma escalada de violência que terminará com a intervenção do poder central, depois de verdadeiras revoltas camponesas que chegaram a tomar as principais praças dos municípios e depor as autoridades municipais e policiais. A ação posterior do Estado Federal na distribuição das terras é que oferece algumas diferenças à respeito do processo em Santa Catarina.

O limite judicial entre os estados reconhece distintas formas de apropriação da terra por parte dos pequenos produtores que constituem em ambos os estados a forma predominante de unidade agrícola. Esta distinção implica, segundo o interpreto, uma maior campesinização dos produtores paranaenses, onde o tamanho médio das parcelas é bem menor<sup>45</sup> e as formas de associação predominantes são as organizações classistas. A diferença de Santa Catarina onde as

---

<sup>43</sup> Constituição de 1934 leva os 66 km. estipulados pelo anterior instrumento constitucional a 100 km., se bem que os 66 primeiros pertençam à União, os 34 restantes integram a área sob anuência do *Conselho de Segurança Nacional*. A de 1937 leva a *faixa de segurança* de 100 a 150 km. Já na de 1946, inclui nos bens da União as terras devolutas, indispensáveis para obras de segurança que estejam dentro da faixa de segurança deixando suas demensões como matéria legislativa. Será a lei 2597 de 12/9/55, que extinguirá a faixa de segurança de 66 km e estabelecerá em 150 km a área de ingerência federal na administração de terras devolutas. (FERREIRA, 1989:29)

<sup>44</sup> O setor paranaense da área tripartita foi afetado pelo chamado *Grilo Missões* que envolveu as imobiliárias e personagens do governo de Paraná, inclusive o governador Lupion, na venda fraudulenta de terras a colonos gaúchos na área reivindicada judicialmente pela BRAVIACO e outras associadas, compradoras dos direitos de várias ex-concessões do sudoeste de Paraná expropriadas pelos decretos de segurança de 1930 e por outras disposições durante a guerra. A atuação das imobiliárias envolveu quase 2.000.000 has. Este caso vai desde 1950 em que começavam a ser pleiteadas na justiça as terras a 1957 em que a violência se generaliza em um levantamento dos colonos.

<sup>45</sup> A resolução do conflito de terras levou a criar em 1962 um órgão *ad-hoc*, GETSOP (Grupo Executivo de Terras para o Sudoeste de Paraná), devido às pressões políticas e a tensão vivida na área se apontam dois tipos de consequências na resolução deste conflito, assumido diretamente pela Presidência da República. A morosidade na resolução judicial, 5 anos, liberou o acionar de ‘asserradeiros’ que dizimaram a cobertura florestal composta por um cerrado bosque de pinho. Em 1962, foram detectadas 270 serralherias atuando na área. A outra foi a titulação sem respeitar as medidas padrões do INCRA (7 alqueires como mínimo, aprox. 18 has), assentou-se, em base ao declarado pelos *posseiros*, 200.000 pessoas em lotes que vão das 0.7 aos 100 alqueires. Distribuíram em total mais de 40.000 títulos em toda a região do Sudoeste. Dando margem a uma fragmentação e especulação sem precedentes. (WACHOWICZ, 1985)

formas de organização vertical, impostas pela agroindústria a um segmento nada desprezível de produtores<sup>46</sup>, incrementou o processo de diferenciação social e uma maior especialização produtiva<sup>47</sup>.

Por sua vez as fotos aéreas mostram que isto ainda é perceptível a simples olhada, o limite internacional como extremo de uma intensa atividade de modificação das condições originais do terreno.

A cobertura florestal em território argentino longe de ser intocada, mostra-se abundante e densa, fruto de uma atividade agrícola insipiente, de uma distribuição de terra com predominantes características latifundistas e uma escassa ou nula infraestrutura rodoviária e de serviços<sup>48</sup>. A atividade extrativa de madeira, se bem que importante, não é sistemática. Reduz-se à extração seletiva de madeira de lei<sup>49</sup> e não se agrega valor ao produto na região. Os serralheiros locais tem uma produção escassa, em proporção a derrubada, e uma tecnologia apenas medíocre. A derrubada de madeira de forma clandestina constitui um mercado de consideráveis proporções, desmatamento proveniente em grande medida dos roçados clandestinos. Além desta via existem também formas

---

<sup>46</sup> É difícil arriscar uma cifra que sustente esta afirmação já que quase todas as atividades produtivas atualmente reconhecem algum grau de integração, mais ou menos formal. Refiro-me aqui a incidência indireta que teve a ação da agro-indústria catarinense, em especial os sistemas integrados de suínos e aves, sobre a totalidade da pequena produção. Esta profunda modificação tem que ver com uma modernização, por vezes autoritária, das práticas de produção e da relação destes produtores com outros organismos públicos, mas também com outras pautas de consumo e valores, por exemplo, o prestígio no interior da colônia que significa a integração. Também a inusitada expansão econômica deste setor traço aparelhado um diferencial peso político de negociação da região como um todo; no que se refere aos produtores, isto é bem marcado no acesso a serviços como luz, saúde e ruas, o que supõe “*modificações nas relações internas à pequena produção compatibilizando-as com as novas relações externas*” (CAMPOS, 1987:341).

<sup>47</sup> Segundo um trabalho realizado a partir da avaliação dos mesmos produtores do sistema de integração para a região da Colonia Oeste catarinense (com um 98% de pequenas propriedades em sua estrutura agrária sendo a média destas, 70 ha.). Entre os inconvenientes os produtores destacavam: preço inferior ao de mercado, desconhecimento dos custos, baixa rentabilidade. Entre as vantagens: garantia de venda da produção, facilidade no acesso a tecnologia, obtenção de crédito.

O produtor se integra ao frigorífico, segundo as respostas dos mesmos, para conseguir uma estabilidade em seus ingressos.

Interessante ressaltar que entre outras características do sistema, é que a porcentagem de contratos que os frigoríficos admitem fazer de palavra é igual o número dos formalizados. Exclusividade na compra de mercadoria e fixação de preços de parte do industrial são de norma. A quantidade de produtores que querem entrar no sistema é sempre maior aos lugares que podem oferecer os industriais.

<sup>48</sup> Poder-se-ia enumerar uma extensa lista de exemplos para ilustrar esta afirmação e que se desenvolvem mais sistematicamente no decorrer de toda minha argumentação. Uma delas é a ilustração cabal do ponto em foco: existe em Irigoyen uma única agência bancária, pertencente ao banco oficial da província, com um edifício sobre dimensionado para um grupo exíguo de empregados. No plano de desenvolvimento para a região de 1977 se previa fazer desta uma praça financeira direcionada ao mercado exterior, enquanto que em D.Cerqueira-Barracão, além da banca oficial tanto federal como estadual, estão representadas quase todas as casas bancárias privadas com giro nesses estados.

<sup>49</sup> “*Una vez otorgada la concesión, la superficie se divide en lotes de un tamaño que varía entre 100 e 300 has. (tendidas o cuarteles). En cada lote se realiza un sistema de caminos de acceso (picadas), que según su importancia se llaman mastras o maestrillas. Para su explotación, los cuarteles se sub-dividen en parcelas y a cada una de estas última se le asigna una pequeña cuadrilla de obreros.(...) Los ejemplares caídos son limpiados de ramas, y arrastrados por bueyes o tractores por las maestrillas hacia la picada maestra, donde en un lugar conocido como ‘planchada camionable’ son cargados en camiones, que los transporta hasta el aserradero (...) El obraje permanece en el área hasta que toda la madera ha sido cortada y despachada; luego se traslada a otra concesión*”. (Atlas de Misiones apud GOROSITO, 1984)

empresariais dedicadas a esta atividade, paralela à regulamentação imposta pelo Ministério de Ecologia<sup>50</sup>.

Os pequenos produtores da região carecem, em geral da propriedade da terra daí então a impossibilidade de conseguir as permissões de roçados que permitir-lhes-ia vender a madeira de suas 'propriedades'<sup>51</sup>, isto faz que o colono dependa do 'madeireiro *guau*', que tem o *know-how* deletivo-institucional como para 'branquear' a madeira '*trucho*'<sup>52</sup>.

As jurisdições administrativas através de suas respectivas formas de gestão desenham diferentes tipos de paisagem. A definição territorial e as distintas formas de regulá-la introduziu profundas mudanças no suporte natural.

Ao redor do "cruce" e da organização familiar da produção, organizam-se assim três espaços claramente distintos incorporados às estratégias de reprodução da população rural. Estes distintos espaços que reconhecem nas unidades políticas às que pertencem as condições de possibilidade de suas atuais características sócio-ambientais e produtivas, podem na análise, ser apresentadas como o ritmo progressivo e desigual em que as relações de produção se despregaram sobre um mesmo tipo de terreno e forma de organizar a produção. Uma crescente perda do domínio técnico sobre o processo produtivo e da autonomia na tomada de decisões, habitualmente apresentado pelos teóricos como etapas sucessivas no tempo, podem ser reconhecidas em um percurso que não levaria mais que uns quilômetros.

Estes não são espaços exclusivos, o trânsito entre eles, mais que habitual, se mostra como plausível forma de viabilizar-se mutuamente. Assim a fronteira espacial se apresenta como limite também temporal.

*"As relações econômicas subjacentes à pequena produção são bastante fetichizadas. Aparentemente o pequeno produtor é um empreendedor autônomo. A perda desta é*

---

<sup>50</sup> Madeireiro "guau" ou "trucho", guarani e *giria* portenha respectivamente, são as denominações habituais para definir o comprador de madeira cortada de forma irregular que se encarrega do transporte, corte e venda sem as correspondentes "guias". Distintas formas de adulteração destes documentos é a estratégia mais comum, também se vende madeira bruta às explorações florestais formais ou serralherias que as legalizam introduzindo-as em suas cotas legais. A exportação ilegal também foi mencionada como frequente. Existe também um mercado paralelo de permissões de roçado, mediante os quais podem tramitar legalmente guias de madeira.

<sup>51</sup> Das 1059 explorações censadas no Dto. de Grao. Bograno, só 63 correspondiam a proprietários, 10 a arrendatários, as 986 restantes pertencem a distintos tipos de 'ocupantes'. (Censo Agrícola de 1970).

<sup>52</sup> Estes, assim como os passadores de fronteira são também os que criam intrigas com respeito aos promotores ou extensionistas rurais, a mãos de quem teme perder sua clientela. Não podemos desdenhar sua força e influência junto ao sistema de repartição de favores do estado, a oficina de terras e o crédito privado e oficial; ao fim e ao cabo estamos falando dos notáveis do povoado, de certa classe 'empresária'. O '*guau*' descreve aqui em realidade um intermediário, um 'brouker' entre dois sistemas (para um desenvolvimento do conceito Hermite e Bartolome, organizadores. *O processo de articulação social*, em especial os artigos de Leopoldo Bartolome e Cardozo de Oliveira). E aqui uma distinção entre o dualismo como explicação plausível e o dualismo como estratégia de exploração. Este opera como forma de segregação não só ideológica, funciona perfeitamente na instrumentalização cotidiana do crédito informal, o acopio, a representação, os transportes, etc.

*constatemente devolvida ao pequeno produtor na forma ideologizada do discurso burguês, que reforça o seu caráter de produtor independente com possibilidades de ascensão social. As relações de subordinação não geraram apenas pequenos produtores modernizadores. Na outra face da moeda estão pequenos produtores em diferenciação descendente, bem como uma massa de agricultores 'sem terra', trabalhadores volantes, posseiros, etc.” (CAMPOS, 1987:353).*

Reconher-se como caboclo, na forma de acesso e exploração da terra, é apresentado como uma reinsersão temporal que os assimila no tempo dos antigos. Para os que cruzam o limite, em busca de terras fiscais, a categoria de ‘brasileiros’, agora aplicada pelas autoridades argentinas, remete a um sistema de classificação conhecido. A identificação como pequeno produtor “*sem condição*” é preferível na hora de auto-classificar-se por parte do intruso.

O quadro de permutas que a passagem fronterça impcha pode sintetizar-se neste quadro:

Colono	Brasileiro = Caboclo
Propriedade	Ocupante=intruso
Moderno	Tradicional
Comprador de mão- de-obra	Vendedor de mão- de-obra

Os caboclos, ‘brasileiros’, ‘paraguaios’, adaptaram sua forma de subsistência a um sistema de roças de itinerância de períodos longos que se articulou perfeitamente com o sistema extrativo da erva-mate (RENK,1990). A chegada da frente florestal, no caso brasileiro, terminou pondo em questão a viabilidade deste sistema, não por separá-los da terra, o que será realizado com a chegada da frente agrícola, senão privando-os do entorno específico no qual se realizaba a reprodução ampliada de seu sistema como um todo, ‘*o mato*’. O sistema caboclo, similarmente ao guarani, não se relaciona com um pedaço de terra determinado, apesar de ser um sistema basicamente agrícola, senão que se relaciona com um entorno ecológico. O intenso desmatamento que, a frente madeireira inflingiu à ecologia do monte e a redefinição do aceso à terra, os empurra fora da região seja urbanizando suas formas de subsitência, via salário, ou deslocando-se com a frente, da qual constitui-se a frente da frente<sup>53</sup>, valorizando a terra a seu passo com as ‘*mejoras*’.

*“Na época eu já vi pagar um alquere (2 ½ hetares) de roça por 20\$000 reis. Dava para comprar muita coisa com essa grana”*

<sup>53</sup>“...a *fronteira* é um locus privilegiado para uma ideologia clássica *daissez-faire* em condições tais que de fato existe uma possibilidade ampla para pou menos um certo grau de avanço pessoal comparado com situações anteriores (...) Embora na prática, mesmo na *fronteira*, a terra não esteja inteiramente livre aberta a todos sem limite algum, pode representar uma tal imagem ideológica quando contrastada com outras situações camponesas (Voho 1976, 100-101, ênfases do original).

Recorda um velho *posseiro* da região de Palma Sola, atualmente *aposentado*, e vivendo nas periferias de Dionisio Cerqueira. A compra de *posses* ou '*mejoras*'<sup>54</sup> foi um dos meios de acesso à terra que se deram aos agricultores de Rio Grande do Sul que não podiam pagar os preços fixados pelas colonizadoras. Muitos deles puderam, posteriormente, regularizar sua situação mediante planos de pagamento com as mesmas colonizadoras -quando as explorações estavam dentro da área por colonizar-, por *uso capião* ou em alguns dos planos de regularização de *posses* organizado pelo Estado.

Outra forma é *ficar*. Para poder fazê-lo o "cabloco" nomadizou suas formas de subsistência, articulando-se no esquema da colônia, fornecendo uma mão-de-obra que o sistema de produção familiar, de outra forma, não poderia orçar. A forma '*changa*', *servicinho*, *biscate*, articula esta mão-de-obra, altamente especializada, mediante redes de patrões que lhes asseguram os recursos mínimos para viabilizar sua pequena produção familiar<sup>55</sup>. Esta presença conceitualizada, em geral, como minifúndio, em termos de unidade econômica agrícola, obviamente é inviável se tomamos como parâmetro sua capacidade de produzir excedente. O ponto ao parecer é redefinir 'que' produzem.

Durante os anos 70, a antropologia econômica, produz um interessante debate sobre a economia doméstica, chegando-se a falar de um Modo Doméstico de Produção. (Cf. CHAEANOV, 1974. SAHLINS, 1977, MEILLASSOUX, 1977.) Moliasoux ao analisar o sistema sul-africano de regiões tribais arrisca a hipótese de que em termos do sistema de reprodução ampliada da mão-de-obra, o sistema tribal assegura a reprodução da mão-de-obra, sem que ele encareça seu preço de mercado para o setor capitalista, já que entrega os indivíduos formados e os acolhe, uma vez que o mercado os dispensa. Esta 'anomalia', à respeito do capitalismo central, explicaria um setor capitalista que não paga o custo de reprodução ampliada da mão-de-obra, podendo viabilizar assim sua própria existência - se refere a um setor capitaista periférico como o sul-africano - mediante custos relativamente menores.

No esquema generalizado de produção familiar da 'colônia', com mínimas margens de diferenciação, este modelo macro oferece algumas ferramentas úteis para pensar a inserção do interstício minifundista. Também produtor familiar, o minifundista, gera um excedente para o mercado: mão-de-obra. Este mercado se dá ao interior da colônia -com o sistema de *servicinho*, forma mais estendida de relação laboral, onde o patrão, também um produtor familiar, mais que um

---

<sup>54</sup>Refere-se a categoria nativa que define a inversão em trabalho realizada em sua *posse*, sua avaliação forma o preço de venda.

<sup>55</sup> A forma *servicinho* o secretariado invertirla o esquema de uma rede ideal centralizada por um patrão (Cf. LANNA, 1995). Sendo o colono um patrão com escassa diferenciação a respeito de seu *freguês*, este multiplica a quantidade de patrões entre os quais itenera. O sistema continua sendo fundado na hierarquia e a troca de favores, mas a itinerância permite ao freguês um relativo poder de decisão. Não só entre patrões senão entre distintas atividades - mercado de trabalho *golondrina*, por exemplo.

comprador de serviços é um distribuidor de recursos- ou fora dela, nos mercados de trabalho de estação. Além disso a especulação fronteiriça mediante seus custos relativos possibilita saídas 'laborais' informais -sacoleiro- ou a medieria temporária no *fisco*. Integrando 'o outro lado' a sua rede de itinerância laborar quando a mudança de moeda assim o recomenda, este conhecimento pode chegar a convertê-lo em intruso.

Em grande medida o relacionamento do intruso em seu lugar de origem, viabiliza seu ingresso ao 'fisco'<sup>56</sup>. O momento da intrusão marca o deslocamento da itinerância à migração, sem que uma anule por completo a outra, oferecendo-se sempre como uma alternativa.

No caso de Misiones, onde os produtos reconhecem auges ou picos determinados pelas conjunturas de mercado ao largo dos últimos 50 anos, a estrutura produtiva da pequena produção, baseada preponderantemente em 'plantas de raiz'<sup>57</sup>, pode fazer-se tanto uma arqueologia do mercado rural como entender um plano de estratégia de produção

*"...el trabajador debe compensar de algún modo los períodos de declinación de la demanda buscando otras fuentes de subsistencia, sea por el recurso al asalarimiento en otras actividades y aún en otras regiones, sea por el mantenimiento de una fuente propia de ingresos, la pequeña propiedad familiar. De este modo, el costo de reproducción de la fuerza de trabajo en el ciclo anual no es afrontado por el empleador, y tampoco por algún sector en particular: es más, ya que según los datos, los períodos de desocupación son frecuentes en este tipo de trabajador, podríamos concluir con que es en gran parte afrontado por el propio asalarado". (GOROSITO KRAMER, 1984:44)*

Não sendo este um estudo específico sobre diferenciação social da pequena produção agrícola, estas afirmações devem se relativizar e tomar-se como uma hipótese de trabalho em torno de um tema sobre o qual Wilkinson opinava

*"A análise do processo de trabalho da pequena produção agrícola foi paralisada pela suposição comum, estabelecida no debate clássico de que a presença do trabalho assalariado era um fenômeno essencialmente de transição, produzindo uma dinâmica para a consolidação da agricultura capitalista" (1986: 197)*

Os autores consultados, em geral, centram sua análise na unidade produtiva familiar, a 'distorção' que ofereceu a proximidade da fronteira me levou a problematizar esta unidade, já que alguns produtores se referiam a explorações do outro lado do limite -quase sempre a cargo de um parente ou agregado- como formando parte de sua terra. Integrando esta outra unidade ao processo de produção ao delegar-lhe tarefas que a capacidade ou custos locais não permitiam assumir. Da mesma maneira as relações de parentesco ou compadrio com os instalados no "*fisco*" argentino lhes asseguram uma reserva de mão-de-obra estacional ou para integrá-los descentralizando alguns serviços. Engorda "à solta", plantação de milho ou a produção de auto-consumo quando por razões

---

<sup>56</sup> Terra devoluta. A denominação é de uso generalizado no setor argentino.

<sup>57</sup> Erva, tung, chá, cítricos, reflorestação em pequena escala. Cultivos que surgem como alternativas à crise de sobre produção. Todos precisam de um variável período de tempo para entrar em produção.



de espaço, atribuição de recursos ou incompatibilidade com outras atividades comerciais<sup>58</sup>; não pode levar-se à cabo na unidade de produção de origem.

A colônia, localizando-nos agora em um plano temporal, 'em um tempo', prestava estes serviços entre unidades, os que atualmente encontramos deslocados no espaço. Leonarda Musumeci ao analisar uma situação de fronteira agrícola 'en vias de cierre' demonstra a não correspondência entre categorias como progresso e *fartura*.

Existiria uma contradição no nível das representações que o agricultor utiliza ao avaliar sua trajetória social. A *fartura* obedece a uma avaliação que se refere à relação com a natureza. Disposição de 'bens naturais', terra fértil, caça, liberdade de decisão. Se bem que exige do agricultor em condições de abertura de fronteira, 'vida de índio' e pobreza de bens culturais. O progresso associado à 'vida de cristão' e a oferta relativamente abundante de bens culturais; é acompanhado da escassez de bens naturais, terra *fraca*, obrigações que "tiram o tempo". O momento de instalação da colônia resolve esta contradição, quando *fartura* e progresso vão juntos. Porém esse fugáz encontro também determina que alguns progridam mais e outros *enfraqueçam*.

*"A 'riqueza' e o 'progresso' não são igualmente acessíveis a todos os camponeses; o dinheiro e a integração mercantil para alguns (ou determinada perspectiva) podem representar maior 'condição' e liberdade, enquanto para outros (ou de outra perspectiva), o 'cativo' das dívidas e da dependência econômica. Trajetórias, inclinações e preferências pessoais também pesam: há quem acentue mais as vantagens de se viver perto da mata; há quem dê maior valor ao progresso, à integração". (MUSUMECI, 1988:226, parêntesis do original)*

Ou seja, a avaliação pessoal, se bem que possa aludir às categorias de uso geral, não são unívocas em seu significado. O progresso geral, medido na oferta de bens culturais e de infraestrutura, significou a perda da *fartura* de 'antes'. O que não quer dizer que a *fartura* atual que depende da apropriação individual desses bens, alcance a todos da mesma forma.

A "colônia", categoria nativa que define um lugar mas também uma forma produtiva baseada na produção familiar, contém em seu processo de diferenciação, diferentes tipos de pequenos produtores entre os quais os "sem condição" e os "integrados" constituiriam os pólos. Estes tipos ideais são produtores que têm em comum muito mais que sua forma de organização produtiva, estão unidos parental e culturalmente. Mas que em uma articulação funcional, penso em um processo de especialização produtiva que tem limites históricos precisos -no sentido de incorporação de tecnologia, custos tributários e de serviços- que inviabilizariam, em certo momento, aos que ficam 'para trás'. A este funcionamento ideal devemos agregar certos dados contextuais como ser a população intersticial, cabocla ou aborigene, que se articulou desde o começo de seu funcionamento,

---

<sup>58</sup> Os integrados a sistemas de cria - aves e porcos - por razões de prevenção sanitária devem resitringir ou excluir a cria de variedades rústicas ou *caipiras*.

permitindo uma acumulação de baixo custo. A colônia, para incorporar novas gerações, deve intensificar o processo produtivo na exploração, buscar novas terras ou fontes de recursos.

O como expunha um entrevistado, intruso em terras fiscais argentinas originário do município de Palma Sola, não longe de Dionisio Cerqueira, instalado em uma *'mejora'* que desbravou com a ajuda de um compadre vizinho.

*"Eu sei que lá é más facil progredir, tem crédito no banco, preço para o produto, mas também tem muita exploração. Eu aqui trabalho só pra mim. Tem porco, mel, madeira. Se tem preço eu vendo, mas se não tem, aí eu fico tranqüilo aqui no meu canto, não devo pra ninguém. Lá não, o pessoal tem luz elétrica, mas também tem impostos, os preços muitas vezes são ruins e só da pra pagar o banco. Fica endividado. Conheço muitos que já tiveram trator e agora está no 'fisco', só com alguma 'mandió' e dois o três galinhas".*

A experiência adquirida indica para alguns que o horizonte de autonomia produtiva é preferível ao progresso de alto custo. A pressão do mercado de terras vai deixando "para trás" não só o caboclo, figura apresentada tradicionalmente como a vítima propiciatória da expansão de condições modernas de produção, senão também aos pequenos produtores menos exitosos.

A diferenciação, tal como o indicam as entrevistas, nem sempre se dá em uma direção ascendente como o indicara anteriormente CAMPOS, o *continuum* proposto pode ser transitado tanto em um sentido quanto no oposto graças ao *pool* de conhecimentos básicos que asseguram a origem campesina e a organização familiar do trabalho (BARANGER, 1978).

Em um contexto de fechamento de fronteira agrícola outras regiões de fronteira - notadamente a Amazonia- surge como possibilidade (Cf.SANTOS, 1993). As grandes cidades, o emprego industrial. O contingente excedente na região passa a integrar os grupos de pobres urbanos, somam-ser aos acapamentos dos sem-terra ou tem na fronteira internacional uma possibilidade de acesso à terra.

*"Faz mais de vinte anos que a gente está aqui. Nós compramos a melhora. Quando o pessoal da Gendarmeria ficou sabendo fez um rolo com o dono anterior e tirou quase dois caminhões de madeira, só porque a gente é brasileiro. Tem que se impor se não passam a perna, eles creem que tu é idiota por ser de fora, que vais ficar calado, mas eu conheço meus direitos. Meus filhos são argentinos, a terra é deles. Comigo eles não mexem não, eu tenho também meus documentos. Não quero problemas com ninguém. Agora com os políticos é a mesma coisa(...) Tudo bem direitinho, eu voto aqui e voto lá, e não fico devendo nada pra ninguém..."*(entrevista, pequeno produtor de B.de Irigoyen)

## Os Intrusos

De modo algum devemos pensar que a Argentina representa uma fronteira aberta, aqui os significados de fronteira agrícola e fronteira política se superpoem. Se a zona de B. de Irigoyen constitui um lugar ao que colonos de outras regiões de Misiones se deslocam em busca de terras,

isto não funciona assim, sem certos reparos, para o produtor brasileiro em busca de terras; em outras palavras, deve rodear seu traslado de certas precauções que o permitam 'ficar'.

O tabaco é em Misiones cultivo de fronteira agrícola. A terra é sumamente fértil depois de feito o primeiro roçado e não necessita outros cuidados, como adubo. É também um cultivo com o qual o agricultor, comprometendo o trabalho de toda a família, assegura um ingresso monetário que os preços relativos de outros produtos de mercado não permitem. O pagamento do produto equivale, pró-rateado, a um salário médio da administração pública (preços da campanha de 91/92 do lado argentino). O trabalho familiar, segundo este parâmetro, não é remunerado mas aceitável para o horizonte de consumo local. Nos últimos anos as empresas de tabaco atuam na região, ainda que de forma tímida e experimental.

*"La región es poco poblada, entonces los núcleos de productores estan muy alejados y a su vez entre uno y otro colono existen grandes distancias. Las visitas, que dependen también del estado de los caminos, son menores en frecuencia de las que realizamos en otras regiones de la provincia, debido a los altos costos. Ahora, como es terra 'nueva' los insumos requeridos son menores y la demanda de supervisión entonces también baja."*(entrevista com funcionario de tabacaleira)

Para o migrante o tabaco serve como estratégia de mascaramento. Em geral, plantar de 1 a 2 h. de tabaco supõe uma relação formal no sistema integrado, um vínculo pessoal do produtor com a empresa - através da figura de 'promotor' (extensionista)- e uma estabilidade da unidade produtiva. Certa regularidade na situação do produtor, pode ser suposta desta relação. É esta ambiguidade que o migrante trata de colocar a seu favor aos olhos dos organismos de controle. O trabalho nos mercados estacionais, tarefa, reflorestação, colheitas; também permite o cruzamento a um ponto determinado que depois pode converter-se em lugar de residência.

Um recém chegado pode comprar uma *mejora* e dar uma aparência de exploração não precária, entrando rapidamente no esquema da empresa, com a ajuda de um 'compadre' que garanta seus compromissos nas primeiras campanhas. A empresa não dá muita importância a certas formalidades, "si dependiese de los papeles o 80% de los productores quedarian fuera del esquema, no solo por ser ilegales, sino por el sistema de tenencia que es por norma irregular. En teoría no podriamos trabajar con gente que vive en el 'fisco'..." (entrevista com promotor de tabaco)

O duplo sistema de tolerância vai criando as zonas cinzas que possibilitam a permanência do intruso. É difícil pensar a intrusão em um cenário onde, mais que a exceção, constitui-se na norma. *Intruso-estrangeiro*, no contexto da província de Misiones considerada como um todo, é quase uma redundância, não apenas por sua origem brasileira, há polacos, alemães, parguaio ou 'correntinos'. Só mediante o 'produto' logram uma pequena diferenciação à respeito do intruso diarista, ou mesmo, do índio. É mediante a produção como tal que podem pretender uma identidade

não estigmatizada. Também a igreja e a cooperativa asseguram, cada uma a sua maneira e com seus próprios requisitos, a possibilidade de aquisição de um mínimo estatuto de cidadania, mas presumem o produtor instalado na terra.

No entanto, a escola é uma instituição que atua mancomunada às políticas oficiais de integração ou de segurança, variando em sua implementação segundo as características do docente do grupo de docentes. A escola é pivô de muitos dos planos de relevamento populacional: censos, campanhas de vacinação, ênquetes de lares, consultórios itinerantes de saúde.

O professor<sup>59</sup> também é o mediador habitual entre a comunidade rural e as autoridades do 'pueblo'<sup>60</sup> (povoado), a ambiguidade semântica desta referência espacial serve como pretexto para anotar a função política do professor neste contexto rural. Muitos destes professores começam a partir dessas tarefas a assumir funções de intermediação comercial, judicial ou de gestor ante as autoridades de migração.

*Bolichero*, patrão, professor, *gendarme*, madeireiro, são figuras de mediação com aqueles recursos que o intruso necessita. Algumas destas categorias às vezes no relato do intruso podem fundir-se em uma mesma pessoa. A intrusão que não responde a estes esquemas políticos ou econômicos, "*drenan la riqueza intersticial del monte virgen*" seja no trabalho como no producto. Quando liberar-se dos vínculos com estes mediadores alternativos se converte e perigosa para o sistema econômico paralelo em seu conjunto. A concorrência é regulada, exige-se ou induz-se a incorporação ao esquema. As permissões de roçados que permitem aos produtores cortar e vender a madeira para os acopiadores locais, são também um reconhecimento de ocupação de valor legal. Além de que deixa livre a possibilidade de dedicar-se à cria de cerdos, ou lograr à partir do roçado sua integração no esquema de tabaco. A venda de cerdos criados no Brasil no mercado argentino pode necessitar de um tempo de "invernada", ou inversamente pode comercializar-se no Brasil em troca de alguns produtos para poder fazer o "rancho". A exclusão não é pura negatividade tem uma certa produtividade, é a que surge da possibilidade de aceder à terra por parte de aquele que renuncia a seu país por falta de terra para vir a converter-se, paradoxalmente, em brasileiro em terra estrangeira. Como tais são objeto de uma intensa exploração: desde os patrões que pagam em negro, muitas vezes patricios e intrusos, por sua vez. Assim como a pressão da polícia ou a gendarmeria que os submete a um regime de instabilidade que em um contexto de extrema pobreza pode traduzir-se em distintas formas de subserviências, como serviços gratuitos, contrabando ou prostituição.

---

<sup>59</sup> Professor de primeira série, se bem que em escolas pequenas as séries deixam de ter validade já que as aulas são ministradas, alternativamente em grupos, em geral dois, formados por níveis de instrução, classificação que transcendem grupos de idade.

<sup>60</sup> Em espanhol refere tanto a população quanto a localização geográfica.

O brasileiro é visto como predador, sua articulação com os madeireiros *guan* (clandestinos) não se menciona na hora de avaliar o dano ao 'patrimônio nacional'. A norma (ou melhor, a anomia) que permite a livre entrada ao recurso terra, ou seja, não regulada pela propriedade, permite a reprodução de um sistema onde, para o empobrecido colono brasileiro, os riscos do fisco argentino se convertem na possibilidade de ganho de uns '*pesos*'. Outros só buscam a possibilidade de poder entrar em uma terra para '*ficar*', possibilidade que também o '*fisco* brinda articulando-se com a frente florestal ou neo-florestal<sup>61</sup> como assalariados. Entretanto a manutenção do '*fisco*', em termos de segurança, está pensado exatamente para o contrário, para rechaçá-lo. A articulação com os esquemas locais de poder, formal e informal, lhe asseguraram, de acordo com a conjuntura, maior ou menor sucesso na tarefa.

Os laços parentais, sanguíneos ou formais, são a possibilidade primeira para poder legitimar uma posse; seja esta por extensão da de algum parente, compra de uma '*mejora*', seja uma neo-radicação. Esta tarefa de legitimar seu acesso se dá à partir de um membro da família argentino (nato ou por opção, em todo caso, com os papéis) ou com algum tempo de radicação e certo *know-how*. Obviamente isto abre diversos tipos de clivagens, um de máxima importância é a classificação étnica do migrante. Seus rasgos fenotípicos o remeteram a uma classificação prévia: um mestiço de índio ou negro não poderá ter muito êxito na empresa sem uma boa cobertura, seja esta institucional ou familiar. Pelo contrário um *deutchrbrasilianen* ou descendente de italianos pode, à partir de uma pequena plantação, encarar de frente as autoridades, com a necessária quota de servilismo ritual. Para tanto não deverá poupar pequenos favores ou outro tipo de subornos encobertos, ao agente de controle, comerciante ou atravessador.

*"la verdad es que uno termina por convencerse que los gringos son los mas apropiados para el trabajo. Ya con el brasilero o con el paraguayo vos invertis, explicas y no pasa nada. Con el gringo no, vos solamente tenes que decirle lo que tiene que hacer y sino hace le bajas el precio de acopio o le amenazas con sanciones y te termina bien las cosas. Pero en general el caipira es medio bruto, muy acostumbrado hacer como el sabe, vos tratas de explirle y a él le parece una estupidez. No te dice que si ni que no, pero despues no hace."*(Entrevista com promotor da empresa tabaqueira)

Se bem que os mecanismo de controle formais ou informais possam detectá-lo, à partir da chegada do intruso começa a funcionar todo um esquema de poder paralelo. Aqui a articulação deixa o campo da norma e entra no terreno pessoal do clientismo. Depende do grau de contatos que tenha o intruso, ou seu compadre, ou da impressão pessoal que cause sobre o funcionário que o descubra; o paternalismo joga num importante lugar nesta relação. O liminar muitas vezes depende

---

<sup>61</sup> Atividade extrativa de madeira subordinada às indústrias de papéis. O bosque implantado substitui ao natural e as relações conexas são estritamente capitalistas. Devido ao crédito e ao mercado consumidor. É uma atividade expulsora de população e que integra trabalhadores volantes em distintas fases do processo. A extensão da re-florestação em grandes e medianas propriedades criou um mercado de trabalho itinerante, em geral, fora do contrato de trabalho formal. (Cf. GOROSITO, 1986)

da arbitrária atribuição de identidade que o agente encarregado do controle faça. O mesmo colono pode chegar a ser alemão, brasileiro ou sem-terra; na atribuição de uma destas identidades está sua possibilidade de *ficar* ou ser expulso. Não afirmo que os distintos aparatos de controle do Estado funcionem deliberadamente na montagem deste esquema de poder paralelo, senão que o dispositivo, que lucra direta ou indiretamente com o intruso, tem sua condição de possibilidade na discricionariedade outorgada a estes agentes do Estado para fazer uso do poder.

Se cria assim um sistema de tolerâncias que fornece a oportunidade, além de delegar parte da tarefa de controle, criando lealdades que asseguram um amplo serviço de informação. Esta troca de favores muita vezes se resolve na utilização das forças de segurança para tirar à limpo as questões pessoais ou comerciais mediante a adoção do intruso por seu 'protetor' ou por algum de seus pares. Mediante este dispositivo paralelo se regula o contingente de migrantes estrangeiros através de uma multiplicação da vigilância sem elevar o efetivo do aparato repressivo formal. A eficiência do sistema informal de controle encontra sua lógica ao suprir a crônica falta de recursos de que dispõe a agência de controle

*"con un efectivo mínimo debemos cubrir un área que es extensísima. Zona de montes, sin caminos, solo picadas. Muchas veces no tenemos recursos para salir a hacer las recorridas. No solo estamos en un punto lejano sino olvidado en muchos sentidos..."* (entrevista com um oficial de Gendarmeria).

Esta forma intersticial de introduzir-se na malha da vigilância no "fisco", é apresentada no discurso como uma forma de sobrevivência. Mostrar inocência é, em um campo onde a suspeita é a norma, uma de suas táticas. *"é ir de manso, mais nada"* (entrevista com um intruso brasileiro).

A criação do interstício aciona múltiplos códigos e alianças. A norma é interdita pelo poder de negociação a que os parâmetros são submetidos. O *monte fiscal* vazio da teoria planificadora não é uma aberta possibilidade deserta para o migrante. A articulação necessária para lograr um lugar nele erica as linhas que o quadriculam desde uma lógica multipolar. Gendarme, professor, comerciante, madeireiro e suas clientelas se acionam e por sua vez se modificam, para dar-lhe um lugar ou expulsá-lo. O território sugere ao intruso uma diplomacia que permite pactar sua exterioridade ao sistema, mas também o impõe de uma política, uma economia e uma ética que cimentam o espaço de relações. A imutabilidade e a modificação deste cruzamento de sistemas se resolve no número e na conjuntura.

O corte de madeira, a frequência de movimento pelas trilhas do monte - de pessoas e veículos - o número de alunos da escola são parâmetros externos a equacionar, e se o impõem ao intruso como limitantes de suas expectativas. Dependem do controle e da supervisão dos agentes locais, as conjunturas políticas e de mercados um difuso clima. Regulam infinitesimalmente a empresa. *"Não dá, não tem condição"*, *"não estava na época"*. Assim o intruso pode passar uma temporada só em sua *barraca* de plástico, unicamente reservando o lugar, até que a oportunidade

determine o momento do roçado, a mudança da família ou o corte de madeira para a venda, sendo que nenhum destes passos precede ou condiciona os demais, senão que são circunstanciais e podem combinar-se de distintas formas. A astúcia do intruso depende do ‘golpe’ mas este se dá ao interior de um jogo altamente regrado.

Ao intentar uma definição do problema da intrusão, dizia a esposa de um oficial de Gendarmeria, psicóloga de formação, “*son persistentes como el deseo*”.

## DE VOLTA AO POVOADO

Diz uma circular interna do Ministerio de Bienestar Social distribuída durante o primeiro ano de governo militar:

*“Aspectos relativos a la defensa de la Soberania Nacional*

*Los conceptos sobre DEFENSA, SEGURIDAD NACIONAL Y DESENVOLVIMIENTO están íntimamente ligados, interdependientes y interrelacionados entre si. LA DEFENSA NACIONAL comprende el conjunto de medidas que el estado adopta para lograr la Seguridad Nacional. SEGURIDAD NACIONAL es una situación particular del estado. Fundamentalmente de la forma en que los intereses geográficos, políticos, económicos, sociales, culturales, educativos, etc. graviten y adquieran coherencia o puedan influir sobre los intereses vitales del país y en consecuencia sobre e los objetivos nacionales. Los INTERESES VITALES son los objetivos nacionales permanentes. DESENVOLVIMIENTO significa progreso económico, social y político. Significa un razonable nivel de vida” (MISIONES, 1977:1).*

Esta série de definições autoreferenciadas, repletas de obviedades e de tom marcial; não devem entretanto ser subestimadas. Estão em sintonia com a chamada Doutrina da Seguridad Nacional e davam sustentação ideológica a políticas de controle sobre a população e em muitos casos custaram a vida de inúmeras pessoas. O desdobramento do *modus operandi* militar e a aplicação desta ideologia paranóica, burocratizou um dispositivo (cf. Foucault, 1987) que trastornou o cotidiano de todos os habitantes do país. A administração militar significou uma ‘tomada’ do aparato estatal, esta ingerência no caso da área de fronteira terminou por militarizar a administração como um todo.

*“Nosotros sabemos por los gendarmes que la provincia le había tocado a la Marina. Así que estábamos esperando alguno de Prefectura para la intendencia. Pero imagínese con la cantidad de pueblos que tem el país, ni les alcanzarían los milicos!!!. Después vino una gente de Gendarmeria a hacerse cargo. En el Juzgado de Paz pusieron un sargento retirado de la Gendarmeria. Una bestia! Se dedicó a quemar todos los libros del Juzgado, nos quedamos sin archivos. La historia del pueblo desde 1906, desde quando vino o primer Juez. Quedó el libro de registros de marcas de ganado y algunos libros que yo pude salvar porque estaban en mi casa. Seguro que fue porque había muchas quejas dos pobladores*

*contra la Gendarmeria y aprovecharon para borrar todo. Igual nunca les paso nada... pero así, ni los registros quedaron".* (entrevista a ex-juez de Paz)

O controle na divisa se endureceu, a documentação pessoal exigida formava grandes filas que desalentavam o cruzamento. Em realidade os povoadores locais deixaram de usar o cruzamento formal para fazer suas compras. Utilizavam-se alguns trilhos a 200 ou 300 m. da aduana.

O controle mais rígido se realizava sobre aqueles que abandonavam o território argentino. Isto terminou estabelecendo a norma implícita que os povoadores do núcleo urbano não apresentassem seus papéis. A exceção dependia do agente no passo e se o passante tinha ou não algo para declarar. Ainda hoje é regra entendida que os vizinhos não precisam efetuar os controles. O advento da democracia flexibilizou o passo, ao ponto que a aduana brasileira só atua se seus serviços são requeridos ou em casos de passo de automóveis que não sejam do lugar. Em troca a delegação regional do Ministerio da Fazenda, realiza o controle dos *tickets* e notas fiscais de todos que cruzem com alguma compra. O controle se realiza sobre os comerciantes mais que sobre o tráfico de público em geral.

A afluência de um nutrido contingente de turismo de compras procedente do Brasil, motivou o traslado desta tarefa de controle doméstico à saída de B. de Irigoyen onde se realizava o "pente fino", isto na inteligência de agilizar em parte os trâmites daqueles que se trasladavam para do fora do país para fazer compras. Quem chegava à fronteira vindo do interior da província supostamente já havia mostrado seus documentos no controle da estrada. Contudo, mais que facilitar a tarefa, em realidade, esta estratégia duplicava os trâmites. Pelo qual se decidiu habilitar distintas filas, para brasileiros e argentinos.

No sentido inverso, os que iam para Posadas da fronteira tinham necessariamente que passar quatro ou cinco postos de controle localizados escalonadamente na estrada. Esta multiplicação de limites se corresponde com a política de fronteiras ideológicas e o clima de suspeita generalizada do momento, atuando a documentação pessoal como verdadeiros passaportes internos. Ainda posuir esta documentação regulamentada, não poupava os viajantes de vexatórios interrogatórios e até de arbitrárias detenções.

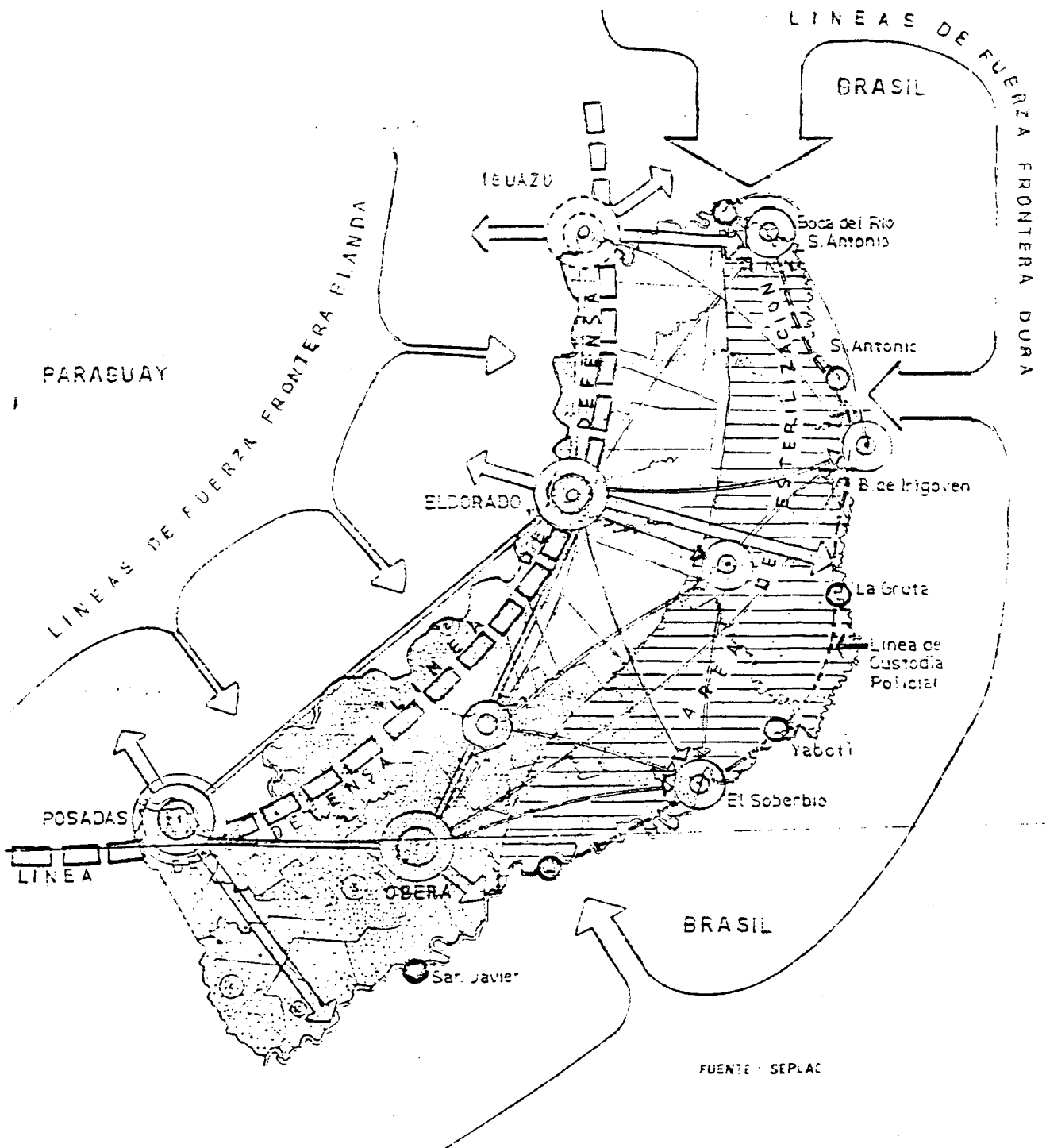
Contudo a maioria dos habitantes do limite se recorda da época como de muito 'movimento'. As autoridades inclusive tinham um conhecimento relativo da atividade, entretanto, não existia maior pressão sobre o contrabando.

Durante o ano 1976 se encomenda à Secretaria de Planeamiento a realização de um diagnóstico

*"...ese fue un trabajito que hicimos a las apuradas. Juntamos algunos datos de base, un par de estudios previos y salimos por los ministerios a actualizar información, se llamó Diagnóstico socio-económico del área de fronteira Bernardo de Irigoyen. En realidad no tenia mucha información original..."* (entrevista com estatístico da área de planejamento)



# ESTRATEGIA DE OCUPACION DEL TERRITORIO PROVINCIAL



Fuente: "Lineamientos para la formulación de un plan de desarrollo del Área de frontera Bernardo de Irigoyen".  
Posadas, SEPLAN, 1977

É à partir deste informe e do conhecimento pessoal de alguns 'técnicos' de confiança do regime que se elaboram os Lineamientos para la Formulación de un Plan de Desarrollo del Área de Frontera Bernardo de Irigoyen (Misiones, 1977). Este documento de trabalho é uma sinópse do 'estado de situação' que oferecia o informe prévio e contém propostas de algumas metas concretas para reverter alguns 'dos indicadores sócio-econômicos críticos' no meio prazo. Dos elementos são claves neste documento: um mapa da província (ver mapa) onde se explicita a concepção geopolítica que orientará as políticas sobre o território. A outra, de vital importância para a área sob estudo, a lista dos objetivos e ações propostas que nortearam a política dos sucessivos governos, incluídas as administrações civis posteriores ao regime militar e subsidiam, em grande medida, a visão que se tem dos centros de poder sobre a área.

Algumas das obras recomendadas foram realizadas; outras apenas iniciadas e logo abandonadas. Os argumentos que estruturam o documento os encontramos atualmente, tanto no discurso oficial quanto nos meios de comunicação. Caracterizam, em geral a área de fronteira como culturalmente vulnerável. Esta vulnerabilidade cultural por si supõe uma discutível homogeneidade ideal que ao confrontá-la com verdadeiro *patchwork* étnico-nacional-regional tornam o argumento sumamente débil.

Nesta época a pressão sobre os intrusos determinou a expulsão de uma grande quantidade de povoadores do fisco. Muitos intrusos brasileiros também foram obrigados a nacionalizar-se e todas as casas tiveram que pintar seus tanques de água com as cores da bandeira nacional.

Caracterizada pela cosmética predial (ver foto), um estrito controle sobre as terras fiscais e a nacionalização compulsiva de seus ocupantes de origem brasileira desta época, paradoxalmente, data a regularização de muitos dos pequenos produtores de origem brasileira que articularam depois a entrada dos atuais 'intrusos'. Ao mesmo tempo se consolidou uma estrutura que evita a radicação dos empregados de distintas repartições provinciais e federais, ao não ter uma via de acesso à terra que não seja a intrusão. As regulamentações de defesa se convertem assim em inimigas dos próprios objetivos de planificação. A inicitava de radicação rural espontânea não encontra uma via de realização devido à 'esterilização' prevista para as áreas rurais (ver mapa). O latifúndio privado se integrava funcionalmente a este esquema espacial. A estratégia demográfica do regime prévia, excludentemente, um aumento da população urbana.

*"...uno es funcionario, no va a meterse de intruso en el fisco. No existen planes para comprar la tierra. Llega una hora que para progresar, hacer alguna cosa que te permita tener algo tuyo, tenes que irte. Conoci muchos que de haber tenido la posibilidad se habrian quedado, después de todo pasas una vida acá y aprendés a querer el lugar."*  
(entrevista com professor de San Antonio)

Momento de expansão do povoado, devido às obras que o governo impulsionou como parte dos planos de defesa, Bernardo de Irigoyen se tornou nos primeiros anos da ditadura em um imenso

canteiro de obras. Construiu-se um hospital, um novo edifício para a rádio, uma agência do banco provincial, dos bairros de casas populares, uma agência de extensão para o INTA (Instituto de Tecnologia Agrária) e se instalou um batalhão de engenheiros do exército nas redondezas do povoado. Também, como efeito não desejado, surgiu um cinturão de pobreza.

Grande parte dessas obras não foram terminadas, estão desativadas atualmente devido a sua super-dimensão. Tal o caso da agência do INTA como o da Radio, planejada como um grande centro cultural, que ostenta o esqueleto de concreto-armado de um grande anfiteatro que ficou inacabado. Ou o hospital, previsto para converter-se em um centro regional de saúde, que depende atualmente do médico do exército para funcionar, estando parte do edifício desocupado e em franca deterioração. Não é raro encontrar nas casas do povoado cartazes oferecendo aluguéis de casas em bairros construídos pelo governo; muitas das quais, paradoxalmente, são habitadas por gendarmes que tem como vizinhos cidadãos brasileiros. A população da periferia, entretanto, não teve acesso às facilidades da habitação subvencionada por carecer de uma fonte de renda formal, condição indispensável do órgão provincial de promoção social (IPRODHA), ou de documentação argentina indispensável. Muitos dos trabalhadores das obras previstas nos planos de defesa eram brasileiros.

O deslocamento privado/público, civil/militar, Inglaterra/Estados Unidos que mencionado anteriormente, se alinha em termos locais ao um deslocamento extração/comércio (contrabando). E sinalizará o desenvolvimento urbano em base no comércio de fronteira que rapidamente ampliará o espaço urbano valorizando, a ambos lados, as localizações mais próximas à passagem. Esta valorização urbana deslocou as residências particulares do eixo histórico que estruturou o povoado, “*la picada de los brasileiros*”. Nesta linha se agrupam, em ambos os sentidos, os comércios de roupa e alimentícios nas primeiras quadras (ver croquis, na Introdução). Neste momento, devido à cíclica pendularidade cambial, os ‘supermercados’<sup>62</sup> do lado argentino estão praticamente vazios. As únicas mercadorias ‘à vista’, são as tradicionais batatas e cebolas, farinha de trigo e alguns artigos de couro. Os poucos comerciantes que mantêm abertos seus negócios oferecem, *off-the-records*, produtos eletrônicos, cigarros<sup>63</sup>, whisky e munições. Outros redefiniram suas atividades convertendo os salões de venda vazios em comércios de serviços - assim em pleno centro comercial existe um grande local dedicado à reparação de eletrodomésticos- ou em escritórios para a realização de trâmites aduaneiros ou de representação comercial.

---

<sup>62</sup>Forma de organização das mercadorias que se introduz em meados de ‘70, redefinindo a relação personalizada de atendimento dos antigos armazens, devido ao explosivo aumento populacional do setor brasileiro. Esta relação direta consumidor/mercadoria é parte das significativas trocas que se produzem com o aumento demográfico da área, incorporando um sistema de vendas típico de grandes centros urbanos.

<sup>63</sup>A possibilidade de exportar cigarros sem impostos internos, que formam quase 40% do preço, viabiliza um singular negócio: junto com os tradicionais cigarros ‘americanos’ de importação são vendidos ‘cigarros brasileiros importados’ opção mais barata não só do lado argentino. Em alguns produtos de algodão e confecções acontece o mesmo, pelo que se dá o paradoxo que brasileiros cruzam a fronteira para comprar artigos provenientes do Brasil.

Em Dionísio Cerqueira, pelo contrário, constituiu-se um corredor comercial que leva desde o cruzamento até o eixo que une as rodoviárias de ambas as localidades brasileiras (ver croquis). Sucessivamente neste trajeto de não mais que 7 ou 8 quadras encontramos os supermercados, já mencionados, que neste setor atendem a massa de compradores provenientes da divisa. As tendas de tecidos e confecções e por último, os comércios de eletro-domésticos e móveis junto com o setor bancário.

Cortando perpendicularmente este percurso, dedicado a atrair o 'turista', no espaço entre ambas rodoviárias, duas quadras dedicadas ao comércio de produtos e ferramentas agrícolas, casa de ferragens e materiais de construção. Se bem que esta divisão deve ser entendida como uma generalização que obvia algumas exceções e mesclas de setores; esta classificação responde também a distinta apropriação espacial tanto de comerciantes como de consumidores.

O espaço 'agrícola' do setor comercial é o setor 'caipira' por excelência da cidade. Neste sector se acham localizados dois supermercados, um deles pertence a uma cooperativa, dedicados a atender estes consumidores. Os restaurantes e lanchonetes estendem-se até a calçada, grupos que de passagem ou de compras, esperam a hora do ônibus fazendo sua *refeição*. A circulação deste grupo, proveniente da área rural tanto brasileira como argentina, restringe-se a estas duas quadras. Esta setorização fala de um mútuo preconceito.

"*Aqui o caipira não tem vez*" é a frase, segundo a crônica policial, que precedeu uma briga que deixou um morto e dois feridos (O Arauto 14-8-90). O preconceito, a respeito da população rural, é grande na cidade mais cosmopolita da região. O colono que tem uma percepção inversa e análoga, reúne-se entre pares e restringe seus deslocamentos pela cidade que percebe esquiwa. Em uma distinção realizada por LEITE (1994), sobre as relações entre espaço e território, especifica o tipo de recorte que este realiza sobre aquele. O território é espaço vivido, apropriado e simbolizado por um grupo mediante determinadas relações cotidianas que criam e recriam o grupo, não só no espaço mais também no tempo. Tempo que é memória coletiva, produtos, alianças -consolidadas ou falidas- e uma estratégia que assegura uma articulação com o entorno. Estabelecer esta continuidade simbólica permite-nos reconhecer a dinâmica de segregação e exclusão em sua expressão espacial.

A instalação de comércios de parte não-locais assinalou o mercado imobiliário urbano e a formação de um grupo de recente incorporação na área. No caso de B.de Irigoyen essa irrupção do grupo de comerciantes forasteiros data os anos 60 e 70, em que as políticas de substituição de importações convertiam alguns produtos em altamente rentáveis. Firms provenientes de Posadas e El Dorado abriaram sucursais de seus comércios ou se instalaram dedicando-se aos produtos de mais saída. Também alguns funcionários provinciais ou federais redefiniram suas atividades, ou assumiram paralelamente algum tipo de empreendimento comercial dedicado a prover o *boom* populacional que se produzia no extremo oeste de Santa Catarina e Paraná. Nessa época serviços

como escola, posto de saúde até correio eram utilizados por um contingente povoador cada vez maior que convertiam em insuficiente a oferta infraestrutural do setor brasileiro.

A princípios da década de '80, esse contingente havia desaparecido de Irigoyen convertendo-o 'outra vez' em um povoado fantasma. Os espaços urbanos de uma cidade deserta, um acampamento, um acampamento encravado em território inóspito. Existe uma preocupação com a estética predial das fachadas, em especial naquelas ruas com asfalto. Mas a vida do "fondo" (quintal) passa a ser a mais viva e instigante. A temporalidade é outra. Quem passa pela estrada rumo à fronteira vê as frentes organizadas como as de qualquer cidadezinha do interior. A metros da linha de construção surge uma outra temporalidade que remete a uma pauta rural, as árvores de sombra e as frutíferas em organizado "mato", é o espaço familiar. Tanque de roupa, parreiras, galinhas e um depósito polivalente que às vezes cumpre a função de cozinha, já que ali se encontra o fogão de lenha.

Uma vida de beira de *estrada*, frente comercial para ou de passagem e um fundo de quintal que perde os limites formais de delimitação do lote urbano nos trilhos do *montecito* que "*lleva al vecino*". Fachada morta/fundo vivo.

A hora de diferença entre um e outro lado da fronteira se estabelece também entre frente/quintal. O meio-dia é marcado exatamente às 1h pelo Jornal do Almoço, um *almuerzo* onde o feijão e o arroz compete com as *milanesas*.

*"Fue como la fiebre del oro. Se instalaban grandes depósitos que vendían por bolsa y caja cerrada. Eran mayoristas. Se hicieron grandes fortunas en esa época. Pero era toda gente de afuera, no quedo nada de todo eso. Son pocos los que quedaron por acá, alguno que outro que ahora tiene comercio del outro lado"*(entrevista com vizinho de Irigoyen)

As casas de comércio oferecem na fronteira uma variedade parca de objetos que se escolhem especificamente por sua falta do outro lado, ou por grandes diferenças de preço ou qualidade, esta tradicional organização do comércio fronterizo tem sido desvirtuada nos últimos anos pela proximidade da fronteira paraguaia. Esta acerca os produtos do mercado internacional a preços que levaram os comerciantes a deixar de lado certos tipos de mercadorias ante a impossibilidade de competir.

Também se tem mobilizado em defesa do que acham uma concorrência desleal. A distinção hierárquica que fazem os comerciantes - instalados massivamente por razões de câmbio do lado brasileiro na atualidade -, a respeito dos camelôs e "sacoleiros" que trazem suas mercadorias do Paraguay. Este confronto pode ser assimilado ao dos 'fundadores' a respeito dos caboclos ou o dos habitantes urbanos perante aos 'caipiras'. Falam de uma preeminência baseada na seriedade de seus projetos como meio seguro de estabelecer bases para o futuro. Da superioridade de uma empresa em sintonia com o consolidação dos valores nacionais, a legalidade e o progresso (Periódico O Arauto,

12/12/92). Se o trânsito de vizinhos é livre no cotidiano, também o é à respeito dos horizontes a ambos os lados. Comércio, educação, investimentos; transitam incorporando os espaços a uma mesma visão de possibilidades.

Durante o transcurso deste capítulo utilizei, bastante liberalmente, a noção de *segmento* para fazer referência a grupos ou ao atribuir a adscrição de um sujeito a um determinado corte analítico do panorama social local. Como comenta Lins Ribeiro, esta noção foi desenvolvida a partir de análise do mercado de trabalho para informar sobre a dinâmica de unidades raciais ou étnicas no interior de cortes mais amplos, enriquecendo assim as possibilidades da análise. Estudando um grande projeto de engenharia, o autor demonstra que a articulação dos distintos grupos que atuam em seu interior não pode ser entendida remetendo-se, exclusivamente, à hierarquização interna que estrutura o organograma técnico. Variáveis como origem nacional e regional, étnico ou a trajetória profissional somada às características *sui-generis* desse tipo de empreendimento fornecem uma visão mais ampla da dinâmica no interior da obra assim como os impactos diferenciais que esta tem sobre os grupos de trabalhadores que nela se articulam. (LINS RIBEIRO:1991)

Em livre adaptação, a noção de segmento, converte-se aqui em uma útil ferramenta aos efeitos descritivos do núcleo urbano de fronteira. Permite recortar unidades significativas para compreender a dinâmica social que a identidade nacional, étnica, origem regional ou de classe não permitiriam, por si só, informar. A fronteira congrega afluência de distintos grupos que como distintas camadas foram sobre impostas aos fundadores. Os grupos assim descritos, mais que a uma cartografia social localizadora unívoca dos sujeitos em lugares determinados, aspira sintetizar um quadro onde se cruzem os distintos cortes do campo que realizam os próprios atores e sua própria localização, muitas vezes conflitiva dada a complexa realidade a que refere.

## Capítulo 2:

### TEMPO: Espacialidades.

La conquista de la tierra, que por lo general consiste en arrebatarla a quienes tienen una tez de color distinto o narices ligeramente más achatadas que las nuestras, no es nada agradable cuando se la observa con atención.

Lo único que la redime es la idea. Una idea que la respalde: no un pretexto sentimental sino una idea; y una creencia generosa en esa idea, algo que se pueda enarbolar, ante la que uno pueda postrarse y ofrecerse en sacrificio.  
J. Conrad, *El corazón de las tinieblas*.

Para Anderson "*a nação ela é uma comunidade politicamente imaginada - e imaginada como implicitamente limitada e soberana*"(1989).

Imaginada porque nenhum membro de uma nação, por pequena que esta seja, conhece cara a cara a todos seus integrantes. Esta forma de imaginar a nação, também segundo o autor, situa-nos em uma forma contemporânea de pensá-la distinta das formas de associação de indivíduos mediante laços parentais ou redes de pertinência mais extensas. Peculiariza-se assim uma entidade abstrata e específica.

Uns limites, deixando em aberto os critérios de sua demarcação, separam-na de outras nações. A seu interior os protestos de soberania reconhecem no Estado sua garantia.

*"é imaginada como 'soberana', porque o conceito nasceu numa época em que o Iluminismo e a Revolução estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico hierárquico divinamente instituído. Atingindo a maturidade numa etapa da história humana em que até mesmo os mais devotos adeptos de qualquer das religiões universais se defrontavam inevitavelmente com o 'pluralismo' vivo de tais religiões, e com o alomorfismo entre os reclamos ontológicos de cada fé e o território ocupado por ela, as nações sonham em ser livres e, se sob as ordens de Deus, que seja diretamente". (Anderson, 1989:16)*

Em tanto que o termo comunidade remete a um sentimento de horizontalidade, a um pensar-se sem hierarquias. Esta definição depara com o momento, segundo a hipótese do autor, em que começa a questionar-se a hegemonia do pensamento imperante de *comunidade religiosa* - comunidade cosmocêntrica e comunicada com o supremo mediante a língua sagrada. Este marco temporal se corresponde também com o descobrimento de América e o advento do que as periodizações da história convencionaram em chamar Modernidade. Momento de clausura dos intentos de recuperação dos Santos Lugares, da expulsão dos infiéis da Península Ibérica e da Reforma. Conflitos onde o outro se definia à partir de sua oposição religiosa e tinham como meta a exclusividade territorial.

Ante a impossibilidade de impor pelas armas a legitimidade de algumas destas crenças começa a consolidar-se uma tendência que substituirá a confrontação religiosa por um relativismo motivado no interesse pelas estradas de intercâmbio comercial, levando a uma tolerância pragmática da fé. Já observamos, por exemplo, como esta mudança se deu ao interior de uma disciplina como a cartografia, que oferecia suporte técnico à atividade naval. Esta nova territorialidade da fé revela um aspecto relacional se bem que não necessariamente harmônico entre unidades.

Contrastar os documentos gerados por ambos os estados na larga contenda pelo Território das Misiones, e que determinou o limite entre Brasil e Argentina por laudo arbitral dos Estados Unidos em 1895, depara-se com a constante tensão entre duas versões sobre as formas de apropriação do espaço. Uma apresenta a idílica e não contraditória progressão do 'espaço' ao 'território'. Já a outra deixa entrever uma compulsiva expropriação. Poderíamos caracterizá-las à partir de dois termos: demarcação e ocupação. A tensão entre ambas recorre a história do entredito pelo território das Misiones, que se inscreve em um mais amplo conflito de interesses, os de Espanha e Portugal.

A partir de distintos argumentos se trata de reivindicar direitos sobre um espaço do qual os contendores desconhecem até suas marcas, de fato o diferendo que é apresentado no laudo arbitral do presidente dos Estados Unidos, é a última instância de uma luta por legitimar uma forma de representação e nominação.

O conteúdo dos documentos refere-se a contraditória interpretação dos mapas utilizados em pactos e tratados, enquanto sua correspondência com o relevamento no terreno. Estes instrumentos cartográfico-políticos reconhecem uma origem primordial nas bulas papais<sup>64</sup> que dão origem à linha de Tordesilhas (1494). Critério geográfico mediante o qual o representante terreno do divino criador opera uma divisão temporal legitimando os direitos sobre o espaço americano por parte das coroas ibéricas. Modifica-se assim a partição norte/sul do anterior tratado de Toledo<sup>65</sup> pelo traçado de um meridiano, critério este acatado por ambas as majestades. O Papa não só administra os negócios espirituais senão que sua preeminência o localiza como gestor e monitor tanto da relação entre os reinos, como da gestão destes a respeito de suas populações. Portugal, entretanto, contestará a localização sugerida para este meridiano o que dará lugar a a firma de Tordesillas, deslocando o foco de interesse a um aspecto preponderantemente territorial.

San Ildefonso, posterior tratado direto entre os reinos, por si revela uma minguada do poder papal. O qual inaugura uma divisão do trabalho inexistente nas relações medievais prévias entre os

<sup>64</sup>Do papa espanhol Alejandro VI, para evitar a guerra que os descobrimentos de Colón podiam desencadear, já que Portugal entendia que os descobrimentos burlavam o tratado de Toledo (1480), dita a Bula Inter Cætera (cf. SOARES, 1995)

<sup>65</sup>"El tratado de Alcazobas-Toledo (1479-1480), al tiempo que arregló cuestiones dinásticas, determinó la jurisdicción castellana/portuguesa en el Atlántico, convalidando el dominio castellano en las Canarias y el portugués en las Azores, Madeira y Cabo Verde, así como la exclusividad del comercio y navegación en el litoral africano al sur del paralelo 25° a favor de los lusitanos" (MAEDER, 1986:6)



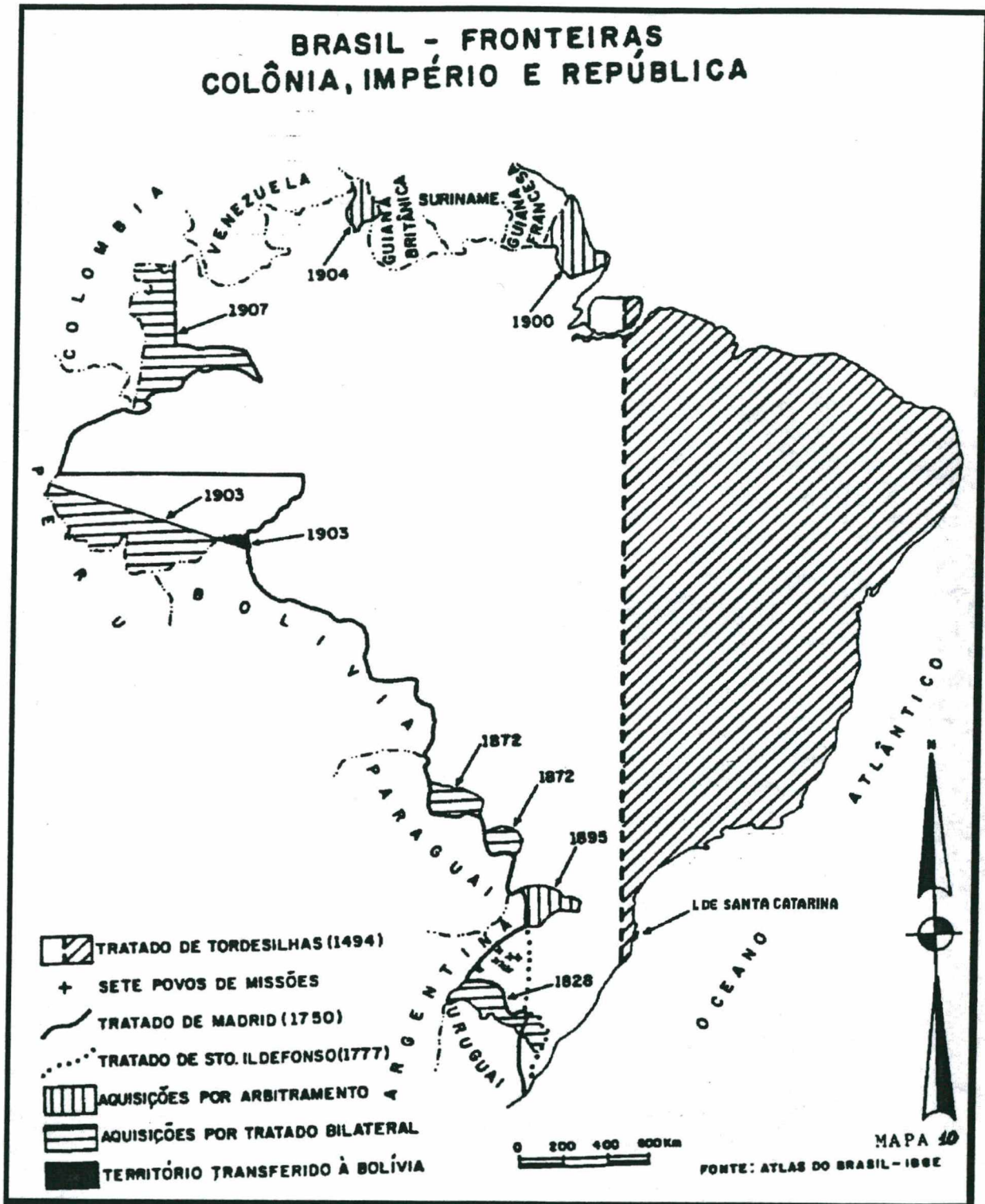
poderes espiritual e temporal. Por um lado as coroas se arrogam o direito de demarcação, enquanto por outro, começa um largo debate onde o núcleo da argumentação versa sobre a humanidade dos índios, paradigmaticamente podemos citar a Bartolomé das Casas. Mas além do registro “humanitário” desta polêmica devemos entrever o conflito de poder que se debate sobre o corpo e mente dos nativos. E que será central às formas de administração que tanto Espanha como Portugal, se bem com estilos próprios, impuseram a suas colônias.

Tordesillas e seus efeitos nos falam do conflito entre as coroas ibéricas pelo território e de como o papado deslocado e contestado em sua atribuição de árbitro se converte, em parte da luta pelo direito de senhoril sobre os nativos. O Real Patronato de Índias, segundo as concessões papais de 1493 e 1508, cria um estatuto ambíguo onde o poder real controla a ação da igreja mas esta se arroga a supervisão das relações da coroa com seus novos súditos. Desta forma as habituais descrições do processo de conquista, cujo sujeito é representado pela aliança europeia entre a cruz e a espada, devem relativizar-se à luz do reconhecimento de fissuras ou blocos em pugna em seu interior.

Anderson menciona também que por volta do 1500 se produz uma paralela deterioração da língua sagrada, o Latim, à partir de múltiplas publicações em línguas vulgares. O que em parte subsidiará o esfacelamento crescente da monolítica unidade cristã europeia. A relativização do poder papal na gestão do limite de Tordesillas, indica uma tendência que se consolidará definitivamente com o patrimonialismo monárquico, exarcebado com o absolutismo de que logo o estado liberal se apropriara mediante o conceito de soberania. Este percurso separa temporalidade e fé, território e habitantes, reino de os homens e reino de Deus. Esta tensão no 'polo conquistador' tem uma leitura territorial, de fato a história do Brasil pode ser organizada espacialmente como o deslocamento da linha de demarcação pelas mais variadas maneiras. Sucessivas negociações vão deslocando não só a linha senão também as formas de reconhecê-la no terreno.

*"As principais povoações, todas brasileiras, no território de Misiones, são: a vila de Palmas e a freguesia da Boa-vista, ou Palmas do Sul. Há muitos habitantes dispersos pelo sertão, fazendas de criação de gado e estabelecimentos agrícolas mais ou menos próximos aos povoados. Fora da zona, hoje contestada pela República Argentina, mas nas suas imediações, encontram-se à leste a florescente povoação do porto da União da Vitória, de onde parte a estrada de rodagem para Palmas, ao norte a colônia militar do Chopim e ao sul a do Chapecó (Doc. n.4, II série; a situação das colônias militares do Chapecó e Chopim). Todo o município deve ter perto de 8.000 habitantes, não havendo em todo o perímetro um só argentino. Este 'uti possidetis' foi reconhecido pelos comissários demarcadores de 1759 e 1760. Procedendo de acordo com as instruções que haviam recebido de suas côrtes, assignalaram como balizas os dois rios mais importantes no território de Missões com os quais ficassem cobertas as posses que por ali tinham os Portuguezes. Como se sabe, o tratado de 13 de Janeiro de 1750, revogando todos os outros celebrados depois das bulas pontificias, estabeleceu, como a única base admissivel, razoável e equitativa, na divisão entre Portugal e Espanha nas vastas regiões americanas, os seguintes principios:*

# BRASIL - FRONTEIRAS COLÔNIA, IMPÉRIO E REPÚBLICA



Extraído de PAULILLO, 1996.

In: CARUSO (1990)

I. Assignalar os limites dos respectivos dominios tomando por balizas as paragens mais conhecidas, para que em tempo algum se confundam, nem dem occasião a disputas; como são a origem e curso dos rios e os montes notáveis.

II. Proceder de modo que cada uma das Partes contractantes ficasse com o que então possuía, á excepção das mutuas cessões, que faziam, por mutua conveniencia para evitar quanto possivel as controversias.

Esta intenção foi assim bem manifestada no preambulo daquelle tratado.

De conformidade com elles, declarou o art. 16 do de Santo Ildefonso de I de Outubro de 1777, que, a fim de conseguir a verdadeira paz e amizade, a cuja perpetuidade e estreiteza aspiravam os dous Augustos Soberanos e para o reciproco socego e bem dos seus vassallos, se devia attender naquellas vastas regiões, por onde se tinha de correr a linha divisoria, á conservação do que cada um possuísse, de modo que em nenhum tempo se possam offerecer duvidas e nem discordias<sup>66</sup>.

"Certos de que o rio, em cuja boca estavam era o Pepiri, se fez e firmou por todos o acto de reconhecimento seguinte:

Os commissarios da segunda partida de demarcação Joseph Fernandes Pinto Alpoym por S.M.F. e D. Francisco Arguedas por S.M.C., ouvido o parecer unanime dos astrónomos, geographos, e officias das duas nações, os quaes, em virtude das razões expostas na juncta antecedente, e da affirmação do Indio Vaqueano Francisco Xavier Arirapi, sargento de seu povo de S. Xavier, cujo conhecimento e noticia desses rios se comprovou com a conformidade que se achou entre as que d'elles dava, e sua verdadeira situação, disseram não lhes ficava a menos duvida de que era o Pepiri o rio que o dito Vaqueano signalava, e em cuja boca estavam acampadas as duas partidas, e assim declaramos, que reconhecemos este peo rio Pepiri, determinado no art. V. do tratado de limites, por fronteira dos dominios de Sua Magestade Fidelissima e Catholica; em consequencia do que a demarcação, començada no povo de S. Xavier, e seguida aguas acima do Uruguay ates a boca deste, deve continuar por elle seguindo o seu curso até as suas cabeceiras, sem embargo de se não achar a sua effectiva posição conforme a que se dá no mappa de demarcação dado pelas duas côrtes, não devendo, conforme a declaração assignada nas costas d'elle pelos Exms. Srs. plenipotenciarios Thomaz da Silva Telles, Visconde de Ponte de Lima e D. Joseph de Carvajal e Lencastre, attender-se ao dito mappa senão em quanto este se ache conforme ao tratado; e para que em todo o tempo conste este acto de reconhecimento e termo da divisão de limites, fizemos a presente declaração, firmada por todos os abaixo assignandos.

Boca do Rio Pepiri, 8 de Março de 1759.

Uma primeira confrontação destes dois documentos, na perspectiva acima indicada, nos indica uma mudança sugestiva. As partes que concorrem ao de San Ildefonso são Augustos Soberanos desejs de paz em tanto que as instruções a os plenipotenciários reunidos na Boca do Pepiri, 18 anos antes, emanavam de *Sus Magestade Fidelissima y Católica respectivamente*.

Outra é a introdução do *uti possidetis*, ou seja a dispersão populacional, como critério de legitimidade de cada um dos contendores sobre um território que em princípio é *ré nulis*. O espaço, dessacralizado, implicitamente o reconhece objeto de partição, medição, reconhecimento e, obviamente, apropriação. Outro detalhe relevante constitue o lugar central outorgado ao índio vaqueiro<sup>67</sup>, a importância dada a este testemunho pericial nos revela a situação de todo um extenso contingente povoacional inscrito na denominação oficial do território, Misiones. Território que

<sup>66</sup> Conselheiro Joaquim Maria Nascentes de Azambuja, circa 1890: 15/16.

<sup>67</sup> Conhecedor do lugar, guia.



contudo seguirá sendo tratado nos documentos como um espaço vazio enquanto não tenha uma efetiva ocupação espanhola ou portuguesa, argentina ou brasileira.

O espaço que referimos constitui o antigo território das missões. As missões organizaram um espaço geográfico e modificaram uma organização social pre-existente a partir da utopia de uma pólis cristã. A bibliografia sobre o tema é vasta e se trata de um dos episódios melhor documentado e analisado pela historiografia da América colonial.

*"La competencia entre os jesuitas y os coonizadores en la obtención de trabajo indígena y, como consecuencia, en la producción, se manifestó de manera casi idéntica en Maranhão y en o Paraguay, aunque en o caso do Paraguay existía o problema adicional de la superposición de dos problemas: o do trabajo indígena y o de la defensa de os limites". (MÖRNER, 1985:109)*

A ação dos jesuítas começa com a Real Cédula de 25 de novembro de 1601 que concede aos indígenas igualdade jurídica a respeito dos espanhóis, se bem se recomendava sua evangelização. A partir das denominadas Ordenanzas de Alfaro de 1611, logo aprovadas por Felipe III, marca-se a orientação geral para este agir-evangelizador que o governador do Paraguay, Hernandarias, encomendará à Orden de Loyola.

As regulamentações de 1649<sup>68</sup> deram às reduções jesuíticas um extraordinário poder político de negociação em meio ao clima hostil e a sua irrupção em meio dos interesses coloniais. A possibilidade de contar com milícias fronteiriças, disciplinadas e eficientes a um baixo custo, levando em conta a organização militar da ordem, conferia na mesa de negociações metropolitana uma carta de triunfo para defender os privilégios ou, apenas, a exceção de certas obrigações, tanto de parte dos clérigos quanto dos índios sob seu controle.

*"Las misiones en el Maynas constituían una especie de paragolpes pasivo cuando las bandeiras de Pará intentaban penetrar en el antiplano andino. En las reducciones de os Chiquitos, en cambio, os indios tomaban parte activa en la defensa contra ocasionales incursiones de las bandeiras. Sin embargo, las reducciones guaraníticas fueron las únicas que prepararon un contingente militar activo y móvil, equipado con armas de fuego y, permanentemente, a disposición de las autoridades para afrontar circunstancias especiales". (MÖRNER, 1985: 110)*

---

<sup>68</sup> "En vista de la peligrosa situación de las reducciones jesuíticas, tras haber recibido la ya mencionada cédula de 1647 obtenida por Pastor, el procurador jesuíta en Madrid, Salvatierra, emitió, ante el urgente pedido de Ruiz de Montoya, la trascendental provisión real del 21 de junio de 1649, que definía claramente los derechos y deberes de las reducciones jesuíticas paraguayas frente a la Corona. La exención respecto de la mita fue confirmada, al igual que la relativa al servicio personal - ya resuelta en varias ocasiones anteriores -, para los indios de las reducciones de Itatín, el Alto Paraná y el Uruguay. todo indio de sexo masculino, entre los 18 y 50 años, pagaría anualmente, en concepto de tributo, un peso de a ocho reales en efectivo - según había pedido Ruiz de Montoya, suponiendo, probablemente, que se utilizarían para ello los salarios de los curas-, cuya recaudación estaría a cargo de los oficiales reales, sin intervención de otras autoridades. Para retribuir la conceción de tales privilegios, incluido el tributo excepcionalmente bajo, los guaraníes debían aceptar la importante misión de defender la frontera con el Brasil; se sobreentendía que las tropas estarían, como antes, permanentemente a disposición de las autoridades temporales para participar en diversas empresas militares". (MÖRNER, 1985:67)

Se bem que a existência deste contingente com alto nível de preparação e apetrechamento criava condições de poder evidentes motivando não poucas reclamações. A cédula real em 1661 que dispunha o depósito das armas ao cuidado do governo do estado e sua provisão aos índios, em caso de emergência que o justificasse<sup>69</sup>.

Esta disposição é sem dúvida um intento de mediar a polêmica que involucrava a quase todos os atores políticos da província do Paraguay. Em 1660 a situação cria um conflito ventilado no Consejo de Estado de Madrid, através do embaixador em Roma, pede-se ao General da Ordem o envio de um observador para esclarecer o conflito de poderes entre as autoridades civis e eclesiásticas. É curioso este recurso que revela as diferentes soberanias e lealdades. A diplomacia da colônia, a diferença da contemporânea, também se exercia no *interior geográfico del estado*. Confrontando esta concepção de soberania com a que surgiria a pós-revolução francesa, percebemos dimensões políticas que não podem estar longes na hora de avaliar o projeto jesuíta. E que está no centro dos motivos da expulsão da ordem, tanto de Portugal como da Espanha, com a ascensão da monarquia absolutista. A realidade da Ordem é desterritorializada, se bem que evidenciava grande peso político co expressão espacial.

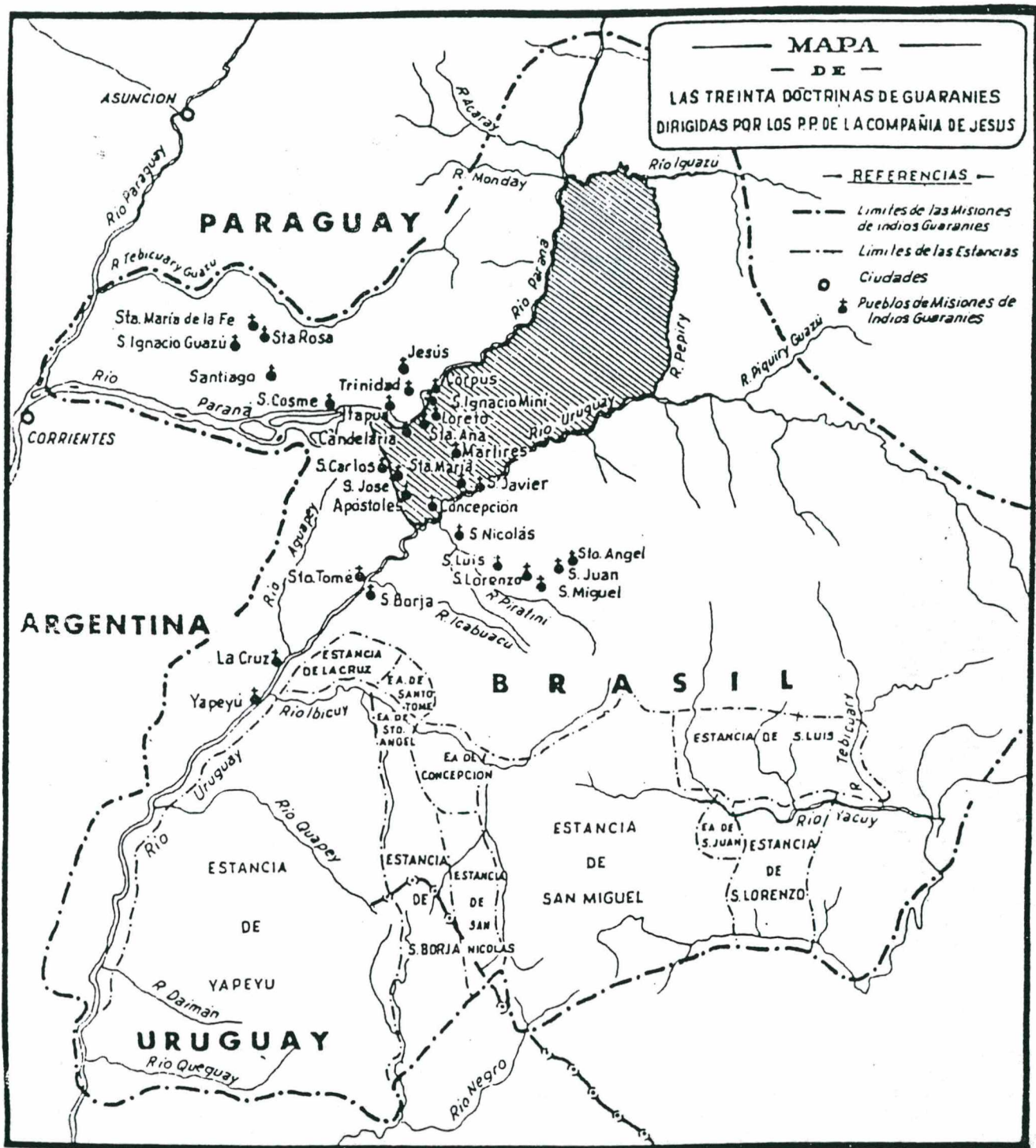
*"Siempre ha sorprendido a os observadores, aún de diferentes períodos, que las inapreciables contribuciones nacionalistas aportadas a la causa de España y la América hispánica en su conflicto con el imperio portuguess, hayan sido obra de os miembros de la internacional Compania de Jesús. En general, sólo es posible explicar este fenómeno suponiendo que constituía una etapa en el intento jesuítico de crear un estado jesuítico dentro del territorio español o bien en su propósito de asumir el control económico y político de todo el continente". (MÖRNER, 1985:111)*

O mesmo autor suavizará esta afirmação, apelando a um saudável relativismo de tipo histórico, já que não pode utilizar-se um conceito de Estado que não pertence ao contexto histórico em análise. Fica, entretanto, aberta a dúvida, segundo o mesmo explora, que suscitou uma extensa bibliografia interpretando o empreendimento jesuíta em um amplo espectro de possibilidades que vão desde o comunismo primitivo até o despotismo ilustrado.

Mörner se inclina a considerar as reduções guaranis como um distrito dentro do esquema das províncias espanholas. Submetido tanto ao controle dos governadores quanto ao das autoridades superiores da ordem. Mas independente, em troca, em matéria de administração. A não correspondência das jurisdições da ordem com as da administração da coroa diferiam hierarquicamente, esta relação em escala imediata superior em ambas as partes. Em outras palavras, os superiores das reduções não respondiam diretamente ao poder temporal representado pelo governador da província, senão por intermédio de seu superior dentro da ordem, ou seja, o Provincial. Se agregamos a isto o desproporcionado peso econômico que acumularam, em um zona

<sup>69</sup> De fato a destituição do bispo interino de Asunción, e pior inimigo das missões, Bernardino de Cárdenas se realizou com o apoio de centenas de guaranis convenientemente armados e foram requeridos para tal pelo delegado do vce-rei Hinestrosa (cf. Mörner, 1985).





Las Misiones Jesuíticas

Fuente: Margolot, Geografía de Misiones.

do vice-reinado relativamente pobre, e o peso político que significava sua função militar, podemos supor uma grande influência em vários aspectos na vida da colônia.<sup>70</sup>

O *proyecto* jesuítico adquire estas dimensões ante a falta de projetos, tanto estatais como privados, de embargadura em uma região relativamente esquecida pelo interesse colonial Espanol posto na América central e andina. O patronato assumido pelos jesuítas<sup>71</sup> os distingue no panorama americano. A gestão indígena dos jesuítas é a que lhes vale seu caráter contraditório com respeito ao projeto de exclusão, tanto espanhola como portuguesa, que viam nos índios mão de obra gratuita para as tarefas extrativistas quando não, em si mesmos, simples mercadoria como no caso de os bandeirantes. Em tanto que os jesuítas os incorporam a um esquema de produção e os convertem em um fator de poder.

A possibilidade de coordenar e administrar a produção, distribuição e comercialização em vários pontos do território e em forma independente à pesada administração de recursos que se dava na colônia foi um fator determinante deste poder relativo<sup>72</sup>.

O território missioneiro, desde o ponto de vista dos interesses coloniais, perde seu valor uma vez que o know-how jesuíta se retira da área. Os diferentes intentos para administrar o patrimônio das missões resultaram negativos. Seja sua substituição por franciscanos como no Paraguay ou por administração civil nas espanholas Altas Misiones, os intentos foram infrutíferos. Além das interpretações que destacam a cobiça dos funcionários ou sua imperícia administrativa, inclino-me a pensar nas missões como um complexo sistema integrado de recursos. A planificação incluía um sofisticado intercâmbio de informações, bens e serviços; seu sustento político estava em grande parte garantida pelo *status* do conjunto dentro do contexto mais amplo da coroa. Pensar nas missões como um patrimônio local talvez seja o erro interpretativo e sua decadência pontual não consequência da

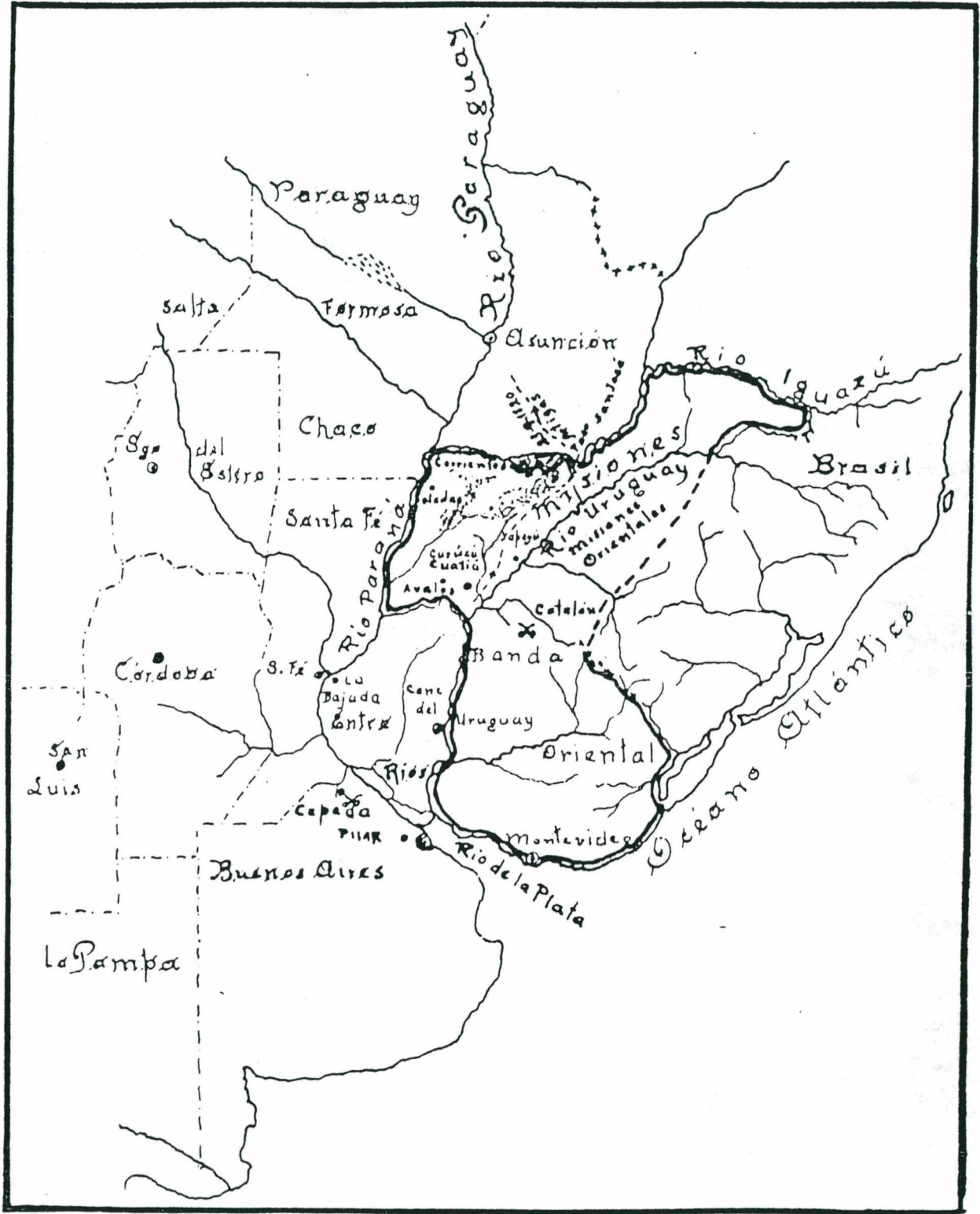
---

<sup>70</sup> Esta última afirmação deve ser marcada pelo fato que a igreja em geral ocupava ainda, tanto na metrópole quanto na América, um importante lugar no esquema de poder monárquico. A soberania do mundo feudal prévio aparece claramente como uma co-gestão. Assim como terra e vassalagem são indivisíveis, sua administração nos mostra a participação de Roma nos negócios das coroas cristãs. A respeito veremos como este poder vai deteriorando-se com o advento da modernidade e a gestão da soberania se translada do corpo ao soberano (como representação do conjunto dos súditos) e logo ao patrimônio do estado, o território (Cf. Foucault, a governamentalidade). Com o advento da idéia de liberdade assistimos a uma última mudança, patrimonial esta vez. O estado soberano gestiona o patrimônio (pátria) comum. O liberalismo colocará uma ambigua relação de propriedade, entre Estado e cidadãos, na que, alguns analistas reconhecem, o nacionalismo faz pé.

<sup>71</sup> Esse compromisso não se reduz a um humanismo, já que ao mesmo tempo compravam e traficavam escravos negros.

<sup>72</sup> Abinzano caracteriza as missões a partir de sua relação com o entorno: "es inegable que cualquiera que sea la valoración ética del sistema jesuítico, su organización desde el punto de vista de la adaptación al medio ambiente y las necesidades materiales de supervivencia fué superior a los sistemas circundantes. Comparativamente, el desarrollo de sus fuerzas productivas, con fundiciones de acero y astilleros; desarrollo artesanal, monopolio de la yerba mate, fabricación de armas, etc., y la administración de inmensas estancias ganaderas las sitúa por encima de los métodos y procedimientos utilizados fuera de sus murallas" (1985:256).





Liga de los Pueblos Libres

Fuente: Casiano Carvallo; op. cit.



má administração pós-jesuítica senão o objetivo explícito de tal empreendimento ao desmenbrará-las do todo do qual formavam parte.

O desaparecimento das missões como sujeito político consitue um capítulo pouco transitado pela historiografia já que poucos dão valor à resistência ativa que os índios organizados exerceram às diferentes formas de administração que intencioram apropriar-se de seu patrimônio. A expulsão dos jesuítas não anula uma organização que por gerações havia regulado a população reduzida e sua gestão territorial. E se plasma no projeto de estado independente: A Liga de los Pueblos del Sur (Ver mapa)

Como o expressa o historiador Jean Chesnaux

*"... un cambio político no es completo, ni por el tanto real, más que si atraviesa la vida personal de cada cual a todos el niveles, si afecta también a la familia y a la relación con la naturaleza, la actitud frente a las herramientas y a la muerte. La sociedad política, para emplear el termino de Gramsci, no es más que formalmente distinta si la sociedad civil no ha cambiado también".(CHESNEAUX, 1981:150)*

A persistência da organização dos chamados 'pueblos', missões ou reduções guaranis devemos rastreá-la nos interstícios dos acontecimentos que ocupam o primeiro plano dos relatos históricos.

A jurisdição política da colônia sobre as missões reconhece uma história de marchas e contramarchas que alternativamente as colocam sob a égide de Assunção, Buenos Aires ou criam, a partir delas, uma área administrativa *ad-hoc*. Estes antecedentes podem rastrear-se ainda antes da expulsão dos jesuítas<sup>73</sup>.

Três setores nitidamente se configuram em estes passes jurisdicionais: as missões do Paraguay, ao oeste do rio Paraná; as localizadas entre este rio e o Uruguay e as orientais, ao este do rio Uruguay. As margens do Uruguay constituíram o limite do avance português e as missões orientais, em sua maioria imensas estâncias de pastoreio, seu objetivo privilegiado uma vez que a pretensão por dominar militarmente o estuário do Plata cedeu lugar à via diplomática.

---

<sup>73</sup> "Los jesuítas fueron expulsados de América en 1767 por orden del rey Carlos III, pero la orden se cumplió un año mas tarde.(...) En 1726 se dictó un laudo contenido en una Real Cédula que disponía que los treinta pueblos de las misiones pertenecian a la jurisdicción de Bs.As.(...) Cuando en 1777 surge el Virreynato del Rlo de la Plata, Misiones es una de las provincias que lo constituye. Se establece la capital en Candelaria sobre el río Paraná y se organizan las autoridades siguiendo las leyes de Indias: cada pueblo tenía sus corregidores, cabildos y administradores civiles y también sus autoridades religiosas, sacerdotes y compañeros. En 1784, el Virrey Loreto dispuso el paso de las misiones del Paraná a Paraguay con lo cual coincidían las jurisdicciones política y religiosa. El 17 de mayo de 1803 se sancionó una Real Cédula que fue denominada 'de Aranjuez', dispuso la reorganización de los treinta pueblos de las Misiones, con total independencia de Bs.As. y Paraguay, nombrando un gobernador a su frente. Este cambio de estrategia obedecía a que dos años antes, en octubre de 1801, los lusitanos habían avanzado sobre las misiones orientales con intesiones de quedarse allí en forma definitiva. Todos los intentos posteriores para recuperar esas tierras fueron infructuosos" (ABINZANO,1985: 270)

A Colônia do Sacramento fundada em 1680 foi o intento português de partição do domínio da boca do Rio da Plata. As fundações de Laguna (1684) e do presídio de Rio Grande (1737) logisticamente tratavam de sustentar a possessão sobre o *interlan* da denominada província Cisplatina, atuais estado de Rio Grande do Sul e Republica do Uruguay.

O tratado de Madrid<sup>74</sup>(1750) tratava de resolver problemas limítrofes que excediam o plano americano, se bem que Espanha reclamava pelos avanços amazônicos, sobre o Mato Grosso e na bacia do Plata, sua situação ao invadir Filipinas contrabalanceava e debilitava sua argumentação. A este complexo quadro colonial se deve agregar a guerra franco-britânica e as alianças entre as casas reais da península em busca de uma mútua proteção em uma Europa convulsionada pela guerra.

A posição da Colônia do Sacramento jamais seria sustentável enquanto continuasse rodeada pelas terras dos sete povoados guaranis, a hostilidade dos portugueses para com esses povos era proporcional ao interesse em assentar aquela. O plano de radicar açorianos nos povoados conquistados dos guaranis e criar uma forte província na margen oriental do Plata se consolida nos planos lusitanos<sup>75</sup>. Neste complexo quadro se decide a troca de Colônia por os sete povoados guaranis ao este do Uruguay. Pela primeira vez se decidia uma demarcação apoiada em acidentes do terreno e se designam ao efeito campanhas de demarcação. O efeito combinado de intrigas de Corte e a dificultosa tarefa de transladar compulsivamente a população das missões orientais determinou uma rebelião indígena que os jesuítas não conseguiram conter. Os índios mobilizados militarmente interrompem as tarefas das comissões de demarcação e os comissários ibéricos dispõem a realização de campanhas punitivas.

Quando grande parte da população indígena já havia sido transportada, os acontecimentos políticos na metrópole determinam a anulação do tratado sem que Colônia do Sacramento fora efetivamente ocupada pelos espanhóis, sendo ademais os jesuítas investigados pelas autoridades espanholas por sua opaca atuação durante a revolta. O tratado de Madrid, onze anos depois de firmado, é anulado<sup>76</sup> voltando as partes a ocupar as posições anteriores, se bem que a população do conjunto das missões havia sido impactada pela realocização. Os 30.000 habitantes dos sete povoados orientais foram destinados aos restantes assentamentos ao oeste do Uruguay. Se formou um dispositivo militar, a partir do grupo deslocado, que já não se desmobilizará, a fronteira guarani

---

<sup>74</sup> *El doble casamiento de los príncipes con infantas de ambas coronas en 1729 permitió el inicio de una política de acercamiento que más tarde cobró renovado impulso. Razones prácticas movieron así a Fernando VI y a Juan V a buscar entendimiento que al mismo tiempo fortaleciera a sus colonias amenazadas por otras potencias. (...) Fue así como el 13.1.1750 se firmó en Madrid un trata do límites que reconocía la situación imperante en materia de límites cedía lugar y regiones compensatorias cada una de las partes, razón por la cual también fue llamado 'de permuta'* (MAEDER, 1986:22).

<sup>75</sup> Ver ofícios de fundação do Príncipe Regente datados em 1668 em RIBEIRO & MOREIRA NETO: 375,ss.

<sup>76</sup> Em convênio de 1761 pode ler-se em seu artigo. 2: *"Luego que este tratado fuere ratificado, harán los mismos serenísimos reyes expedir copias de él, auténticas, á todos los respetivos comisarios y gobernadores en los límites de los dominios de América, delarándoles por cancelado, casado y anulado el referido tratado de límites..."* (LA NACION, 1891:7)

reconhece agora das frentes de luta, seu tradicional inimigo português e a não menos hostil administração espanhola.

Na aparência a situação volta ao começo, mas existem dois elementos a destacar e que teriam forte incidência sobre a sorte destes povoados. A ascensão de um novo “*hombre fuerte*” na corte portuguesa, José Carvalho, futuro marquês de Pombal, que se tornará um inimigo acirrado do poder jesuítico. O agir deste se verá facilitado pelo fato que existia um clima de opinião generalizado contra a Companhia que no religioso e político verão decair sua posição em todas as casas católicas da Europa.

Das revoltas guaranis de resistência se sedimenta outro elemento inédito

*“Crearon un sentido de pertenencia entre los indios ‘tapes’ - los indios de las misiones - que se vió enfrentado a los poderes nacionales de tres naciones en distintas coyunturas históricas y que sirvió de base de identidad para una extensa área que aún hoy se autodesigna como ‘misionera’”* (ABINZANO, 1985:263, ênfase e sublinhado do original)

Diversos fatores confluem nesta afirmação do grupo, quiçás o mais importante seja o uso do guaraní das missões. Foi a partir do empreendimento jesuítico de aldeamento que a língua, distinta da falada pelas parcialidades guaranis não aldeadas, serviu como diacrítico ao sistema multiétnico resultante que alguns analistas chamam cultura “guaranítico-misionera”. O idioma guarani é língua oficial atualmente no Paraguai e falado pela população rural em toda a região em estudo.

O contingente mobilizado, a partir de seu adestramento militar, constitui-se em uma eficiente máquina de guerra que por mais de cem anos atuará aliada à diversas causas<sup>77</sup>. As tarefas de campo nas estâncias haviam incorporado o cavalo como ferramenta que na empresa de guerra torna-se tecnologia militar. A ‘montonera’, cavalaria de deslocamento rápido e munida de armas de mão, será a formação básica deste contingente que depois será adotado pelos caudilhos. A figura do gaúcho<sup>78</sup> se faz reconhecer neste índio ou mestiço que incorporou junto com o cavalo as destrezas do trabalho pecuário em uma ecologia que lhe é característica: o pampa. Na cartografia jesuítica a região integrava o sistema de estâncias e vacarias. Os campos articulavam sua produção com os povoados próximos dos quais dependiam administrativamente.

O regalismo<sup>79</sup> crescente nas côrtes e os novos pactos extra-ibéricos de cada uma das coroas marcaram o destino dos jesuítas e dos territórios de suas fundações.

<sup>77</sup> Por decreto de 9/7/1811 o Príncipe Regente manda a organização de “*un Regimiento de Milicias Guaranyes a caballo, que mandei formar na provincia das Missões...*” (DA CUNHA, 1992:78)

<sup>78</sup> Notar que o *Martin Fierro*, obra paradigmática da literatura gauchesca, é a saga de um injustiçado pela justiça do Estado que encontrará entre a indiada refúgio e camaradagem, numa época na qual fronteira do Estado e da civilização coincidiam.

<sup>79</sup> Podemos defini-lo seguindo a Mörner como “*la afirmación de los derechos del soberano en asuntos eclesiásticos a expensas del Papa*” (1985:139), isto reforça a tendência ao declínio do poder papal que seguimos em nossa argumentação. O extremo desta doutrina podemos representá-lo pelo anglicanismo que confunde ambas esferas no interior de uma jurisdição política. Segundo o mesmo autor uma influente obra desta corrente é a de Juan Nicolás von Hontheim (Febronius), *De statu ecclesiae* publicada em 1763,

*“Essa rede (as fundações jesuíticas) começa a ser destruída em dois momentos: primeiro, a revolução dos comuneiros comandados por Fernando Mompó (1728-1735); segundo, o Tratado de Limites de 1750. Com ódio, o espaço missioneiro foi rapidamente destruído, roubado e pilhado. Destruiu-se o ‘Estado dentro do Estado’ uma fronteira incômoda para Portugal e Espanha e para os novos donos da terra”.* (NEVES, 1990: 121, meus parênteses).

A expedição da Junta de Gobierno que em 1811 levará até a província as notícias da revolução de Maio, mediante a qual o vice-reinado assumia seu governo, foi rechaçada militarmente pelos paraguayos que desconheceraam o movimento de Buenos Aires separando as missões ao este de Paraná do resto da província que havia aderido à causa. A Junta mais tarde, e devido ao armistício com os espanhóis de Montevideo, apoiados estes pelos portugueses, obriga a retirar as missões a Artigas que comandava as tropas índias que sitiavam essa praça.

Nomeado Artigas tenente de governador por Buenos Aires defende a missões de um primeiro ataque a dos de seus povoados por tropas portuguesas e passa a hostilizá-los cruzando o Uruguay. Um aliado seu, o índio Andrés Guaycurarí, investido como comandante geral a frente dos índios expulsa os paraguayos da margem oriental de Paraná. A ruptura de Artigas com Buenos Aires se complica com o avanço dos portugueses que tomam Montevideo e avançam pela campanha para as missões orientais. Isto decide a reunião de índios de todas as missões que cruzam o rio Uruguay e batalham em diversos combates onde são derrotados. Se bem que derrotada, a coligação de índios de distintas regiões galvaniza um projeto político com expressão territorial.

As tropas do General Chagas cruzaram em 1817 o Uruguay e no intento de deixar sem retarguarda logística a indiazada, que constantemente os hostiliza, destrõe os povoados da margem ocidental obrigando a seus povoadores a transportar-se às missões orientais. Durante quatro anos os ataques de Andresito obrigam aos portugueses a manter-se na defensiva e estas duas vezes cruzaram o Uruguay destruindo sistematicamente os povoados. Os paraguayos farão o mesmo com os da costa oriental do Paraná temendo que as ações punitivas dos portugueses os levem até seu território. A resistência das tropas de Andréito e Artigas será derrotada chegando a 1820 com um panorama de total desolação na antiga e florescente província jesuítica. Os paraguayos haviam destruído e prendido os habitantes dos Povoados do Paraná, entre este e o Uruguay somente restaram ruínas dos antigos povoados e as missões orientais se transformaram em assento permanente das tropas portuguesas de ocupação. Entretanto pode se afirmar que esta prolongada e sistemática guerra deteve nas margens do Uruguay um avanço que reconhecia, em princípio, o Paraná como objetivo secular (CAMBAS, 1984; MAEDER, 1986; ZOUVI, 1983)

É de notar como curioso detalhe que a história canônica da Argentina considera a Artigas um caudilho ‘uruguayo’ e simplesmente ignora a existência de seu subordinado índio, que terminou seus

---

sustenta a idéia que o reencontro da pureza primitiva da fé deve realizar-se com o apoio dos príncipes temporários. Os negócios temporais dos jesuitas são atacados na frente religiosa pela sua adesão ao probabilismo e a prática de certos ritos malabáricos e chineses.

dias em uma cárcere do Rio de Janeiro; exceção que se deve abrir a alguns historiadores e documentaristas regionais.

Aos dois pólos de conflito marcados pelos analistas, devemos agregar os interesses da diplomacia inglesa, que pairando sobre o terreno das missões arquitetam o espaço geopolítico tradicional entre Portugal/Brasil-Espanha/Argentina: o domínio da bacia do Plata.

A ação da Inglaterra nos negócios diplomáticos que determinaram a geografia política da Bacia do Plata é um apaixonante tema historiográfico, solidamente documentado e sobre o qual ainda se debate. A rigor poderia falar-se de interesses capitalistas que começam a desprezar a divisão internacional do trabalho na região relativamente mais 'pobre' das colônias. Mercado exíguo mas que não obstante havia desenvolvido economia e indústrias regionais.

Os interesses capitalistas na região não se reduziam aos ingleses mas estes foram os que mediante uma política agressiva, ainda que não sem contradições, desenharam, a partir de seus sócios locais, as condições de possibilidade para esse projeto econômico: centralização dos negócios públicos e liberalização do comércio e da economia. Este traço aparelhado ao estrangulamento das economias regionais e o surgimento de unidades administrativas que intencionavam exercer soberania política, seja centralizando seja separando, o que levará a região a um estado de guerra civil e constantes articulações políticas entre unidades que tentam, a partir da força, viabilizar seus projetos. Liberalismo político e econômico, não sempre coincidiam com os efeitos desejados pelos grupos locais criando reações protecionistas em unidades que se queriam independentes ou impondo a economia mercantil em lugares onde não se afetou a estrutura semi-feudal prévia. Isto consolidou bandos que disputavam o curso que tomaria a organização pós-colonial e sobre os que os interesses expansionistas, tanto do mercado de manufaturados como o de capitais, influenciaram altamente.

Por duas vezes rechaçados militarmente a princípios do século XIX em seu intento por apoderar-se de Buenos Aires, os ingleses reaparecem logo depois da revolução de 1810 em um plano de operações, atribuído a um dos membros da junta de governo da Provincias del Río de la Plata, como supostos aliados do movimento insurrecional que levaria a idéia revolucionária ao 'império escravista', obtendo em troca um ponto estratégico no Plata e "*pactándose entonces entre ambos gabinetes los puertos y puntos que unos y otros debamos ocupar, prestándonos mutuamente toda clase de socorros (...) y levantando nuestra bandera en aquellos destinos, declararos como provincias unidas de la Banda Oriental y Estado Americano del Sud*". (J.J. Moreno, Plan de Operações apud ABINZANO, 1985)

Um comentarista afirma que a Inglaterra de forma alguma deixaria de apoiar a seu tradicional aliado europeu pelo simples fato de expandir as idéias jacobinas na América, em todo caso os comerciantes ingleses pediam a garantia de saas operações independentemente do regime político das

ex-colônias ibéricas (Idem). Este curioso documento menciona explicitamente ao encarregado de levar a cabo a insurreição da Banda Oriental: ou então capitão de *blandengues* José Artigas por sua grande ascendência entre os índios da região das missões.

Derrotado o setor mais radicalizado da Junta de 1810 e abandonado a sua sorte Artigas e seus planos de unidade territorial, o congresso que em 1816 terminará declarando a independência, paradoxalmente, entre uma das opções a independência debateu a anexação ao Império português, enviando inclusive um emissário ao Rio de Janeiro para tal feito. Os projetos ideológicos em pugna no interior da elite política da ex-colônia podem sintetizar-se, em um primeiro momento, como absolutistas versus liberais. A partir dessa oposição se delinearam bandos que travaram uma guerra civil de mais de 50 anos e que basicamente enfrentará o interior, constituído pelas diversas províncias reunidas administrativamente não muito tempo antes (1776) pela administração vice-reinal, e o porto, tentando hegemonizar o processo de unificação. Em uma economia basicamente mercantil e com estritos controles, como era a administração colonial, esta autoatribuição de Buenos Aires era interpretada como um continuismo da exploração metropolitana. Unitários e federais podem, maniqueisticamente, ser apresentados como porto e interior ou liberais e protecionistas, se bem que não é tão simples. Nem as características destes programas ideológicos se mantiveram no tempo nem seus atores se viram livres de alianças táticas com setores na antípoda ideológica mas com os que conjunturalmente compartilhavam interesses.

Um exemplo é a recusa de apoio de Buenos Aires, nesses momentos dominada pelo mais liberal do movimento independista, a Artigas. Sua derrota viabiliza a invasão portuguesa na Banda Oriental, esta ajudava a solucionar as diferenças internas existentes ao interior do movimento mas cria uma situação de fato, de imprevistas consequências.

O representante inglês no Brasil informa a seu governo os motivos de tal empreendimento de conquista "*este proposito Milord es nada menos que apropiarse de todas la Provincias que constituian el antiguo Virreinato de Buenos Ayres mediante un entendimiento secreto con las personas al frente de los gobiernos ocales, y anexarlas al Reino del Brasil con el titulo de Imperio de la América del sur*" (JUSTO apud ABINZANO, 1985). De fato, ao evidenciar-se este projeto, a confederação reage e tenta reacomodar o tabuleiro "y quando algunos años más tarde, (...) se congregaron novamente con el propósito de constituirse (o que finalmente não lograram) y enviaron un representante a Rio de Janeiro para solicitar la devolución de la provincia Oriental, que entendian haber hecho ocupar por el ejercito portugués solo para destruir al mencionado caudilo (Artigas), el gobierno del Brasil, que se havia independizado de Portugal, constituyéndose en Imperio bajo el reinado de D.Pedro I, heredero de la Corona de la metrópoli, se negó". Era a guerra. Contenda esta que "*(...) produjo graves perjuicios al comercio con Gran Bretaña la cual, aunque en un principio estuvo neutral entre ambos contendiente, finalmente se inclinó por el Brasil. Pero, debido a las*

*contingencias de la lucha, el emperador Pedro I se vió obligado, por sugestión inglesa, a reconocer la independencia de la mencionada provincia, que pasó a constituirse en la República Oriental de Uruguay" (Idem).*

Em 20 de setembro de 1835, sob a direção de Bento Gonçalves, instalou em Rio Grande do Sul, um movimento republicano e separatista, iniciando uma luta armada que com todo encarniçamento se prolongou por um espaço de quase 10 anos. Produzido o dito movimento - conhecido como 'Revolução Farroupilha', deu lugar ao estabelecimento da República de Piratini- os revolucionários de imediato buscaram um apoio na confederação argentina enviando emissários a Buenos Aires para conseguir a colaboração de Juan Manuel de Rosas. Mas Rosas, não só lhes negou tal apoio, como *"se lo dió al Imperio esclavista, contra el que se habia levantado. (...) el Imperio, que Rosas defendió tan eficazmente, se volvió contra él, de acuerdo con los lineamientos del secular antagonismo con el Rio de la Plata, reconoció las independencia del Paraguay, y hasta provocó la caída del mismo Rosas, en colaboración con el disidente gobernador de Entre Rios. Rosas, sin duda un proteccionista en materia económica, clausuró la libre navegabilidad de los rios (o que le valió el boqueo del puerto por franceses e ingleses) y dejó de pagar la deuda externa contraída por la administración anterior con la banca Baring Bros"*.

Como assinala um historiador das relações exteriores argentinas, o reconhecimento da independência do Paraguai assim como o apoio aos caudilhos litorâneos expressa a hegemonia a qual o Brasil aspirava entorpecendo os planos de reconstituição territorial do antigo virreynato por Rosas.

Já os ingleses, mais pragmaticamente, evitando compromissos que os atrelassem a interesses nacionais, intencionavam salvaguardar os negócios de seus súditos nestes países, esta liberal forma de atuação pode exemplificar-se com a atuação de banca a Rothschild e Baring Bros, no Brasil e Argentina respectivamente, inclusive durante a guerra entre ambas nações.

A Inglaterra através de distintos atores cumpre múltiplas funções, em um e outro bando, em um clima de insegurança e anarquia que como um campo de forças se reacomoda constantemente. Jogo no que nenhum dos contendores nem pelas armas nem pela diplomacia pôde impor-se. Os poderes locais aos que se refere o documento inglês mencionado são os caudilhos provinciais que questionam o poder central e que durante o processo de unificação nacional várias vezes assumiram de forma independente os negócios externos de suas províncias. Entender a fragmentação leva, no momento da análise, a deixar de pensar estes bandos como representantes de suas atuais configurações nacionais. A província do Paraguai, Corrientes, Entre Rios, Buenos Aires assim como Rio Grande Do Sul e até Santa Catarina, por um breve período, pactuavam seus interesses externos, assumiam compromissos financeiros e mantinham exércitos.

Este, por vezes, confuso panorama de idas e voltas, de pactos e agressões, de intrigas palacianas e golpes internacionais, descreve o ambiente institucional que, marcado a sua vez por um forte localismo e interesses extracontinentais, imperará na região durante quase todo o século XIX.

A guerra da Triple Aliança, 1864-70, envolve a Bacia do Plata em uma disputa desterritorializada e de nível mundial da qual é a ampliação dos mercados para o industrialismo nascente.

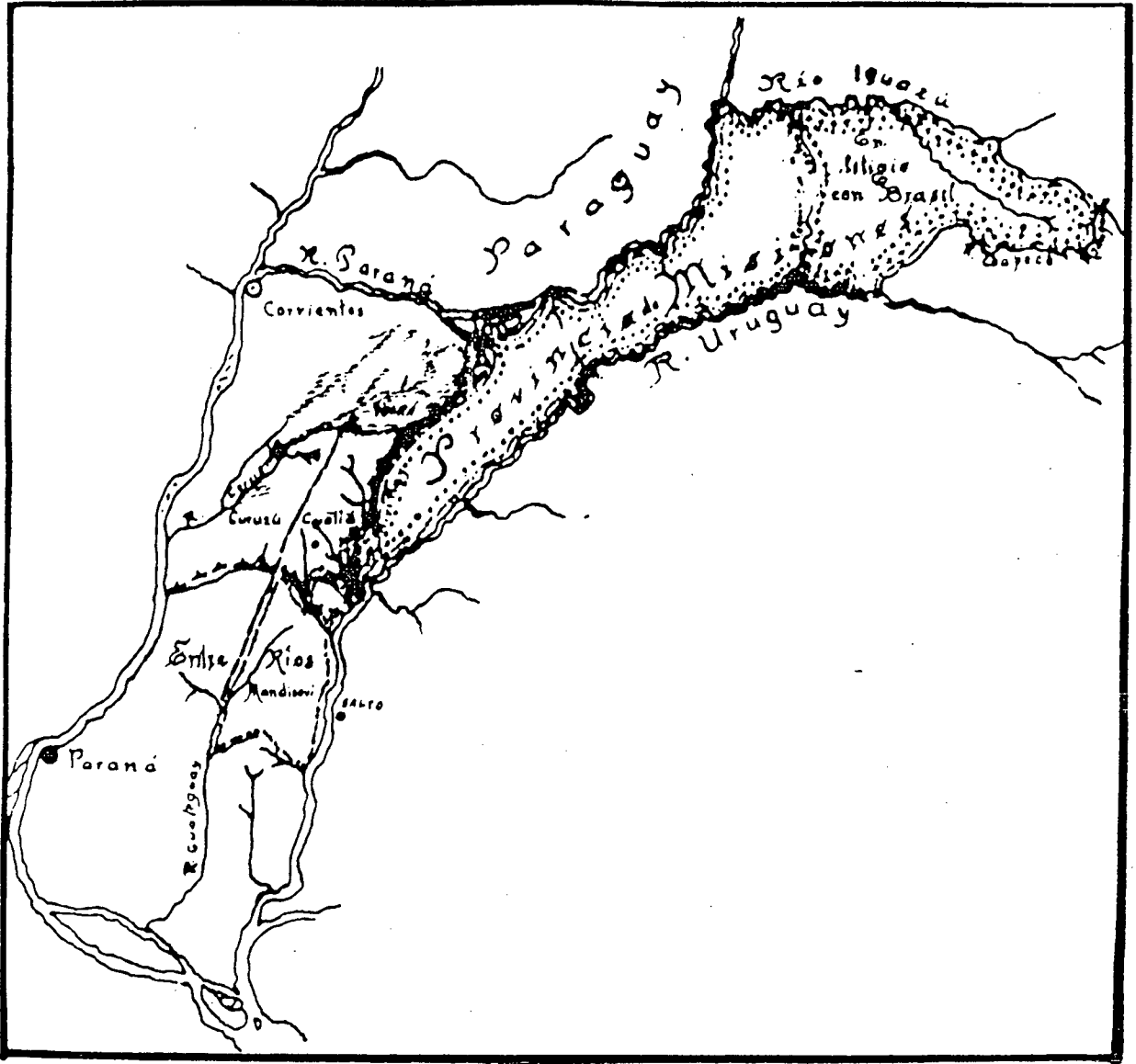
*“A mediados del siglo XIX la yerba del Paraguay mantenía su preponderancia en las áreas urbanas del Plata y la brasileña había ogrado dominar el mercado campesino debido a su bajo precio y calidad. De manera que a la par que se consolidaban las exportaciones brasileñas se fue gestando una de las primeras crisis de superproducción. La crisis se aceleró en la década de 1860, por el descenso del precio de la yerba paraguaya -pais que se preparaba para la guerra- y por la condición oscilante del mercado final. Si luego de la guerra las exportaciones paraguayas vuelven a subir, no lo hicieron con el ritmo de crecimiento del consumo; a tal punto, que a fines del siglo XIX el estado de Paraná proporcionaba a Buenos Aires la mitad de sus necesidades. El resto estaba provisto por Santa Catarina, Río Grande, Mato Grosso, Misiones (Argentina) y en menor mediada por Paraguay.” (BOLSI:1982:127)*

Constitue sem dúvida uma grosseira redução querer explicar os motivos de uma guerra, talvez seja preferível atender algumas de suas consequências mas evidentes. As elites liberais dos países da região se bem que não formavam organicamente um acto transnacional temos visto como em diversas conjunturas diplomáticas e até militarmente se prestaram serviços mútuos. Além do qual os documentos demonstram a existência de um sócio comum: Inglaterra. Assim como na solução da questão Uruguay ou na irrupção do exército brasileiro em território argentino, que decidiu a caída de Rosas, no caso da guerra da Triple Aliança é ponto pacífico entre os especialistas falar dos evidentes interesses comerciais involucrados na supressão deste intento de capitalismo aborigene e independente. A intransigente negativa dos governantes paraguayos a abrir seus portos ao comércio exterior foi o pretexto aduzido para levar esse país a guerra.

Seria desviar-se demais entrar neste outro apaixonante tema da polêmica historiográfica, mas a guerra foi repudiada como injusta na época por grupos nos mesmos países que a levavam a cabo. Paraguáí havia alcançado um alto grau de desenvolvimento interno que o levou a possuir a primeira estrada de ferro sul-americana e indústrias metalúrgicas, desenvolvimento logrado às custas de um favorável comércio com seus vizinhos e um marcado proteccionismo à respeito de suas indústrias locais (ABINZANO,1985; BANDEIRA,1993), desenvolvimento que com posterioridade ao conflito não pôde recuperar.

Em um e outro bando os remanescentes missioneiros atuaram na contenda, a qual dizemos mais ainda seu contingente. Em um interessante trabalho sobre a demografia das missões guaraníticas pós-jesuitas Maeder encontra um importante desequilíbrio de idades entre os sexos e os grupos. Baseando-se em censos e informação paroquial, dos primeiros 50 anos posteriores a saída dos





Límite entre Misiones y Corrientes 1808 - 1819

Fuente: Casiano Carvallo; op. cit.

padres, afirma que *“es notoria la falta no solo de hombres en general sino particularmente de aquellos de entre 20 a 50 años. Todo lo futuro de aquella población aparecia así gravemente comprometido...”* (MAEDER, 1990: 211)

O mapa político da região adquire sua atual fisionomia como consequência desta guerra. também nesta época é que os estados conseguem centralizar, não sem contramarchas e estremecimentos internos, as funções jurídicas que os habilitam a encaminhar os negócios públicos, como forma de exercício da soberania.

A região de mato das missões fica no meio da disputa como um ponto cego e terra de ninguém ao redor do qual se organizam os contendores. Esta centralidade espacial também se constata no econômico, já que a região missioneira é a produtora da erva-mate, mercado regional constituído pelos países participantes do conflito.

O intento de rastrear os missioneiros entre os ‘fatos históricos’ apresentou o quadro de situação em que se dá esta disputa. Fundação de povoados, destruição dos mesmos, guerras e pactos são organizados como uma sucessão coerente por parte dos historiadores que nos leva a atual disposição dos estados. O espaço missioneiro se fragmenta em/entre três territórios nacionais e as missões do alto Uruguay se convertem em moeda de câmbio dos negócios diplomáticos entre Espanha e Portugal.

Em distintos momentos, e em ambos os lados do Uruguay, os missioneiros se reagrupam tentando reconstruir um território e uma identidade para esta coletividade. Foi assim que realizaram pactos de proteção e não agressão mútua com as províncias de Entre Rios, Corrientes e até com os longínquos Santa Fé e Buenos Aires. Buscavam uma localização institucional para estas populações remanescentes que lhes foi negada sistematicamente até ficar convertidos na denominação de um espaço vazio. Missões passará no idioma oficial a designar uma vasta comarca ‘inexplorada’

*“La excelencia de su clima, sus pingües campos, sus minas, sus bosques virgenes llenos de maderas preciosas, y los inmensos yerbales del norte, que por si solo constituyen una fuente inagotable de riquezas, todo convida á los extranjeros laboriosos, que habrian acudido en masa á cultivar aquellas soledades, si encontrasen allí lo que busca el emigrante: orden y garantías”* (RAVE 1869:23).

A romântica visão do publicista ignora as alternativas e reforça a habitual visão da natureza virgem e vazia, se bem que aponta ao coração do problema institucional, o ordenamento territorial.

A região de boscaagem deste território em um impreciso momento, mas que as evidências arqueológicas e antropológicas associam a ação dos brancos no interior do Paraguay e a atávica busca do Yvy Maraneé, albergava o contingente guaraní denominado ‘montés’ pois nem todos os grupos guaranis aceitaram de bom grado a relação com o branco (MELIA, 1988).

*“Os movimientos de resistencia activa contra la invasión y la dominación española por parte de los indios guaraní fueron más numerosos que lo que deja entender la*

*historiografía tradicional que habla sobre todo de la alianza hispano-guaraní y de mestizaje. Entre 1537 y 1616 los documentos históricos registran nada menos que veinticinco rebeliones de los guaraní contra la colonización española”* (MELIA, 1988:30)

A forma permanente de resistência que ainda hoje praticam alguns grupos guaranis na região é a de entrar mais e mais no monte evitando o contato o que foi facilitado pela existências de enormes latifúndios e reservas fiscais (MELIA, 1988; GOROSITO KRAMER, 1984).

Durante o período que vai de 1833<sup>80</sup> até a guerra da Triple Aliança, a região de matos das altas missões ficou isolada do resto da Argentina por um dispositivo permanente das tropas paraguayas que garantiam a estrada pela qual se realizava a maior parte de seu comércio exterior.

Ante o bloqueio da navegação imposto pelo governo de Buenos Aires que não reconhecia a independência do Paraguay, sua vinculação com o mundo se realizava por esta via. O vital de manter esta estrada e o volume dos negócios por ela realizados se vê claramente na importância que pouco depois adquiria a população de comerciantes instalados fora da zona fortificada. Em carta datada em 1841, o chefe da guarnição noticia sobre uma festa e os convidados da mesma: comerciantes brasileiros e suas famílias, os ‘emigrados’ correntinos, índios e também valencianos, portugueses, ingleses, atraídos pela intensidade do intercâmbio (Oviedo Apud. Maeder, 1990).

*“El primero estaba situado en el lugar denominado Tranquera de Oreto. Los jesuitas que habían desorrollado en esta zona de llamas y pastizales una importante actividad ganadera, cavaron una serie de profundas y extensísimas zanjas con el fin de canalizar agua y, al mismo tiempo, para utilizarlas como cercados en las tereas de separación de rebaños. Los paraguayos utilizaron uno de estos canales para desviar agua del rio hacia la laguna. Luego levantaron sobre este puentes y fortificaciones. Esta barrera levantada para ejercer un control estático, se complementaba con una actividad intensa de patrullaje (...) El otro punto fuerte estaba, precisamente, situado en un lugar que se empleaba para realizar cruce de animales y también ejércitos y mercancías y que se denominó “Trinchera de os paraguayos”. Este fue el nombre más antiguo de lo que andando el tiempo sería la ciudad de Posadas (...) era un gran recinto encerrado entre las altas arrancas del rio y una fortificación semi-circular de varios kilómetros, hecho de ladrillos y piedras, y que de tanto en tanto poseía puertas y una pequeñas torres de vigilancia.(...)”* (ABINZANO 1985:307)

O empenho para manter esta estrada, pelo território correntino, realiza-se no marco da austeridade que o bloqueio impunha, isto se evidencia em uma disposição do mesmíssimo ditador Francia a respeito dos soldados assentados na trincheira: *“a los relevados a ropa se les entregará aquí (se refere ao território paraguayo) pues en ese desierto no es necesario que anden continuamente aforrados de paño, que no hay en abundancia, ni lo traen los portugueses, sino tan poco que es lo mismo que nada...”* (OVIEDO, op.cit.), também a correspondência de Francia deixa ver que o contingente militar é recrutado entre os índios das missões que permaneceram em sua jurisdição na margem oeste do Paraná e que sua fidelidade era relativa já que recomendava que se

---

<sup>80</sup>Em decreto de 3 de dezembro se criava por parte do governo paraguayo a Rinconada de San José atual Posadas, cidade capital da província de Misiones. O comércio que por ali passava era permanente e representou a saída ao mar que Rosas lhe negava.(cf. Oviedo, 1992:13)

enviassem somente homens casados no intuito de evitar deserções. Estas guarnições estavam preparadas para guardar grande quantidade de gado dentro de suas muralhas com o qual o dispositivo defensivo incluía a pilhagem de gados das estâncias missioneiras e correntinas, necessário para o abastecimento interno. De fato, este dispositivo assentava um contingente cuja pretensão era a reivindicação das terras entre o Paraná e o Uruguay para o estado paraguayo.

Em outras palavras, a região era impraticável a qualquer intento de soberania dos argentinos, o estreito corredor entre os dois rios era constantemente vigiado. A penúria do Paraguay devido ao bloqueio de sua saída ao mar, porém o empenho dos caudilhos litorâneos em impor suas reivindicações ante Buenos Aires, fizeram que a região ficasse fora do âmbito de tomada de decisão do estado argentino.

## A Terra e a colonização européia

*“La combinación de conservadorismo y liberalismo generó actitudes muchas veces contradictorias. La élite transformadora no aprobó la existencia de un orden social sancionado por una religión establecida, pero estaba convencida, pese a todo, de la imperfecta naturaleza del hombre, y de la desigualdad que imperaba en la sociedad; no se dejó deslumbrar, hasta le fue indiferente, por la arquitectura jerárquica y corporativa del antiguo régimen, pero defendió con métodos criolos el control del poder político en manos de una clase social que se confundía con el patriciado y la aristocracia gobernante; creyó en la propiedad; jamás dudó del progreso y de su virtud para erradicar la sociedad tradicional; y con la convicción arraigada en un robusto voluntarismo, confió siempre en la educación pública, común y gratuita, para ganar la carrera que le proponía la civilización ascendente” (BOTANA, 1986:14)*

Sufocada a contestação armada a os planos de unificação que tinham como epicentro o porto de Buenos Aires, elite modernizadora para 1870, encara a construção do país que mais de meio século de guerra civil havia devastado. Para levar à cabo tal empresa se assentará em dois postulados básicos: a ordenação territorial e a articulação política com os grupos de poder do interior do país. Estes, se bem que derrotados pelas armas, conservavam sua influência regional e continuarão até final de século produzindo levantamentos e focos de tensão.

A Argentina que surge posteriormente a guerra do Paraguay, havia perdido no processo de unificação mais da metade do patrimônio territorial herdado do antigo virreynato. A fronteira com o Brasil, com quem mantinha uma luta política pela hegemonia regional, salvo o rio Uruguay, estava conformada por países tampões que passaram a ser disputados diplomaticamente (BANDEIRA, 1993).

Na frente interna o acordo que possibilitou a pacificação incorporava *“los sistemas de autoridad establecidos en espacios regionales (las provincias) a un régimen político inclusivo organizado en torno de la magistratura presidencial”*(BOTANA, 1986:154). A velha disputa entre

federais e unitários ficava solucionada na distribuição dos cargos de representação política e a sucessão presidencial passa a ser a arena onde se confrontavam forças para logo ser legitimadas formalmente pelo sufrágio que, mediante o fraude sistemático, não alteravam os acordos superestruturais.

Entretanto, a questão territorial precisou da mão militar. A fronteira sul com os grupos indígenas que questionavam a possibilidade de expandir a base agro-exportadora da economia passou de um esquema defensivo e de pactos, a uma decidida guerra de extermínio nas que o próprio exército nacional empenhou todo seu poder. A Conquista do Desierto (ao sul da província de Buenos Aires) é a denominação histórica do etnocídio mediante o qual o estado fez coincidir suas fronteiras políticas com as administrativas. A vasta planície pampeana e patagônica assim incorporada expandiu a produção de carnes, lã e cereais em forma inusitada.

A imigração que até esse momento, se bem que declamada como necessária, havia tido modestos alcances disparará suas cifras. Distintas modalidades de imigração se combinaram, desde as temporárias ou golondrina, para prover contingentes de mão-de-obra para as colheitas, até as organizadas por intermediários estrangeiros que vendiam a terra e organizavam uma mínima infraestrutura aos recém chegados.

*"es en este clima de expansión territorial y económica y de optimismo basado en la creencia en un progreso ilimitado, en el que se produce la inmigración masiva de europeos, africanos (árabes) y asiáticos. La generación de 1880 fue la encargada de poner en marcha este viejo sueño del poblamiento del país por extrangeros que reemplazaran a la capa criolla, mestiza e india conciderada indolente e inadecuada para la civilización".* (ABINZANO, 1985:42)

A implementação deste objetivo encontra travas nas disposições e leis sobre as terras públicas podendo o estado concretizar somente algumas radicações exitosas, entre elas a de campesinos polacos em terras missioneiras. As leis sobre imigração não foram acompanhadas por uma legislação de terras de acordo com seu espírito e chega em descompasso daquela, com 30 anos de atraso, o que encontra as melhores terras de aptidão agrícola em poucas mãos.

Durante os primeiros 25 anos deste século e devido a rápida expansão do comércio agro-exportador, clausura-se a ocupação do espaço de utilização pecuária e os planos de incentivo à migração.

Esta migração que constituía um dos centros do discurso liberal e modernista com o qual se inicia a consolidação do estado nacional, realizar-se-á principalmente em regiões periféricas a chamada pampa úmida, onde a distribuição das terras obedeceu a critérios que beneficiaram o latifúndio. Os imigrantes também ajudaram a criar enormes centros urbanos (Buenos Aires, Rosario), onde a construção da infraestrutura de serviços e uma incipiente indústria os acolheram como mão-de-obra.

"...es precisamente cuando se inicia el período de expansión más acelerada de la producción agropecuaria con destino al mercado ultramarino, el estado se encuentra ya fuera del mercado de tierras en la zona pampeana y, por o tanto, es prácticamente nula su acción como agente para orientar el proceso de radicación de la masa migrante. En cambio se va generando todo un complejo mecanismo de acaparamiento y elevación de precios de la propiedad rural que impide, a partir de fines de siglo XIX, la organización de nuevas colonias agrícolas basadas en la propiedad pequeña y mediana." (Bagu apud ABINZANO, 1985)

A organização jurídica e política do território consistiu em dois tipos de unidades. As tradicionais províncias, antigas unidades do esquema virreynal e nas que se beasava o sistema de representação política. E os territórios nacionais que eram administrados diretamente pelo poder central mediante a designação de governadores. Os territórios incorporados nas campanhas contra os índios e outros, como Misiones, sobre os quais não existia um efetivo domínio por parte de algum poder local, seguiram esta sorte. Na lei 1532 dividindo os territórios Nacionais e criando seus governos, apenas Misiones não figura com seus limites detalhados, diz somente "*con sus límites actuales*". O texto dessa lei, datada em 31 de dezembro de 1891, cria nove territórios nacionais e se estabelece também o critério para aceder ao *status* de província<sup>81</sup>.

"Art. 4. Cuando la población de una Gobernación alcance a sesenta mil habitantes constatados por el Censo General, y por los Censos Suplementarios sucesivos, tendrá derecho para ser declarada provincia" (REPUBLICA ARGENTINA, 1901: 343).

Esta transferência jurisdicional tem entrelinhas que são essenciais conhecer para entender a atual distribuição do espaço. A ausência no corpo da lei dos limites territoriais refere a duas questões que na época ainda não estavam devidamente solucionadas. A mais evidente é a antiga questão de demarcação internacional que contemporaneamente a esta lei o Ministério das Relações Exteriores tramita com o Brasil.

Tanto ou mais complicada institucionalmente se apresentava a situação jurisdicional com a província de Corrientes que reclamava como próprias essas terras, aduzindo disposições que remontavam aos primeiros anos de independência. Os atos institucionais que Corrientes levantava eram o decreto de 10/9/1814 do Director de las Provincias Unidas, Gervasio Posadas, que determinou sua anexação à província de Corrientes ante a ruptura política com Artigas, o então tenente de governador do território.

Ademais, em vários pactos com seus vizinhos, já mencionados em outro capítulo, Misiones é reconhecida como parte em acordos de mútua defesa. Por um destes, firmado por representantes dos remanescentes missioneiros da campanha do Brasil, solicita-se a incorporação à província de

---

<sup>81</sup> Paradoxal destino, Misiones, ainda sob administração espanhola, foi a primeira jurisdição territorial a converter-se em província secular com a saída dos religiosos. Os rigorosos censos dos jesuítas informam a existência de quase 100.000 indivíduos distribuídos em 22 povoados. A província era a maior contribuinte às arcas vice-reinais nos últimos anos da gestão jesuítica (MÖRNER, 1985), como também mandou representantes a os congressos da confederação que declararam a independência.

Corrientes de um de seus povoados (La Cruz), se bem que o acordo estabelece que acatar-se-á o disposto pela Nação, uma vez que esta ‘possa’ dispor ao respeito.

Baseados nestes dois precedentes Corrientes reivindicava a jurisdição sobre as missões. Sem nenhuma possibilidade de organização, os escassos missioneiros residentes nos *pueblos* são ignorados como parte no entredito que se livra entre a administração nacional e a província litorânea. Ante a promulgação da lei que fixava os limites de Corrientes excluindo o território missioneiro e a realização, desde 1877, de algumas experiências de colonização por parte do Estado nacional; diversas influências recaem sobre a legislatura correntina que se apressa em leiloar os territórios transferindo-os às mãos privadas antes de passá-os a jurisdição nacional. Estas terras que, até esse momento só representavam algum interesse para a atividade extrativa, são monopolizadas por um pequeno setor, ao abrir-se a perspectiva de um mercado de terras na região, a partir do ingresso de imigrantes estrangeiros.

As parcelas leiloadas não reconheciam mais que ligeiras descrições sobre seus limites, e, de fato, não existia um cadastro de terras nem medições formais.

*“Resolución reconociendo a favor de don Daniel Molina, la concesión de dos secciones de terreno en Misiones, hecha por el Gobierno de Corrientes, antes de fijar os limites de ese territorio.*

*Buenos Aires, junio 9 de 1882*

*Art 9. No existiendo mensura ni plano catastral del territorio de Misiones que aseguren el libre dominio de las secciones de que se trata, esta concesión no perjudicará derechos anteriores, debiendo dirigirse administrativamente cualquier duda o cuestión que como consecuencia de este decreto pudiera sucitarse. (REP.ARGENTINA, 1901:285)*

Alguns destes compradores posteriormente não conseguem validar seus títulos e outros simplesmente passaram seus provisórios documentos no mesmo ato de legitimação da compra,

*“los que eran, en realidad, testaferros de amigos ó parientes de la elite gobernante.(...) Si se tiene en cuenta que hasta el laudo Cleveland, Misiones tenía el doble de su extensión posterior, es decir unos 60.000 kilómetros cuadrados, el promedio de la dimensión de estos latifundios era de 1.538 km. cuadrados cada uno” (ABINZANO 1985:342).*

*Misiones - Concesión A.G. Fontenelles*

*Buenos Aires, marzo 8 de 1884.*

*Don A.G. Fontenelles se presentó en 22 de febrero de 1882 acompañando un expediente, del que resulta: que en 5 de marzo de 1881 el Gobierno de Corrientes le concedió dos secciones de tierras de veinte kiometros por costado en el territorio de Misiones, comprometiéndose a colonizarlas con sujeción a todo lo prescripto en la Ley de Imigración y Coonización en 19 de octubre de 1876, solicitó se registrase la indicada concesión.*

*La oficina de tierras y colonización manifestó que debía eliminarse el art. 3 de la concesión de Corrientes y adjudicarse el 9. Fontenelles se conformó con lo expuesto por la oficina, y en vista de estos antecedentes se le reconoció en julio 14 del mismo año, la concesión, imponiéndole entre otras obligaciones "la de presentar al Gobierno os trabajos de exploración, mensuras y subdivisiones concedidas, acompañando el plano y la diligencia de mensura duplicado, dentro del término de doce meses de la fecha del decreto" (junio 14 de 1882)*

En 28 de junio, Fontenelles manifestó que se había trasladado a Europa, celebrado un contrato para colonización de las tierras y remitido un numeroso personal de peones, y familias, un ingeniero mecánico, un agrimensor, artículos de maquinaria y labranza. Expuso que "había reunido un capital de acciones, de 375.000 francos, satisfecho ya, y constituido una sociedad al frente de la cual se encontraban nombres de cuya respetabilidad y reputación se recomendaban por sí mismos, agregando haber gastado 100.000 fuertes tener 50 empleados en la colonia.

El 30 del mismo mes presentó como fiador a don Olegario Andrade, reemplazándole pocos días después, en 17 de julio, con don Adolfo Lamarque, y en julio del mismo año, para salvar dificultades que se presentaron sobre la fianza, expresó estar dispuesto á depositar en el plazo de 6 meses 10.000 fuertes en dinero o en fondos públicos, como garantía del cumplimiento del contrato. En agosto 16, el Gobierno aceptó el depósito ofrecido, señalando el término de cuatro meses para verificarle, en la inteligencia de que no haviéndolo, queda sin efecto la concesión.

Vencido ya los cuatro meses, pidió Fontenelles otro plazo de dos meses, que le fue también concedido.

En 8 de mayo se presentó nuevamente y expuso que no pudiendo sin gran perjuicio de su parte cumplir con el compromiso asumido, pedía se le garantir el cumplimiento de sus obligaciones con fiadores y con los mismos materiales importados (...)

De estos antecedentes y de los documentos ultimamente presentados, resulta:

1. Que don A.G. Fontenelles no ha cumplido las obligaciones que contrajo, pues no verificó el depósito en los plazos concedidos.

Que no ha presentado hasta la fecha la mensura y subdivisión de las secciones, habiendo vencido el plazo que se le señaló para presentar esos trabajos el 14 de junio de 1883.

Que la memoria firmada por don Juan Coll no es la memoria que estaba obligado a presentar, según lo demostrado por el Dpto. de Ingenieros, que solo se consideró como reconocimiento preliminar del terreno, o sea lo que la ley de colonización llama exploración.

Que Fontenelles fue instruido de que así se llamaba la memoria de Coll, pues recibió en vista el expediente con el informe del departamento, y lo retuvo en su poder durante meses, viniéndolo á presentar recién ahora, al solicitar la transferencia.

Que no han resultado exactas las seguridades que dió por escrito de fecha 28 de junio de 1882, de haber constituido una sociedad anónima con 375.000 francos de capital ya satisfecho, pues tal sociedad no aparece en este asunto.

Que si importó al país para las tierras comedidas máquinas y útiles por 100.000 fuertes, como aseguró, debe haberlas enajenado o dado otro destino, pues que vende todo lo que tiene por cinco mil pesos nacionales.

Que del informe del Gobierno de Misiones, resulta que no se ha medido una sola concesión rural, ni menos pueblo alguno; que no se ha introducido familia alguna ni criolla ni extranjera.

Que no se ha edificado casa alguna, ni plantado ningún establecimiento industrial.

Que solo se desembarcó en Candelaria, punto que no entra en las concesiones, un pequeño motor a vapor, y unos cuantos arados inútiles por su tamaño.

Y considerando: que los hechos relacionados, suficientes para declarar rescindida la concesión, resulta de los mismos documentos presentados, que Fontenelles, Molina, Pujol y Beiró formaron desde un principio una sociedad.

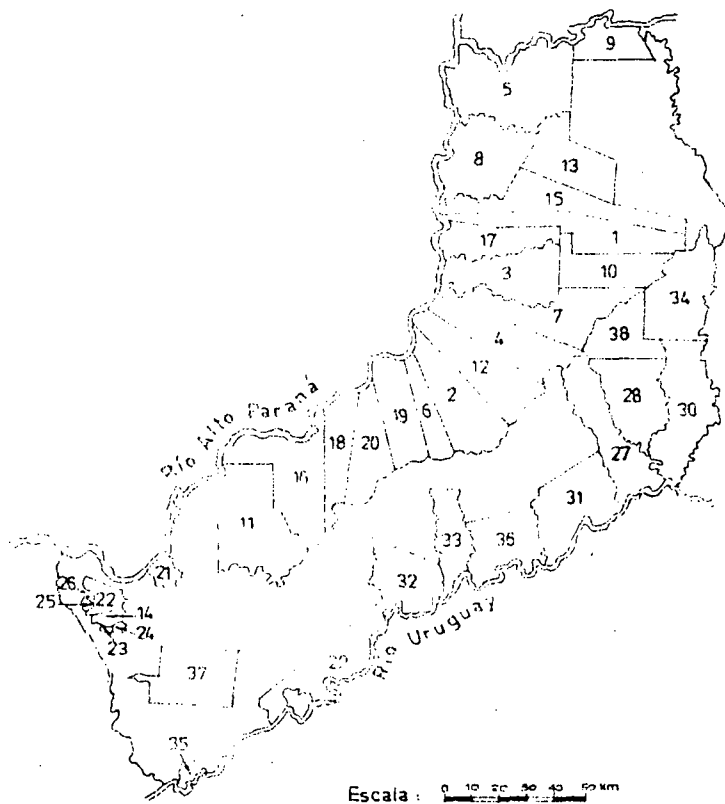
Que obtuvieron del Gobierno de Corrientes 128 leguas contra la expresa disposición de la Ley de Colonización, que determina el máximo que puede acordarse a una persona o empresa en 32 leguas.

Que cuando tuvieron que acudir al Poder Ejecutivo Nacional, pidieron al Gobierno de Corrientes les hiciera escrituración separada de la cuarta parte de la concesión á cada uno.

Que obtenidos los testimonios en esa forma, se presentaron separadamente al Poder Ejecutivo Nacional, cada uno por 32 leguas.



TIERRA VENDIDA POR LA PROVINCIA DE CORRIENTES  
(Año: 1881)



Fuente: Roselli & Giménez, 1982

*Que una vez que obtuvieron el reconocimiento del Gobierno Nacional procedieron en el carácter de una verdadera sociedad, nombrando agrimensor, procurando negociar todas las concesiones en Europa y practicando los demás actos que constan en el expediente.*

*Que el mismo agrimensor nombrado por ellos, encabeza la diligencia o encabezamiento manifestando que procede como encargado por don Agustín G. de Fontenelles, director de la Sociedad Colonizadora "El Crédito Territorial Argentino"*

*Que, fracasado el proyecto de vender las concesiones en Europa, aparecen ahora enajenándolas en los mismos días 4 y 6 de diciembre, ante el mismo escribano y las cuatro por el mismo precio.*

*Y por último, se eludan para obtener la concentración de grandes áreas en pocas personas.*

*Por todas estas consideraciones y las demás expuestas en el Acuerdo General de Ministros, el vice-Presidente de la República, en ejercicio del Poder Ejecutivo, resuelve:*

*No ha lugar a la transferencia solicitada, y se declara rescindida la concesión a favor de don Augusto G. Fontenelles en todo lo que excede a ocho leguas, máximo que con arreglo a la ley de 1876 pudo solicitar y obtener, como socio de la empresa de que ha formado parte, las que se reconcen solo por equidad, debiendo cumplir las obligaciones de mensura, población y demás impuestos en la proporción que corresponde, dentro del plazo estipulado, que se contará desde la fecha de la concesión hecha por el Gobierno de Corrientes.*

*Por los mismos fundamentos se dicta igual resolución en las concesiones de don Daniel Molina, Diego Lopez y Adolfo Silva Garretón (en Misiones), marzo 8 de 1884"*  
(REP. ARGENTINA, 1901:375)

Transcrevo este extenso documento por considerá-lo representativo não só do destino meramente especulativo dado a enormes extensões de terras senão também do clima de tolerância com que o governo tratou a quem as mal negociou ou monopolizou. A dolosa ação em prejuízo dos bens públicos não só não é punido senão que se termina por indenizar, ao flagrante infrator, com uma extensão de terra compensatória. O executivo, na pessoa do Vice-Presidente da República, administra uma justiça sumamente tolerante a respeito de uma terra que deve ser ocupada de qualquer forma e quando trata com "*nombres de cuya respetabilidad y reputación se recomendaban por sí mismos*"

Do último parágrafo do documento se deduz que dois dos 'sócios' de Fontenelles, sem esperar a resolução, já haviam vendido suas respectivas concessões aparecendo a figura de seus novos proprietários. Esta é outra manobra das que se podem encontrar nas disposições oficiais e refuerzan a afirmação feita por Abinzano acima.

Por omissão ou por efeito do mito da terra vazia, a pródiga repartição de terras que o governo central faz ignora os direitos de seus ocupantes tradicionais. As terras missioneiras entraram da mão de alguns destes concessionários diretamente ao mercado internacional de terras. Empresas de colonização que já atuavam na área, ou nas áreas vizinhas do Brasil, começaram a instalar colonos provenientes em sua maioria da Europa.

O estado também assumirá o papel de colonizador e na faixa central da província, em terras que pela imprecisão das mensuras não foram vendidas por Corrientes e no setor sul, nas terras correspondentes aos antigos povoados jesuíticos, realizará o assento dos primeiros polacos e

ucranianos chegados à província. A respeito da distribuição de terras para estes colonos também o poder executivo resolve criar uma medida apropriada para a unidade econômica.

*"Octubre 3 de 1895*

*(...)se reconoce lo excepcional de Misiones con respecto al resto del pais y establece que las 400 hs que rige en el resto del pais como unidad colonial y económica no se adecua a la realidad misionera y a la plantación de tabaco. Siendo establecidas las medidas de 50, 75 y 100 has. según los distintos usos. Todos deben dejar un 1\5 de los arboles en pie."*(REPUBLICA ARGENTINA 1901: 289)

Destas disposições surgem claramente dois tipos de concessões que denominou terras de trabalho e terras de especulação. A colonização articulará as pequenas unidades familiares, com enormes extensões dedicadas ao extrativismo, no melhor dos casos, ou simplesmente a esperar a valorização que a infraestrutura e o destino agrícola das terras vizinhas produziria, para lucrar com sua venda posteriormente.

Outra disposição que ajudou a delimitar as terras de trabalho foi a lei sancionada em 1882, chamada de 'remate público', esta autorizava a venda de terras nos Territórios Nacionais. As disposições gerais desta lei estabelecem as formas de pagamento e quantidades de terras que deviam ser destinadas ao estabelecimento de colonos. Agrega-se a caracterização de "Tierras de Pan Llevar", ou seja aquelas "*que se destinan para agricultura*", estabelecendo-se no corpo do texto a extensão assim entendida (mínimo de 25 has. e máximo de 400 por adquiridor); expressamente a lei declara todo o território de Misiones dentro desta categoria, o qual permitiu realizar sob esta caracterização alguns assentamentos e também regularizar situações de fato.

A relação entre estes dois destinos dados às terras e as disposições mencionadas se entrelaçam em uma malha que imprimirá efeitos duradouros sobre o espaço social. Paradoxalmente algumas concessões especulativas se tornaram, em um contexto mundial de grandes migrações, ao entrar no mercado internacional, em terras de trabalho. A medida de 25 has. para o parcelamento ao parecer obedece a critérios de mercado, já que nas colônias vizinhas de Santa Catarina e Paraná, a colonização privada adotou como lote padrão os 10 alqueres paulistas - aproximadamente a 24,5 has- em contraposição, nas colônias oficiais na Argentina, essa medida foi de 100 has por unidade familiar. Enquanto que outras, destinadas a colonização, terminaram formando grandes latifúndios.

Em um trabalho minuciosamente documentado, Jacinto O'Ddone traça a genealogia do que chamou a burguesia terratenente da Argentina, título de seu livro. Também denominada 'oligarquia terreteniente' por outros autores, esta classe é a que se encontra no poder no momento da repartição do território de Misiones. E conformará o destino dado a grande parte da terra nesta província que não foi diferente ao que seguiu e, outros lugares do país.

*"Y que decir de los territorios, en que 1804 personas posean tanta tierra como tienen en total Italia, Belgica, Holanda y Dinamarca reunidas, pobladas en conjunto por cerca de noventa millones de seres humanos".* (O'DDONE, 1956: 275)

A reflexão de O'Ddone leva a considerar que os mecanismos jurídicos do estado e a existência de outras facções políticas não puderam evitar que se reproduzissem as bases em que este grupo assenta seu poder, a propriedade da terra. O caso de Misiones é um exemplo do descaso desta política que combina poder político e relações de parentesco; a obrigação doutrinal do estado a respeito da propriedade privada determinou que a denúncia desta situação não levara a rever as concessões e, menos ainda, revisasse os critérios de outorgamento daquelas propriedades já tituladas.

A política de imigração com destino agrícola que ocupa um lugar de destaque no discurso político da época, entretanto resulta em escassos resultados. Se bem que o aporte estrangeiro logra em poucos anos duplicou largamente o número de habitantes do país - 1869: 1.830.214/ 1895: 4.044.911<sup>82</sup> -sua distribuição, devido ao acapamento das terras- será preponderantemente urbana.

*“En 1895 el 42.8% de la población vivía en núcleos urbanos. Sólo la ciudad de Buenos Aires llegó a poseer el 20.0% del total y en 1960 el 35.7%. Estas cifras son elocuentes: aunque la inmigración logró poblar algunas zonas rurales contribuyó decisivamente al proceso de urbanización aberrante que experimentó el país con motivo de las políticas de centralización en todos los ordenes” (ABINZANO:72).*

A política de imigração mediante um instrumento legal de 1876 (ley 817) estabelece que o estado ou empresas colonizadoras contariam com lotes de 20 km. de lado nos territórios nacionais a partir dos quais poderiam realizar a entrega de terras aos colonos, em venda ou doação; obrigando a mensura e assistência dessas pequenas propriedades. Ao efeito se entregaram 5.248.792 has. a distintas empresas que, diferente do estado, realizou alguns empreendimentos, não entregaram um só lote colonial. Tratando de retificar esta política, anos depois ditou a lei chamada de ‘liquidação’ -em 1891- pela qual se eximia a estes ‘proprietários’ da obrigação de colonizar, sempre e quando devolveram uma quarta parte ou a metade das terras concedidas, segundo a região do país que se tratasse. Ou bem, pagaram-na de 1.500 pesos por cada 2.000 has.

*“Lo resultado fue sorprendente, tanto que hoy (1930), 39 años después de sancionada la ley, la mayoría de los concesionarios ni ha devuelto las terras ni ha pagado un solo centavo” (O’DDONE, 1956:262).*

A política de imigração com destino rural desta forma era uma mera formulação de desejos e os mecanismos criados pela política estatal não puderam fazer chegar os colonos ao campo, salvo quando o empreendimento surgiu do mesmo Estado ou de empresas estrangeiras de colonização. O rombo errático desta política se evidencia nos distintos destinos administrativos que lhe dão as agências encarregadas de levá-la a cabo, até que em 1894 se decide por a adjudicação de áreas de colonização decididamente no mercado externo.

*Diciembre 31 de 1891.*

*Decreto incorporando la oficina de Inmigración a la Dirección de Tierras y Colonias.*

*Febrero 4 de 1892.*

*Oficina de Inmigración vuelve al Ministerio del Interior.*

---

<sup>82</sup> Datos históricos do Censo Nacional de Población y Vivienda de 1991.

*Febrero 20 de 1894*

*Oficina de Tierras y Colonización pasa a depender del Ministerio de Relaciones Exteriores.* (REPÚBLICA ARGENTINA, 1901: 302)

Apesar de todas estas circunstâncias e descasos administrativos o Governo Nacional começou a colonizar a parte sul da província, ainda sob jurisdição correntina. Esta colonização obedecia a um plano, que traçado alguns anos antes (1876), tentava ordenar o povoamento espontâneo surgido ao redor das fortificações paraguayas, prévias à guerra, assim como o que se havia assentado no período da guerra quando a região serviu de assento e retarguarda aos exércitos tanto brasileiros como argentinos.

Estas primeiras colônias se organizam a partir de povoadores que se haviam deslocado do Brasil e desenvolviam uma agricultura de subsistência. As colônias de europeus logo se instalaram nas proximidades dos ex-povoados jesuíticos e incorporaram alguns destes povoadores anteriores (ABINZANO, 1985; BARTOLOME, 1982).

A população cresceu rapidamente a partir destes empreendimentos, o censo de 1895 registra que mais da metade da população é de origem estrangeira, 17.796 contra 16.334 nacionais; estas cifras não são comparáveis com as anteriores já que os censos provinciais prévios pertencem à província de Corrientes e incluem a zona contestada pelo Brasil, se bem que sua participação no total é mínima.

Dois setores começam claramente a delinear-se nesta época: a região sul marcada pela fundação de colônias oficiais e migração espontânea que consolidou, a partir da refundação dos povoados das antigas missões guaraníticas, uma rede urbana que servia de centro de referência ao setor rural, e o norte onde os latifúndios e a existência dos ervais silvestres, desalentavam a qualquer intento de população.

## **A erva**

A legislação sobre terras teve, neste setor norte, o deliberado propósito de mantê-las despovoadas. Para tal contou com alguns instrumentos legais, que regulavam o extrativismo da erva silvestre e madeira que caracterizou o ocupamento da área. O primeiro destes dispositivos é o que substitui ao reglamento de ervais mediante o qual Corrientes havia organizado uma parca exploração que se reduzia a algumas áreas de implantação deliberada, remanescente da efetuada pelos jesuítas<sup>83</sup>, e alguns ervais silvestres<sup>84</sup>.

*“Decreto sobre aprovechamiento de Yerbales*

<sup>83</sup> Os padres chegaram a dominar o processo de plantação artificial, e supostamente, mantiveram em segredo esta técnica que levaram com eles quando os desalojaram.

<sup>84</sup> A erva comercializada na Argentina, principal consumidor do produto, provinha do Brasil e Paraguay e era extraída de ervais espontâneos.

Febrero 20 de 1894.

*...Quedan exceptuadas, por ahora, de la enajenación en cualquier forma que pueda afectar la propiedad del suelo, las zonas de terreno fiscal del Territorio de Misiones en que existan Yerbales. (Documento de la Bibliot. I.P. A.R. de Montoya)*

Desta forma se efetuava a reserva das 'manchas' de erva criando uma superposição a respeito dos terrenos vendidos por Corrientes, suponhamos que as dimensões dessas terras, assim como o destino meramente especulativo que tiveram, é a razão de que não existam notícias de conflitos decorrentes da aplicação desta norma.

*"En los comienzos, la legislación se orientó al sistema arancelario de la yerba, lo que indica la escasa producción nacional y la ingerencia del comercio externo. Es probable que recién a partir de 1832 se dicten reglamentos más o menos completos que ordenan el beneficio de los yerbales naturales. A ello se sigue el decreto del 7 de enero de 1864, pero el que tuvo más larga vigencia fue el de 1876. Pero un indicio elocuente de la situación imperante en esta materia, hasta 1870, puede serlo la creación de la jefatura militar para la policía y protección de los yerbales, hecha recién en 1858." (BOLSI, 1980:122)*

Os regulamentos de 1876 pertencem à província de Corrientes, e chegam a alterar as formas de assentamento e extração de erva que se levavam a cabo, fundamentalmente por famílias provenientes de Rio Grande do Sul, que se haviam instalado nos ervais próximos a as ruínas das missões próximas ao Uruguay. Realizavam aí culturas de subsistência e exploravam a erva e a cana-de-açúcar que se industrializava em rudimentários engenhos.

A guerra havia também alterado o abastecimento do mercado Argentino de erva, os ervais da costa ocidental do Paraná que foram rapidamente postos em produção ainda durante a contenda por empresas concessionárias (ABINZANO, 1985; BOLSI, 1980). A nova regulamentação buscava atender esta diminuição na provisão.

*Sala de sesiones del Congreso Argentino*

*Buenos Aires, enero 4 de 1886.*

*Ley Nro. 3342*

*Art. 1. La explotación de los yerbales en los territorios Nacionales se hará libremente en los campos fiscales, pero con sujeción al reglamento que el Poder Ejecutivo dicte y bajo vigilancia de un comisario general y dos fiscales nombrados por aquel.*

*Art. 2. Por cada diez kilogramos de Yerba que se estraiga de cualquier campo fiscal o particular de los territorios nacionales se abonará un impuesto de inspección de cincuenta centavos de curso legal, en las Receptorias que determine el Poder Ejecutivo, previa la intervención de los empleados á que se refiere el artículo anterior.*

*Cada receptoria llevará una cuenta especial del producto del derecho de explotación de yerbales.*

Em tanto que o Regulamento da mesma lei dispone:

*Art. 4. ...el permiso expresa el nombre del empresario, el número y nombre de los peones...*

*Art. 7. ...el área se otorga en función de los peones, calculandose un área de 6 cuadras por peón y nunca exedera 60 cuadras cuadradas.*

*Art.15. Queda prohibido en las sierras, boliches ambulantes. Todo individuo que quiera entrar en la sierra, para vender artículos de manutención, géneros, ropa hecha, ponchos, etc., lo hará con una licencia escrita del Receptor, expresando los artículos que lleva, con la que se presentará al comisario o á uno de los fiscales, para que con su conformidad al pie de la licencia, le permita disponer de ella.*

*Art.16. Se prohíbe igualmente hacer habitaciones permanentes en las Sierras o campos grandes, bajo la pena de destrucción de la habitación y multa de cien pesos... (Documento Bibliot. Municipal)*

Se no primeiro destes textos se declara livre a exploração, é na regulamentação que emerge a figura do empresário como beneficiário privilegiado. Pois que as permissões dependem da quantidade de mão-de-obra organizada em forma prévia a entrada. O peão é a variável, dimensiona a expectativa de extração do empresário. Ao mesmo tempo que se dispõe que a região fique vedada a qualquer tipo de instalação particular ou comercial. Esta combinação de elementos criará as condições de possibilidade de um sistema baseado exclusivamente no recrutamento e exploração da mão-de-obra. Os poucos assentados nos ervais tiveram que abandonar essas terras mais pelas ações das quadrillas que pela fiscalização do estado.

O consumo de erva-mate foi introduzido no Rio da Plata e sua área de influência pelos jesuítas que a sua vez monopolizaram sua produção, distribuição e comercialização. Se a produção gadeira organizava as zonas de campo, foi a erva a principal produção dos povoados da região de matos. Será a partir da produção dos povoados que permaneceram na jurisdição paraguaya e de seus ervais espontâneos, que constituíam um monopólio do estado que o consumo se abastecerá. Até a guerra de a Triple Aliança este país era o principal produtor de folha para os moinhos ervateiros localizados nas costas do baixo Paraná, principalmente Santa Fé, Rosario e Buenos Aires. A existência no oeste paranaense de imensos ervais silvestres converteu este país também em provedor de matéria-prima para os moinhos argentinos e uruguayos.

*“La primera fábrica de yerba instalada en Paranaguá, gran puerto exportador del mate paranaense, fue obra de Francisco Alzaray, argentino, quien habia aprendido las técnicas de beneficio y preparación en Paraguay. La competencia de estos dos exportadores se inclinó por Brasil debido a otros factores. Tal vez la pérdida de Mato Grosso luego de la guerra de la Triple Alianza haya sido uno de los más importantes. Además de Paraná, Santa Catarina y Rio Grande, Brasil incorporó a su área productiva una comarca con ricas posibilidades. Con ello, Paraguay perdió para siempre su condición de gran exportador” (BOLSI, 1980:128)*

Argentina, principal elaborador do produto para seu mercado interno e de exportação (Uruguay, Chile e Perú), dependia da importação da matéria-prima. Se bem que por fusão se criaram algumas empresas transnacionais que conseguiram integrar o processo<sup>85</sup>. Desde a pós-guerra até começos do século se estende o chamado ‘período de ouro’ da erva-mate brasileira<sup>86</sup>

---

<sup>85</sup> *“Así por ejemplo, se destaca el citado caso de Tomás Larangeira, que con una concesión inicial - de favor- de 1.600 leguas cuadradas, se llegó a convertir en una empresa que producía más de un millón de kilos de yerba por año con un área de reclutamiento de mano de obra que llegaba incluso hasta Posadas. Hacia 1874 dicha empresa se fusionó con la Sociedad Francisco Mendez, de Buenos Aires, y como resultado de esta combinación su crecimiento se multiplicó marcadamente; a fines de siglo manejaba intereses estrechamente vinculados entre sí ubicados en Río de Janeiro, Mato Grosso, Buenos Aires y Paraguay... también el caso de la Industrial Paraguaya S.A. fundada en 1887. (...) Centrada primero en los yerbales espontáneos de Tucurú Pucú, poco a poco fue ensanchando sus dominios hasta alcanzar una superficie de aproximadamente 1.200 leguas cuadradas. En conjunto, la empresa alcanzó una producción*

*“A magnitud de los negocios yerbateros para varios estados del sur brasileño fue, pues, cuestión vital; baste recordar que era el fundamento de la vida económica del área de las misiones riograndenses y que en Paraná participaba, en 1886, con el 20,5% del total recaudado por el estado y un 5% de su población se ocupaba -únicamente- en su industria”.*(BOLSI, 1980:138)

A Argentina só tardiamente passará integrar sua produção de folha ao ciclo de elaboração este não só estava determinado pela inacessibilidade de seus ervais. No Brasil a frente extrativo, do que não poucas empresas argentinas participam (BOLSI, 1980), em poucos anos pôs em produção os ervais de Mato Grosso e do planalto de Paraná e Santa Catarina vencendo obstáculos similares. Bolsi, estudioso da história econômica da erva- mate, sugere outra explicação para a magra produção de folha na Argentina. As políticas que mantinham baixas as taxas de importação estavam fortemente influenciadas pelo *lobby* moineiro, importador de folha, e instalado fora da região produtora. O que determinou que os empresários extrativistas argentinos, que tinham assento em Posadas, orientassem-se para a exploração dos ervais paraguayos, uma vez que estes, depois da guerra, deixaram de ser monopólio do estado.

*“Por lo general, la yerba canchada extranjera estaba grabada con 1,5 centésimos de pesos oro los 10 kgs.; ello significaba un ampraro respecto de la canchada nacional del orden del 9% de su valor de plaza. Este patrocinio surgía del hecho de considerar a la yerba canchada como mateia prima y no como producto elaborado. Por otra parte, el yerbatero misionero (que vendía yerba canchada o elaborada) debía abonar los derechos - 50 centésimos de peso por cada 10 kgs.- al llevar sus yerbas a Posadas; el importador de Brasil o Paraguay podía depositarlas en la aduana de Posadas el tiempo que le convenia y abonar los derechos en el momento de despacharlas. Estas medidas pudieron haber detenido la producción nacional. Pero, por el contrario, alentaron un singular contrabando: la producción nacional se pasaba subrepticamente a los países vecinos y luego se introducía como yerba extranjera para gozar de los beneficios que tal condición les brindaba.(143)*

A erva constitui um mercado regional desenhado, em grande medida, pela atividade dos jesuítas durante os séculos XVI e XVII. A região em foco foi aberta pela dinâmica deste mercado e seu espaço marcado espacialmente pelas formas extrativistas.

Um interessante texto (PEYRET, 1881) informa que até 1874 ninguém havia se aventurado na costa argentina do Alto Paraná por causa da agressividade de um grupo indígena que comandado pelo cacique Fracrán, hostilizava as entradas. Segundo o cronista logo depois de um acordo

---

*de unos 10 millones de kilos de yerba al año, por cuanto tenía intereses y molinos en Asunción, Corrientes, Rosario de Santa Fe y Brasil”* (BOLSI, 1980: 137).

<sup>86</sup> *“El estado de Paraná, (...), que exportaba en la década de 1880 unos 8 millones de kilos a Buenos Aires y Montevideo, llegó casi a los 16 millones a fin de siglo. Además, en esa época el mercado argentino llegó a consumir hasta cifras cercanas al 70% de las exportaciones totales de Brasil...en un cuarto de siglo la población (argentina) se duplica y hacia 1900 supera los 4.600.000 habitantes. Este gran crecimiento poblacional luego de 1870 fue un importante factor que se agregó, inesperadamente, al proceso yerbatero brasileño. Cabe señalar, no obstante, que en la medida que el incremento se sustentó en un gran aporte inmigratorio, el consumo fue de unos 4 kilos de yerba por habitante hasta 1900. Pero el tiempo de asimilación de los hábitos locales fue relativamente corto; ya en el primer quinquenio del siglo XX el consumo había subido hasta los 7 kilos”* (BOLSI, 1980:134).



estabelecido com este grupo começa na zona norte do rio a instalação de alguns estabelecimentos dedicados à extração de madeira -*obrajes*- e erva<sup>87</sup>. Neste documento se transcreve parte do diário da primera expedição que chegou das margens do Paraná até Campo Eré no oeste catarinense, que se realizou no verão de 1876/7, organizada por um ervateiro de Posadas chamado Goicoechea e que levava como guia o vaqueiro o brasileiro Fructuoso Moraes Dutra. Este havia sido guia de uma avançada do exército brasileiro que chegou “antes de la Alianza del 1865, desde Campo Eré a Fracrán, donde aún se pueden ver las armas de D. Pedro II en los mojones”(PEYRET, 1881:191).

É na leitura deste diário de viagem que podem ser encontrados alguns detalhes que a visão ‘macro’ e institucional não contempla. A primeira delas é a presença massiva do índio. Descrevendo uma espécie de divisão étnica do trabalho encontra-se guaranis como guias, carreteiros e canoeiros. Guayanás que com suas famílias trabalham e vivem perto dos depósitos de erva onde pontualmente reclamam a parte dos acordos de trabalho. Guayaquies esquivos e “semi-humanos” deslocando-se em pequenas bandas pela selva, evitando todo contato. Kaingangs, agressivos; Tupis, ameaçadores do outro lado do rio... Esta presença, ainda na mesma Posadas, é evidenciada pelos documentos da época. Um historiador fala de 17.000 índios que haviam sido levados pelos paraguayos em sua retirada por motivo de guerra, grande parte desse contingente, e seguramente muitos de seus paisanos, voltaram e engrossaram as filas da frente extrativista (CAMBAS, 1984) com assento na cidade.

Entretanto, ao contestar um questionário sobre vários aspectos organizativos, remetido a princípios do século pelo Ministro do Interior, o Governador do Território ao ser consultado sobre a existência de índios no território, responde laconicamente

- *En este territorio no hay tribus indigenas, señor.* (T. N. DE MISIONES 1907:78)

Interessantes teorizações se realizam para desentranhar os mecanismos pelos quais, e devido a prejuízos raciais, um grupo pode ignorar a outro até torná-lo invisível como forma de exclusão (LEITE 1992), parece não ser aplicável ao caso. Se confiamos na boa fé do funcionário, uma outra forma de invisibilidade se apresenta como plausível: a de saturação. Eram tantos que era impossível

---

<sup>87</sup> O Pacto da Selva como ficou conhecido este episódio do ano de 1875, envolve o vaqueiro Moraes Dutra e o cacique Maidana chefe de uma das parcialidades de índios ‘bravos’. Ao parecer um ervateiro confiou a Dutra uma expedição armada com a intenção de ‘pacificar’ o grupo que evitava as entradas desde a costa argentina. O encontro é relatado como uma conversa onde pela simples força de seus argumentos Dutra convenceu o chefe a desistir de sua agressiva atitude. Outras versões falam de uma taxa que a partir do acordo começaram a pagar como direito de extração. Maidana, um branco criado por índios Kaingang, havia intermediado o acordo entre os ervateiros e esta parcialidade do grupo do cacique Fracran, segundo me foi referido por um de seus descendentes que vive em Dionício Cerqueira. Segundo Wachowicz no relatório do presidente da província de Paraná de 1866, em anexo consta: “*seguir, pois, sem reconhecer ao menos a posición ocupada pelos selvagens, seria correr o risco de ter nossa retirada cortada(...) tentar a reduccion dos indios era, portanto, o unico expediente á adoptarse em tão criticas circunstancias.(...)reconhecendo depois as intenções amigaveis com que era procurados, entregaram-se confiados á nossa discrición, aceitando o convite de abandonar as selvas (...)* O cacique desses indios foi catechuento do aldeamento de guarapuava, onde ainda é conhecido pelo nome de Manoel Facran,...”(1987: 36).

vê-los. Desagregá-los de um contexto onde o uso geral é a língua guarani, ainda para a população branca, e da atividade extrativista que os alienava no exército de tarefeiros que “lutavam na erva”, parece uma tarefa impossível. Na visão do funcionário do governo central, a rica gama étnica e mestiça passava no contexto do porto extrativista a ser homogeneamente ‘população’. Ademais a assimilação do índio ao nacional, reenvia-nos ao pressuposto da identificação étnica como política e não dependendo de outros critérios objetivos. No contexto urbano o índio destribalizado não é índio, em tanto não se reconheça como tal em torno de alguma reivindicação determinada (FIGOLI, 1982; RUBEN: 1988, PACHECO DE OLIVEIRA, 1988).

Outra presença marcante é a da mula. Centenas delas em todo lugar como infalível meio de transporte. Pautando tarefas, tempo e geografia. O sistema de trilhas ou picadas que a atividade extrativista abriu estava pensado para permitir o deslocamento destes animais. Os postos de tropa, infraestrutura necessária para mantê-los em condições de trabalho, determinarão os lugares de assentamento no interior da selva. Nestes lugares se realizavam cultivos de milho e também se dispunha de algum alimento para os tropeiros. A distância entre estes postos e algumas outras referências me foi referida, por pessoas idosas, em “jornadas de mula”<sup>88</sup> como unidade de tempo. O sistema de extração da erva-mate desenhou, a partir destas ‘picadas’ muleiras, o território.

*“...los ríos navegables, los caminos y las picadas organizaron tres órdenes jerárquicos de comunicación que favorecieron, a su vez, el desarrollo también jerarquizado de las diferentes poblaciones. La conjunción más favorable de esas vías se dió en Posadas, sobre el Paraná; ello explica su rápido crecimiento y la pronta transformación en el centro regional más importante de la comarca”.* (BOLSI, 144)

As mais importantes vias de comunicação se constituem de rios. O trajeto de “bajada” coberto por *chatas*<sup>89</sup> de transporte para a erva, barcos mistos para o transporte de carga e passageiros e as ‘jangadas’ ou balsas com as que se transporta a madeira bruta.

Conta o explorador italiano Godio.

*“Salí de Buenos Aires en un vapor del Lloyd Argentino...llegué a Corrientes en poco más de seis días, transbordándome a otro vapor del mismo Lloyd llegué a Ituzaygo en no más de 24 hs y como estaba roto el vaporcito Misiones, el único capaz, por su construcción especial, de atravesar el Salto de Apipé, debí proseguir por vía terrestre...fueron 5 días de marcha...”* (1886:17).

De Posadas para ‘cima’, Alto Paraná, o calado dos barcos diminui e o transporte de mercadoria e pessoal para os ervais se realiza à vela ou à vapor e contra uma forte corrente. A erva das explorações que começam a instalar-se no território brasileiro em cargueiros até o Paraná e daí é transportada para Posadas.

---

<sup>88</sup> Para ter uma idéia desta medida podemos tomar como referência a viagem de Puerto Piray a Barracão, trajeto de uns 120 km, realizado em 3 dias em condições razoáveis de transitabilidade.

<sup>89</sup> Barco de pouco calado.

A exploração dos ervais paranaenses começou a realizar-se da Argentina e por empresas de capital argentino, inglês e brasileiro. A picada que unia o Paraná com Campo Eré no atual oeste catarinense começou a ser utilizada pelos ervateiros embrenhando-se na procura dos ervais de San Pedro. Em finais de 1880 vários estabelecimentos abriram suas entradas do Paraná para o este

*“la principal picada es la de Piray Guazú á Palmas Novas, Campo Eré, abierta por Dutra. Viene en seguida la de Santa Ana á Campo Grande y de allí á San Javier; la de campo Grande va hasta el yerbal Nuevo, á ocho leguas al Norte.*

*La picada de Campo Grande á Córpus.*

*La piada del Yerbal Nuevo á Campo Eré se junta con la del Piray á Campo Eré, por la falda de la cordillera, caidas al Uruguay á inmediaciones de San Pedro.*

*La picada de D. Juan Goicochea va de Itaguaimi á Bocay, rumo al salto del I-guaú, unas tres leguas.*

*La de D. Luis Arrechea va desde Yaicy al Este.*

*La de D. Ramón Ledesa, va desde Taurúa al Este.*

*D. Felipe Taareu se vale de la del Piray.*

*En la costa del uruguay, hay una picada que va desde Poggi hasta San Pedro, entrando en ramificación con las demás.*

*El camino de los brasileiros de Fracrán a Campo Eré, está destruido por la vegetación”.*

(PEYRET, 1881:190/1)

Nas costas do Alto Paraná também começaram a estabelecer acampamentos madeireiros que foram fixando uma população semi-itinerante de ‘hacheros’, ‘descubierteros’ e ‘jangaderos’ (balseiros) recrutados entre a população índia e ‘paraguayos’. As condições de trabalho desta população dentro das propriedades extrativistas foram de uma exploração extrema e regidas pela violência dos administradores e seus ‘capangas’ (jagunços), ponto em que coincidem todos os autores e minhas entrevistas. Esta relações estão assentadas em postulados racistas que as justificam e encobrem.

*“...no se puede contar con el trabajo de los indios, porque son naturalmente indolentes y faltos de prevision, es deir que trabajan para el momento y no para el porvenir. Además, considerándose hasta la fecha los dueños legítimos de la tierra, los cristianos son intrusos y usurpadores para ellos: luego hay que darles, darles todavía y darles siempre; es un derecho que ellos ejercen cuando reciben lo que se les dá; el usurpador que les dá, no hace más que cumplir con su deber. Por consiguiente el dia en que algo vienen á faltar, aunque sea por circunstancias independientes de la voluntad del empresario, viene el tumulto, la protesta, el alboroto, la amenaza. Son, pues, sobremanera exigentes, y muy poco trabajadores, porque cuando han ganado el valor de un poncho ó de cualquier otro objeto que les hace falta, dejan de trabajar y se van á cazar en el monte.*

*Ese defecto de los indios, me dicen que es tambien el defecto de los paraguayos.”*

(PEYRET, 1881: 179)

Este uso de ‘paraguayo’ tem similar conotação ao que Giralda Seyferth dá ao de ‘brasileiro’ por parte dos imigrantes alemães do Vale do Itajaí. Esta categoria é construída a partir de “*critérios de identificação contrastantes que coloca o grupo em oposição a tudo o que não faz parte dele*” (1981:157), para o grupo teuto-brasileiro analisado pela autora, as características que os colocam em posição contrastante aos ‘brasileiros’ é uma avaliação subjetiva do trabalho alemão, seu afã de

progresso e de outras de tipo moral auto atribuídas, e onde o outro, sempre é tido como suporte do argumento e representa os atributos diametralmente opostos. (SEYFERTH, 1981, 198).

A guerra entretanto marcou esta categoria como altamente contraditória. É valor entendido que a resistência que os paraguayos opuseram aos exércitos invasores foi excepcional, tanto que a vitória dos aliados se realizou a um custo de vidas, para ambos os bandos, terrível. A defesa que os paraguayos fizeram de seu território, e a exaltação patriótica que até hoje se faz dela, brinda ao grupo a possibilidade de uma autodefinição positiva a partir do mesmo apelativo. Esta referência histórica está também na base da categoria com que o grupo designa a argentinos e brasileiros: 'curepy'. Exceção que deve ser feita, argentinos aqui quer dizer, paradigmaticamente, portenhos, gente do sul. Com respeito aos regionais esta distinção é mais difícil, o uso do guarani poderia ser um parâmetro eficiente para saber quem não se utilizaria. *Curepy* em guarani quer dizer textualmente couro de porco. Na versão regional habitual o porco ao ser sacrificado emite ensurdecedores chidos que os paraguayos assimilaram aos gritos de dor dos soldados prisioneiros quando eram submetidos à tortura. Os atributos que se aliam a esta categoria colocam em questão valores como a força, o coragem, a honra. O paraguayo se constroeu na oposição como 'aguentador', aquele que suporta, mais que trabalhos duros, injustiças e afrontos e o faz sem hesitar. A reação é sempre *in-extremis*, e irremediavelmente violenta. O 'paraguayo' ocupou, nas relações de trabalho imperantes, os lugares mais duros: 'tarefero', 'descubiertero' e fundamentalmente 'hachero'<sup>90</sup>.

Estas contradições levaram a rodear a categoria 'paraguayo' de um entorno de periculosidade e de lealdade relativa. A submissão e a força vão aparelhadas. O 'paraguayo' é traiçoeiro, o que no contexto de extrema exploração das relações extrativas se traduz em um clima de rebelião latente atribuído a origem étnica do contingente contratado.

*"... hachero no tenía mejor vida que los otros, tenía un ranchito miserable donde vivía con la mujer y sus hijos dentro del obraje ... era gente de trato difícil, fácil de entrarle con el machete a quien no gustasen. Era de querer tratar solo con el patrón, no respetaba a más nadie..."* (entrevista)

Um aspecto épico da exploração laboral se encontra nos motivos da expressão artística regional. A música de chamamé<sup>91</sup> glossa a desdita saga do trabalhador da erva e do hachero, reivindicandolo como 'hombre de ley', devolvendo-lhe em suas características viris a dignidade menosprezada por seu lugar subordinado.

O marco deste personagem é o monte virgem, lugar da madeira e da erva; de tal forma opor-se-á ao 'polaco' que se ocupará na agricultura. Polaco aqui é equivalente a gringo, caracterizando o

<sup>90</sup>Cortador de erva-mate, guia nativo, cortador de árvores, respectivamente.

<sup>91</sup>Mas não exclusivamente, encontramos o mesmo motivo trabalhado nas artes plásticas, na literatura, no cinema.

imigrante europeu em geral. As oposições *Enchada* e *hacha*, *colônia* e *monte*, territorializam nas duas paisagens predominantes a 'paraguayos' e 'gringos'.

Reflexivamente o grupo que se constroeu, a partir destas categorias, é o nacional. 'Argentino' no contexto do acampamento extrativista, se bem que é uma categoria inexistente no cotidiano, quer dizer pioneiro, progresso e todos os atributos que estão associados. A relação hierárquica que se estabelece no processo de trabalho revela outros significados como patrão e, difusamente, a lei. Esta *ratio*, que em última instância é o braço armado da justiça, significa o Estado. O gentílico, neste contexto, é a minoria branca que entretanto é maioria política. O crioulo missioneiro e correntino se distinguiram regionalmente deste argentino, que encontra, como dizia, no portenho seu paradigma. Não é original mencionar que o branco não tem necessitado elaborar uma identidade para sua confrontação em relações etnicamente hierarquizadas. Talvez o duplo registro que reconhecemos no 'paraguayos', equacionando opostos como submissão/traição, respeito/valor, trabalho/independência. Indicam-no o lado obscuro deste, ao parecer, pacato 'curepy'; o que surge de sua posição privilegiada das relações de produção imperantes. Equacionando sua covardia com a lei, sua falta de destreza com o dinheiro e sua prepotência com a impunidade. Estas categorias por tanto não funcionam como um simples par de opostos, criam um duplo jogo de oposições que dão conta da fricção mas também da fluidez do contato que em sua ambiguidade organizam o sentido de forma produtiva.

O acesso à terra era, no contexto da primeira colonização oficial, relativamente fácil. Bastava tomar posse de um espaço discreto. Mas não existia uma estrutura de mercado que contemplasse a expansão agrícola, inclusive a colonização do sul da província se realiza com uma forte subvenção do estado (BARTOLOME, 1982).

Ao redor de Posadas alguns horticultores se afinam provendo a ciudad, esta cresce como porto extrativista servindo de base para a exploração que se realiza no Alto Paraná. Assento permanente durante a guerra tropas brasileiras, refúgio para os desertores, ponto comercial, centro de diversão e prostituição. A cidade da pós-guerra se converte em centro de recrutamento de mão-de-obra. A região devastada pela guerra era povoada por contingentes que muitas vezes se armavam e recorriam à zona agrícola roubando gado ou aos pequenos comerciantes ambulantes.

O sistema de contratação por dívidas ou 'adelanto' está na base do sistema de extração e que motivou inclusive uma investigação do governo federal (Ministério de Trabalho: 1914). O empresário confiava a um contratador a organização da comitiva, esta estava composta do extrator propriamente dito (mineiro) e distintos especialistas na preparação e transporte da folha. O pagamento se realizava por produção (por arroba) e se liquidava mensalmente. Daí o apelido com o qual se conhecia este trabalhador: mensú.

Outras tarefas como capatazes, tropeiros, boiadeiros, carreteiros eram pagos segundo um salário mensal fixo. Todos recebiam um adiantamento antes da comitiva partir e em campanha deviam obrigatoriamente prover-se nos armazéns da empresa. O regulamento, com sua proibição de entrada, na região de extração, de comerciantes e moradores, reforçava esta dependência. Este produzia um sistema de dívidas que vinculava o trabalhador em forma permanente, pois o registro obrigatório para concessão de parcelas de extração também servia para o controle de dívidas. Um trabalhador que não saldasse sua dívida com uma empresa não podia ser contratado por nenhuma outra. O trabalho de Abinzano mostra pormenorizadamente as diferenças de preços nas despesas que o trabalhador pagava nos armazéns das empresas comparando-os com os preços de Posadas e com os salários. Chegando a encontrar sobrepreços de até uns 1.000%.

Formalmente capitalista o contrato de trabalho esconde em sua prática as imposições de condições semi-servis. Este tipo de exploração podia realizar-se com a conivência das autoridades e mediante um regime de extremada violência. As deserções ou o não cumprimento de dívidas invariavelmente terminavam com a impossibilidade de aceder ao mercado de trabalho ou na prisão. No monte a lei era exercida pelos capatazes (*capangas*) que administravam discrecionalmente o uso da violência.

## A questão de Palmas

Os Campos de Palmas ocupados por particulares provenientes de Guarapuava já haviam centrado o interesse da Província de São Paulo que em 1837 “*havia criado a Companhia de Municipais Permanentes, (...) com o objetivo definido em lei de ocupar esse campos...*” (WACHOWICZ, 1987:14) Os argumentos eram simples: é muito fácil ocupar uma zona de campo, e o era para qualquer dos interessados que quisesse fazê-lo. A região contestada passou a denominar-se com o nome de uma população ainda não fundada: Palmas.

Este raciocínio coincide com a recomendação do naturalista da comissão argentina de limites de 1884 que em seu informe recomendava ao governo argentino em 1885, “*es una cuestión vital para el desarrollo de aquellas comarcas e de todo el territorio poseer los campos de Palmas*” (NIEDERLEIN, 1891:10)

Desde inícios do século XVIII os paulistas transitavam na estrada de Viamão, perto de Porto Alegre, até a feira de Sorocaba ao largo da qual se instalaram pontos de invernada e fazendas. Os campos para o oeste eram então uma referência dos índios e das memórias dos bandeirantes que hostilizaram os jesuítas. A região foi ocupada a partir da freguesia de N.S. de Belém de Garapuava fundada em 1820 e travaram daí uma luta intensa com duas tribos indenticadas como: Camés e Votoroes.

A partir desta fundação os textos referem-se a uma importante presença de índios ‘colaboracionistas’ que inclusive foram os encarregados de pacificar seus pares.

*“Posso afirmar a V.Exa. que nunca aqui tivemos destacamento melhor, tanto em asseio como em disciplina e mais se prestasse ao servicio publico(...)”*(Oficio Diretor de Índios, 10/10/1869, apud.WACHOWICZ,1987:24). Este procedimento é reconhecido pelas autoridades e a população pela qual a mesma diretoria pede a província lhes provessem de armas para *“melhor de feza de pontos estrategicos”*(Ibidem.)

A região por tanto é ocupada pelo duplo acionar de interesses particulares e a estratégia oficial. *“Esta região abrangia todo o território compreendido entre os rios Uruguay, Peperi-Guazú, Santo Antônio, Iguazú, Jangada e Chapecó(...) habitada, segundo o recenseamento de 1890, por 9.601 habitantes. Desses, 4.173 eram índios e/ou mestiços, o que corresponde a mais de 40% do total da população”*(Ibidem:24).

Os índios nesta aritmética povoacional, instrumentada como argumento diplomático contam como nacionais. Ademais dos obviamente incluídos ‘colaboracionistas’, quantos destes povoadores pertenciam a algumas das parciaisidades Kaingang ou Guaranies, é algo que o material disponível não permite aprofundar. Da mesma forma os argentinos incluíam o ‘toldo’ de Maidana como povoamento nacional. O censo se convertia assim, entre outras, em arma estratégica para o laudo que se aproximava.

*“...debiendose á la Inspeccion Nacional de Bosques la iniciativa de las exploraciones, cuyos resultados, durante la presidencia del General Roca, originaron el amigable arreglo de la secular cuestión de limites entre la República Argentina y el Brasil, y habiendo vuelto la cuestión, por el rechazo del tratado Zeballos-Bocayuva, casi al mismo estado á que llegó cuando el infrascrito, durante las exploraciones en 1884, entró en la parte poblada del territorio en litigio, creemos de nuestro deber contriuir con algunos datos...”*  
(NIEDERLEIN, 1891:1)

Encabeça o pormenorizado relato de viagem do naturalista argentino que se revela um autêntico balanço de bens, propriedades e povoadores.

Os limites nacionais estão centralmente localizados na discussão que em ambas nações se mantém. Se a independência havia colocado o conflito territorial na oposição América/Europa, a construção das nações americanas não dispunham de um mar que as distanciasse para levá-la a cabo. As nações americanas enfrentavam, a partir do exemplo norteamericano que moldou os debates que lhes deram forma institucional, um desafio distinto: fazer a nação a partir do território, para eles a marca dos confins era indispensável. A administração centralizada e a organização territorial eram objetivos explícitos das políticas nacionais a ambos os lados da fronteira. Mas a significação do problema limítrofe ao interior de cada país difere significativamente. A consolidação do bloco no poder conseguida pela oligarquia terratenente na Argentina, a partir de uma apropriação

do sistema representativo circunscreveu a solução do conflito a um problema de política exterior. Já a conjuntura brasileira deslocou o debate até convertê-lo em arena onde a República, ainda não consolidada, era questionada.

A criação de Misiones como Território Nacional<sup>92</sup> em 1881 foi o ponto de partida da reivindicação argentina que se completa no mesmo ano com a divisão formal do território.

*“... Siendo necesario determinar el punto en que debe residir la autoridad gubernativa central de Territorio de Misiones y las diversas secciones administrativas en que debe dividirse,*

*El presidente de la República decreta;*

*Art 1. Designase Capital del Territorio Federal de Misiones, el pueblo de Corpus, que se denominará oficialmente Ciudad de San Martín.*

*Art 2. El territorio de Misiones queda dividido administrativamente en 5 departamentos, bajo las denominaciones siguientes:*

*Departamento San Martín (Corpus)(...)*

*Departamento Piray(...)*

*Departamento San Javier (...)*

*Departamento Monteagudo (...)*

*Departamento Iguazú, limitando: al norte, por el rio Yguazú; al oeste, por las Sierras de la Victoria; al este, por el rio San Antonio Guazú y al sud, por las sierras.” (REPUBLICA ARGENTINA,1901:279)*

O San Antonio Guazú é admitido oficialmente como o limite. Este, apesar de ser uma disposição doméstica, não podia mais que intranquilizar os ânimos no Império.

Das guarnições militares são criadas nas adjacências do território contestado, Chapecó e Chopin. A situação se evidencia tensa. No ofício, o ministro dos negócios estrangeiros se dirige diretamente ao presidente de província de Paraná recomendando-lhe a informação de qualquer movimento dos argentinos na região e limitar-se a esta informação até que o governo central emita algum parecer. (WACHOWICZ,1987).

As relações exteriores entre ambos os estados, depois de a irrupção do exército brasileiro que assegurou a caída de Rosas, reconhece nos limites missioneiros seu ponto de máximo conflito e se firma um tratado em que a confederação reconhece os rios Pepiri-Guazú e San Antonio como limite, segundo a demarcação de 1759 que serviu de base ao tratado de 1777. Se bem que este novo tratado invalidava por direito aquele, reduzia a questão geográfica a esse antecedente, por outra parte, reconhecido unilateralmente na edição de um mapa oficial argentino em 1855. Se menciona também o *uti possidetis* como critério, sei bem que subordinando-o ao parecer geográfico.

Esse tratado foi firmado na cidade de Paraná o qual evidencia que o grave problema da unificação argentina, a inclusão de Buenos Aires, ainda não está resolvida. O governo da confederação encontrará dois graves problemas para levar adiante a aprovação deste tratado: a extradição de escravos, contemporaneamente na agenda bilateral e que o Ministério das Relações

<sup>92</sup> Esta unidade territorial e administrativa diretamente dependente do governo nacional.



Exteriores brasileiro começa na correspondência a tratar como um mesmo tema, e a campanha pública desatada nos meios jornalísticos que denuncia o acordo como passo prévio a uma segunda intervenção armada do Império para resolver a incorporação de Buenos Aires. Este postergará a ratificação do tratado até inviabilizá-lo definitivamente.

Brasil, sensível à questão, pela qual estava sendo isolada internacionalmente, não insistirá sobre a extradição de escravos. A nova gestão, iniciada pelas negociações de 1879, centrarão seu interesse unicamente no estabelecimento dos limites, se bem que, a Argentina incorpora neste momento um argumento já utilizado pela comissão espanhola de demarcação: a correspondência das denominações dos rios com os efectivamente relevados no terreno. A aparição deste argumento sugere múltiplas interpretações e evidentemente a formalidade das notas diplomáticas não esgota as negociações que se levavam adiante paralelamente.

Alguns autores sugerem a idéia de que se toda a atual província de Misiones fora pleiteada em fóro internacional, Brasil teria boas chances de levar seu limite até as costas do Paraná. O xadrez diplomático outorga uma habilidosa jogada da Cancilleria argentina o liaver recolocado no centro da questão os velhos tratados Espanha/Portugal. A matéria a ser resolvida no laudo arbitral se reduz assim á nomeação dos rios e não aos títulos com os quais se pretende o espaço disputado. O resultado de um hipotético *uti-possidetis* sobre toda Misiones teria sido altamente imprevisível para a Argentina. Esta não deixa de ser uma hipótese já que nenhum dos documentos nem autores consultados o afirma.

O laudo Cleveland favorecerá a tese brasileira apresentada pelo Barão de Rio Branco. O escrito do diplomático incluiu a cartografia dos diferendos coloniais que se afirma foram o fator determinante no momento da decisão.(SANCHEZ,1910)

O resultado favorável do laudo abre a questão do ordenamento territorial intemo que durante mais de 50 anos criará graves incidentes institucionais.

## CAPÍTULO III

### Espaço: temporalidades.

*Entre el Estado y la razón, se produce un curioso intercambio, que también es una proposición analítica, pues la razón realizada se confunde con el Estado de derecho, al igual que el Estado de hecho es el devenir de la razón.*  
**Giles Deleuze, Mil Mesetas.**

*- Se duas pessoas lemos o mesmo livro, então, é verdade.*  
**Jorge Luis Borges**

*Onde está aquela verdade prática universalmente aceita, isenta de qualquer dúvida ou questão como deveria sê-lo se fosse inata?*  
**John Locke, Ensaio sobre o entendimento humano.**

As ocupações de terras em municípios brasileiros perto da fronteira levou nos últimos tempos a identificar os intrusos brasileiros como pertencentes ao movimento dos *sem-terra*, o que motivou inclusive algumas investigações e ‘operações de inteligência’ - segundo os meios periodísticos (anexos). Em um desses informes realizado pela Dirección Provincial de Tierras y Colonización, pode ler-se

“...estos grupos, formados en un 90% por los ‘sin tierra’ brasileiros, originan un problema que va mas allá de los límites de la Provincia, para ingresar a un problema de ordenamiento territorial de carácter Nacional. Huelga aclarar el perjuicio sociopolítico que conlleva el afincamiento irregular de estas personas (no se adhieren a nuestras costumbres, ni cultura, ni aprenden nuestro idioma, sino que los desvirtuan; por ser desorganizada la intrusión no tienen en sus proximidades Establecimientos Educativos ni asistenciales mínimos, no aprenden ni a leer ni a escribir, padecen enfermedades producto de la promiscuidad e indigencia en sus sistemas de vida, se rigen por la Ley de la selva, produciéndose ‘zonas de nadie’ en los bosques misioneros, además es mínimo el porcentaje de extranjeros que iniciará

gestiones para obtener documentación argentina), no hay que olvidar el significativo detalle, que los hijos de estos inmigrantes ya son argentinos.” (TIERRAS Y COLONIZACIÓN, 1991:3)

Recorrentemente encontra-se este protesto com respeito ao *jus soli/jus sanguinis*. Trata-se de uma doutrina clássica do direito sobre a forma de adquirir os direitos de cidadania - por nascimento no território ou por filiação respectivamente - em ambos os países os instrumentos constitucionais decidem considerar como cidadão pleno aquele que nasça em seu território. Também a possibilidade de optar pela cidadania é aberta por esta norma, se bem que exista uma gradação temporal que pauta a aquisição de certos direitos civis e exclue definitivamente do exercício de alguns cargos no mais alto escalão da pirâmide de poder.

Mas ao tratar-se da região fronteira a norma parece enevoar também seus limites e vê surgir uma nova categoria entre os pólos propostos pelo direito. O cidadão nativo descendente de brasileiros apresenta um estatuto ambíguo.

“...si bien son legalmente argentinos, es obvio que el modelo de aprendizaje que le darán sus padres - brasileños -, junto a la cercanía - o mejor contigüidad - geográfica de su país de origen y donde residen sus familiares y amistades, obstarán a que este “nacional” pueda ser considerado tal desde el punto de vista de su compromiso con los valores y pautas que definen la nacionalidad “socio-cultural”, por así llamarla” (ROSELLI & GIMENEZ, 1982: 37)

Resta saber o conteúdo que os autores deste estudo sobre “Integración” dão à nacionalidade sócio-cultural proposta. Se bem não desenvolvem uma exaustiva definição, temos algumas pistas em outro lugar do mesmo trabalho

“La población nativa no lugareña representa el polo opuesto a la anterior (nacional no lugareña), por cuanto es la portadora natural de valores culturales nacionales. Si bien los componentes de este grupo poblacional tienen una procedencia regional variada, el carácter de sus funciones (función pública en la mayoría de los casos) les otorga una cierta responsabilidad formal e informal como sostenedores de valores nacionales. Aunque en general tales valores tienen el sello de la cultura rioplatense, se los toma con un sentido “universalista”, como expresión representativa del estado-nacional”. (IBIDEM:10, meu parêntese)

O grave problema enfrentado pelos intelectuais, notadamente os modernistas, de definir a essência do ‘caráter nacional’ - penso na *bondade, tristeza, cordialidade* para o caso brasileiro, o en a ‘introspeção’, de origem contemplativo, postulada para o pampeano argentino - é resolvida pragmaticamente pelos autores deixando-a em aberto mas deslocando-a geograficamente. Movimento este que não só deixa o casa em branco senão que delata o colonialismo interno do modelo de integração proposto.

“Una población está integrada en la medida que se constituye como un sistema socio-cultural, es decir, cuando posee un grado de organización social suficiente para permitir un alto nivel de interacción no-conflictiva (cohesión grupal), y cuando las pautas culturales reguladoras de dicha interacción guardan una relativa homogeneidad (coherencia cultural).” (IBIDEM:8)

A integração nacional permeou o discurso de segurança dos governos autoritários de ambos os países, as específicas políticas culturais buscavam generalizar modelos abstratamente formulados em termos de Ser Nacional. Esta verdadeira ontologia, proposta pelo Estado autoritário, se apropria de distintos produtos culturais veiculando-os pela rede audio-visual sometida a seu arbítrio. Num intento de coordenar as diferenças submetendo-as aos chamados objetivos nacionais<sup>93</sup> (ORTIZ: 1985; GARCIA CANCLINI; 1989)

Entre a Doctrina de la Seguridad Nacional acunhada na década de 70, o estudo de Integración Socio-cultural e o Documento de Tierras y Colonización existem algumas continuidades e rupturas que vale a pena ressaltar. Se todos estes documentos baseiam seus argumentos em prejuízos de tipo cultural, entre a formulação e os efeitos que estas determinam -na forma de instrumentos administrativos para guiar ações, ou seja, implementar políticas- existe uma grande diferença. Se não duvidamos da eficácia que tiveram os governos militares para organizar verticalmente suas políticas culturais, média entre estes e a atual gestão uma descentralização e democratização no âmbito da tomada de decisões dentro de aparato do Estado que faria prever uma crítica nos ma's actuais.

Contudo o estudo sobre integração forma parte da única biblioteca a disposição dos técnicos de planejamento. Já o documento de Tierras y Colonización é um documento interno de trabalho. Uma referência concreta para a ação no nível operativo da burocracia provincial, o imaginário da defesa da integração territorial com base na vigilância da integridade cultural permanece intacado na hora de crear o inimigo. Pivotando no modelo organicista pouco o nada tem modificado seus argumentos e suas bases de sustentação.

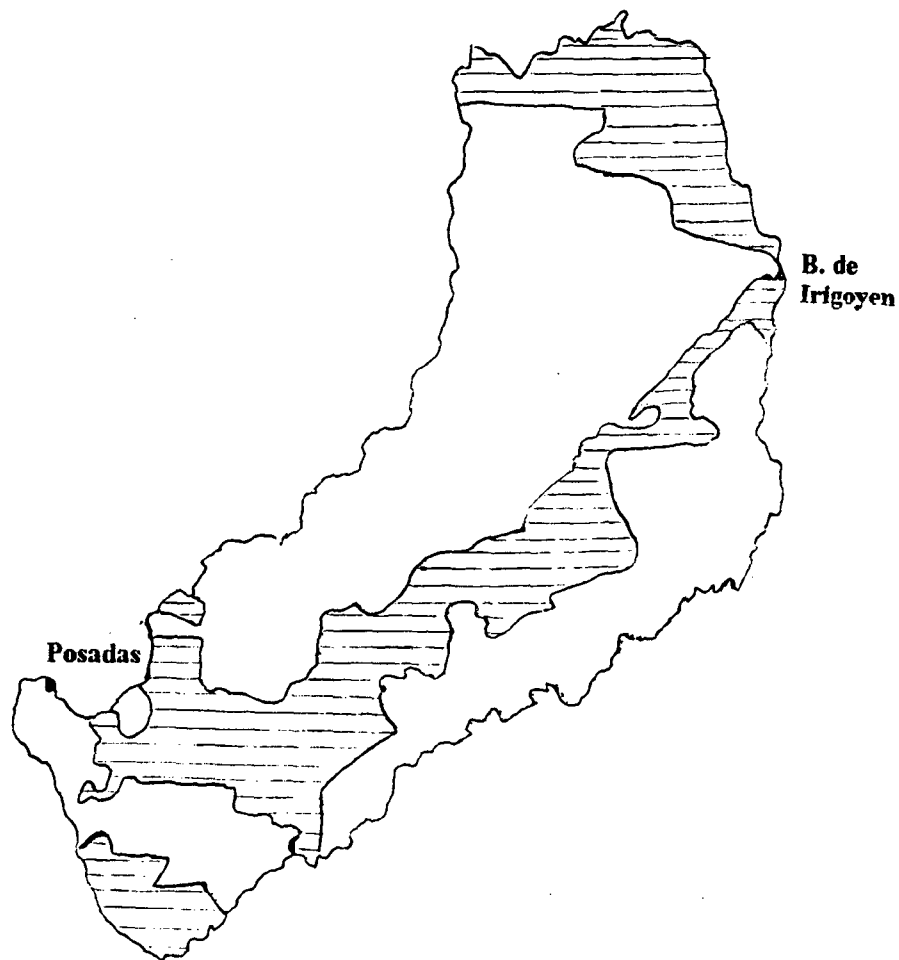
Toda uma nova retórica de exclusão esta sendo acunhada na Europa-integrada para ser usada como argumento político, afirma Verena Stolken, em sua análise do que denominou 'fundamentalismo cultural'. Como o racismo, que utiliza uma argumentação pseudo-científica para validar-se, a visão da cultura que esta transparece não é já a homogeneidade autoritária senão uma harmônica complementação dos segmentos que a integram. Uma nacionalidade passa a ser uma cultura nesta análise. O individuo migrante, conseqüentemente, é um extra-cultural que rompe não a homogeneidade senão o espaço de confraternização entre os pares culturais.

*"... o fundamentalismo cultural - assume (...) uma série de contraconceitos simétricos, como o do estrangeiro, o alienígena, em oposição ao nacional, ao cidadão, entendidos como membros de comunidades culturais disitintas e irreductíveis. Os estrangeiros são concebidos como culturalmente distintos dos nacionais, que se presume compartillarem uma identidade cultural orgânica dentro do corpo político. A origem do conflito social não reside na incapacidade dos 'outros', mas no fato de que as relações entre membros de culturas diferentes são vistas como hostis e mutuamente destrutivas 'por natureza', porque*

---

<sup>93</sup> Para a definição de Seguridad Nacional y Objetivos Nacionales, assim como outras associadas, pode-se consultar, para o caso argentino, um documento tratado neste mesmo capítulo. Também COGAN, 1976 para o Brasil.

## MISIONES TIERRAS FICALES



Tierras Fiscales suman 385.000 has., 34% del total provincial.  
De las cuales 185.000 corresponden a reservas forestales.  
85.000 han sido utilizadas para planes de colonización.  
Se estima que 70.000 has son ocupadas por intrusos.

Fuente: Sec. Planificación de Misiones. 1977.

*xenofobia faz parte da natureza humana. Portanto, culturas diferentes devem ser mantidas separadas para seu próprio bem. Esse novo fundamentalismo cultural baseia-se na visão da humanidade como formada por uma multiplicidade de culturas distintas e da cultura como algo estático, compacto, imutável e homogêneo. Uma espécie de particularismo cultural essencial é deduzido de um traço humano universal, que é a xenofobia. O fundamentalismo cultural inventa e recorre a uma nova noção de natureza humana, o Homo-xenofobicus. (STOLKE, 1993:27)*

Este nos ajuda a pensar o corrimento que vai dos Estados Mayores ditatoriais ao anônimo técnico do Ministerio de Asuntos Agrários missionário atual. Da subversão à incompatibilidade; existem algumas mediações entre as formulações programáticas e as ações concretas do Estado.

Não é preciso marcar a grosseira atribuição de uma essência negativa de que faz objeto ao grupo, no documento de Tierras y Colonización. Em troca digna de nota é o motivo desta falta de integração: a intrusão desordenada; o que explicita qual é a alternativa viável: a intrusão ordenada. O matiz delata o institucionalizado que se fala a figura do intruso como forma de acesso à terra dentro da burocracia provincial.

Em alguns casos, que trascenderam o âmbito regional, a expulsão de 'brasileiros' se concretizou, algumas delas realizadas de forma sumária e onde a utilização de violência não foi rara. (anexos)

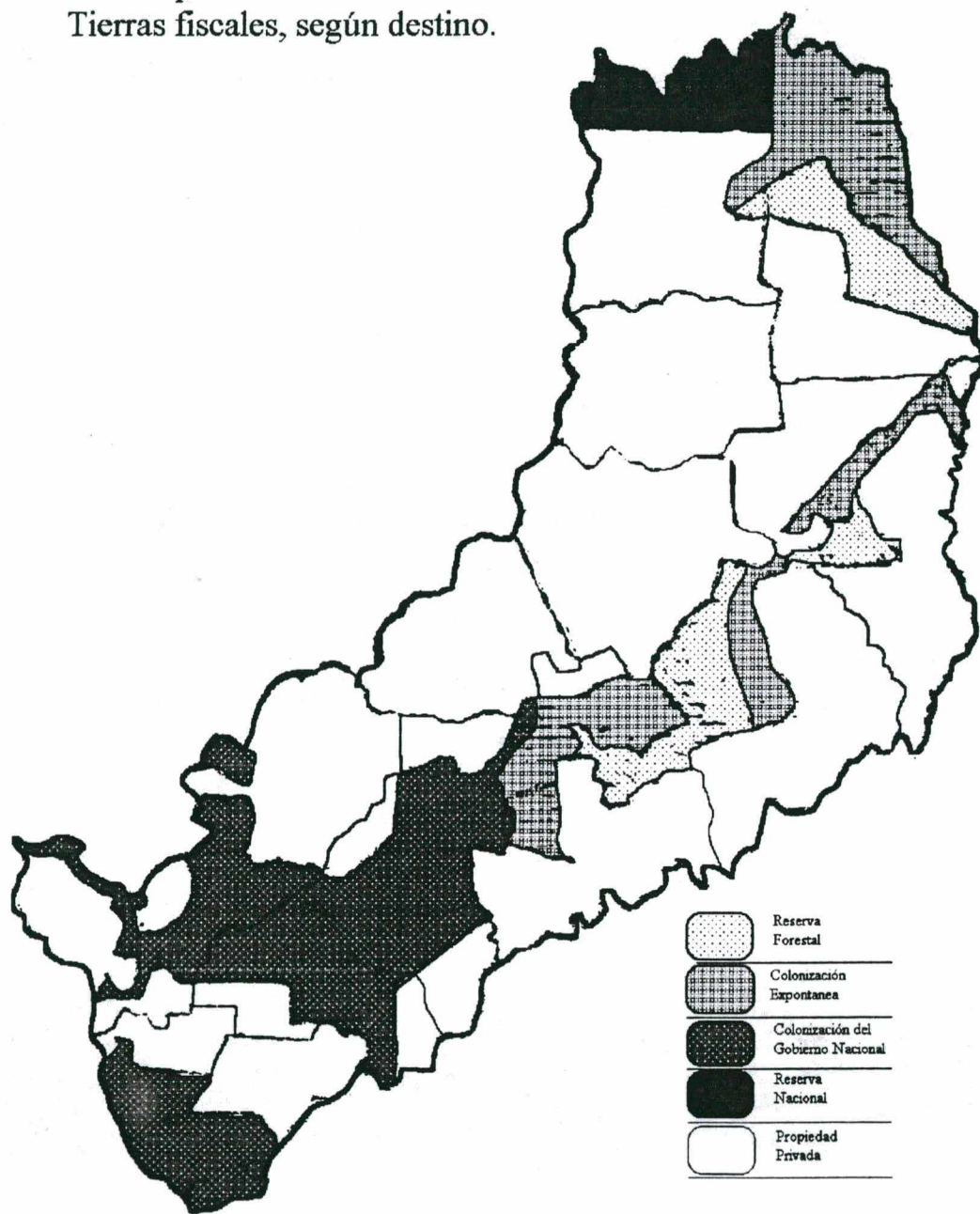
É difícil, chegado o momento de decidir uma expulsão, discernir quem é quem, em um sistema de tenência da terra caracterizado por uma alta incidência da categoria intruso. Este apelido utilizado pelo jargão oficial explicitamente, ou as vezes utilizandolo algum eufemismo, descreve uma forma institucionalizada de tenência da terra.

*“Grupo A: Integrado por colonos que realmente buscan un afincamiento definitivo, con aspiraciones a ser propietarios de la tierra que ocupan, buscan la regularización del terreno al que generalmente acceden por medio de transferencia de mejoras. Este grupos está integrado en su mayoría por colonos del Sur que ya no tienen posibilidades de expandirse debido a la carencia de tierras en sus lugares de origen.*

*Grupo B: Los que ingresan al país en busca de un futuro mejor y son utilizados como testafierros de quienes ya tienen otras propiedades (o son dueños de aserraderos, especuladores, etc.) que de esta manera se aseguran futuras explotaciones madereras y/o eventuales superficies aptas para cultivos de raíces (yerba, té, etc.). Dentro de este grupo también podemos ubicar a colonos sin recursos que trabajan en calidad de cuidadores de mejoras.*

*Grupo C: Conformado por personas que se introducen en las tierras fiscales con el fin de negociar la madera existente, son los causantes del mayor perjuicio, pues luego del apeo, queman ramas y vegetación existentes (que a veces producen daños irreparables para el cultivo), realizan minimas plantaciones anuales, para luego fijar límites arbitrarios a las chacras y ponerlas a la venta, una vez concluido este objetivo, se trasladan a otro lugar donde puedan realizar nuevamente idéntica tarea. Son los más perjudiciales, no sólo por la depredación boscosa y desmejoramiento del terreno, sino también, porque será el cuarto o quinto adquirente de mejoras el que realizará un afincamiento definitivo, pero en la chacra adquirida sólo hallará capueras y malezas, produciendose entonces un atraso de años, para que este verdadero colono pueda obtener una relativa tranquilidad económica gracias a sus cultivos. (TIERRAS Y COLONIZACION, s/d:2)*

Tierras privadas.  
Tierras fiscales, según destino.





Decidir dentre eles, quem pertence a categoria de brasileiro *sem-terra*, em um panorama rural onde a *lingua franca* é o português, ainda para os nascidos na Argentina e não existe uma correspondência etnicamente estritamente diferenciada por atividade, é tarefa objetivamente impossível. A situação se complica ainda mais se temos em conta que a imigração do Brasil se constituiu historicamente em um de seus principais contingentes populacionais da província.

Os intensos planos de documentação pessoal implementados por diversos organismos do Estado adquirem neste contexto o sentido de ordenamento territorial. Contudo muita da população adulta carece de documentos, as crianças, em compensação, são registradas o que outorga algum argumento à família intrusa em terra fiscal. Não obstante se torna difícil determinar a data de entrada de um colono brasileiro, já que muitos dos intrusos são descendentes de brasileiros radicados na Argentina há anos.

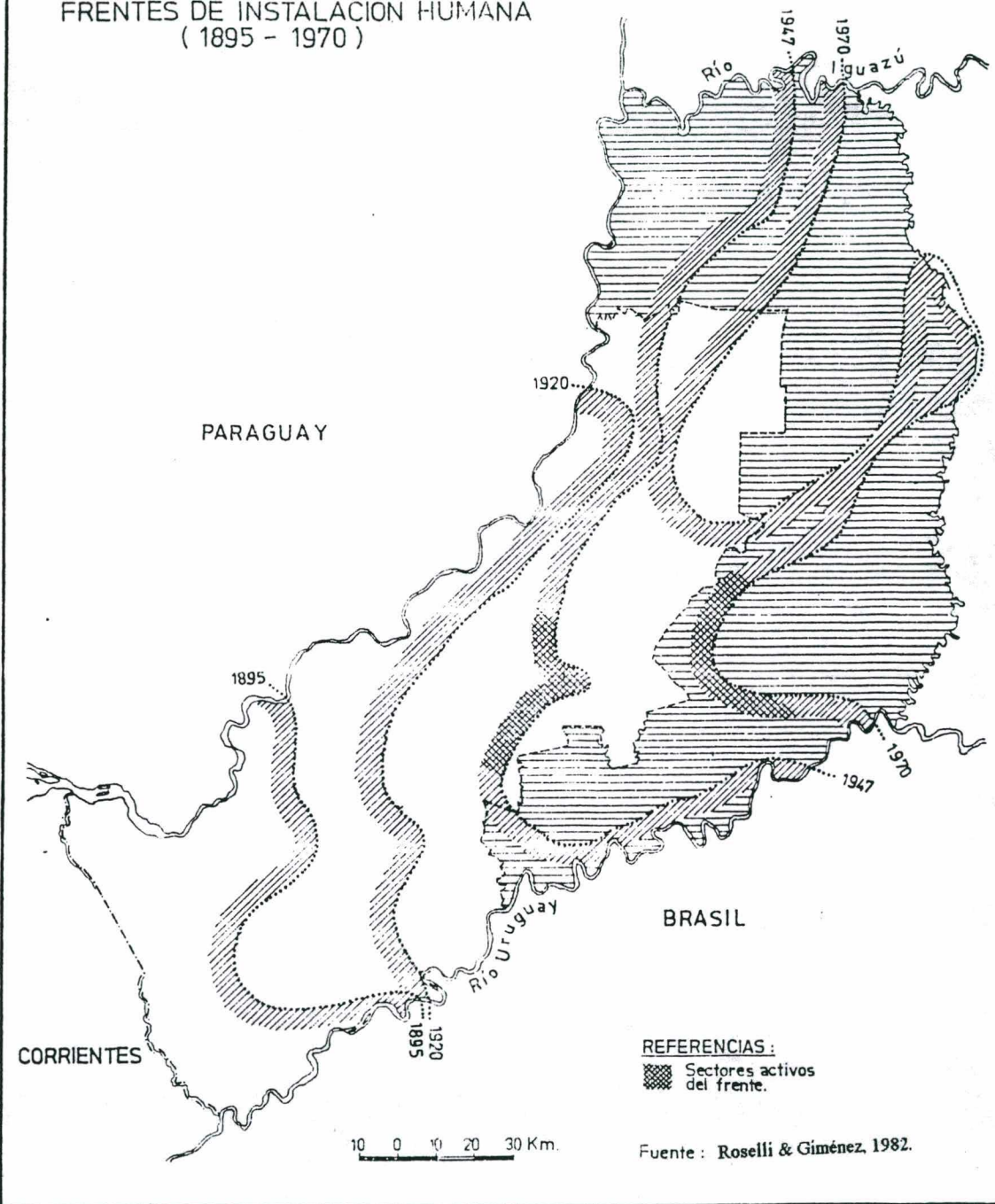
Os imigrantes europeus que se instalaram na região de colonização da província de Misiones, tiveram que adquirir um *pool* de conhecimentos específicos para adaptar-se a um meio ecológico novo para eles. Nesta adaptação foi muito importante a presença de imigrantes, se bem que compartilhavam a origem européia, transportaram-se do Brasil em um segundo movimento de migração, precisamente desde o norte de Rio Grande do Sul. Este processo chegou a ser deliberado como no caso da colonização alemã do Alto Paraná que alentou esta articulação como recurso adaptativo para os recém chegados de Europa. Em outros casos simplesmente sua incorporação nos planos de colonização legalizava a situação de fato de sua presença, como no caso da colonização empreendida pelo estado no sul da província (ABINZANO, 1985; BARTOLOME, 1982).

A expansão do cultivo da erva-mate, na fase de substituição de importações 1940/60, abriu novas regiões para colonização, este consolidou duas frentes claramente identificáveis e que são características pelas modalidades que adotaram (ver mapa). Um deles é o do alto Paraná no noroeste da província, a partir da colonização planejada pelas empresas privadas. Manter a homogeneidade do componente étnico foi para os organizadores destes enclaves sumamente importante o que lhes outorgou, em seu conjunto, formas étnicamente peculiares.

A outra frente avançou pelo centro da província. Esta população, instalou suas colônias em 'picadas' abertas desde os caminhos troncais. Esta abertura de novas entradas no monte, realizou-se de forma espontânea por parte de uma segunda geração procedente da colonização sul. Estas terras conhecidas como Sierra Central por erro de mensura ficou fora do leilão realizado pela província de Corrientes convertendo-se em terra fiscal. Esta entrada espontânea também se articulou com planos privados e oficiais de colonização na mesma região. Esta frente de expansão, a diferença da anterior, mostra um amplo espectro de origens étnicas. Em ambos os casos a presença de imigrantes provenientes do Brasil é importante.



FRENTES DE INSTALACION HUMANA  
( 1895 - 1970 )



Regimen de Tenencia de la Tierra Provincia de Misiones - 1981	Cantidad	%	Sup.total	%	Sup/ cant.
Arrendatario	422	1.21	29.060	1.46	69
Aparcero	278	0.70	38.376	1.92	138
Propietario y arrendatario	80	0.23	14.122	0.71	177
Propietario y aparcero	42	0.12	2.501	0.13	60
Propietario y ocup. de otras formas	782	2.14	49.727	2.49	64
Arrendatario y ocup.de otras formas	27	0.07	1.774	0.09	66
Aparcero y ocup. de otras formas	13	0.03	403	0.02	31
Regimen triple o más	4	-	283	0.01	71
Gratuito en tierras particulares	3.194	9.17	58.998	2.96	18
Gratuito en tierras fiscales	9.467	27.60	204.573	10.25	22
Ocupante sin determinar	815	1.33	15.644	0.78	19
Ocupante que paga derecho	21	0.05	676	0.03	32
Ocupante que no paga derecho	2.940	8.43	79.486	3.98	27
Ocupante adjudicatario	99	0.27	3.014	0.15	30
Propietario	16.622	47.65	1.496.678	75.01	90
Totales	34.806	100.00	1.995.372	100.00	57

Fuente: Secret.Planeamiento Prov. de Misiones, elaboração propria.

Este avanço, exerceu uma grande pressão tanto sobre a terra fiscal como sobre os grandes latifúndios que tornou a figura do intruso em habitual. As formas de regularização destas tenências é um problema endêmico e sumamente complexo que caracteriza a estrutura agrária missioneira e o funcionamento das colônias como um todo. Mais que a perversão de um sistema ideal, é a situação estrutural que se constituiu durante a rápida expansão territorial. São de práxis as transações de *poses* ou 'mejoras' em contratos de compra-venda, *mediería* ou garantia.

Segundo o quadro os ocupantes de fato igualavam em número aos proprietários. Se levarmos em conta as porcentagens de terra ocupadas por cada tipo vemos que os ocupantes têm reproduzido a típica medida do 'meio lote colonial'<sup>94</sup>, ao verificar-se um promédio que ronda aos 20 has. A alteração que suporia considerar dentro deste grupo uma pluralidade de pequenas unidades minifundistas não afeta, *grosso modo*, a afirmação que aponta a caracterizar as terras de ocupação como *tierras de trabajo*<sup>95</sup>, ou seja unidades que reproduziram o esquema de colônia que em origem, é de supor, conheceram seus ocupantes.

<sup>94</sup>O lote colonial determinado pelas primeiras colonizações oficiais era de 50 has., contudo a acção das colonizadoras privadas, generalizou o uso de unidades de 25ha.

<sup>95</sup> Ver MUSSUMECI, 1988.

Situação similar se constata no grupo dos proprietários, onde a existência de unidades extensas ‘empurra’ o promédio a quatro vezes a unidade padrão utilizada na colônia. Tendo em conta que existem vastíssimas propriedades privadas em algumas regiões, a média se mantém baixa, na categoria de proprietários, indicado a pequena produção como modal da estrutura de tenência.

Na procura de parâmetros objetivos para individualizar aos intrusos passíveis de ser expulsados, as prevenções e suspeitas que levam a identificá-los como colonos brasileiros, em general, e com os *sem-terra* em particular, devem buscar-se então na retórica da segurança que adquire forma de política de Estado, durante a administração militar 1976/83.

Alguns dos trabalhos de base para as políticas de planificação neste período oferecem à análise alguns de seus pressupostos. A imagem que supõem sobre a situação de contato fronteiriço e o conceito de espaço geográfico nos remetem ao modelo ideal de ilha e a certas idéias desenvolvidas sobre a magia de contato e a impureza.

*“El primer aspecto a considerar en este nivel de análisis es la estructura periférica del área; en vista a nuestros objetivos nos circunscribiremos a la demarcación fronteriza. Contrariamente a la situación que la Argentina presenta, en general, en materia de estructura perimetral, caracterizada por su gran solidez merced a la existencia de accidentes físicos de magnitud que posibilitan el desprendimiento, es decir, el aislamiento de la propia unidad territorial respecto de aquéllas que la circundan, el área considerada se muestra, en este sentido, extremadamente vulnerable: en las inmediaciones de Bernardo de Irigoyen, fuente de dispersión de aguas, nacen los ríos San Antonio y Pepirí Guazú, y entre ambos nacimientos la frontera sigue una línea convencional (frontera seca), sin perjuicio del escaso caudal que ofrecen estos ríos en sus nacientes, facilitando de esta manera su cruce. Desde el punto de vista geomorfológico, toda la provincia de Misiones depende del sistema orográfico brasileiro, actuando a modo de transición entre éste y las planicies argentinas”.*

Estes trabalhos, no geral provenientes da Secretaria de Planificación de la Provincia, compõem uma extensa bibliografia, que contudo se remetem a um ou dois informes originais que tem sido reproduzidos constatemente, às vezes textualmente, ainda depois de afastados os militares do poder. Estes sucessivos trabalhos não apontam mais que matizes em cada um de suas repetições. Consultados vários dos técnicos, que trabalhavam na SEPLAM (Secretaria de Planificación de Misiones) na época, confirmaram esta avaliação e se referiram a um rígido controle existente sobre a produção intelectual, supervisionada, nos primeiros anos posteriores ao golpe de 1976, diretamente pelo pessoal militar. Esta “colonização” militar da administração se dava em todos os níveis da gestão pública. Não só se exercia controle e vigilância, senão que se impunham determinados lineamentos doutrinários, que por tratar-se de uma província de fronteira, estavam impregnados de prevenções a respeito da segurança nacional embasados em argumentos geopolíticos. Trataremos de seguir a lógica deste discurso focalizando a continuação um caso concreto.

## A Ponte

Em julho de 1986 começa o processo de integração econômica entre Brasil e Argentina com acordos diplomáticos entre ambos os países, aos que se agregam depois Uruguay e Paraguay. Só em 1990 se firma a ata do Mercosul que estabelece um cronograma de integração, chegando a plena vigência do acordo só em dezembro de 1994; este estabelece seus objetivos em 24 protocolos. A agenda do Mercosul é preponderantemente econômica, nenhum destes 24 anexos dados a publicidade menciona aspectos de segurança ou defesa. A integração é convocada ao redor dos conceitos de “Democracia, Paz e Desenvolvimento”, subtítulo da ata de Amizade subscrita em Brasília em 10/12/86, um dos documentos prévios à instauração do Mercado Común.

Contemporaneamente, 15/10/86, o Comissionado de fronteira da província de Misiones, envia ao Governador da província um *“informe detallado sobre los hechos salientes de las gestiones tendientes a lograr se habilite el Paso de Frontera Comandante Rosales-Parque San Miguel D'Oeste de los Municipios de San Pedro (Misiones) y San Miguel d'Oeste (Santa Catarina-Brasil), respectivamente”*(ver em anexo). No documento se recomenda a gestão do dossiê ante a Cancilleria (Ministerio de Relaciones Exteriores), no que se incluye antecedentes sobre *“la construcción de un puente sobre el Arroyo Pepiri-Guazú”*. Encerra a nota comunicando contatos informais com o pessoal da Cancilleria –especificamente a Dirección América del Sur/Desk Brasil- da qual foi indicada a via de tramitação administrativa. Dois dias mais tarde o Governador remete a documentação à citada Dirección do organismo diplomático argentino; feito todo o qual outra notas, estas de datas 21 e 22 de outubro, comunicam aos intendentes argentino e brasileiro, a realização das gestões e a confiança no feliz resultado da petição.

Durante o ano de 1987 o Ministério da Marinha brasileira e o IBAMA expedem pareceres não contraditórios com o projeto. E o comissionado de fronteira argentino se dirige ao novo governador da província pondo-o a par do tratado até o momento e solicitando a mensura da terra destinada a um futuro povoamento e a infraestrutura para a localização dos postos de controle argentinos.

Em algum lugar do material periodístico (em anexo) se fala das 36 viagens realizadas pelas autoridades municipais brasileiras a San Pedro e a Posadas, a despeito da veracidade desse dado, o tempo passava e a resposta de Cancilleria não chegava. As autoridades eletivas mudaram em ambos os estados, nos três escalões executivos, contudo o projeto insistentemente era levado adiante por seus promotores locais.

O primeiro alerta à demorada, mas ainda otimista, negociação surge em julho de 1989 do novo Comisionado de Frontera. Em nota ao governador faz menção ao tratamento periodístico do

tema por parte da mídia local e as gestões, que em conjunto, levam adiante os intendentes interessados.

O parecer do funcionários é de não inovar, em uma matéria que deve ser prerrogativa federal. Depois de invocar a Constituição, a geo-política e a doutrina do partido no poder, recomenda:

*“S.E., me permito sugerirle la conveniencia de que se aconseje por la vía que corresponda al Señor Intendente de la Municipalidad de San Pedro para que frene sus liberales gestiones hasta que el Gobierno Nacional dé las pautas respecto a la Integración y poder así saber a que debemos ajustarnos en la materia, ya que lo que hace a la participación de las provincias en la política Exterior se crearán organismos en el ámbito de la Cancillería...”(Anexo)*

A recomendação da observação da via hierárquica e os argumentos sobre defesa e segurança, re-enquadram a Comisión de Frontera em uma posição conservadora e burocrática. Quando até esse momento, como vimos, vinha sendo o principal operador institucional do projeto na Argentina.

Se bem que o intendente podia ser disciplinado por seus superiores, as gestões no país vizinho seguiam seu curso e a ponte, já com um projeto consolidado em planos (anexo) e financiamento acordados - com meios locais -, integrava a agenda de distintos encontros nacionais e internacionais.

A ponte converter-se-á em um escândalo político nos últimos meses de 1989, ao ser explorada a notícia de sua construção por uma tendência intema - a nível provincial - do partido governante, contra o governador da província. Os argumentos que se utilizaram se centrava em dois eixos principais: a suposta ilegalidade da obra e os desproporcionados benefícios que os brasileiros obteriam com a obra. A cumplicidade do governador com um grupo de empresários locais interessados na obra, dá-se por suposta, e seria a prova de sua conduta anti-patriótica segundo estas acusações. Uma verdadeira escalada bélica levará o caso, desde a imprensa marrom provincial, a converter-se em editorial dos principais diários do país. O entredito evidencia em seus argumentos o arraigamento da ideologia da segurança nacional e a popularidade da geopolítica, na liora de estruturar um discurso nacionalista.

Cito sucintamente alguns dos artigos, em El Paraná de Posadas de 23 de setembro de 1989 se lê:

*“Como se sabe, la realización de un puente internacional en una zona frontera necesita de un serio y detallado estudio sobre sus implicaciones geopolíticas y relativas a los aspectos estritamente ligados a la defensa nacional”*

Logo recordando que uma obra binacional deve trazer benefícios a ambos os países, não só às populações diretamente envolvidas, chama a atenção sobre a acidentada tramitação das

permissões desta obra, ao não cumprir com o aval dos poderes centrais, especialmente na área de Defesa.

Atribuindo responsabilidades e denunciando interesses setoriais, o artigo continua:

*“El actual gobernador de Misiones no es en este caso portador de una iniciativa geopolítica de interés para la Argentina, sino que simplemente está tratando de imponer una decisión personal en exclusivo beneficio de algunos allegados suyos”* (anexo)

O mesmo diário em outro artigo abunda nos mesmos argumentos,

*“Cualquier ciudadano puede darse cuenta que un puente entre dos países puede servir no solo al intercambio comercial, sino también para el paso de tropas extranjeras. Logicamente, no es de esperar que entre nuestros dos países se cree jamás alguna tensión tal que pueda llevarnos a un enfrentamiento; pero los planes estratégicos de las naciones no se establecen con expresiones de deseos ni en base a las realidades del momento”*

O articulista reclama da falta de opinião sobre a área de defesa, subordinando a essa esfera todos os aspectos envolvidos.

*“Además; los técnicos de ese sector no se limitan solo a dar un parecer estrictamente militar, sino que estan en condiciones de elaborar un informe que aprenda también aspectos económicos, culturales y sociales”*

Em contraponto com esta linha editorial diversas notícias da imprensa local, todas de outubro de 1989, anunciam algumas conquistas concretas da integração: uma linha de ônibus direta entre Posadas e Florianópolis ou planos de construir outras vias de comunicação.

Entre elas, El Territorio de Posadas traz as declarações do intendente de San Pedro a respeito da questionada ponte

*“estamos haciendo todos los contactos tendientes a conseguir el visto bueno de la Cancilleria Nacional para que apruebe este proyecto, que como lo mencionara al vice-gobernador durante la entrevista, en definitiva se trata de un vinculo internacional y es una oportunidad que tienen la Argentina y Brasil de hacer efectiva la integración, a través del intercambio económico, cultural y en todos los ordenes”*.

Mais que constatar a veracidade dos argumentos interessa remarcar o uso dos distintos contextos interpretativos que dão sentido aos fatos, no momento de criar opinião ao respeito.

No mesmo momento em que autoridades de Santa Catarina visitam Misiones, produz-se em Palma Sola e São Miguel D'Oeste, municípios vizinhos a Dionísio Cerqueira, enfrentamentos entre acampados Sem-Terra e a polícia. A gendarmeria reforça a guarnição junto a Bernardo de Irigoyen que poucos dias depois, em um confuso episódio, detém um grupo de famílias brasileiras em um roçado próximo à fronteira. (17, 18 e 20/10/86, anexo)

O grupo que vinha editorializando a questão da ponte obviamente encontrará no incidente novos argumentos, voltando ao ataque frontal contra o governador em 25/10/89 (El Paraná, en anexo).

Sob o título de quatro colunas “VIOLAN LA FRONTERA”:

*“Una grave situación se está viviendo en el nordeste de Misiones, por la introducción en nuestro territorio de brasileños que, ilegalmente, intentan establecerse en tierra argentina”*

O artigo, pode dizer-se, dimensiona o fato discretamente - *5 familias de capesinos brasileiros compuestas cada una por 7 u 8 personas* -, em relação à interpretação que vê com alarmismo ressurgir o *foquismo* guerrilheiro nas selvas missioneiras a partir do descontrolo da situação nos municípios brasileiros vizinhos.

*“Algunas versiones provenientes de la zona indicaban que se habría producido un enfrentamiento entre efectivos argentinos y los brasileiros que estarian siendo instrumentalizados por activistas de izquierda del pais vecino”.*

O argumento do exotismo da ideologia de esquerda introduzindo-se entre as verdadeiras reivindicações do povo, forma recorrente na retórica da *Doctrina de la Seguridad Nacional*, potencia o pequeno deslissamento que coloca, mediante o rótulo *‘efectivos’*, em um pé de igualdade campesinos e gendarmes. O colunista brinda sua interpretação dos enfrentamentos de Palma Sola e São Miguel D’Oeste para cimentar seu argumento.

*“...una verdadera ‘pueblada’, dirigida por los ideólogos que con el pretexto de la reforma agraria, un tema muy sentido por la población rural brasileña, lograron la moviliación de los campesinos”*

Se bem que o mesmo periodista admite que o presente enfrentamento não foi confirmado pela gendarmeria, a nota chega ao paroxismo quando, logo depois de sugerir que os ativistas também se movessem em território missioneiro e paraguayo, estabelece a conexão com Sendero Luminoso através de um suposto ativista peruano detectado na região. Versão esta logo desmentida pelos meios jornalísticos.

É em outra página da mesma edição de *El Paraná* del 25/10/89, que todos estes fatos são integrados a um mesmo corpo interpretativo e servem para marcar a questão da ponte internacional. A visita do vice-governador de Santa Catarina, os intrusos e a segurança nacional se mesclam nos virulentos ataques de que é objeto o executivo provincial.

*“El encuentro sirvió principalmente para la firma de un pomposamente llamado ‘acuerdo político’ para la construcción de un puente internacional, obra particularmente ambicionada por Humada (Gobernador) y un pequeño grupo de amigos suyos. Pero el gobernante misionero no creyó oportuno tocar con sus visitantes el tema de la acupación ilegal en la zona de frontera ... El actual gobernador, por su parte, no puede ser tenido en cuenta al momento de considerar la defensa de la integridad territorial de la provincia, pues su evidente desinterés por los intereses vitales de Misiones está a la vista de todos”*(anexo, mi paréntesis)

A despeito da polémica nos primeiros dias de 1990 começam as obras da ponte nos informao meios periodísticos brasileiros (anexo). Como assim também a correspondência oficial argentina que nervosamente vê os acontecimentos precipitarem-se. Em mensagem da *Red de Comunicación* de la Presidencia y Gobernaciones datado em 5/1/90, o comissionado da área de fronteira de Bernardo de Irigoyen consulta a Buenos Aires sobre a habilitação da obra, já que

*“Autoridades brasileñas estado de Santa Catarina efectuan gestiones para iniciar tareas de inmediato” (anexo)*

O começo das obras introduz outro ator editorial no debate, o semanario ‘Usted’ de Posadas. É a partir de sua denúncia da ponte como ‘clandestina’ que chegará a polêmica aos meios nacionais.

A nota, em edição da primeira semana de setembro de 1990, é de um tom politicamente regionalista e também enfoca os aspectos de segurança que o projeto lesionaria. Formalmente de elaboração mais cuidada, este artigo se alinha também na crítica ao executivo provincial e aos espúreos interesses econômicos de grupo que o animariam.

O extenso artigo abunda em argumentos geopolíticos clássicos, como o de atribuir ao Brasil o uso das ‘fronteiras vivas’ - estas *“están donde van los nacionales de ese país y no donde marcan los limites”* - ou unir o desenvolvimento econômico ao conceito de ‘soberanía efectiva’.

Expõe que o lado argentino da fronteira, na área onde a ponte está instalada, sofre *“los gravísimos resultados de este eterno ‘repliegue’ argentino (que) estan a la vista”*.

A presença “incontestável” do progresso brasileiro *“hace sentir su peso geopolítico(...) en esos pedazos olvidados de nuestra selva, todo es Brasil. Su presencia es incontenible y modifica no solo el idioma de nuestros connacionales sinó - fundamentalmente - su manera de pensar. Mientras tanto en Buenos Aires se siguen emocionando hasta las lágrimas con los discursos del 9 de Julio y la palabra ‘soberanía’”*

As culpas do descaso, neste discurso, são do centralismo portenho evidente no esquecimento administrativo e de *“seis o siete dueños absolutos. Unos que ni siquiera han puesto los pies jamás allí; viven en Buenos Aires (pero saben bien las riquezas que tienen)”*

Enquanto *“Del otro lado, del brasileño, una inmensa ciudad - San Miguel D’Oeste - (como Posadas), necesitando desesperadamente maderas y sobre todo más espacio cultivável. Con ganas de hacer, propia de los brasileros que tienen en la sangre ese nacionalismo práctico y sencillo que no le hace pronunciar discursos sino tomar con decisión los instrumentos de labranza y cultivar en cualquier lado”*.

Destaca-se o fato do total desconhecimento das autoridades nacionais argentinas a respeito da construção da ponte e se atribue a iniciativa da obra à reunião dos governadores de Misiones e Santa Catarina - que como vimos só avaliaram politicamente gestões à tempo já começadas.

As ‘verdadeiras razões’, como continua o artigo, estão no expansionismo dos brasileiros. Quem *“no hablan de geopolítica o soberanía, cada labrador, cada empresario, cada funcionario es - sin proponerselo y por el simple hecho de quererse a sí mismos y a su país - un estratega consumado”*.



E no interesse dos terratenentes argentinos de contar com um mercado vantajoso e próximo para “seus” produtos. “*Uno de estos terratenientes - amigo del gobernador y principal impulsor del puente - ya ha loteado su parte de selva en predios de 25 has. (...)*” Resume o articulista, “*sin la intervención y el conocimiento oficial de ninguna autoridad nacional se esta construyendo un puente extremadamente estratégico no solo para la seguridad nacional sino (...) para la economia y sobre todo para la soberanía de la región*”.

Talvez seja este último, o ponto mais apropriado para iniciar a análise.

Se ao demarcar geo-politicamente o tema se pensa em termos de objetivos nacionais, deve-se pressupor a homogeneidade absoluta ao redor desses objetivos. Este politicamente se tem demonstrado incorreto pelos inumeráveis crivos que no interior das unidades podem encontrar-se, do qual o mesmo artigo é um exemplo ao regionalizar e hierarquizar os âmbitos de decisão política.

Assim como metonimicamente é habitual identificar as sedes administrativas de governo com o poder - Casa Rosada, Palacio Alvorada, Itamarati - a geografia oferece o topos do poder. Se bem que a dependência regional surge na hierarquia implícita outorgada à relação Buenos Aires-Posadas, que em outras versões pode ser Mesopotamia-Pampa Húmeda, Misiones-Buenos Aires (província) ou Noreste-Centro. Relevo, clima, fito-geografia, unidades político-administrativas ou os grandes blocos da geografia descritiva prestam suas lógicas para estabelecer esta hierárquica relação política. Mais precisamente no uso de *porteño*, tanto como substantivo como adjetivo, alude-se a antiga disputa aduaneira que atravessa a política nacional e pode remeter-se à colônia como vimos.

Como MORAES aponta

*“O discurso regionalista aparece como um daqueles que tornam os processos sociais qualidades do espaço. Seu argumento básico reside em tornar as relações entre pessoas e classes como relações entre lugares” (MORAES, 1991:102)*

Assim os que “*miran como argentinos*” vêm afetado seus interesses nas mãos dos estrangeiros como evidencia seu protesto nacionalista, apresentado uma visão ecologicamente patrimonial da nação. Em tanto que os interesses locais - a nível do município - não vêm contradição, ao entender estar atendo-se ao espírito da integração proposta pelos governos nacionais.

O regionalismo, expressão política de base geográfica, entra em contradição consigo mesmo neste debate. A reconversão econômica de uma fronteira externa em fronteira interna, mediante os acordos do Mercosul, deslegitima os discursos tradicionalmente nacionalistas, que alcanzaram o máximo de dureza e funcionalidade, na época da substituição de importações. A ordem política regional instituída durante a consolidação do estado-nação, articulado à forma de espalhar sobre o território os efeitos do capitalismo, perde assim sua soberania sobre os recursos que tradicionalmente administrava. A ‘desorganização’ geográfica e a flexibilidade organizativa parecem pautar outros tempos para os quais não todos estan reconvertendo-se.

*“Dado o caráter geopolítico do projeto da modernidade, as manifestações da crise da modernização conservadora assumiram uma nítida dimensão territorial. Na redefinição das regras do jogo a materialidade do conflito assume expressão na luta por lugares e posições estratégicas no espaço. O projeto geo-político tentou completar o controle do território estendendo as fronteiras além do seu poder de mantê-las e controlá-las. O território foi, assim, instrumento de consolidação e crescimento do estado, mas também de sua vulnerabilidade expressada na fragmentação do território. (...) Ao nível regional novas territorialidades emergem dos conflitos de hegemonia que retomam, sob nova feição a questão regional” (BECKER,1991:175).*

A possibilidade de flexibilizar o regime de passagem de personas, bens e mercadorias brindado pelo novo marco das relações bilaterais, significa em muitos casos simplesmente formalizá-lo. Legitimar o que era subreptício altera também as formas de acumulação de capital político regional ao propor um canal de recursos que não depende da ingerência central. O que era estratégia paralela pode ser levado, neste novo marco internacional, ao centro do discurso. Definindo também novos alinhamentos e lealdades, dos quais podemos entrever algumas de suas consequências no artigo do semanário

*“Por todo esto - porque estan mirando al frente, es decir al Brasil - nadie se preocupa por arreglar el camino semi-destruido (ruta 22) o reforzar sus alcantarillas. ‘La cosa’, literalmente, no pasa por allí. Los árboles y las riquezas se irán - si miramos como argentinos, es decir desde acá - exactamente por el lado de atrás.”(anexo)*

O local, em sua própria interpretação do possível a partir da declamada fronteira de contato que deslocaria a de exclusão, propõe tempos que não respondem a previsão dos diplomáticos nem devem lealdade irrestrita aos esquemas tradicionais de poder nacional ou regional. A fronteira, como espaço social contínuo, tem mais que o marco ecológico e cultural em comum, tem ademais uma razão histórica de enfrentamento com as estruturas centrais na forma de um Estado.

A localização da ponte se realizou em um lugar significativamente conhecido na região como *Formigueiro*, “*quienes hallan llegado hasta la boca de la ruta 22 en Paso Rosales pueden observar que se puede cruzar al Brasil con una camioneta sin inconvenientes*” recordava o intendente de San Pedro al Territorio em 16 de maio de 1991, quando já os ânimos pareciam menos exaltados (anexo).

O contato não começa com a ponte como sugere a busca de racionalidades obscuras e conspirativas. A pragmática leitura de uma realidade acostumada a burlar a norma incorpora horizontes e tempos não previstos em uma visão do território como compartimento estanque. A *trilla* de monte se mantém aberta só com o uso. Os facões (*machetes*) de cada um dos usuários deslocam a ação planejada e a despeito da linha reta, sem por isso deixar de ser a mais econômica, desenha seu traçado na prática em um trabalho de formiga, sem plano e extremamente lógico ao mesmo tempo.

Editorializa La Nación de Buenos Aires em 30/3/91

*“Como el proyecto promete ser beneficioso para ambos países - y, sobre todo, para las regiones directamente afectadas -, sería ahora difícil que la Cancillería argentina opusiera,*

*a esta altura, algún tipo de obstáculo a la iniciativa. Pero eso no significa que deba pasarse por alto la falla de procedimiento en que se ha incurrido, pues, en principio, se habría consumado un avance del poder municipal (y aún del poder provincial) sobre facultades que la Constitución reserva de manera expresa a la Nación. Ello sienta un precedente lesivo para el orden institucional”*. (anexo)

A guerra de posições é a metáfora do periodista para explicar, do centro, este deslocamento ds fronteiras institucionais. Esta metáfora não é casual, a visão não só é concêntrica senão que administrativamente hierarquizada. Este avanço do poder local no âmbito das relações internacionais se incrementa ante o anúncio de contatos com firmas européias e canadenses, que prevêem um uso racional e ‘ecologicamente correto’ do monte (ver anexo). A nível regional, identificado a partir de sua relação com o estado-nacional, este não pode ser lido mais que como uma traição. Na solicitada que do jornal de maior tiragem da Argentina, o diretor do Semanario Ud. publica se implora *in-extremis* a por um freio ao “*ejercito de motosierras sin alma*” que ameaçam o monte virgem missioneiro

*“...me permito sugerirle al respetuosamente al Señor Presidente de la Nación, que al cortar la cinta de inauguración de este puente que nos impusieron, paralelamente firme un Decreto declarando Parque Nacional estas 50000 has de selva virgen a su alrededor”* (anexo)

O país, visto como um todo patrimonialmente não conflitivo, realiza-se na imutabilidade conservacionista do parque ecológico; a erosão presente ou potencial (“...*soy un modesto editor posadeño, parado en un terrón de tierra roja erosionada por la voracidad de los brasileros*”) só pode vir de fora como todo aquele que afete o equilíbrio desse idílico mundo sem contradições que sugere a fraternidade “*de los que queremos a Misiones*”. Nesta imagem do todo isolado que se vê agredido desde fora, a tristeza de ver deflorestada (deflorada? recordemos a *violación da fronteira*) a selva virgem “*será tan triste como el día que nos hundieron el Belgrano o perdimos el Beagle*<sup>96</sup>”. Até o intendente de San Pedro deve ser convertido em “*chileno*” para aceitar sua traição. Ecologia e fragmentação dos atores.

Mas o argumento autoriário surge ao converter o episódio da ponte em uma batalha da guerra que se livra pelo território mas se define no terreno da cultura, ou seja na mente dos cidadãos.

*“Los brasileros para succionarnos, no necesitan, de carabineros, plesbicitos, ni tratados, usan armas no convencionales: la radio, la televisión, el samba y el tambor. La exuberante Xuxa da la clave: ‘es la hora, es la hora...’”* (anexo)

A ilusão do poder ilimitado da ação psicológica, tanto a que se vê no uso da mídia um correlato da guerra de posições como a que faz de todo receptor um irremediável manipulado, aparece aqui com toda sua força. O perigo toma a forma de uma espécie de *uti-possidetis* cultural,

---

<sup>96</sup> Refere-se a um acontecimento durante a Guerra das Malvinas com a Grã Bretanha e ao diferendo limítrofe com Chile que se resolveu ao entregar Argentina aquelas ilhas do estreito que davam saída ao Pacífico. Os chilenos por diversas causas de limites, mas fundamentalmente por sua presença cultural na Patagônia funcionam como as vítimas propiciatórias de todo discurso nacionalista sobre fronteiras.

'sugarnos' é a possibilidade futura que abre a perda da homogeneidade dos valores e a língua. É interessante marcar que o parágrafo citado inclui dentro das '*armas chilenas*' o plebiscito realizado na Argentina mediante o qual se legitimou a solução do conflito de Beagle.

O problema de fundo para o solicitante é que "*no estan creadas las necesidades en nuestro pais, para la existencia de un vínculo físico entre las dos naciones en ese punto*". O modelo organicista com seus conceitos associados de saúde e autosuficiência, sugere a patogenia exôgena como causante da enfermidade. A melhor garantia do patrimônio cultural e territorial é a insularidade. Recordamos também a célebre *boutade* de Foucault: talvez o único conceito realmente geográfico seja o de arquipélago.

Este tipo de argumentação que coloca a cultura no lugar em que anteriormente estava a raça, é o tipo de intolerância que fundamenta a exclusão dos intrusos 'imigrantes'. Ao não poder distingui-los dos intrusos 'nacionais', os converte em incompatíveis culturais. Um risco cultural a nível do idioma e dos valores. Em um contexto que não permite sua folclorização, como forma de neutralização, ao encontrar-se presente na maioria da população.

De fato, Misiones, como o oeste de Santa Catarina e Paraná, recebeu uma imigração multi-cultural que se organizou em grande medida em redes de auto-ajuda para viabilizar aspectos como produção, comercialização, sindicalização. Estas redes têm na etnicidade, uma estratégia, que segundo o poder capitalizado por cada um destes grupos, tornará mais ou menos permeáveis seus limites de adscrição (BARTOLOMÉ, 1982). A folclorização destes grupos por parte da cultura oficial assimila e, a sua vez, reproduz estes limites. Estabelecendo a continuação de uma rígida fronteira cultural. Depois de gerações continuam sendo alemães, polacos, suecos, suíços; esta visão se reforça nas festas regionais onde a origem é festejada a partir de suas expressões culturais e a saga pioneira se reforça e festeja. Em outro pólo, de uma divisão étnica do prestígio social, encontramos os gentílicos menos favorecidos: paraguayo, brasileiro, correntino e, segundo os contextos, polaco ou gringo. Intercambiáveis com categorias de alto conteúdo racista como: caboclo, menció, negro, mestiço; convertem-se nos mais aceitáveis, mas não menos estigmatizados: paraguayo, brasileiro, também correntino, e segundo os contextos, polaco (cf. Renk: 1991). Este grupos não têm um espaço no folclore oficial.

Folclorizar significa também dar ao grupo legitimidade como minoria política, concedendo-lhe âmbitos de representação e gestão. Os grupos de reconhecida ascendência social na hierarquia regional articulam essa folclorização de forma positiva para outorgarse visibilidade. Reproduzindo as formas de legitimação que os coloca no lugar de privilégio da hierarquia; tal o caso dos alemães. O paraguayo ou o brasileiro deve tratar de mimetizar-se em categorias que realizem outros cortes: pequeno produtor, trabalhador rural, crente, sócio de cooperativa.

As zonas de fronteira podem ser apresentadas como campos simbólicos inestáveis, contraditórios. São zonas de verdadeira tensão cultural; estas identidades nacionais convertidas em categorias étnicas sugerem um quadro dinâmico e entrecruzado com outros cortes onde se projeta ou se tomam legitimidades ou influências. Nesse sentido é de notar a re-valorização relativamente recente das categorias de italiano e espanhol (antes englobadas pelos quase ofensivos: *tano* e *gallego*, respectivamente) logo após a unificação da CCE que os converteu em europeus, categoria da qual, antes da união, constituíam uma periferia sub-desenvolvida. As relações destas coletividades com seus países de origem ( os pedidos de dupla cidadania, jubilações e pensões, migrações de retorno ou temporais por trabalho, estudo ou turismo) prestigiaram estes grupo como um todo.

Entretanto não todos os grupos se têm dado uma prática étnica detrás de suas respectivas nacionalidades. Alguns deles não passam de meras descrições ou, no caso dos paraguayos e brasileiros, ignoram-se como forma de identificação pelo escasso valor que no mercado de bens simbólicos estas categorias tem.

Durante o trabalho de campo, através da imprensa, e ainda después, durante o análisis do material, deparei-me com notícias de empreendimentos comunais de comunicação rodoviaria similares ao de San Pedro/ San Miguel ao largo do limite entre Argentina e Brasil. É o caso de Andresito(Ar)/Capanema(Br), mediante uma ponte sobre o rio San Antonio. O periódico relata também o incidente que envolveu os técnicos brasileiros que faziam as medições do terreno quando foram detidos pela gendarmeria argentina, para ser liberados depois graças as gestões realizadas diretamente de Curitiba. (Anexo).

Assim também o feito de 11 de dezembro de 1991, o Ministerio de Defensa argentino se dirigia ao comissionado de fronteira, a respeito de uma outra ponte projetada pelas localidades de San Javier(Ar) e Porto Xavier(Br)

*“Al respecto solicito al Señor Comisionado del Área de frontera, quiera tener a bien corroborar dicha información y de ser cierta la misma, comunicar al Señor Intendente de San Javier que se deve ajustar al trámite determinado por el Protocolo N° 23 de Integración Fronteriza”.*

Ao parecer o precedente da ponte de San Pedro surtiu um amplo efeito de demonstração.

## CONCLUSÕES

*ESTRANGEIRO - Nesse caso, paremos nossa exposição nessa delicada questão. Já, pois, que o ser e o não ser nos trazem iguais dificuldades, podemos doravante esperar que, no dia mais ou menos claro, em que um deles se revelar, o outro se esclarecerá de igual modo. Se nenhum deles se revelar a nós, não deixaremos de prosseguir em nossa discussão, da melhor maneira que nos for possível, tomando a ambos simultaneamente.*

*Platão, Sofista.*

### Abrindo algumas questões

Durante minha estada em campo assisti a uma reunião organizada pelo Lions Club de Dionisio Cerqueira. O tema em debate: Mercosul - Perspectivas e desafios.

Os convidados reuniam a totalidade das 'forças vivas' do espaço tripartito. Prefeitos, militares, comerciantes, agentes culturais, docentes e um nutrido público. Sem dúvida um acontecimento social só comparável a algumas festas nacionais pela ampla e internacional quantidade de instituições representadas.

Dois professores universitários, vindos de Florianópolis e Curitiba especialmente convidados, desenharam desde suas respectivas disciplinas, direito e economia, o cenário mundial que dá sentido à integração. Os discursos versaram sobre economia globalizada, tecnologia, comunicações, democracia, geopolítica e desenvolvimento. Contudo as perguntas dos assistentes giraram em torno de um problema mais próximo: que sucederia com a fronteira?

Esta centralidade não surpreende, o cruce dá sentido às atividades de todos eles direta ou indiretamente. Assim como desde 1986 deixaram de circular os caminhões, que agora preferem a ponte de Foz de Iguazú, o câmbio e as possibilidades de importação de cada um dos países não trouxe de volta os áureos tempos de intenso comércio no limite.

- E se a fronteira desaparece?

A fronteira para muitos se reduz aos portões que marcam o ingresso a cada país. Para outros tantos, como temos visto, reduz-se aos 50 metros que existem entre eles. A *no man's land*, que reenvia a toda fronteira possível. Na linha, se consegue a máxima possibilidade de deslocamento, quase sem movimento.

*“Pusieron el portón, antes existía el Mercosul”* passado e futuro se mesclam na visão de quem assistiu a esse ato inaugural da identidade e, provavelmente assista ao seu desaparecimento ou mudança de seu sentido primeiro. Mas quem fala tem atravessado seu nome próprio pelas forças imanentes à (micro)geo-política deste espaço difuso e criativo que constitui a fronteira.

Argentino Silva Dico. Filho de pai brasileiro e mãe argentina, ele é um dos primeiros produtos desta fronteira. Sua mãe, primeira professora designada pelo Estado para atuar na área recebeu de bom grado a sugestão de seu superior hierárquico de colocar o nome Argentino nesse bebê, que o destino através de seu labor profissional havia chamado a inaugurar a conta *“de geminos argentinos en la región”*. Esta sutil ingerência do oficial no estritamente familiar se formalizou ao converter o inspetor de escolas em seu padrinho. Toda esta articulação diplomática na vida privada da docente não era inocente.

*“Resulta que mi papá era brasilero y no fue bien visto ese casamiento, más que mi mamá era la única maestra. La otra maestra no era titulada.”*

O pai, empregado de uma firma multinacional de erva-mate, foi recrutado em seu Porto Alegre natal pela empresa que ali tinha escritório. Os produtos eram enviados para o Paraná pelo qual a empresa era identificada como argentina.

*“Mi papá se llamaba Manuel da Silva. Da Silva es un nombre muy común en el Brasil, es como Pérez o González en Argentina, y como había otro Manuel Da Silva acá cerca, en San Antonio, las cartas venían cambiadas o terminaban por extraviarse. Los del Correo en Posadas le sugirieron que pusiera el outro apellido para diferenciarse. Después acá cuando le hicieron los documentos le pusieron ‘Silva’ que era menos brasilero.”*

Este pequeno expediente administrativo abre um complexo entramado de errôneas traduções e burocráticos labirintos que se plasmam, mediante certa astúcia, no nome familiar. De fato, Dico não designava a sua avó materna. Na interpretação de um brasileiro do litoral, já que na zona de fronteira isto se inverte, apelido referia a *codinome*. Apelido e *sobrenombre*, como sucede com muitas outras palavras, ao serem traduzidas continuam idênticas mas intercambiam seus significados. A ordem de referência utilizada pelo correio argentino ordena: *nombre- apellido paterno- apellido materno*<sup>97</sup>, esta ordem obedece às leis civis do registro de pessoas e reconhece seus antecedentes na tradição espanhola do sistema utilizado pela Igreja Católica nas atas paroquiais, único registro de filiação até 1880. A ordem de registro no Brasil, baseado no sistema português, em troca ordena *nome - sobrenome materno- sobrenome paterno*.

A popularidade dos Silva Dico no limite é ampla e o pai foi homenageado como pioneiro do lugar ao receber uma rua de Dionisio Cerqueira seu nome.

*“Cuando registré a mis hijos insistí en que llevaran el nombre de la familia, todo el mundo nos conoce así. El problema es que yo no me llamaba de esa forma en mis documentos. Las leyes en Argentina prohíben cambiar el nombre, así que fui al cartorio en Brasil pero*

<sup>97</sup> Nome, de batismo ou prenome, - sobrenome paterno - sobrenome materno.

*tampoco quisieron aceptarlo. Tengo una sobrina que trabajaba en el registro civil argentino y ella arregló los papeles. Después en el Brasil tubieron que aceptar...”*

Mauss no transcurso de seu célebre estudo, sobre a noção de pessoa, liga esta categoria com as de ‘eu’, indivíduo, nome, personagem e máscara. O percurso serve para estranhar o uso corrente de uma categoria ao revelarmos sua genealogia representacional. É em Roma, segundo o autor, que *persona* dicotomiza seu significado. Temos por um lado a *persona* “sinonimo de verdadeira natureza do individuo” e que através do direito chega a nossos dias como sujeito de direitos e obrigações.

Mas pelo outro lado, *persona*, era o atributo das máscaras (*simulacra e imagines*), estas ‘representavam’ ante as instituições romanas a nacionalidade e nobreza de uma casa. *Cognomina* e *imagines*, continua o autor, estavam unidas na nominação dos integrantes da família. A usurpação destas máscaras era, através do uso de um nome impróprio ou alheio, a estratégia dos estrangeiros para mimetizar-se na excludente sociedade romana.

Dois significados diferentes, claramente distintos no exemplo de Mauss sobre a readmissão dos representantes gauleses no senado romano a partir de permitido uso da máscara de seus ancestrais, mas que parecem convergir em nosso caso. (MAUSS, 1974: 227-ss)

As leis argentinas sobre nominação são sumamente estritas e restritivas. Existe um nomeador dentro do qual uma pessoa deve enquadrar a escolha do nome, geralmente de tradição latina, de seu filho. Isto durante muito tempo, por exemplo, evitou aos aborígenes registrar seus filhos com nomes tradicionais por considerá-los estrangeiros. Em tanto que um estrangeiro com documentos do país de origem podia optar entre dar-lhe o próprio em língua estrangeira ou, em seu defeito, ou de algum membro de sua família, devidamente documentado. Do contrário o nome desejado era traduzido ao castelhano. Criação de um *perssonagem*: o nacional.

Esta rígida regulamentação das formas de nominação adquirem sentido ao tratar-se de uma sociedade onde a dimensão maussiana de *imagines* e *simulacra* do nome tem um alto valor simbólico. Um país em que referir-se às autoridades em um meio de difusão por seu nome de batismo é inadmissível e até causa de ação judicial. Ou onde, ainda hoje, um pode referir-se à ohgarquia patricia em seu conjunto só com a menção de um *apellido* aliado às instâncias de poder. Remetem a uma sociedade que outorga a esse significante uma relativa independência e predominância simbólica a respeito de seu portador.

Argentino Silva Dico além de nos remeter aos gentílicos em seus dois primeiros elementos (“*nada más brasileiro que Da Silva*”), inscreve no Dico as astúcias e estratégias fronteiriças. A insignificância do *codinome* elevada ao status de *apellido*. Livre trânsito entre o pertinente e o adequado. Invenção plena que deshierarquiza o instituído para fazer um lugar ao reconhecimento do possível. Não somente em sua dupla documentação este argentino pode continuar sendo argentino,



sem sê-lo, no Brasil, e vice-versa; ao mesmo tempo delata, com a irreverente representatividade de seu *apellido/sobrenome*, tudo o que de construção e invenção tem o genuíno.

Se a nação é uma comunidade imaginada (ANDERSON, 1989), constructo intensional, invenção de um mito-base para a engenharia cultural do estado-nacional (HOBSBAWM, 1990), é dizer: uma ficção útil; na fronteira se revela quanto ela tem de ficção. Se os que, em última instância, enfrentam-se e limitam são os homens e suas vontades, como indica Simmel (1977), é a elas que está dirigido o esforço geometrizar do poder de Estado que admiravelmente Foucault descreveu (1986; 1987). Sua bio-política, como forma de exercício da soberania, surge do cruzamento de saberes, como a medicina, e dos espaços disciplinares, como as formas de reclusão; mas também do uso das estatísticas e das formas de generalização de distintas tecnologia de poder, como o panóptico. Fábrica, hospital, escola não só nos reenviam à prisão modelo; também aos seus necessários complementos-produto: operário, paciente, aluno. Assim como à lógica de sua identidade na razão-de-estado.

Em minha argumentação tentei colocar as práticas como constitutivas do território, território praticado. Estas práticas o constituem e não o aparato de Estado - inclusive reduzindo-o a seus usos institucionais. O intento de Foucault, se não o mal interpretei, é outorgar ao panóptico - e seus postulados correlatos - entre outras positivities que o poder adopta, a possibilidade de inscrever-se nos corpos, moldando práticas e desejos.

A aparente funcionalidade desta variação (no sentido musical da palavra) sobre o tema da jaula de ferro weberiana, característica esta apontada por alguns de seus críticos, realiza-se na reprodução deste modelo *ad-infinitum*. O poder não 'é' senão em sua circulação, "*no se posee, no se detenta ni se da*". O poder 'é' 'através' de quem o faz produtivo, em sua circulação. Colocada a instância da sujeição, brinda-nos só uma fórmula: Amor ao mestre. Esta ambigüidade exhibe a possibilidade da resistência, ela é imanente ao poder. Ruptura, discontinuidade e apropriação marcam a infinitesimal fissura que tanto potência como disrupte a norma. Se a sexualidade tenta disciplinar o desejo, colocando em discurso os prazeres do corpo; a procura de prazer do desejo não se reduz ao corpo. Existe um plus transgressor que evita o fechamento. Que desterritorializa *in-extrimis* o intento totalitário ou a quadrícula burocrática. Norma e transgressão. Mais próxima da antropologia, pureza e perigo. A aparição da pena é a evidência do transgressor. Certa inteligibilidade do poder é privativa de quem o transgride.

Só se é estrangeiro fora do próprio lugar: Esta óbvia constatação que o deslocamento produz, remete a uma outra que não o é tanto: só se é nacional frente a um estrangeiro. E nesse inquietante estranhamento do ser se revelaria a falta de um sentido do lugar. Fora das distribuições de tempo e lugar, o que liga ao espaço são afetos, ficções (KRISTEVA, 1994). Não se trata de

relações objetivamente dadas, são representações na adequada perspectiva a partir da qual são enunciadas ou decodificadas.

*“Dessa forma, essas paisagens constituem o bloco construtivo daquilo que, ampliando o que afirmou Benedict Anderson eu gostaria de chamar de “mundos idealizados”, isto é, os mundos múltiplos construídos pelas imaginações historicamente situadas das pessoas e dos grupos disseminados pelo mundo”.* (APPADURAI,1994: 313)

De Certeau propõe uma original interpretação do que poderíamos chamar uma geopolítica mítica nos escritos de Freud entre judeus e cristãos.

*“Nenhum progresso está ligado à la nesga de território de nossa terra materna (Muttererde), (...) nenhuma descoberta nem invenção. Diferentemente das nações a Palestina não formou nada além de religiões, de extravagâncias sagradas. Nós saímos de lá...e é impossível dizer o que trouxemos como herança (...) de nossa permanência neste país (...) que herança resta ao filho, senão um nada, um êxodo.*

Eu me pergunto se a “tradição” religiosa, casa hoje abandonada por uma sociedade que não a habita mais, não deve ser considerada historicamente a partir das duas proposições suscetíveis de serem extraídas da análise freudiana. (...) *Eu não sou mais judeu e tampouco sou um cristão nem um nem outro - proposição da constestação, do êxodo, do corte histórico.(.) ...um e outro, mais a maneira do quiproquo ou do nome de empréstimo - proposição da dívida , do retorno e das estranhas deformações que trazem de volta este recalcado religioso sob a imagem de ficções. Este fantasma deslocado assombra a nova casa. Permanece como aquele que tem direito ao lugar que ocupamos em seu lugar...”*(Itálico:Freud, *Correspondencia e Wassermann, Les Juifs de Zirndorf*, apud.DE CERTAU, 1982: 335)

A dualidade não está entre um e outro senão nessa atitude que tomamos frente a opção, sugere o autor. Num lado, a culpa recalcada que redime o falo estatal e condiciona à sujeição: tese sustentada por Freud em Totem e Tabú. No outro, a ação do contestário que opta por converter o limite em linha de fuga. Talvez, a sua vez, nem sejam opções e se reduzam a uma tensão que sempre nos acompanha. Culpa ou resistência. Estado ou diáspora.<sup>1</sup>

Bernardo de Irigoyen, com sua rua principal convertida pelos turistas *sacoleiros* em corredor que leva ao Brasil, ainda confia no tempo pendular da fronteira. O conjunto é melancólico. Don Martín, espanhol, fugiu da Guerra Civil, foi *garimpeiro*, estivador e cozinheiro no Brasil. Teve um armazém em Montevideo. Chegou na fronteira no momento áureo do comércio internacional. Aposentado, como todas as tardes coloca a cadeira na porta de sua casa.

- *“Mientras haya movimiento...”*

## Bibliografia

- ABINZANO, Roberto Carlos (1985) Procesos de integración social en una sociedad multiétnica. La provincia de Misiones Argentina. Tesis de Doctorado. Universidad de Sevilla- España.
- APPADURAI, A. (1994) Disjunção e diferença na economia cultural global in: Featherstone, 1994, Op.cit.
- ANDERSON, B.(1989) Nação e consciência nacional. São Paulo, Ática.
- ANDERSON, Perry(1992) O Fin da História, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.
- AUBERTIN, Catherine,org.(1988) Fronteiras. Brasília/Paris, Ed. UnB/ORSTOM.
- AURAS, Marli(1984) Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla. Florianópolis, Edufsc.
- BALANDIER, Georges (1988) Modernidad y poder. Madrid, Ed.Jucar.
- BANDEIRA, Muniz (1993) Estado nacional e política internacional na América Latina. São Paulo/Brasília, Ensaio/Edunb.
- BANN, Stepien.(1994) As Invenções da História. São Paulo, Ed.UNESP.
- BARANGER, Dionicio (1978) Análisis de algunos aspectos de la estructura agraria de Misiones. Posadas, CIS/FCS/UNaM.
- BARTHES, Roland (1990) O óbvio e o obtuso. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- (1984) A câmara clara - Nota sobre a fotografia. Rio, Nova Fronteira.
- BARTOLOME, Leopoldo(1982) Colonias y colonizadores en Misiones Posadas, Inst.Inv. Soc. UNaM
- (1977) Sistema y estrategias adaptativas en la articulación regional y nacional de las colonias agrícolas étnicas: el caso de Apóstoles, in: Procesos de articulación social Hermitte & Bartolomé, compiladores. Bs. As.,Ed.Amorrotu.
- BECKER, Bertha.(1988) Geografia e o resgate da geo-política. in Reflexões sobre geografia RBG. IBG, Rio de Janeiro, Vol. 50 (2) (Número espacial): 99-125
- BELLANI, Eli M.(1991) Madeira, balsas e balseiros no rio Uruguay. Diss.Mestrado, PPGH/UFSC.
- BLOOM, A. (1991) Angustia de influencia. São Paulo, Diálogos.
- BOLSI, Alfredo S.C.(1980) El primer siglo de economía yerbatera en Argetina. In: Folia histórica del Nordeste Nro. 4, Resistencia/Corrientes, 1980.
- BONAVENTURA LEITE, Ilka (s/d) As Fronteiras do Exótico: por una Antropologia da Viagem. No Publicado.
- BORRINI, Héctor(1980) La población de Misiones y su evolución en el área de frontera. Corrientes/Resistencia, in Folia Hist.del Nordeste N°4
- BOTANA, Natalio(1986) El Orden Conservador. La política argentina entre 1880 y 1916. Buenos Aires, Hyspamerica.
- BOURDIEU, Pierre (1989) Poder Simbólico.Lisboa, Difel.1989.
- (1988) La Distinción. Madrid, Taurus.
- BRASIL (1989) Estatuto da terra. Org. Juarez de Oliveira. 5ta.ed. São Paulo, Saraiva.
- BRACAGIOLI NETO, Aberto(1991) Brasiguaios: trajetórias migratorias e luta pela terra. Diss. Mestrado PPGSR.Porto Alegre, UFRGS.

- CAILLET, Laurence(1991) Espaces Mythiques et territoire national. In: Rev.L'Homme Nro.117. Jan/Mar.pp.183-198.
- CAMARGO, Aspasia (1992) A federação acorrentada. ANPOCS/Fund.G.Vargas. Mimeo.
- CAMBAS, Anibal(1984) Historia política e institucional de Misiones. Posadas, SADEM
- CAMBLONG, Ana(1985) Iniciación del dialogo escolar en un espacio de culturas en contacto. Posadas, Inst. Invest. FHCS/UNaM.
- CAMPOS, Indio(1987) Os colonos do rio Uruguay. Diss.Mestrado/PPGE. Campina Grande, UFPB
- CARDOZO DE OLIVEIRA, Roberto (1977) Articulación Interétnica en Brasil. in: Procesos de articulación social Hermitte & Bartolomé, compiladores. Bs. As.,Ed.Amorrrortu.
- CERTEAU, Michel de(1994) A Invenção do Cotidiano. Petrópolis, Vozes. Tradução: E.Ferreira Alves
- (1982) A escrita da historia. Rio de Janeiro: Forense Univ.
- CERVO & BUENO (1992) História da política exterior do Brasil. São Paulo. Ática ed.
- CHALIAND,Gérard & RAGEAU,Jean-Pierre(1983) Atlas Strategique. Geopolitique des rapports de forces dans le monde. Paris, Fayard.
- CHAYANOV, Alexandre(1974) La organización de la unidad campesina. BsAs, Nueva Visión.
- COELHO, Pedro M.P.(1992) Fronteiras na amazônia: um espaço integrado. Brasília, FUNAG/IPRI
- COGAN, Arthur (1976) Crimes contra a segurança nacional. Comentários, Legislação, Jurisprudência. São Paulo, Ed. Rev. dos Tribunais.
- COSTA, Odah R.G.(1976)Planos de colonização oficial aplicados, a partir da década de 1930, em zonas pioneiras de povoamento, no Estado de Paraná. In: Anais do VIII Simpósio Nacional dos Prof.Univ.de História. Aracajú, setembro 1975(817-839)
- COUTO E SILVA, Golbery (1981)Cojuntura Política Nacional.Rio de Janeiro,J.Olimpo Ed., 3ra.ed.
- CUNHA, Manuela Carneiro da(1986) Antropologia do Brasil. São Paulo, EDUSP.
- DA MATTA, R & LARAIA, R. (1967) Índios e Castanheiros. São Paulo: Difel.
- DOS SANTOS, J.V.Tavares(1993) Matuchos. Exclusão e luta. Petrópolis, Vozes.
- FARAGE, Nádia (1991) As muralhas dos Sertões. Rio de Janeiro, ANPOCS/Paz e Terra.
- FEATHERSTONE, Mike,org.(1994) Cultura global. Petrópolis, Vozes.
- FERREIRA, Gil Cordeiro Dias (1989) A faixa de fronteira, in: Revista do Clube Militar No. 290. Set/out. Rio de Janeiro.
- FIGOLI, Leonardo (1982) Identidad Etnica y regional. Brasília PPGA/UnB.Tesis de Mestrado.
- FLICHMAN, Guillermo (1977) La renta del suelo y el desarrollo agrario argentino. México, Siglo XIX ed.
- FOUCAULT, Micliel. (1987)Vigiar e punir.Petrópolis, Vozes
- (1986) Microfísica do poder Rio de Janeiro, Graal. 6ta. ed.
- GARCIA CANCLINI, Néstor (1989) Culturas híbridas. Estrategias para entrar y salir de la modernidad. México, Grijalbo.
- GELLNER, Ernest(1991) Naciones y nacionalismos. Madrid/Bs.As, Alianza ed.
- (1989) Cultura, identidad y política. Barelona, Gedisa ed.
- GIDDENS, Anthony(1991) As Consequências da Modernidade. São Paulo , Unesp Ed.

- (1989) A Constituição da Sociedade. São Paulo, M. Fontes ed.
- (1989b) The nation-state and violence. Cambridge, Polity press
- GIDDENES & TURNER(1990) La Teoría Social Hoy. Madrid, Alianza/CNCA.
- GODELIER, M.(1993) El Occidente: espejo o espejismo de la evolución de la Humanidad. México, XII Congreso Inter. de Ciencias Antropológicas y Etnológicas.
- GODIO, Guillermo(1886) Territorio de Misiones. Bs.As. A.Moen Librero Ed.
- GOROSITO-KRAMER, Ana María.(1983) Encontros e desencontros. Relaciones interétnicas en la provincia de Misiones, Argentina. Dissertação de Mestrado. PPGAS/UnB.
- (1992) Identidad étnica y manipulación in: Etnicidad e identidad. HIDALGO & TAMAGNO, Compiladoras. Bs.As., Centro Ed. de América Latina.(143-152)
- GUGLIAMELLI, Juan (1977) Geopolítica en la Argentina. In: Revista Estrategia N° 46/47, Mayo/agosto.
- HARVEY, David(1992) Condição Pós-Moderna. São Paulo,Ed.Loyola.
- HOBBSAWM, Eric(1990) Nações e Nacionalismo: desde 1780. Rio de Janeiro, Paz y Terra.
- (1985) O Capitalismo Histórico. São Paulo, Brasiliense.
- (1970) Rebeldes primitivos. Rio de Janeiro, Zahar Ed.
- KRISTEVA, Julia(1994) Estrangeiros para nós mesmos. Rio de Janeiro, Rocco.
- LA NACION(1891) La cuestión Misiones. Bs.As.,22 de Agosto.
- LANNA, Marcos (1995) A dívida divina. Campinas, Ed.UNICAMP
- MAEDER, Ernesto(1990) Los últimos pueblos de indios guaraníes. Loreto y San Miguel (1822-1854). In: Cuadernos de Geo-historia Regional, Nro. 22. Resistencia, IIGH
- (1986) Los problemas de límites entre España y Portugal. In: Cuadernos docentes N° 4. Resistencia, UNNE.
- MARTINS, José de Souza (1981) Os camponeses e a política no Brasil Petrópolis, Vozes
- (1975) Capitalismo e Tradicionalismo. São Paulo, Pioneira.
- MAUSS, Marcel(1974) Uma Categoria do Espiritu Humano a Noção de Pessoa. in: Sociologia e Antropologia. São Paulo, EPU/EDuSP.
- MENESES BASTOS, Rafael(s/d) A Estética Católica e o Outro Espírito do Capitalismo. Para uma Antropologia da "Linguagem Universal" como Fronteira do Ocidente". Não Publicado.
- MELIA, Bartomeu (1988) El guaraní conquistado y reducido. Asunción, Biblit.Paraguaya de Antrop. Vol.º5.
- MEILLASOUX, Claude(1977) Mulheres,celeiros & capitais. Porto, Ed.Afrontamento.
- MISIONES, (1977) Lineamientos para la formulación de un plan de desarrollo del Área de frontera Bernardo de Irigoyen. Posadas: SEPLAN.
- (s/d) Aspectos relativos a la defensa de la Soberanía Nacional. Ministerio de Bienestar Social. Mimeo.
- MORAES, Antonio Carlos Robert (1991) Ideologias geográficas. São Paulo, Hucitec.
- MOTTA PINTO COELHO, Pedro(1992) Fronteiras na Amazônia: Un espaço integrado. Brasília, FUNAG/IPRI.
- MUSUMECI, Leonarda(1988) O mito da terra liberta. São Paulo, Vertice/AMPOCS

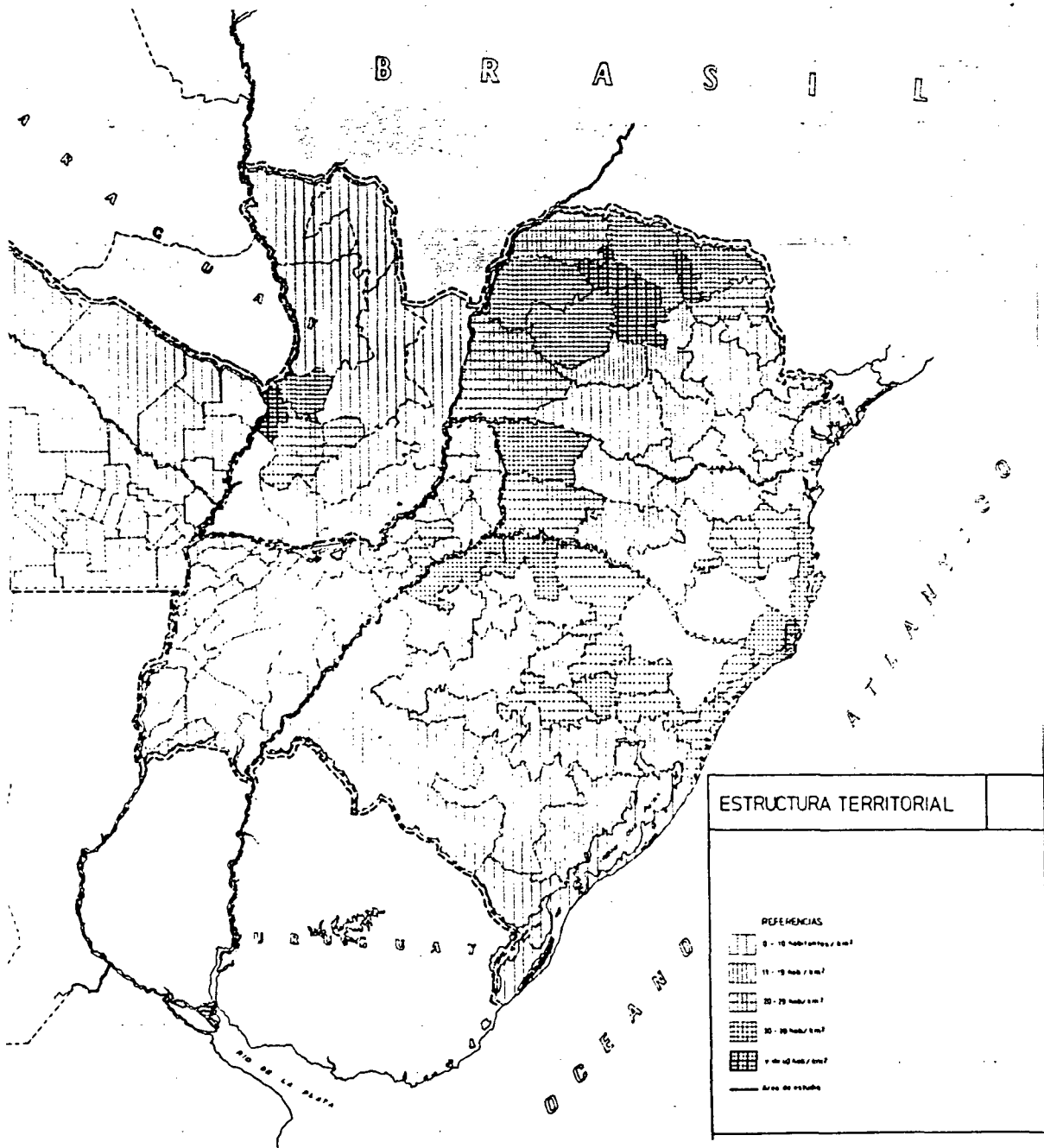
- NEVES, Gervásio R.(1990) A rede urbana de fronteiras: notas prévias. In: O Rio Grande do Sul urbano. Porto Alegre, FEE. (118-140)
- NIEDERLEIN, Gustavo(1891) Dos Cuestiones de Actualidad. Bs.As., Imprenta del Depto. Nac. de Agricultura.
- O'DDONE, Jacinto (1956) La burguesia terrateniente argentina. Bs.As., Losada ed.
- ORTIZ, Renato (1985) Cultura Brasileira & Identidade Nacional. São Paulo, Brailiense.
- PACHECO DE OLIVEIRA João(1988) O Nosso Governo. Brasília, MCT-CNPq/Marco Zero.
- PAULILLO, Ma. Ignez S.(s/d) Terra à vista...e ao longe. Florianópolis, Ed.UFSC (no prelo)
- PEIRANO, Mariza(1990) A Pluralidade Singular da Antropologia. in: Anuario Antropológico/87. Brasília, EUB/Tempo Br., 1990.
- PERLONGER, N. (1993) Antropologia de las sociedades complejas in: Rev.Br de Cs.Ss. n. 22, jun/.
- PEYRET, Alejo(1881) Cartas sobre Misiones. Bs.As. Imprenta de la Tribuna Nacional.
- PIAZZA, Walter F.(1983) Santa Catarina: sua historia. Florianópolis, Edufsc/Lunardelli.
- RANDLES, W.G.L.(1994) Da Terra Plana ao Globo Terrestre. Campinas,SP. Papyrus Ed. Trad. M.C.F.de Castillo Pires
- RAVE, Francisco(1869). El territorio de Misiones. Bs.As. Imp. Talleres Argentinos
- REPÚBLIA ARGENTINA.(1901) Digesto de Leyes, Decretos y Resoluciones. Relativos a tierras públicas, colonización, inmigración, agricultura y comercio. 1810-1900. Buenos Aires, Compania Sud-americana de Billetes de Banco.
- RENCK, Arlene A.(1991) As representações da colonização, no oeste catarinense, a partir de los brasileiros in: Cadernos do CEOM. Chapecó, FUNDESTE.
- (1990) A luta da erva. Diss.Mestrado PPGAS/MN. Rio de Janeiro, UFRJ.
- RIBEIRO, Darcy & MOREIRA NETO, Carlos A. (1992) A fundação de Brasil. Petrópolis, Vozes.
- RUBEN, Guillermo R.(1988) Teoria da Identidade:Una Crítica, in: Anuario Antropológico /86. Brasília, Ed. UnB/Tempo brasileiro
- ROSALDO, Renato(1991) Cultura y Verdad. México, Grigalbo.
- ROSELLI,N.D.&GIMENEZ,H.H.(1982) El problema de la integración sociocultural de la población del área de frontera de Misiones - El caso de Bernardo de Irigoyen Parte I. Estudios Regionales N° 13. Corrientes, CERNEA/CONICET-FUNDANORD.
- SCHALLER, Enrique (1985) Corrientes: una frontera ganadera, in Cuadernos de Geo-historia. Resistencia /UNE
- SAHLINS, Marshall(1988). Islas de Historia. Barcelona, Gedisa.
- (1977) Economía de la edad de Piedra. Madrid, Akal.
- SANCHES, Zacarías (1910) La frontera argentino-brasilera. estudios y demarcación general. 2 vol. Buenos Aires, Talleres Graf. Penitenciaria Nacional.
- SANTA CATARINA/CEBRAE (S/d)Análise do sistema de integração agroindustrial em suínos e aves em Santa Catarina, CEBRAE/CEAG-SC
- SANTA.CATARINA/IBG(s/d) Programa Integrado de Desenvolvimento Socio-Económico. Florianópolis, PIDSE/IBG.
- SEYFERTH, Giralda(1988) Colonização e Conflito. Rio, PPGAS/Museu Nac-UFRJ. Com. N°10.
- (1981) Nacionalismo e identidade étnica. Florianópolis, Fud.Catarinense de Cultura.
- SILVA, Francisco C. T. da(1995) O Testamento de Adão. In: Ciência Hoje Vol°101,pp.18-21.

- SIMMEL, Georg(1977) Sociologia. Estudos sobre las formas de socialización 2vol.Madrid, Revista de Occidente, 2ºed.
- SOARES, Luiz C.(1995) A ciência dos descobrimentos. In: Ciência Hoje Volº101, pp.22-23.
- SONZOGNI, Cristina(1983) Evolución de la Actividad Tabacalera en Corrientes y Misiones 1870-1940. 2º Encuentro de Geo-historia. Posadas,Unam.
- SPRANDEL, Marcia Anita(1992) Conflicto e Identidade em Fronteiras Internacionais. 2 Vol. Dissert.Ma.PPGAS Museo Nacional/ UFRJ, Rio de Janeiro
- STOLCKE, Verenna (1993) Cultura Européia: Uma Nova Retórica da Exclusão. in: Revista Brasileira de Ciências Sociais, N.22 ano 8, Junho. ANPOCS.
- TERRITORIO NACIONAL DE MISIONES (1907) Informe del Gobernador del Territorio, señor Manuel A. Bermudez, contestando el cuestionario del ministro del interior sobre reorganización de los Territorios Nacionales. Corrientes, Imprenta y Enc. de T. Heinecke
- TIERRAS Y COLONIZACION, Dirección General(1991) Proyecto de mensura, colonización y regularización de tierras fiscales de la Provincia de Misiones. Posadas, Ministerio de Asuntos Agrarios/ Ministerio de Defensa de la Nación.
- TODOROV, Tzvetan(1993) Nós e os outros. Rio de Janeiro, J.Zahar ed.
- UNIV.NAC.MISIONES(1988) Taller para la Formulación de un Proyecto de Desarrollo Integrado del Area de Frontera. Posadas, Imp.Univ.
- VAN GENNEP, Arnold. Os Ritos de Passagem. Petrópolis: Vozes, 1978.
- VAINFAS, Ronaldo(1995) Utopia e alteridade. In: Ciência Hoje volº101, pp.24-26.
- VATTIMO, G.(1986) El Fin de la Modernidad. Barcelona, Gedisa.
- VELHO, Octavio(1976) Capitalismo autoritario. São Paulo, Difel.  
(1982) Sociedade e agricultura. Rio de Janeiro, Zahar Ed.  
(1972) Frentes de expansão e estrutura agraria. Rio de Janeiro, Zahar Ed.
- WACHOWICZ, Ruy Ch.(1987) Paraná, sudoeste. Ocupação e colonização. Curitiba, ed.Vicentina.
- WAGNER, Carlos(1990) Brasiguaios: homens sem pátria. Petrópolis, Vozes.
- WALLERSTEIN, Immanuel(1990) Análisis de los sist. mundiales in: FEATHERSTONE, Mike(org.)1990, Op.Cit.
- WERLANG, Alceu(1992) A colonização as margens do rio Uruguai no extremo oeste catarinense. Dissertação PGH/CFH/UFSC- Florianópolis.
- WESTPHALEN, Cecília M. & alli.(1968) Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. In: Boletim da UFPa, Dto. de História. Nº7 (1-51)
- WILKINSON, John (1986) O estado, a agroindustria e a pequena produção. São Paulo-Salvador, HUCITEC ed./CEPA-BA
- WILLIAMS, Raymond(1989) O Campo e a Cidade.São Paulo, Cia.das Letras.  
(1979) Marxismo e Literatura.Rio de Janeiro, Zahar Ed.
- WOLF, Eric(1982) Europe and the People Without History. Berkeley, Los Angeles & London, UCLA Press. 1982.
- ZAMORA, Margarita(1993) Para una Cartografia das Descobertas. In: Revista Crítica de Ciências Socias Nº38, Dezembro. Coimbra, Portugal.
- ZOUVI, Suana(1983) Organización institucional de la actual provincia de Misiones. No publicado.

## Anexos

1. Estructura Territorial. Área fronteriza internacional (mapa).	126
2. Recorte de Jornais	
El Paraná de Posadas - 25/10/89	127
El Paraná de Posadas - 25/10/89 /El Territorio de Posadas 25/10/89	128
El territorio de Posadas - 27-10/89	129
El Paraná de Posadas - 18/10/89	130
Semanaio USTED, Posadas - 31/8/1990 Pag.10	131
idem. Pag.11	132
Idem. Pag.12	133
Sur de Buenos Aires - 7/11/1990	134
El territorio de Posadas - 22/3/1991	135
La Nación de Buenos Aires - 24/3/1991	136
La Nación de Buenos Aires - 30/3/1991	137
El territorio de Posadas - 3/4/1991	138
El territorio de Posadas - 12/4/91	139
El informador público de Buenos Aires - 26/4/91	140
Página 12 de Buenos Aires - 27/4/1991	141
El infiormador público de Buenos Aires - 3/5/1991	142
La Prensa de Buenos Aires - 30/5/1991	143
El territorio de Posadas - 31/7/1991	144
El territorio de Posadas - 31/7/1991	145
3. Fragmento do diario de campo.	146





Fundador/Conicet, 1986.

Carabinieri ocupan tierras en Misiones

# VIOLAN LA TIERRA

## Una grave situación se está viviendo en el nordeste de Misiones, por la introducción en nuestro territorio de brasileños que, ilegalmente, intentan establecerse en tierra argentina.

Los mismos, realizaron indiscriminadas talas de monte, con el objetivo de iniciar cultivos propios. Estas personas, detectadas por Gendarmería, serán, se dijo, expulsadas por la aplicación de la ley de Migraciones. En cuanto al ganado introducido, serán tratados, se informó, según las leyes sanitarias y bauxianas respectivas.

En la víspera, Gendarmería Nacional tomó contacto con el ministerio de Ejecución de la Provincia, solicitando que este destaque personal especializado para verificar los talados y la depredación efectuada por los brasileños.

También se encuentran trabajando en este operativo, la Policía de la Provincia, ya que Gendarmería no cuenta allí con fuerzas suficientes.

### Activistas

Las primeras versiones relativas a este caso, indican que se trataría de campesinos quechuas por activistas de izquierda, que reivindican la tierra, además de la ocupación ilegal de tierra, además de

otros reclamos típicos de este tipo de movimiento extremista.

Según se supo, ya desde julio pasado las fuerzas de seguridad, tanto argentinas como brasileñas, estaban observando con preocupación el crecimiento de estas iniciativas de los grupos izquierdistas, que intentan crear una situación incontrolable en esa zona del Brasil, con desperdicio, incluso en la frontera con Misiones.

Estos activistas consiguieron ya provocar una serie de alteraciones del orden y, como se recordará, recientemente se registró en la localidad brasileña de San Miguel Oeste, frente a San Pedro, una verdadera "pueblada", dirigida por los ideólogos que, con el pretexto de la reforma agraria, un tema muy sentido por la población rural brasileña, lograron la movilización de los campesinos.

Ataraxer, los activistas estarían igualmente desarrollando su actividad en localidades misioneras, con el fin de preparar futuros asentamientos clandestinos, provenientes del Brasil. Una versión

indica que se habría detectado la presencia de un activista de origen peruano, lo cual ha creado alarma en los organismos de seguridad, pues podría tratarse de una conexión con los grupos subversivos del Perú, que actúan bajo el nombre de Sendero Luminoso.

Trascendió también que las autoridades argentinas estarían preocupadas por la posible formación de grupos similares en territorio paraguayo, lo que dejaría a Misiones en situación sumamente expuesta para las andanzas de dichos activistas.

Cabe recordar que ya en 1981 se registraron episodios similares, ocasión en que Gendarmería Nacional desfiló una meritoria actuación, que permitió desalojar a los intrusos y reimplantar el orden y el concepto de soberanía en territorio argentino.

Actualmente, la presencia numérica de esta institución en aquella conflictiva zona no parece ser suficiente.

Diario "El Paraná" del 25 de Octubre de 1989

# Fronteras del gobierno

Los hechos que se están registrando en las zonas cercanas a Bernardo de Irigoyen y San Pedro, en el nordeste de nuestra provincia, por la introducción clandestina de campesinos brasileños ponen en relieve el descuido con que las autoridades políticas de Misiones tratan los temas relacionados a la integración territorial.

Recientemente, el actual gobernador de la provincia, Julio Humada, se reunió con el vicegobernador del Estado brasileño de Santa Catarina y con otras autoridades del vecino país.

El encuentro sirvió principalmente para la firma de un pomposamente llamado "acuerdo político" para la construcción de un puente internacional, obra particularmente ambiciosa por Humada y un pequeño grupo de amigos suyos.

Pero el gobernador misionero no creyó oportuno tocar con sus visitantes el tema de la ocupación ilegal de tierras en la zona de fronteras.

Es más, el puente que Humada pretende construir constituiría un motivo más de preocupación para los responsables de la seguridad nacional.

Ejemplo de la insensibilidad y de la incompetencia habría que decir de las autoridades políticas de Misiones, en este delicado aspecto, hay varios.

Además del mencionado caso de puente que quiere Humada y que prácticamente ningún beneficio traería a la economía provincial, puede recordarse la construcción de viviendas, por parte del IPRODHA, en Bernardo de Irigoyen, sobre una calle que sirve de frontera entre Argentina y Brasil. En su oportunidad, este proyecto mereció observaciones de los técnicos del Comité de Fronteras; pero el gobierno llevó igualmente a cabo la construcción de las casas. Ahora, las mismas constituirían un problema más para la Gendarmería Nacional, que debe distroer sus fuerzas para impedir que los intrusos, que ingresan ilegalmente des-

de el Brasil, las ocupen.

Otro caso ejemplificador fue el de la inauguración, durante el gobierno de Barmos Arrechó de un puente internacional, cuyo funcionamiento se había decidido sin consultar las necesidades geopolíticas. Luego de una ceremoniosa inauguración, a la que asistieron el gobernador y otras altas autoridades, la obra debió ser "archivada".

El actual gobernador, por su parte, no puede ser tenido en cuenta al momento de considerar la defensa de la integridad territorial de la provincia, pues su evidente desinterés por los intereses vitales de Misiones está a la vista de todos. Y el caso del puente internacional que está empeñado en conseguir solo por conveniencia personal, es una clara demostración de tal desinterés.

Misiones es una provincia que cuenta con extensas fronteras internacionales; pero las fronteras mentales de sus actuales gobernantes son, según se puede observar, muy estrechas.

Diario "El Territorio" del 25 de Octubre de 1989

## En la frontera

# Expulsan a los intrusos e intensifican rastrillajes

**BERNARDO DE IRIGOYEN** (Corresponsalía)- En cumplimiento de disposiciones de la Dirección Nacional de Migraciones, Gendarmería Nacional inició ayer la expulsión de los intrusos de origen brasileño que, el sábado último, fueron detectados al norte de la localidad argentina de San Antonio, donde tenían intenciones de asentarse en forma ilegal.

Ante la posibilidad cierta de ubicar otros puntos de radicación de campesinos extranjeros, que ingresan en territorio argentino por pasos no habilitados, dicha fuerza de seguridad dispondría la intensificación de los rastrillajes en la frontera argentino-brasileña con apoyo aéreo, trascendió en la víspera.

En cuanto a los sucesos del último fin de semana, se supo que totalizan 89 los brasileños detenidos en un rozado de aproximadamente 80 hectáreas -ubicado entre las localidades de El Pesado y Saracura- y que en la víspera iniciaron el retorno a Brasil, expulsados por la GN. Como informara **EL TERRITORIO**, el sábado pasado efectivos del Escuadrón 12 de Gendarmería -con asiento en Bernardo de Irigoyen- descubrieron el mencionado asentamiento ilegal al norte de San Antonio, donde fueron atacados a balazos por un grupo de intrusos y, sin que se produjeran víctimas, detuvieron 89 personas. En la víspera, los detenidos fueron expulsados del país tras comprobarse su condición de residentes ilegales.

# Gendamería expulsó intrusos

Fueron expulsados del territorio nacional 87 brasileños ilegales que ocupaban tierras fiscales en nuestra provincia. Efectivos de la Escuadrón 12 "Bernardo de Irigoyen" de Gendamería Nacional, realizó entre los días diecinueve y veintuno del mes en curso un intenso rastillaje en amplios sectores de su jurisdicción, en sectores limítrofes con la República Federativa del Brasil.

En ellos se lograron detectar un grupo de ciudadanos brasileños asentados ilegalmente en nuestro territorio, dedicados a la tala de árboles, razados y construcción de viviendas precarias, con la intención de crear asentamientos definitivos.

El ingreso de estos "ilegales" daría de unos treinta días y se habría producido por pasos clandestinos.

El total de los "ilegales" detenidos fueron ochenta y siete personas y se iniciaron los trámites para su expulsión a su país de origen.

Los "ilegales" en su mayoría no serían de la zona que se encuentra al frente de Bernardo de Irigoyen, sino de la región del Estado de Paraná. Estos al parecer se concacion entre sí desde antes de ingresar a la Argentina, lleva a suponer que podrían pertenecer al movimiento que

se está desarrollando en el interior del parque Uruguay y en la profundidad del propio territorio. También intervenció el ministerio de Ecología de la Provincia, como así también se informó de la situación de la Dirección Nacional de Migraciones, para destacar la difícil y estorzada tarea del rastillaje en el monte en sectores de tanta extensión, con vegetación totalmente impenetrable, para pasar a ello se continuará hasta lograr la total expulsión de los "ilegales" en nuestro territorio nacional.

Dicha teoría se ve reforzada por el amplio conocimiento que tienen sobre la legislación brasileña, pese a sus condiciones humildes y la poca instrucción. Estos llegan pertenecer a alguna organización.

Gendamería Nacional sigue trabajando de ahora en la hipótesis de que similares asentamientos podrían existir en otros sectores como por ejemplo Saracura al noroeste.

El proyectado puente internacional a San Pedro

# Conveniencia de pocos

El próximo día 13 arribará a esta ciudad el gobernador del Estado brasileño de Santa Catarina, Pedro Ivo Campos. Motivo central de su visita será propulsar la construcción del puente internacional entre las localidades de San Pedro, en Argentina y Sao Miguel, en Brasil.

**EL PARANA** se ha ya ocupado de esta iniciativa que cuenta con el apoyo del actual gobernador de Misiones. Como es obvio, la construcción de un puente internacional tiene especiales implicaciones geopolíticas relacionadas estrictamente con los conceptos de defensa de cada Nación, por lo cual se necesita la opinión de los funcionarios de esa área dentro del gobierno de la Nación.

Sin embargo, este puente como hemos señalado en diversos oportunidades está siendo programada prácticamente a espaldas de las autoridades del Ministerio de Defensa de la Nación.

Cualquier ciudadano puede darse cuenta que un puente entre dos países puede servir no solo al intercambio comercial, sino también para el paso de tropas extranjeras. Lógicamente, no es de esperar que entre nuestros dos países se cree jamás alguna tensión tal que pueda llevarnos a un enfrentamiento; pero los planes estratégicos de las naciones no se establecen con expresiones de deseps ni en base a las realidades del momento. Es probable, por otra parte, que los responsables de nuestra defensa den un visto favorable a este proyecto, pero primero hay que escucharlos.

Además, los técnicos de ese sector no se limitan solo a dar un parecer estrictamente militar, sino que están en condiciones de elaborar un informe que comprenda también aspectos económicos, culturales y sociales.

Curiosamente, el gobierno de Julio Humada no parece pensar así y

da señales evidentes de estar lanzado en pleno a la conquista de este proyecto.

La llegada del gobernador de Santa Catarina y los contactos que desde hace tiempo están realizando tanto Humada como el Intendente de San Pedro, Castro, con los intendentes de las ciudades brasileñas cercanas a la frontera con San Pedro, demuestran que los promotores del puente están tratando de comprómetér diplomáticamente a nuestro país, a fin de que se llegue a un punto en el cual no se pueda ya decir que no.

Los trascendidos que explican más fehacientemente el por qué de este interés afirman que el propietario de vastas extensiones en San Pedro, Basilio Domanski, ha condicionado de tal manera a Humada que este no puede negarse a llevar adelante la construcción del puente.

También Castro, el Intendente de San Pedro, estaría personalmente interesado en la obra. Castro es un chileno, naturalizado argentino, que al parecer aspira a una banca en la legislatura provincial y que, de la nada, ha logrado prosperidad económica personal en aquella zona del nordeste misionero.

Castro es, además, funcionario de la Empresa de Electricidad de Misiones S.A. (EMSA), donde ocupa un alto cargo abundantemente remunerado. Se cuenta que, tiempo atrás, cuando se le recriminó por cobrar dos sueldos (en EMSA y en la Municipalidad), el Intendente reaccionó ásperamente y recordó que si Alejandro Pajón, secretario general de la Gobernación, cobra más de un sueldo dentro de la administración provincial, él no sería de menos. Y en última instancia, agregó, dejaría la Intendencia pues le interesa más el sueldo de EMSA.

La reacción de Castro fue tal que

todo se silenció y la conviencencia volvió a reinar, en desmedro del contribuyente.

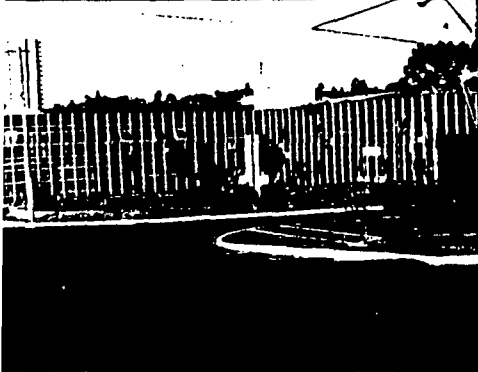
Actualmente, se asegura, Domanski y Castro están totalmente abocados a imponer el proyecto de construcción del puente y para ello tienen el firme compromiso de Humada, quien habría manifestado que el puente se hará aún sin que se cumplan los procedimientos previos que fijan nuestras normas de seguridad nacional.

Una vez que el gobernador brasileño Campos haya visitado a su por misionero y entre los dos se hayan comprometido oficialmente a impulsar la creación del puente, ya será difícil para la diplomacia argentina dar marcha atrás. Y, seguramente en coincidencia con la entrevista de los gobernadores, Humada, Domanski y Castro lanzarán una amplia campaña de información pública destinada a resaltar las conveniencias que tendrá el puente para la población sanpedrina y de toda la provincia y para la integración de ambos países. Pero basta observar detenidamente el mapa poblacional de San Pedro y zonas aledañas, para comprender no existe ningún asentamiento poblacional de dimensiones tales que justifiquen este proyecto.

Y las ventajas económicas que derivarían del puente parece que se concentrarían exclusivamente en los bolsillos de Domanski y compañía.

Realmente se trata de una paradoja: Humada, que se caracteriza por dirigir un gobierno que no ha realizado hasta el momento ninguna obra de importancia, está ahora plenamente empeñado en una obra que para nada servirá a los misioneros. O, al menos, no hay hasta el momento estudio alguno que indique una posible ventaja para la provincia derivada de un puente en ese lugar poco o nada poblado.

# PUNTE INTERNACIONAL "CLANDESTINO"



Imponente edificio del Palacio Municipal de San Miguel Oeste (así). Una muestra no solo de su pujanza sino de su importancia. Al fondo parte de los numerosos edificios.

fundamentalmente su manera de pensar.  
Mientras tanto en Buenos Aires se siguen emocionando hasta las lágrimas con los discursos de los 9 de Julio y la palabra "soberanía".

**UNICA BANDERA: LA VERDE-AMARELA**  
Distinto es revisar el excelente mapa brasileño "Cuatro Rotas".  
Del otro lado del ignoto, abandonado y desierto "Rosales", figura una infinidad de pueblitos y el ultrapróspero y pujante SAN MIGUEL OESTE, a solo 30 kilómetros de la frontera.



Desde Brasil se vé Argentina. Un puente que parece no conducir a ningún lado. Al fondo el bosque y la montaña que deberán remover



Trabajos: canoa y di...

**EL DESIERTO VERDE**  
Cuando uno llega a aseir que enigmáticamente pocos mapas argentinos tizan "Rosales", cree que la sación da "desierto verde" tuvo, es solo producto de la ografía.  
La febril actividad de las drillas extranjeras trabajan a ambos lados de la frontera, pesadas maquinarias, los niones y el pequeño obrador isitorio son -allí en el extra-oriental de Misiones, a la rra de San Pedro, sobre la Píri Guazú, en el límite Brasil- las primeras maniaciones inequívocas de lización desde tiempo inmemorial.

Brasil, cuyo estado de Santa Catarina -nuestro vecino inmediato y uno de los mas prosperos y productivos- ha hecho sentir su peso geopolítico.

La famosa teoría de las "fronteras vivas" (que dice están donde van los nacionales de ese país y no donde se marcan los límites) es un hecho incontrovertible.

Desde Bernardo de Irigoyen hacia abajo, a todo lo largo del Pepirí Guazú y después por el Río Uruguay hasta muy cerca de San Javier, es decir casi toda nuestra frontera oriental, el "portufo" cuando no directamente el portugués, lo entienden o hablan desde nuestros chicos hasta las maestras.

Cuando una vez le supimos preguntar a una argentina que era maestra en Brasil por qué nos hablaba en portugués, nos supo decir que en la escuela de allá no le permittan "giros" en castellano y "no se quería contagiar".

Es archisabido que desde toda la vida los bancos brasileños dan créditos a los colonos que cruzan la frontera y siembran clandestinamente aquí, por supuesto que luego "reimportan" clandestinamente sus productos. El Juzgado Federal de Posadas (o el del Dorado) está lleno de este tipo de antecedentes por contrabando de soja.

¿Quién discute que el 80% de las esencias (citronela principalmente) que se cultiva en la zona de El Soberbio pasan "al otro lado"? Las radios brasileñas penetran hasta Posadas con una nitidez que en la frontera se convierte en estridencia.

Para qué vamos a seguir con toda esta cantinela, allá en esos pedazos olvidados de nuestra selva, todo es Brasil. Su presencia es incontestable y modifica no solo al idioma de nuestros connacionales sino

Como nosotros este semana destacamos durante tres días un equipo especial de reporteros y un fotógrafo, comprobamos que del lado brasileño no hay un solo espacio de tierra que no esté impecablemente cultivado en pequeñas parcelas de 25 o 30 Has.

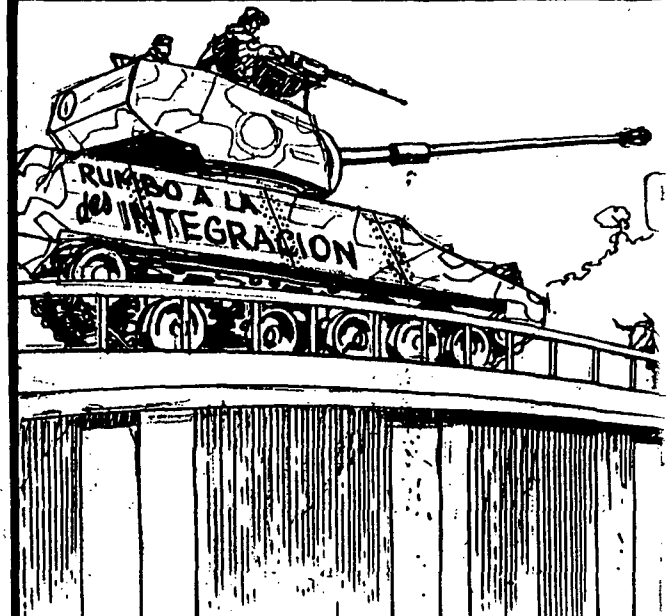
San Miguel Oeste es una modernísima Ciudad, igual y tal vez mas grande que Posadas (pero mucho mas moderna) con edificios y un centro comercial que supera holgadamente al nuestro. La prosperidad rebosa por las calles en forma de autos, camionetas, utilitarios de todo tipo y por supuesto transporte pesado (camiones) que la conectan directamente por rutas totalmente asfaltadas, con el resto del país.

Sus actividades son predominantemente agrícolas (agropecuarias en general) y una gran parte de su industria tiene que ver con la mueblería y la ebanistería.

Desde algun tiempo San Miguel tiene un problema realmente grave: su madera -para leña y muebles- la debe traer de las zonas que aún quedan sin explotar en el Brasil, o sea el Amazonas, distante a tres mil kilómetros de allí! Cualquiera, aún que no sea maderero, puede imaginar el costo de los fletes.

**PASO LO INEVITABLE ?**  
El lector a esta altura podrá tener un cuadro exacto de situación.

Frente a un mapa imaginario nos encontramos con una frontera que se toca en un punto: "Rosales". De un lado -el nuestro- monte puro, selva virgen, soberanía abandonada a la suerte y el destino que le quieran o puedan dar solamente seis o siete propietarios absolutos. Uno que ni siquiera han puesto los pies jamás allí; viven en Buenos Aires (pero saben bien la riqueza que tie-



nen). Otros que también para desgracia -la conocen mucho más y son o están casados con brasileños.

Del otro lado, del brasileño, una inmensa ciudad -San Miguel Oeste- (como Posadas), necesitando desesperadamente maderas y sobretodo más espacio cultivable. Con unas ganas de hacer, propia de los brasileños que tienen en la sangre ese nacionalismo práctico y sencillo que no le hace pronunciar discursos sino tomar con decisión los instrumentos de labranza y cultivar en cualquier lado.

Como si fuera, o sea el activísimo (y muy solícito intendente de San Miguel) es del mismo color político que el Gobernador del Estado de Santa Catarina y dicen que "es su niño mimado" a la hora da recibir

ayuda estadual.  
Así nos podremos dar cuenta que era inevitable lo que tenía que suceder:

**BRASIL A SU ENTERA COSTA ESTA HACIENDO UN PUNTE INTERNACIONAL (PARA 55 TONELADAS) QUE LAS AUTORIDADES ARGENTINAS ESPECIFICAS, ESTO ES MINISTERIO DE DEFENSA (GENDARMERIA), DE ECONOMIA (ADUANA), DE INTERIOR (MIGRACIONES) Y DE OBRAS PUBLICAS (TRANSPORTE) ¡¡DESCONOCEN OLIMPICAMENTE!!! IN-SO-LI-TO.**

Ni siquiera este puente que se dice incluido en un protocolo de integración, tiene hechas las debidas presentaciones -mucho menos la autorización- en el Ministerio de Relaciones Exteriores de nuestro país.

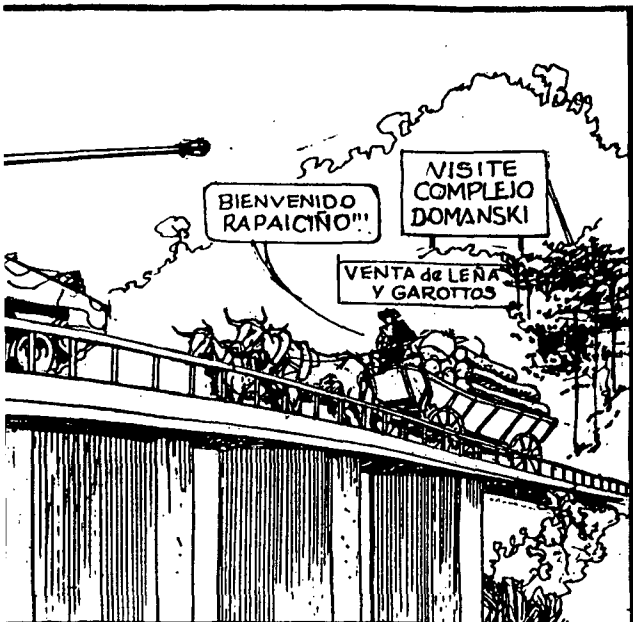
Todo, absoluto "decisionador Humador" de San Pedro de Basilio (supuesto) como al pa minúsculas na provincia mos.

**UN PUNTE**  
Esta cos... temente no... Nada, at... justifica PA... existencia d... nacional en... San Ped... metros!!! de... vieja y super... que es prác... table, con

# DESTINO EN SAN PEDRO - MISIONES



Trabajosamente nuestro fotógrafo cruzó al lado argentino en canoa y desde allí esta vista del Puente clandestino con fondo de un país desarrollado.



amos dar  
able lo que  
  
ENTERA  
IENDO UN  
ACIONAL  
DAS) QUE  
S ARGEN-  
AS, ESTO  
E DEFEN-  
RIA), DE  
ANA), DE  
CIONES) Y  
UBLICAS  
DESCO-  
MENTE!!!

puente que  
n protocolo  
hechas las  
nes - mu-  
ización- en  
Relaciones  
stro país.

Todo, absolutamente todo ha sido "decisión" (?) del Gobernador Humada (a instancias del intendente peronista Luis Castro de San Pedro y del propietario Basilio Domanski) que por supuesto puso "el gancho" como al pasar y por políticas minúsculas de su propia interna provincial, como explicaremos.

## UN PUENTE TOTALMENTE CHIMBO

Esta cosa de locos aparentemente no tendría explicación. Nada, absolutamente nada justifica PARA ARGENTINA la existencia de un puente internacional en ese lugar.

San Pedro queda a 65 kilómetros de "Rosales" por la vieja y superabandona ruta 22, que es prácticamente intransitable, con alcantarillas semi-

destruidas que soportan menos de 10 toneladas. Mucho antes de llegar a ese páramo (ni siquiera una sola casa o poblador) que es "Rosales" (a la vera del Pepirí y frente a Brasil) la ruta provincial 22 directamente se pierde en la espesura que la ha tapado completamente.

Del otro lado un Brasil pujante tiene una ruta de tierra hasta San Miguel (distante 30 Km. de la frontera) bordeada de chacras cultivadas y sembrados.

Nuestro equipo no pudo llegar a "Rosales" por el lado Argentino, así que "dimos la vuelta" por Brasil (cruzamos por Bernardo de Irigoyen y bajamos hasta San Miguel), solo así pudimos acceder al puente.

De aquel lado, el de ellos, todo parece una broma pues la cabecera Argentina del puente

da a una zona de intenso bosque que encima tiene un alfellomo muralón de piedra (deberá dinamitarse) que hace parecer como si el puente condujera a ninguna parte. ¡¡Vaya paradoja!!.

Esta construcción, (de siete metros de ancho y veinticinco de largo, con una fantástica estructura de cemento como para soportar 55 toneladas de peso) FUE IDEADA, PLANIMETRADA Y COSTEADA ABSOLUTAMENTE por el Brasil (la municipalidad de San Pedro pondrá solo las viguetas). El vecino país quiere incluso hacernos las casillas para Aduana y Gendarmería!!!. "Cuando el santo es grande..."

Obviamente por semejante puente podrán pasar camiones (y equipos completos) totalmente cargados y -sugirió un tremendista- también hasta tanques de guerra y todo un eventual avituallamiento de combate.

Esta semana - como dijimos - llegamos a la propia obra, fotografiamos y entrevistamos no solo al intendente de San Miguel Oeste sino también a la gente del puente. Allí el encargado de la construcción (no quiso hacer reportajes formales) pero nos explicó incluso que las obras están muy avanzadas y calculan que para mediados del año que viene estará terminado.

Los inconvenientes - prosiguió - han sido por la mala planificación que no tuvo en cuenta que el agua pega sobre un recodo contra el muralón del lado argentino, "rebota en borbotones" (cuando está crecido) y destruye sistemáticamente una de las cinco fundaciones o zapatas centrales (la que está actualmente destruida por segunda vez) donde se asentará el puente.

"Pero - acotó el técnico con energía y decisión de sobra - si este puente no funciona aquí haremos otro un poquito más abajo". ¡Tomá pa' vos!

## LA FAZ LEGAL

Para la legislación argentina el puente es una obra absolutamente irregular. Infringe en cada repartición una ley distinta y por supuesto las leyes 18.575 y la ley 21.431 (con su decreto Nº 2336)

Todo se originó en una reunión que tuvo lugar el 19 de Octubre de 1989 aquí en Posadas donde Humada y el Vicegobernador de Santa Catarina, Casildo Maldaner, junto con los intendentes de San Pedro (Luis Castro) y de San Miguel (José Zandavalli) y "empresarios" da



José Carlos Zandavalli Fiorini, el muy amable y activo intendente de San Miguel Oeste (Santa Catarina - Brasil) reportado en su despacho - Al fondo la bandera brasileña.

ambos países, (los nuestros eran los estancieros) firmaron un convenio que tiene -exactamente- dieciocho renglones y chaull, Fantástico.

Con solamente ese convenio y sin la intervención y el conocimiento oficial de ninguna autoridad nacional se está concluyendo un puente extremadamente estratégico no solo para la seguridad nacional sino como veremos para la economía y sobretodo para la soberanía de la región.

Lo más increíble es que cuando se inició la construcción, en el acto formal, al que asistieron las autoridades brasileñas, no había ningún argentino. Esto patentiza "el apunte" que le llevaba y lleva al gobierno provincial a la obra y las razones que tuvo Humada para firmar el convenio. Todo lo referido a esta puente es una muestra del desamparo nacional y provincial en esas zonas.

## LAS VERDADERAS RAZONES DE TODOS

Las razones de Brasil para pagarnos íntegramente un costosísimo puente internacional con las casillas para Aduana, Gendarmería y otros chiches, está por demás clara. Ellos no hablan de geopolítica o soberanía, cada labrador, cada empresario, cada funcionario es -sin proponérselo- por el solo hecho de quererse a sí mismos y de querer a su país - un estratégico consumado.

Las razones de los seis o siete terratenientes con una inmensa selva propia del lado argentino, también son claras. Si tuvieran que explotar sus bosques para trasladar la madera sería una aventura digna del "muchachito de Camel". Nosotros en un moderno auto

no pudimos llegar a la zona del lado argentino.

Apearán y venderán toda la existencia forestal que se les ocurra en Brasil a precios ultracomodados (a los braseros, por el flete que se evitan, todo les parecerá barato). Ellos la leña y la madera de ley la tendrán al frente a solo 30 kilómetros.

Después de esto - en el hueco que dejen en el bosque - seguramente vendrán los asentamientos golondrinas, los cultivos de soja o de cualquier cosa que no podrán andar persiguiendo, a los saltos, la seguramente exigua dotación de fuerzas de seguridad que se destaquen allí.

Uno de estos terratenientes - amigo del gobernador y principal impulsor del puente - ya ha loteado su parte de selva en predios de 25 Has.

Por todo esto - porque están mirando al frente, es decir a Brasil - nadie se preocupa por arreglar el camino semidestruido (ruta 22) o reforzar sus alcantarillas. "La cosa", literalmente, no pasa por allí. Los árboles y las riquezas se irán - si miramos como argentinos, es decir desde acá - exactamente por el lado de atrás.

## QUE GANA EL PURO PUEBLO?

Pero cuando uno se pone a pensar cual es el beneficio concreto para los habitantes de San Pedro en cuyo nombre y en el de la "integración", el habilísimo intendente Castro (incondicional de Humada) fundamenta su entusiasmo, nos encontramos que las distancias son las siguientes: de San Pedro hasta Rosales: 65 kilómetros (40

Pasa a pag. 12



# PUNTE INTERNACIONAL - BRASIL-ARGENTINA

de pág. 11

destruidos y cinco inexistentes), de allí hasta San Miguel otros 30 de tierra, en total km malisimos.

Si realmente se quisiera "la engración de ambos países" haría la siguiente cuenta: desde San Pedro a Bernardo Irigoyen (pegado a Dionisio Arqueira) 90 kilómetros de mejorable jistafallo!

Debe ser por esta razón -aunque no lo dicen abiertamente- los intendentes argentinos de Eldorado (Ligorría), Bernardo de Irigoyen (Aquino) no ocultan su profundo desagrado por esta obra.

Del otro lado -en Brasil- también el intendente de Barraquero (Dionicio Cerqueira) la ve inconveniente y totalmente inútil.

## LAS CARTAS SOBRE LA MESA

Observando un plano castro de la región, vemos que los propietarios son: Favys SA (12.865 Has), Basilio Comanski (3.000 y un loteo de 30 lotes de 25 has. cada uno); Vicente Goito, Santinelli y Goito (brasileños) y Ester Antinelli de Luchetti (brasileña) (1362 Has); Mario Santinelli casado con una brasileña (1.368 Has).

Este último -Mario Santinelli- fué el que "donó" (?) diez hectáreas para la cabecera y el muro puerto del puente, pero no hay ningún tipo de escritura pública de cesión, venta o donación, ni nada que así lo certifique. En una palabra, el puente del lado Argentino le pertenece. Por otro lado es archiconocida la amistad que tiene Basilio Comanski con el gobierno Justicialista de esta Provincia (fué fuerte aportador de fondos de su campaña).

Justamente este controvertido personaje (recibió una quita de su deuda al Banco Provincia que movió a rumores) es el más entusiasta propulsor junto con el intendente de San Pedro, Luis Castro de esta particularísima idea "integracionista".

Humada probablemente crea que los favores se pueden

devolver con la firma a desgano en un convenio internacional y no tomar demasiado en serio el asunto, pero los que NO BROMEAN Y YA ESTAN TERMINANDO EL PUNTE son los Brasileños.

Ellos tienen, según nos explicó el intendente de San Miguel, un sistema distinto para la autorización de obras internacionales de este tipo. Los municipios -con amplísima autonomía- junto con el Estado, en este caso el de Santa Catarina, hacen la obra y luego "se la entregan hecha" a la Nación. Nuestro Gobernador parece que está haciendo lo mismo.

## OTROS INTERESADOS

Hasta ahora no hemos sentido la voz de otras partes realmente interesadas en este asunto del puente, como deben ser las de la Brigada XII de Ejército, la de Gendarmería Nacional, la de Aduana, Migraciones y demás dependencias Nacionales. Creemos que todos han sido olímpicamente ignorados en una cuestión en la que daban ser parte imprescindible desde el mismísimo momento en que llegó el primer obrero brasileño al lugar.

## FINAL DE FIESTA

No hay dudas que este asunto del puente sirve como una radiografía ampliada de las causas de nuestro atraso nacional.

Mientras en Buenos Aires se habla de integración y ventas bilaterales, se dan la mano y cortan la cinta, en los hechos concretos esta pasando lo que acabamos de relatar. La improvisación, la desidia, el amiguismo, el interés mezquino de unos pocos, la ineptitud de los funcionarios y el eterno verso político, se mezclan para hacer la fórmula infalible del fracaso y la postroación.

Alguien, después, en alguna campaña política incluirá esto como otro de los "logros del Gobierno Justicialista de Misiones". Total la historia mañana, como los mapas ahora, no nos contarán como fué que un paisito descalzo que alguna vez fué nuestro, empezó a soñar en portuogues.



Intendente de San Miguel

## Reportaje al Intendente de San Miguel Oeste, Brasil

Señor Intendente José Carlos Zandavalli Fiorini, cuál es su opinión con respecto puente sobre el arroyo Papiri Guazú?

Quiero hacer una referencia respecto a cómo se está construyendo este puente. Nosotros hicimos un acuerdo con el Municipio de San Pedro para construir este puente, que tiene el aval político de los dos gobernadores, Casildo Maldaner de Santa Catarina (Brasil) y Julio Cesar Humada de Misiones (Argentina). La parte económica es decir el costo de la obra viene siendo mantenido por el gobierno Brasilerio, por la Municipalidad de San Miguel Oeste principalmente y por los empresarios de nuestro municipio y de nuestra región.

El acuerdo dice que nosotros, la Municipalidad de San Miguel Oeste, hacemos las fundaciones en el lecho del río, es decir los pilares del puente y el municipio de San Pedro nos entregaría las vigas, 226 vigas de 12 metros cada una que serían colocadas sobre los pilares para luego nosotros echar la camada de concreto y haríamos los laterales del puente.

Nosotros tenemos gran interés en desarrollar este proyecto que lo llamamos "El camino del futuro". Dentro de este contexto existen una serie de motivos que lleva a la comunidad de San Miguel Oeste, a el Estado de Santa Catarina y al mismo Brasil todo a desenvolver un proyecto de esta envergadura y ese interés es hacer la integración.

Este es un acontecimiento que supera a los acuerdos internacionales, los protocolos y las diplomacias de ambos países, porque nosotros avanzamos en el proceso de integración y no esperamos que el gobierno haga por nosotros, es así que los Municipios de San Miguel Oeste y de San Pedro hicieron lo que ha quedado fijado en los protocolos firmados entre Brasil y Argentina.

Luego del encuentro entre los intendentes de San Miguel Oeste y San Pedro el 3 de Junio

de 1989, cuando se declaró de interés la construcción del puente, nosotros en Brasil interesamos a los Ministerios, de Transporte de Seguridad Nacional, de Relaciones Exteriores, de la Marina y de todos los sectores que tengan poderes sobre esa área de frontera.

Dentro del acuerdo de las dos localidades está previsto que la parte Argentina solucione los problemas de caminos para que sean usados por los transportes brasileros?

Aquí quiero hacer una reflexión importante. Nuestro trabajo está orientado a sensibilizar a los gobiernos federales, dentro de ese proceso y con nuestro trabajo queremos demostrar qué es lo que las comunidades quieren y demostrar a los gobiernos lo que ellas pueden hacer para contribuir a la integración de los dos países. Ya se está trabajando tanto del lado Brasilerio como del Argentino para interesar a los dos presidentes, Color de Melo y Saul Menem para poner en condiciones, tanto los 35 km. desde San Miguel Oeste al puente como los 45 km. hasta San Pedro y otros 35 km. hasta San Vicente por la Ruta 14, esa es nuestra lucha.

Ya hemos interesado al Embajador Argentino en Brasil José Manuel De La Sota y él nos dijo que el Presidente Menem está muy interesado en la integración de Brasil - Argentina.

Además ya estamos hablando con empresarios de Europa, Estados Unidos y algunos de Brasil, que quieren hacer un proyecto incluyendo a las dos regiones y a la vez que adquirir propiedades del lado Argentino con la finalidad de la preservación del equilibrio del medio ambiente, va que en el lado Brasilerio el monte va han sido desvastados en su totalidad, ya no hay nada que conservar, será mucho más importante la unión de empresarios

Brasileros-Argentinos y de otros países si la región fuese preservada y será muy difícil si todo está destruido.

Estos grupos de empresarios no solamente quieren adquirir los terrenos en Argentina sino también van a habitar las tierras compradas, con el solo fin de la preservación del monte. Qué pasará con la obra si en el mes de Octubre, cuando se lleven a cabo las elecciones para Gobernador del Estado de Santa Catarina, se elige un gobernador de otro color político al suyo?

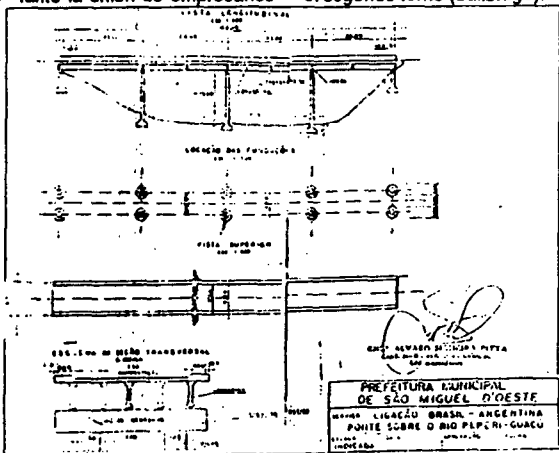
Yo le voy a citar un hecho interesante, esta es una obra de los Municipios con el aval político de los Gobernadores de cada Estado y que pronto recibirán el aval de los presidentes de los dos países de tal forma que no corre ningún riesgo la obra. Actualmente hay cinco candidatos a gobernador en el Estado de Santa Catarina, naturalmente uno de ellos será elegido, pero nosotros precisamente aquí en San Miguel Oeste hemos tenido una reunión con todos ellos y han asumido la responsabilidad de continuar con este trabajo.

Sr. Intendente, se puede decir que Brasil va a ser el primer beneficiado con la construcción de este puente, considerando que el lado Argentino presenta deficiencias en los caminos y las infraestructuras necesarias para tal fin?

Yo creo que todo esto depende de los empresarios, tanto de aquí como de allá, ya existen comisiones internacionales de empresarios que trabajan para prever estos inconvenientes, para lograr el éxito de sus negocios.

Intendente, su candidato a la gobernación del Estado de Santa Catarina, ganará las próximas elecciones?

Yo creo que sí, se han hecho encuestas y él figura en segundo lugar, pero ganará en el segundo turno (ballotage).



Planos del Puente - Huelgan comentarios

RECTIFICACION DE MOTORES  
RECTIFICADORA MISIONERA S.A.

DISTRIBUIDOR:  
PERFECT CIRCLE  
FEDERAL MOGUL  
WAGNER LOCKHEED  
PHILIPS  
KELUBE



Posadas

Av. URUGUAY 811  
Av. LAVALLE 3162



# Terratenientes de la depredación

Brasileños explotarán selva virgen argentina

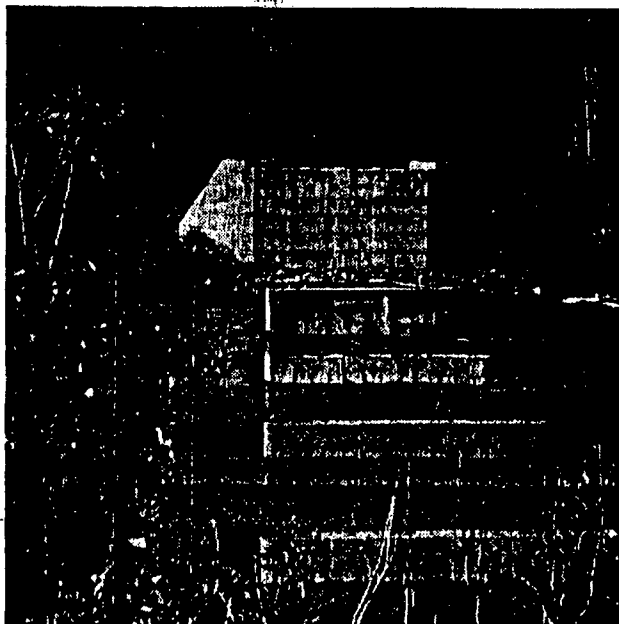
erratenientes misioneros de San Pedro y del municipio brasileño de San Miguel Oeste están construyendo un puente clandestino sobre el río Pepirí-Guazú, cuya finalidad sería la de internarse en el monte virgen existente en la zona argentina y explotar, depredación mediante, las riquezas madereras de la zona.

La denuncia fue formulada por el semanario misionero *Usted*, en su última edición, precisando que la construcción del puente es desconocida por la Gendarmería, la Aduana Nacional, las autoridades locales y el Ministerio de Obras Públicas.

En cambio, el gobernador misionero Julio César Humada (PM), reconoció que la construcción del puente fue autorizada con el estado de Santa Catarina, el municipio de San Miguel Oeste, el ingeniero principal de la obra fue financiado por los brasileños.

La intención de los brasileños es entrar en el monte virgen del lado argentino, perteneciente a seis o siete grandes terratenientes, en su mayoría argentinos y brasileños, con predios que alcanzan a 40 mil hectáreas y que se reúnen en ese verdadero tesoro forestal", declaró a *Sur* Edmundo Yegros, director del semanario *Usted*.

Entre los propietarios de la zona figuran Favys SA, propietaria de 41 mil hectáreas y con domicilio legal en Caerules Federal, Maggi de Lorencini (1.000), Basilio Domanski (3.750),



Vicente Goifo, Santinelli de Goifo (brasileños) y Ester Santinelli de Luchetti (brasileña) (1.363) y Mario Santinelli (1.368). Este último fue el estanciero que donó diez hectáreas para la cabecera y el futuro puerto del puente, pero no existe

ningún tipo de escritura pública de cesión, venta o donación.

A su vez, el empresario Basilio Domanski, vinculado políticamente con el gobernador Humada y propietario de un aserradero en la zona, sería uno de los impulsores del proyecto, junto con

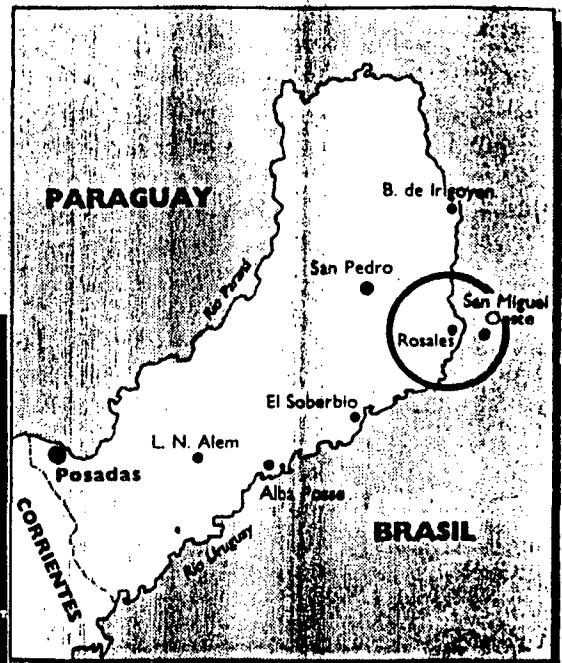
el intendente de San Pedro, Luis Castro. El puente fue planificado para soportar un peso de 55 toneladas y tampoco aportará ventajas para la red vial misionera, ya que se levantará en un páramo conocido como Rosales, sobre la margen del Pepirí-Guazú y a 65 kilómetros de la localidad de San Pedro.

"Del lado argentino hay monte puro, selva virgen, soberanía abandonada y la casi intransitable ruta 22 se pierde en la espesura que la ha tapado completamente", explicó Yegros detallando que la localidad de Rosales no cuenta, siquiera, con un núcleo habitacional.

En cambio, del lado brasileño, una ruta de 30 kilómetros en perfecto estado une la margen del Pepirí-Guazú, donde se construye el puente, con la ciudad de San Miguel Oeste, más moderna que Posadas y con una población similar.

"Nuestro equipo no pudo llegar a Rosales por el lado argentino, porque además del intenso bosque tiene un altísimo murallón de piedra. Debimos cruzar a Brasil por Bernardo de Irigoyen y después bajarnos hasta San Miguel. Sólo así pudimos acceder al puente", relató Yegros.

Según las investigaciones del semanario misionero, el municipio de San Pedro sólo costeará las viguetas, mientras que los brasileños financiarían



Puente (legal en construcción) sobre el río Pepirí-Guazú une las márgenes entre los dos países, como partecito un acuerdo entre hacendados de aquí y allá

hasta las casillas de Aduana y Gendarmería, demostrando un interés por la obra que estaría ligada a la explotación de la selva virgen existente del lado argentino y su exportación a San Miguel Oeste.

La construcción del puente, violatoria de las leyes 18.575 y 21.431, se originó en un acuerdo que el 19 de octubre de 1989 celebraron en Posadas el gobernador Humada y el vicegobernador de Santa Catarina, Casildo Maldaner, junto con los intendentes de San Pedro, de San Miguel Oeste, y los estancieros de Rosales mencionados con anterioridad. El convenio se resume en 18 renglones.

"Las verdaderas razones de Rosales para pagar el puente están claras: una de las seis o siete terratenientes de una inmensa selva propia del lado argentino también son claras. Aprearán y venderán toda la existencia forestal que se les ocurra en territorio brasileño a precios ultraacomodados", aseveró Yegros.

Los intendentes de otras localidades lindantes, ya conectadas a ambos lados de la frontera, como Eldorado, Bernardo de Irigoyen y Barraco (Brasil), tildaron la obra en danza como "inconveniente y totalmente inútil".

El intendente de San Miguel Oeste, José Carlos Zandavali, en declaraciones a *Usted*, reconoció que "varios meses hablando con empresarios de ropa, de los Estados Unidos y algunos de Brasil", interesados en adquirir propiedades y que "del lado brasileño el monte ya ha sido devastado en su totalidad".

Alberto Ferrari

San Pedro-San Miguel Oeste

## Puente con Brasil será inaugurado legalmente

**BUENOS AIRES (Corresponsalía)** - El puente entre San Pedro y San Miguel Oeste que une la provincia de Misiones con el estado Santa Catarina, Brasil, será legalmente inaugurado, ya que los problemas de derecho público internacional que su proceso de construcción hubo de generar fueron solucionados. "No lo vamos a dinamitar y el puente seguirá existiendo", anunciaron anoche a EL TERRITORIO el subsecretario de Relaciones Económicas Internacionales, embajador Alieto Guadagni; el director de Integración Económica, embajador Félix Peña y el jefe de Asuntos Institucionales de la Cancillería Argentina, embajador Jorge Telesman.

En el marco de una conferencia de prensa realizada en el Palacio San Martín, se interrogó a los funcionarios sobre la posición oficial del Ministerio de Relaciones Exteriores sobre la construcción del puente y la cuestión que se generó en su torno.

El embajador Telesman precisó que la Cancillería ha mantenido una serie de conversaciones con el resto del gobierno nacional que tiene que ver con la toma de decisión en esta cuestión y ya está todo prácticamente resuelto.

Señaló que "las denuncias que generó su construcción, como la referida al material con que fue construido, que supuestamente fue traído del extranjero, consideramos tanto la Cancillería como el resto del gobierno nacional, son problemas mejores frente a la alternativa de dinamitarlo; que le aseguro -dijo- que tenemos la seguridad de que el puente va a seguir existiendo, se resolvió el problema, y no lo vamos a dinamitar".

Concluyó revelando que la Cancillería está trabajando para darle la forma específica y para que no haya en el futuro ningún inconveniente de tipo legal e institucional.

# Dos municipios construyen un puente con el Brasil

POSADAS.- Un estado de desazón se generalizó en los últimos tiempos entre los habitantes de San Pedro, en el límite con Brasil: la habilitación del puente, casi terminado, que debe facilitar la integración con una zona potencialmente rica y que podría sacarlos de la postración en que viven, parecía que iba a demorarse "sine die", por no haberse observado, al construirlo, ciertos requisitos propios de los hábitos diplomáticos.

Ahora les ha vuelto la tranquilidad: en esta ciudad, tres funcionarios de la Cancillería, el subsecretario de Relaciones Económicas Internacionales, Atilio Guadagni, el director de Integración Económica, Félix Peña, y el jefe del Área de Asuntos Constitucionales, Jorge Telerman, anunciaron que, por el contrario, "habrá una inauguración legal del puente".

La obra comenzó a construirse por iniciativa del municipio argentino de San Pedro y del brasileño de San Miguel Oeste, pero sin conocimiento de nuestro gobierno, aunque sí del de Brasil.

Telerman convino en que "la denuncia de apertura de un paso fronterizo ilegal y del posible ingreso no autorizado de materiales tráficos desde el extranjero son asuntos menores, tanto más si la alternativa fuese destruir el puente".

San Pedro es una antigua localidad misionera, ubicada en plena selva, en el ángulo nordeste del territorio provincial.

Otrora contaba con fajas de yerbatales silvestres explotados a comienzos de siglo por baqueanos que se internaban abriendo picadas en dura lucha contra el medio agreste.

Hoy la economía languidece por falta de estímulos. La producción forestal está caída; los yerbatales naturales tienden a extinguirse y, en consecuencia, los bigareños carecen de trabajo. Han aparecido alarmantes síntomas de pobreza, desnutrición y hasta se menciona la existencia de una comunidad (alrededor de 15 familias) afectada de lepra. Proliferan la prostitución y las enfermedades venéreas.

Pero quienes viven allí saben que la reactivación puede venir desde el otro lado del río Pepirí Guazú, es decir de la pujante localidad brasileña de San Miguel Oeste, distante 35 kilómetros del río, que fija la frontera.

Todo comenzó en un asado...

Según se cuenta, corria abril de 1988 cuando el intendente Luis Castro (P.D) organizó un asado que tuvo como invitado especial a su colega brasileño José Carlos Zandavalli Fiorini, "prefeito" de San Miguel Oeste.

Afirmar los vecinos de San Pedro que allí nació la idea de construir un puente sobre el río Pepirí Guazú,



Inicio de las obras del lado brasileño

(Cortesía del diario El Territorio)

para unir el punto más oriental de la Argentina con el activo sur brasileño.

Los jefes comunales conversaron con sus respectivos gobernantes: de Misiones, Julio César Humada, y del estado de Santa Catalina, Casildo Maldaner, quienes a su vez se reunieron en Posadas, en octubre del mismo año, para formalizar la iniciativa.

La obra fue localizada frente a un paraje misionero denominado Rosales, totalmente deshabilitado, en contraste con las numerosas chacras que cultivan soja y maíz en el sector brasileño, lugar al que se llega por la ruta provincial 22, conectada a su vez con la nacional 14.

## El comienzo de la obra

Los gobernadores acordaron la construcción del puente con un proyecto diseñado por Vialidad de Misiones, de 7 metros de ancho por 45 de largo, con tres juegos de pilares asentados sobre el lecho del Pepirí. Los brasileños informaron a su cancillería, al Ministerio de Transporte y a los organismos de seguridad, encargándose a los empresarios de San Miguel Oeste el aporte de la mayor parte del material y el pago de los salarios de 35 trabajadores.

La comuna de San Pedro, en tanto, se comprometió a entregar losetas de hormigón para la calzada, lo que hasta el momento no se concretó.

Diarios del Brasil (Zero Hora, de Porto Alegre, y Diario Catarinense, de Florianópolis) anunciaron recientemente que los presidentes Menem y Collor de Mello inaugurarían en agosto la obra binacional, o "bimunicipal", si se profiere.

Los diarios han abundado, además, en acotaciones de inoleo geopolítica. Señalaron, por ejemplo,

que el puente acortará en 300 kilómetros la distancia entre San Pablo y Buenos Aires y conectará a puertos brasileños del Atlántico con el puerto chileno de Antofagasta, sobre el Pacífico. La información hasta puntualizó que el secretario de la presidencia del Brasil, Marcos Coimbra, está encargado de compatibilizar las agendas para el encuentro de ambos mandatarios.

## Amenaza de frustración

Pero nadie se había acordado de avisarle a la gente del Palacio San Martín y cuando esta se enteró de lo que pasaba hizo escuchar sus quejas. Por un momento pareció que todo lo hecho iba a redundar en otra de esas decepciones tan frecuentes en la Argentina.

La sombra de la frustración se extendió ominosa y el desánimo cundió, según ahora se cree, sin razón alguna.

El entusiasmo de los vecinos se afina en la necesidad que tiene Brasil de proveerse de materia prima maderera para sus industrias, habida cuenta de que en Misiones aun restan extensiones enormes de árboles que pueden ser explotados. Al margen de la proyección continental, en San Pedro se espera que el puente pueda contribuir eficazmente a reactivar la zona, cuya depresión es hoy día alarmante.

La obra está ya construida en un 80 por ciento y sería insólito que su habilitación vaya a ser trabada por la aplicación ordenancista de reglamentaciones vigentes por nuestro lado y que sólo pueden emanar de tres esferas: el Ministerio de Relaciones Exteriores, la Dirección de Aduanas y la Gendarmería.

César L. Sánchez Bonifato

30/12/1991  
LA NACION

## Nuevo puente internacional

Una situación institucional singular se ha creado con motivo de la construcción del puente que unirá la localidad argentina de San Pedro, Misiones, con la brasileña de San Miguel Oeste, a través de las aguas del río Pepiri Guazu.

La decisión de construir este paso internacional fue adoptada por los dos municipios interesados en abril de 1988 y la obra se puso en marcha con apoyo de la Dirección de Vialidad de la provincia de Misiones. Pero, aunque parezca extraño, no se habría notificado del proyecto a la Cancillería de nuestro país.

En nuestro sistema institucional, la conducción de las relaciones exteriores está a cargo de las autoridades nacionales y, por lo tanto, una provincia o un municipio carecen de facultades para encarar por sí mismos la apertura de una vía de tránsito destinada a intensificar la comunicación con un país vecino.

La irregularidad se habría producido únicamente en el lado argentino, ya que la Cancillería del Brasil fue informada oportunamente de la ejecución de la obra, lo cual hace más inexplicable la ausencia de nuestros organismos nacionales en la toma de decisión y en la puesta en marcha de los trabajos respectivos.

Al tomar tardíamente intervención en el proyecto, el Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto de nuestro país se ha encontrado frente a un hecho consumado, ya que el puente está casi terminado y muy pronto estará en condiciones de ser habilitado.

La propia naturaleza del proyecto torna necesaria la participación de la autoridad nacional: el puente acortará en 300 kilómetros la distancia entre San Pablo y Buenos Aires;

además, conectará a puertos brasileños del Atlántico con la ciudad chilena de Antofagasta, sobre el Pacífico.

Como el proyecto promete ser beneficioso para ambos países -y, sobre todo, para las regiones directamente afectadas-, sería ahora difícil que la Cancillería argentina opusiera, a esta altura, algún tipo de obstáculo a la iniciativa. Pero eso no significa que deba pasarse por alto la falta de procedimiento en que se ha incurrido, pues, en principio, se habría consumado un avance del poder municipal (aún del poder provincial) sobre facultades que la Constitución reserva de manera expresa a la Nación. Ello sienta un precedente lesivo para el orden institucional.

El puente que pronto enlazará a las dos márgenes del Pepiri Guazú -cuya estructura se apoya sobre tres juegos de pilares asentados sobre el lecho del río- producirá, probablemente, una reactivación favorable para la actividad económica regional.

La zona de San Pedro, situada en el nordeste de Misiones, fue en el pasado uno de los centros de explotación forestal más importantes de la provincia. Actualmente padece, como tantas otras zonas del país, las consecuencias de la recesión económica. Es comprensible, por lo tanto, el apoyo que la comunidad local prestó desde el comienzo a una obra concebida para promover el intercambio con un sector geográfico pujante de la economía brasileña.

Pero el paso del Pepiri Guazú, destinado a profundizar el lazo entre dos naciones, sobrepasaba -a todas luces- los límites del diálogo intermunicipal.

## Activan construcción de puente binacional

Una delegación proveniente de la ciudad de San Miguel Oeste, Estado de Santa Catarina (Brasil), estuvo ayer en esta provincia y se reunió en Posadas y en San Pedro con funcionarios misioneros, para tratar acerca del avance de las obras de construcción del nuevo puente internacional sobre el Pepurí Guazú, que unirá a Misiones con territorio de Brasil.

La componían los empresarios Darci Zanotelli, Amadeu Antonio Bertouli, Elirio Liottu y Roberto Barazetti, integrantes de la comisión que apoya esta obra, que está ejecutada en un 80 por ciento. Como se informó, también cuenta con respaldo de la Municipalidad de San Pedro y de la Dirección Provincial de Vialidad (DPV).

En horas de la mañana, los visitantes conversaron con el ministro de Obras Públicas, Juan Carlos Guerra y con el subsecretario Santiago Ross; con el titular de la DPV Juan Carlos Dominici, y con el director de Obras Carlos Wasilicow. Por la tarde retornaron a

El dorado y anoche mantuvieron una reunión con el intendente Municipal Luis Casero y representantes de las fuerzas vivas de San Pedro.

Consultados por EL TERRITORIO, Zanotelli, Liottu y Barazetti destacaron el interés que existe en San Miguel Oeste, una pujante ciudad que ya cuenta con 80.000 habitantes por la habilitación del puente, lo antes posible.

"Sabemos que traerá enormes beneficios para la zona, al constituir un nuevo vínculo de enlace. Se aumentará el tráfico automotor, habrá más actividad en todo sentido y cuando nos enteramos que los argentinos prestan pavimentar el tramo faltante de la Ruta Nacional 14, hasta San Pedro, ello nos causó mayor entusiasmo", expresaron.

Reiteraron asimismo que para la inauguración del puente sobre Pepurí Guazú, existen firmes posibilidades de contar con la asistencia de los presidentes Carlos Menem y Fernando Collor de Melo, para lo cual trabajan

en conjunto las cancillerías de ambos países.

El encuentro en la frontera está previsto para el mes de agosto y en la actualidad se trabaja en el emplazamiento de la calzada, para lo cual hoy sale de la capital misionera una carga de bitumetas construidas en talleres de Vialidad Provincial, organismo también encargado de realizar tareas de voladuras y movimiento de suelo en sector de la cabecera, conocido como Paraje Rosales.

Desde allí corre la ruta provincial 22 que enlaza con la nacional 14 a la altura de Cruce Caballero y tiene una extensión de quince kilómetros. Cruce Caballero a su vez, dista de San Pedro, aproximadamente doce kilómetros.

La delegación de San Miguel Oeste entregó a los funcionarios provinciales y medios de prensa, una carpeta con los antecedentes de la obra, intervención de altas autoridades del país vecino y resúmenes de diarios del Brasil, que resaltan su proyección continental.

# AL PUEBLO DE MISIONES

Ante la anunciada inauguración del Puente Internacional entre San Pedro (Argentina) y San Miguel Oeste (Brasil) y coherentes con nuestra posición frente a ese mamarracho, nos vimos obligados a hacer pública esta realidad ante el país.

Por otra parte hemos quedado "sorprendidos" por la grosera equivocación del Diario La NACIÓN en este tema, ligereza que también la hicimos notar.

La Solicitud que publicamos ayer en el Diario CLARIN de Buenos Aires, es harto elocuente de todo lo expuesto y consideramos de interés para la Provincia de Misiones, proceder a su reproducción textual.

Semanario Usted

VF

Página 32 ★ INFORMACION GENERAL Buenos Aires, jueves 11 de abril de 1991 ★ CLARIN

SOLICITADA

## DE MISIONES AL PAIS

AL PRESIDENTE DE LA NACION  
AL CONGRESO NACIONAL - AL EMBAJADOR DE LA SOTA  
AL CANCELLER DI TELLA - AL MINISTRO ERMAN GONZALEZ  
A LOS DOCENTES - A MIS COLEGAS PERIODISTAS  
AL PUEBLO ARGENTINO

Soy Director del Semanario USTED (afiliado a ADEPA), que se edita en Misiones desde hace siete años. En varias publicaciones denuncié la construcción de un PUENTE INTERNACIONAL CLANDESTINO entre Argentina y Brasil, mas precisamente, entre Rosales, Dpto. de San Pedro - Misiones - Argentina y San Miguel Oeste, Dpto. de Santa Catarina, Brasil. Rosales, no figura en los mapas de Misiones que vende el Automóvil Club Argentino.

En aquel momento de mi denuncia, nadie en Misiones tenía conocimiento oficial de dicha obra, ni la Brigada 12 del Ejército, ni Gendarmería Nacional, ni Aduanas, ni Migraciones, ni Prefectura, ni Cancillería en Buenos Aires; sólo existía un protocolo de entrega propiciado por los Municipios de San Pedro (Argentina) y San Miguel Oeste (Brasil).

Pero Independientemente del problema de forma, a todas luces irregular, he cuestionado el problema de fondo, que radica en la Inconveniencia para Misiones de dicho puente, por cuanto no se cumple una condición vital, no están CREADAS LAS NECESIDADES en nuestro país, para la existencia de un vínculo físico entre las dos naciones en ese punto. Ya que, del lado brasilero, está la pujante ciudad de San Miguel Oeste con un millón de habitantes incluida su zona industrial y productora con caminos y rutas pavimentadas, y del lado Argentino en cambio, la selva virgen, sólo la selva.

Entrando desde Brasil por el futuro puente, para encontrar al primer habitante argentino habrá que recorrer 65 km. de los cuales 45, son intransitables, dignos de la mejor historia de la "Argentina Secreta".

Los brasileros en esa zona, ya no tienen madera para la industria ni para el carbón, en este momento se abastecen desde Mato Grosso, distante 3.000 km. Con este puente, la madera que tanto apetece, la tendrán a 100 metros.

Después de mi denuncia, todos los "puenteados" se apresuraron por salvar las cuestiones formales y hoy, me entero con sorpresa y tristeza, que ese puente ya no es clandestino y que se inaugurará oficialmente por Menem y Collor.

Evidentemente, ni el Embajador De la Sota, ni el Canciller Di Tella, ni el Ministro Erman Gonzalez, tienen la más mínima idea de donde está Misiones y mucho menos, cuáles son sus necesidades y sus riesgos; sólo se han preocupado en contabilizar para la agenda presidencial, una obra más para su inauguración en la temporada preelectoral.

Se habilitará el puente y pondremos allí dos gendarmes para controlar a quince millones de brasileros que presionan en las espaldas de Misiones.

No nos engañemos, en nuestro país, este puente le interesa solo al intendente "chileno" de San Pedro y a media docena de terratenientes propietarios de esas 50.000 hectáreas de madera virgen, que encontrarán en la necesidad y desesparación de los brasileros, sus mejores olerentes.

Es mentira lo que dice el Diario La Nación en su Editorial del 30/3/91, cuando señala que este puente trucho, acortará en 300 km, la distancia entre Buenos Aires y San Pablo.

Sepa el país, que cuando el Presidente Menem esté inaugurando este puente, estaremos abriendo las puertas de nuestra desguarnecida selva, a un ejército sin alma de motosierras con dientes afilados. Ese día para los que queremos a Misiones, será tan triste como cuando nos fundieron el Belgrano o perdimos el Beagle. Los brasileros para succionarnos, no necesitan de carabineros, psicólogos ni trillados, usan armas no convencionales; la radio, la televisión, el samba y el tambor. La exuberante Xuxa da la clave: "es la hora, es la hora".

Los maestros argentinos deberían advertir a sus niñitos cuando les enseñan conceptos de soberanía, que no siempre los enemigos son los de afuera.

El puente en cuestión, cuya construcción está en la etapa final, fué totalmente financiado por los brasileros, incluso construirán por su cuenta, del lado argentino, las casillas para Gendarmería y Aduana. Cuando la limosna es grande (?).

Sin embargo, ante los hechos consumados y si la idea es no volver atrás, es lógico pensar en algún remedio. Para ello, como primera medida, habrá que asumir que hemos sido manoseados y que este puente no es nuestro fruto, porque así como existen hijos "legítimos" y "reconocidos", debemos admitir que este puente es "reconocido"; no lo parámos nosotros, lo hizo el vecino y en base a esta realidad, me permito sugerirle respetuosamente al señor Presidente de la Nación, que al cortar la cinta de inauguración de este puente que nos impusieron, paralelamente firme un Decreto declarando Parque Nacional a esas 50.000 hectáreas de selva virgen a su alrededor.

A pesar de todo y en base a la esperanza que reza Alberto Cortez en su "... Todos los incurables curan hasta cinco minutos antes de la muerte..."; tal vez el periodismo escrito nacional, las radios y los poderosos de la televisión, Neustad, Grondona, Marcos, Kelly, Mirtha Legrand, Liliana López Foresi (ella conoce el caso), los chicos de Nueve Diario, los de Argentina Secreta y otros, puedan hacer algo para neutralizar el proyecto de un intendente "chileno" y el de un reducidísimo grupo de terratenientes que ni siquiera viven en Misiones. Yo no tengo padrinos ni medios para acceder a esa prensa, soy un modesto editor de adobe, parado en un terrón de tierra roja erosionada por la voracidad de los brasileros.

A esta altura de la nota, muchos argentinos se estarán preguntando... y Misiones, no tiene legisladores nacionales? En esa realidad, es una muy buena pregunta.

Edmundo Cesar Yegros.

TEL: 0376-564.499

Como si la realidad argentina no pudiera brindar más que una sucesión incoherente de anécdotas absurdas, en la provincia de Misiones se está construyendo un puente internacional sobre el río Pepirí Guazú que unirá la ciudad de San Miguel Oeste, en el estado brasileño de Santa Catarina, con un pedazo de selva virgen, deshabitado, que constituye una de las principales reservas forestales argentinas.

La historia de este disparate comenzó el 3 de junio de 1989, cuando los intendentes de la localidad misionera de San Pedro (a 65 kilómetros del río) y de San Miguel Oeste (a 30 kilómetros del Pepirí Guazú) firmaron un convenio, luego ratificado por los gobernadores de Misiones y de Santa Catarina, con el objeto de construir un puente internacional que comunicara ambas localidades por tierra.

Sobre la base de la integración con el Brasil iniciada por el señor Alfonsín y continuada por el señor Menem, ambos intendentes comenzaron un puente cuya construcción y habilitación, prevista para septiembre próximo, se ha erigido en una amenaza más para la soberanía argentina en esa región.

Las cuestiones de límites son básicas en la vida de los Estados, y no es necesario remontarse a la historia de la humanidad para comprender cabalmente estos fenómenos cuya resolución ha dependido siempre de cinco factores: accidentes naturales, población, economía, diplomacia y capacidad militar.

En el caso de los imperios de Portugal y de España, el límite en sus posesiones de América del Sur fue finalmente el río Uruguay, del cual es afluente el Pepirí Guazú. La primera batalla importante (aparte de las diplomáticas) ocurrió en la zona de Misiones a mediados del siglo XVII, y se trató de una batalla fluvial, precisamente sobre el río de los pájaros.

Los sacerdotes jesuitas de las Misiones, jefes militares de los guaraníes, vencieron en el río Uruguay a los ejércitos de indios tupíes reclutados por los bandeirantes (el escudo de San Pablo, de los paulistas brasileños, es una mano que porta una bandera) para aislar las posesiones españolas y tomar prisioneros entre los aborígenes, los que luego serían vendidos como esclavos.

Obligados a retirarse por los borbones, los jesuitas dejaron un gran vacío que permitió la destrucción de los siete pueblos misioneros por parte precisamente de los bandeirantes, como todavía lo atestiguan las ruinas de las Misiones.

Toda la zona de Misiones y Corrientes que lindaba con el río Uruguay era controlada por los Dragones del Rey, de los cuales eran oficiales.

## Absurdo puente internacional en Misiones

# Dios salve la selva

por Rodolfo Gallo

Entre los padres de San Martín y de Alvear, entre otros.

La República Argentina, como heredera de España, tuvo que declarar contra el imperio del Brasil, igual que la Banca Oriental, que incluso fue incorporada al Brasil Imperial como provincia Cisplatina hasta que la liberaron los 33 Orientales.

### • El primer puente

Toda esta larga historia, desde el río de los pájaros primero, y la Banda Oriental después, fueron los obstáculos que separaron a los imperios, y luego a los países independientes, explica perfectamente por qué hubo que esperar hasta mediados del siglo XX para que se construyera el primer puente internacional entre la Argentina y el Brasil: el Paso de los Llores con Uruguayana.

Este puente no solamente está ubicado en un estrechamiento del lecho del río Uruguay, sino que une dos poblaciones importantes, una en Corrientes y otra en Río Grande del Sur. Ambas ciudades tienen importantes guarniciones militares, de Caballería los riograndenses, de Infantería y Artillería los corrientinos.

Otro paso importante que se ha desarrollado entre la Argentina y el Brasil es la aduana seca de Bernardo de Irigoyen, en Misiones, con la ciudad limitrofe de Dionisio Cerqueira, en Santa Catarina. Allí también limita Bernardo de Irigoyen con otra ciudad, Barracón, en el estado de Paraná, de manera que se trata de tres ciudades unidas por tierra, separadas por calles, dos brasileñas, de serdos estados de ese país, y una argentina, misionera.

El problema que tradicionalmente enfrentó la Argentina, en su frontera con el Brasil, es el enorme esfuerzo que desahoga nuestro vecino en todos sus límites internacionales, incluidos los que mantiene con nuestro país. Desde hace veinte años, cuando brasileño hay carreteras asfaltadas, el adicisco, servicios de transporte, hospitales, energía eléctrica, repáricos de la aviación, estaciones radiológicas potentesísimas, etc. no hablar de las guarniciones militares orientadas en la

región, especialmente en Río Grande del Sur. Pues bien, el problema de Misiones es que le ha costado siempre muchísimo mantener cierta relación de paridad con sus estados vecinos, ya que la política de fronteras argentina es casi lo opuesto a la que conduce Brasil. El abandono, el desinterés y el desconocimiento han sido la política constante de Buenos Aires con respecto a sus fronteras en general, y a las de Misiones, en particular. Por ejemplo, es imposible para un habitante argentino comprar tierras en la zona interior del Brasil, pues solamente se le permite en la costa, mientras que en toda la zona que va de Bernardo de Irigoyen hasta San Javier se habla el portugués como bien lo sabe toda maestra que ejerce en esa región. Hay canchad de colonos brasileños asentados primero, en forma clandestina y luego legal, a los cuales les cuesta muchísimo hablar castellano.

Por esa razón la provincia de Misiones tiene que poner su mayor énfasis en Puerto Iguazú -zona de gran turismo internacional donde existe una estrecha relación con Foz de Iguazú-, y en Bernardo de Irigoyen, donde está su aduana seca y paso terrestre al Brasil a través de dos ciudades limitrofes como Barracón y Dionisio Cerqueira. Y no solamente se proyecta hacer en el Rataí, Rosales.

Un primer análisis de la situación muestra que San Pedro está en medio de la meseta misionera, unida a Bernardo de Irigoyen por 60 kilómetros de asfalto, a través de las rutas provinciales 26 y 17. Posadas no está en cambio unida con Oberá totalmente con asfalto, pues falta un tramo, desde San Pedro hasta San Victoria. En cuanto a su pretensión de conexión con el Pepirí Guazú y San Miguel Oeste, sería por la vieja y archiabandonada ruta provincial 22 que es prácticamente intrasitable, salvo para el rubio de Camé (únicamente pasan vehículos 4x4, de cobertreción, tipo safari, y camiones tipo Unimog de efecto o de la gendarmería), con alcantariellas semidestruídas que no soportan 10 toneladas. Como dijo el semanario Ustéd, de Posadas, que denunció la construcción de

este puente, mucho antes de llegar a ese parámetro que es Comandante Rosales (a la vera del río Pepirí y frente al Brasil) "la ruta provincial 22 se pierde en la espesura, que la ha tapado completamente".

Tanto es así que, hoy por hoy, solamente se pueden ver las obras del puente desde el lado brasileño, donde se llega desde San Miguel Oeste luego de recorrer una ruta de tierras de colonos prolijamente cultivadas. Lo que ocurre es que todo el estado de Santa Catarina ha sido deforestado imprevisiblemente, y ahora la importante industria misionera de San Antonio tiene que traer madera desde la zona de Amazonia, o Mato Grosso, a más de 3.000 kilómetros de distancia. Es por esa razón que los brasileños construyen a toda prisa el puente, porque, desde su punto de vista y sus intereses, el proyecto es a pura ganancia.

El problema es para la Aduana, Migraciones, Vialidad Provincial, y, especialmente, para la gendarmería nacional, a la que le toca actuar como el pavo de la boda, pues ni las autoridades de la provincia donde la Cuarta Agrupación tiene sede, ni las autoridades del Ministerio de Defensa de las cuales dependen, han hecho por ahora nada que ponga la construcción del absurdo puente.

Por ahora, la gendarmería hizo lo único posible: ha colocado un puesto en Cruce Caibatio, en la intersección de la ruta nacional 14 con la provincial 22 y desde allí espera los acontecimientos, pues por ahora el puente es un paso no habilitado. Es decir, que todo lo que transpasa el puente es directamente contrabando.

De más está decir que nadie ha pensado en los costos, y a quién beneficia, reconstruir y asfaltar la ruta 22 hasta para Rosales, mantener destacamentos allí de Aduana, Migraciones, gendarmería, policía provincial. No que hablar si la ruta 22 sigue como está, especial para safaris, pues entonces las ocasiones argentinas dependerían notablemente del Brasil para comer, comunicarse, medicina, transportes y mil aspectos más, no menos importantes, que todos los expertos en fronteras conocen. Los puentes interprovinciales, para que den fruto, deben ser la culminación de un proceso de armonización de equilibrio entre dos zonas igualmente desarrolladas.

Ninguno de estos presupuestos se da con la construcción de este puente, convertido por costumbre y gracia de la ineptitud argentina, en una puerta para la deforestación forestal, en una preocupación para el ejército y la gendarmería, en costos abultados y en ningún beneficio para la provincia y el país.



# La integración con Brasil tiene un extraño puente de mano única

El puente, cuya construcción comenzó en forma clandestina, unirá San Miguel Oeste con Brasil.

El puente que se levantó en silencio, sin calificativo de gran obra, "clandestino" o denunciado por muchos habitantes de Misiones —, va a conectar la ciudad brasileña de San Miguel Oeste con Rosales, una zona agrícola del lado argentino, con un puente virgen de casi 50.000 hectáreas. "El puente será un viaje de silencio", ironizan algunos sectores que cuestionan la construcción que estará lista para ser inaugurada. "La obra le permitirá a los brasileños comercializar la madera de esa selva virgen. Les evitará que trasladarse hasta el Mato Grosso, que les queda un poco más allá de 3000 kilómetros de distancia", se enoja Edmundo Céspedes, director del semanario "El Sur", el primero que se opuso a la construcción.

La obra, que cruza por encima del río Guazú, habría sido financiada en gran parte, por los brasileños, desde el principio, beneficiarios para la Argentina: la zona más cercana, San Pedro, está a unos 65 kilómetros. La construcción, acordada en abril de 1988, no fue entonces por la Dirección de Obras de la provincia de Misiones, no habría sido notificada en forma de un decreto, como de norma.

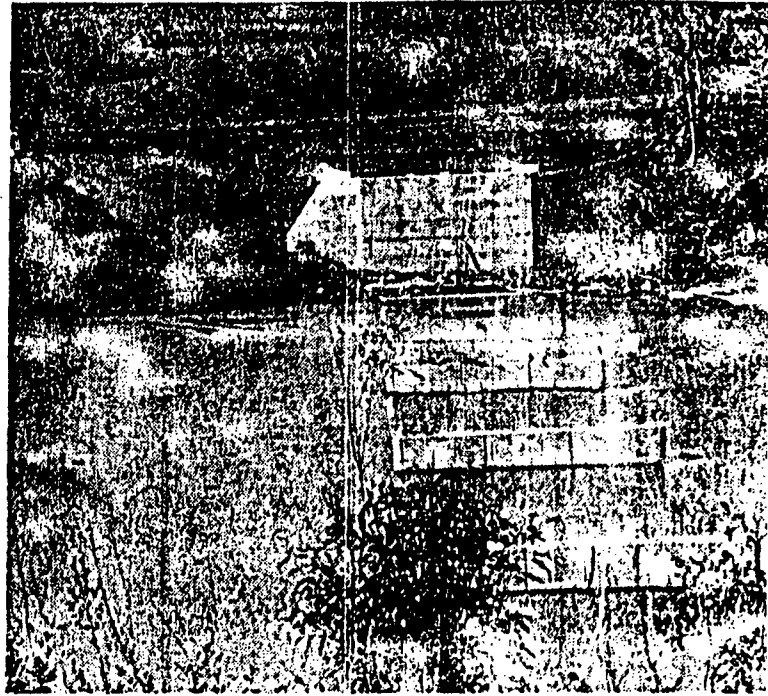
El proyecto develó además las irregularidades en la construcción del puente y ya que "ni la brigada 12 del Ejército, ni Gendarmería Nacional, ni Aduanas, ni Migraciones, ni Prefectura, ni Cancillería en Buenos Aires", tenían idea del inicio de la

El total financiamiento del puente por parte de los brasileños abre aún más las sospechas sobre los benefi-

cios que puede implicar para la población misionera, aunque el diputado de esa provincia, Héctor Dalmau, rescató "la posibilidad de acercar a la gendarmería a la zona". Otro representante de Misiones, el senador Mario Aníbal Losada, ya en setiembre del '90, envió un proyecto a la Cámara alta para que se informe sobre la construcción del "puente clandestino" en donde celebraba todo esfuerzo de integración, pero señalaba que "la eficiencia y la eficacia, no deben estar por encima del cumplimiento de las formalidades necesarias como para que estas acciones debiliten la coherencia de la Federación Nacional".

Otra curiosidad que presenta el caso es la imposibilidad de acceder al puente por el lado argentino ya que la ruta 22, único camino que se acerca, está completamente cubierta por la espesura, lo que la ha vuelto intransitable.

El problema no se limita a la eventual depredación de toda la zona sino que se proyecta a un futuro no muy próspero para esas tierras que, por la erosión de la región, a lo sumo serán cultivables por cinco años. No más. Ante esta posibilidad existen gestiones para que la Comisión de



La construcción estará finalizada para setiembre.

"Acá no hay Gendarmería, ni Aduana, ni nada. Sólo madera."

Recursos Naturales impulse un proyecto para declarar el área como "reserva forestal" y así evitar la desaparición de la selva de Rosales.

La obra, en Misiones, es tema de debate. Avalado en acuerdos entre los municipios de San Pedro y de San Miguel Oeste, por el gobernador de

Misiones y el vicegobernador de Santa Catarina más tarde, tendrá el moño de regalo en setiembre. Para esa fecha, se estima, un abrazo fraternal entre Carlos Menem y Collor de Melo, el champagne y las cintas de rigor darán vía libre a la inauguración del puente.



# El puente Rosales-San Miguel Oeste pone en peligro la riqueza maderera de Misiones

**La semana pasada, EIP publicó una nota de Rodolfo Gallo sobre la construcción de un puente entre Misiones y una localidad brasileña, donde se pone en evidencia la desventaja estratégica de la Argentina frente a un remozado proyecto de expansión político-territorial de la cancillería brasileña. No se trata de obviar obras y medidas que fortalezcan la integración económico-social entre ambos países, sino de advertir sobre eventuales consecuencias negativas para el nuestro, como resultado de una política donde lo que predomina es el estado de indefensión. Por considerar que el asunto merece atención permanente, EIP publica hoy otra nota sobre la misma cuestión, del señor Raúl Soñes.**

entre las dos naciones en ese punto".  
 Prosigue la denuncia, subrayando que del lado brasileño está San Miguel Oeste, una ciudad pujante con un millón de habitantes, y que cuenta con una zona industrial provista de caminos pavimentados y rutas. En cambio del lado argentino, dice, sólo se encuentra "la selva virgen".

"Entrando desde Brasil —continúa Yegros—, por el futuro puente, para encontrar al primer habitante argentino habrá que recorrer 65 kilómetros, de los cuales 45 son intranquilos, dignos de la mejor historia de la Argentina Secreta".

"Los brasileños en esa zona —según Yegros— ya no tienen madera para la industria ni para el carbón; en este momento se abastecen desde Mato Grosso, distante 3.000 kilómetros. Con este puente —subraya—, la madera que tanto apreciaban la tendrán a 100 metros".

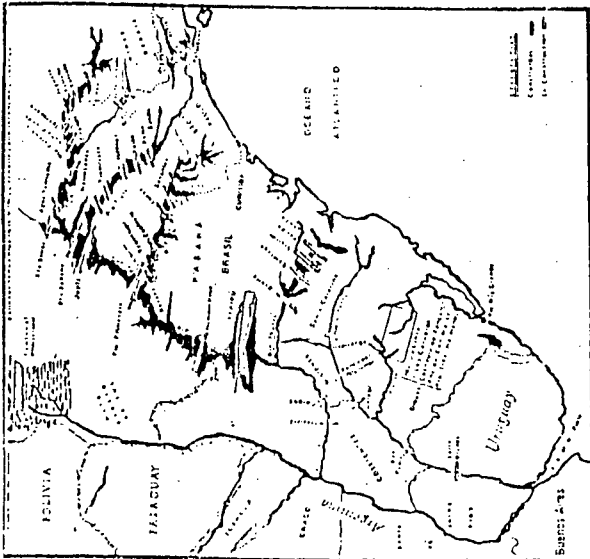
"Después de mi denuncia, todos los 'puenteados' —dice el periodista— se apresuraron por salvar las cuestiones formales y hoy me entero, con sorpresa y tristeza, que ese puente ya no es clandestino, y que se inaugurará oficialmente por Menem y Collor".

"Evidentemente —concluye Yegros—, ni el embajador de la Sota, ni el canciller Di Tella, ni el ministro Erman González tienen la más mínima idea de dónde está Misiones y, muchos menos, cuáles son sus necesidades y sus riesgos, sólo se han preocupado en contabilizar para la agenda presidencial, una obra más para su inauguración en la temporada preelectoral".

## • La ley 23.879

Mientras, el Ejecutivo incavía no ha reglamentado esta ley, que fue aprobada

por Raúl E. Soñes



Mientras el canciller Di Tella busca capitales para Kuwait, la Argentina está expuesta al arbitrario manejo de la represa de Itaipu, que puede producir sequías en nuestro territorio o inundaciones tan grandes que barrarían el litoral argentino hasta la ciudad de Buenos Aires, inclusive

por la Cámara Baja el 13 de septiembre del año pasado, a instancias del diputado uruguayo Héctor Dalmau (PJ). Esta norma pone límites a las represas proyectadas conjuntamente con el Brasil, o sólo por este país, en atención a varios aspectos críticos.

La puesta en vigencia de esta ley, según los legisladores, impediría la inundación de amplias zonas misioneras y la propagación de enfermedades tropicales, las que serían favorecidas por la actividad de las represas. Además, se protegería la actividad de los puertos argentinos sobre el Paraná, pues si continuase la construcción del sistema de re-

buen parte de la provincia de Buenos Aires".

## • Proyecto de resolución

El diputado Dalmau es autor, también, del siguiente proyecto de resolución acerca de la represa de Itaipu:

• En primer lugar, Dalmau pide al Ejecutivo arbitrar las medidas necesarias a fin de evaluar las pérdidas sufridas por los damnificados por la gran inundación iniciada en el río Paraná el 20 de enero de 1990. La evaluación, dice el legislador, debería abarcar los aspectos económico, social y ecológico, entre otros.

• Una vez apreciado el monto de los perjuicios e individualizados los damnificados —dice el proyecto— la Cancillería argentina pedirá a los gobiernos del Paraguay y del Brasil la reparación de los efectos negativos de la crecida del Paraná. El anegamiento, dice Dalmau, fue motivado "por el manejo de las aguas del río Paraná, de sus formadores, los ríos Paranaíba y Grande, y de sus afluentes, el Igazú, el Paranapanema y el Tieté".

• Asimismo, se propone que la Cancillería acuerde con los países signatarios del acuerdo de Corpus e Itaipu la modificación de este, que fue firmado en 1979 en la entonces ciudad paraguaya de Puerto Stroessner. El convenio, según el diputado, es perjudicial para los intereses argentinos.

• Por último, se propone al Ejecutivo que, por medio de la cartera de Relaciones Exteriores, se acuerde con el gobierno brasileño el respeto a los derechos argentinos sobre las aguas de un río de hecho compartido, como el Igazú. De esta manera, se evitaría el manejo que el Brasil hace de esas aguas por medio de las represas de Foz de Ateís, Salto Sanicay y Salto Osoño.

Hasta ahora, el presidente Menem no ha respondido a este proyecto de resolución, cuyo autor este año cesará en su mandato.

Roncador —pese a que la ley 23.879 lo inhabilita—, las aguas anegarían las localidades misioneras de El Soberbio, Alba Pesse, Aurora y Colonia Alicia (baja), y los salidos del Mocona (casca-das).

## • Fundamentos

En los fundamentos de la ley en cuestión, se señala que: "... Itaipu, la represa más grande del mundo, ubicada a sólo 15 kilómetros del territorio argentino, posee un lago artificial de 210 kilómetros de largo, 12 kilómetros de ancho y una profundidad de 194 metros. En una superficie de 1.462 kilómetros cuadrados, alberga la espeluznante cantidad de 29.000.000.000 de metros cúbicos de agua, pudiendo liberar 69.000 metros cúbicos por segundo".

"Estas cifras hablan claramente —dice el texto— de la magnitud de esta obra. Semejante caudal de agua acumulado sobre la corteza terrestre merece el estudio y constante control del comité permanente geológico para prevenir cualquier tipo de alteraciones que pudiese liberar semejante masa de agua.

La importancia de estos estudios está demostrada en la práctica, por la instalación por parte de Brasil de 40 sismógrafos en el perímetro del lago, que constantemente vigilan los efectos de la presión de la masa de agua sobre el lecho del lago y la probabilidad de erosión de las zonas aledañas".

Los fundamentos de la ley también señalan: "Es que la magnitud de la catástrofe que podría causar un movimiento sísmico provocado por esas causas es tan grande que toda prevención resulta escasa... Basta señalar —subrayan— que podría quedar inundado prácticamente todo el litoral, incluyendo en su mandato".

Error o ignorancia de la Cancillería

# Puente internacional clandestino entre Misiones y el Brasil

Por Rodolfo Gallo del Castillo

La inminente habilitación de un puente internacional en plena selva, sobre el río Pepirí Guazú, construido por los intendentes de la localidad misionera de San Pedro, y de la ciudad brasileña de San Miguel do Oeste, en el estado de Santa Catalina, pasará seguramente a la historia como uno de los errores más gruesos cometidos por la Cancillería en el marco de las relaciones con el Brasil.

La construcción de este puente, cuyas obras civiles estarán concluidas durante la primera semana de junio, responde al deseo de los intendentes que no han vacilado en violar el Protocolo 23, de integración entre ambos países, con el único objeto de satisfacer intereses brasileños locales para el aprovechamiento de la madera existente en la margen argentina del río.

## Límites naturales

Fijada a principios del siglo XX la frontera seca con el Brasil, a través de un laudo arbitral donde la Argentina perdió mucho territorio, se determinó como límite argentino nordeste la localidad de Bernardo de Irigoyen, en el punto más alto de nuestra Mesopotamia, donde confluyen dos ciudades brasileras: Barracón, en el estado de Paraná, y Dionisio Cerqueira, en el estado de Santa Catarina. Por esa frontera seca, donde hay delegaciones de la Aduana, de Misiones, de la Gendarmería, de la policía de Misiones, y de otros organismos nacionales, pasan las rutas pavimentadas que unen Chiriquí y la Argentina con San Pablo,

Santos y Rio de Janeiro. En cuanto al límite natural fluvial, hubo que esperar hasta mediados del siglo actual para que se habilitara el primer puente internacional con el Brasil, entre la ciudad correntina de Paso de los Libres y Uruguayana, en el estado de Rio Grande do Sul.

Por este puente pasan las vías ferroviarias que entroncan las redes de Chile y nuestro país con las del Brasil. Por otra parte, se trata de un paso internacional que cumple con todos los requisitos que deben cumplir una obra de este tipo: equilibrio entre las dos ciudades unidas, población estable, Fuerzas Armadas y de seguridad, red vial y ferroviaria importante, estructura de servicios adecuada.

## Protocolo 23

En estos últimos años, el deseo de aumentar el intercambio y la integración económica con el Brasil se plasmó en la redacción del Protocolo 23, firmado el 28 de noviembre de 1988 entre los presidentes Sarney y Alfonsín, en el cual se fijan las condiciones que deben reunir las acciones conjuntas entre ambos países.

El numeral 4 del protocolo 23 establece taxativamente que las autoridades locales solamente pueden identificar proyectos y evaluarlos a estudio de las comisiones para superar la viabilidad técnica y económica de ampliar las conexiones fluviales, terrestres y aéreas.

Del lado argentino deben opinar los miembros de la Crecenea, inte-

grada por representantes del Chaco, Formosa, Corrientes, Misiones y Entre Ríos; y del lado brasileño, los integrantes de Codesul y de Forumsul, donde hay representantes de los estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina y Paraná. Estos requisitos no son baladíes ni ociosos, porque los bienes económicos son, por definición, escasos, y cada paso internacional tiene un costo operativo importante que debe ser pagado por los ciudadanos contribuyentes de ambos países, independientemente del costo de construcción del puente.

Una vez construido, incluso si es declarado "paso no habilitado" por alguna de las cancillerías, lo mismo debe gastarse en custodia permanente para vigilar que efectivamente no sea utilizado.

## Un puente clandestino

Seguramente porque se sabía que violaba todas las "escritas y de sentido común" en la materia, el puente internacional sobre el Pepirí Guazú fue construido en forma veloz y secreta, de acuerdo con la mejor técnica de los hechos consumados.

El único medio que alertó sobre su construcción clandestina fue el semanario misionero "Usteil", a fines del año pasado, cuando el puente comenzó a construirse en medio de la selva, en un paraje desolado, sin que su aviso provocara ninguna reacción en las autoridades provinciales brasileñas.

Por el contrario, el gobernador de Misiones contribuyó a que las vi-

## Actualidad

¿MISIONES Y LA ANDRADA?

QUE LÁSTIMA, DONALD, QUE NUESTROS CONCIUDADANOS SIGAN VOTANDO A LOS POLÍTICOS TRADICIONALES... ¡SI MENEM ESTUVERA EN LA CASA BLANCA, NOSOTROS SERÍAMOS PRECANDIDATOS A GOBERNADOR DE FLORIDA!



For Horatius  
COMPARACIONES  
MULTI-REGIONALES

Por Horatius

guetas necesarias para el piso del puente, sin pensar que, desde el punto de vista del desarrollo de la frontera oriental de su provincia tiene absolutamente mayor prioridad un puente sobre el Pepirí Guazú entre la Colonia Andrestic y la localidad brasileña de Capanema, que comunica dos zonas de desarrollo similar, con población sobre ambas margenes del río. En cambio, el puente clandestino está a 65 kilómetros por camino de tierra desde San Pedro hasta el río Pepirí, y desde el río hay otros 30 kilómetros, también por camino de Oeste.

Desde el punto de vista nacional es todavía mucho más importante construir un puente internacional entre Sanito Tomé y San Borja, pues esta propuesta puede estar equidistante entre Bernardo de Irigoyen y Paso de los Libres y ur-

a dos poblaciones sobre el río Uruguay que desde un siglo se comunican por balsa, donde hay equilibrio entre ambas márgenes, y donde se puede fomentar la integración sin lesionar los intereses de ninguno de los dos países.

En cambio, el puente clandestino no fue construido, del lado argentino, en un paraje desolado llamado Rosales, a 65 kilómetros de San Pedro, capital de un departamento que tiene en total 10.000 habitantes frente a la pujante San Miguel do Oeste, ciudad modernísima de 70.000 habitantes y con una industria que necesita desesperadamente madera, dado que los bosques que otrora cubrieron Rio Grande do Sul, Santa Catarina y Paraná, actualmente han sido devastados completamente.

Cuando se hubiera que establecer, en plena selva, delegaciones de Gendarmería, Aduana Nacional,

Migraciones, policía provincial, Ministerio de Ecología de Misiones, con sus consiguientes instalaciones: telefónicas, de energía eléctrica, viviendas, escuelas. Todo esto sobre un camino de 100 kilómetros de tierra entre San Pedro y San Miguel Oeste que, para ser convertido en ruta internacional requeriría el trazado nuevo de ambos caminos, ya que ni las pendientes ni los radios actuales de giro permiten el paso de camiones de carga internacionales.

Pero el puente clandestino está allí, esperando su pronta habilitación, como una muestra de la enorme fuerza de los intereses locales, y de la absoluta frialdad de diplomáticos argentinos capaces, aparentemente, de convalidar cualquier puente, con tal de que lo construya alguien, otro, cualquier persona, por cualquier motivo, y con cualquier consecuencia.

# Nuevo puente sobre el San Antonio

Públicos, Mariano Vicente Díaz -quien viajó a aquella ciudad representando a Julio César Humada-, y de los intendentes de Capanema y Andresito, Armando Guerra y Osvaldo Batista, respectivamente.

Quintana mostró a los visitantes una voluminosa carpeta con antecedentes e intercambio de notas en el marco de este proyecto, destacando el interés que, en su momento y de manera especial, expresaron ambas comunas para su concreción.

Ello motivó, a su vez, la participación de los gobiernos locales hasta la firma del acuerdo, "ad referendum" de los dos parlamentarios.

**CURITIBA, Brasil (Especial).** - El jefe del Gabinete Civil de la Gobernación del Estado de Paraná, Brasil, Caíto Quintana, recordó a empresarios y periodistas misioneros que recientemente estuvieron en Curitiba, el acuerdo suscrito oportunamente con la provincia de Misiones, el municipio de Capanema y el de Almirante Brown, para construir un nuevo puente, esta vez sobre el río San Antonio.

El documento data de julio de 1988 y lleva la firma del anterior gobernador de Paraná, Alvaro Díaz; del entonces ministro de Obras y Servicios

le.

El Estado de Paraná se comprometió a elaborar el proyecto

básico, como asimismo, construir la superestructura y los accesos. Al municipio de Capanema le correspondió decretar de utilidad pública las propiedades afectadas; conservar los accesos, mientras la comuna de Almirante Brown también se comprometió a proveer materiales rocosos y a ejecutar parecidas tareas.

El costo estimado ascendería en la actualidad al millón de dólares a ser pagado por mitades.

## Avances y un incidente

Los funcionarios del Palacio Iguazú, donde tiene su sede el gobierno del vecino Estado brasileño, consiguieron que a partir de la firma del acuerdo "se registraron significativos avances de nuestro lado, aunque dejemos de tener noticias del gobierno

misionero".

Varios periódicos de ese país publicaron notas dando cuenta de sucesivos encuentros entre empresarios, agricultores y representantes de los municipios de Andresito y de Capanema, mostrando su entusiasmo por emplazar el puente que rompería el aislamiento secular que registra la zona y permitirá asimismo, incrementar al intercambio de personas y de mercaderías.

Según Caíto Quintana, un grupo de técnicos del Brasil que se encontraba efectuando trabajos con relación a su construcción, fue detenido por Genarmería Nacional y luego recuperó su libertad tras gestión de autoridades de Curitiba.

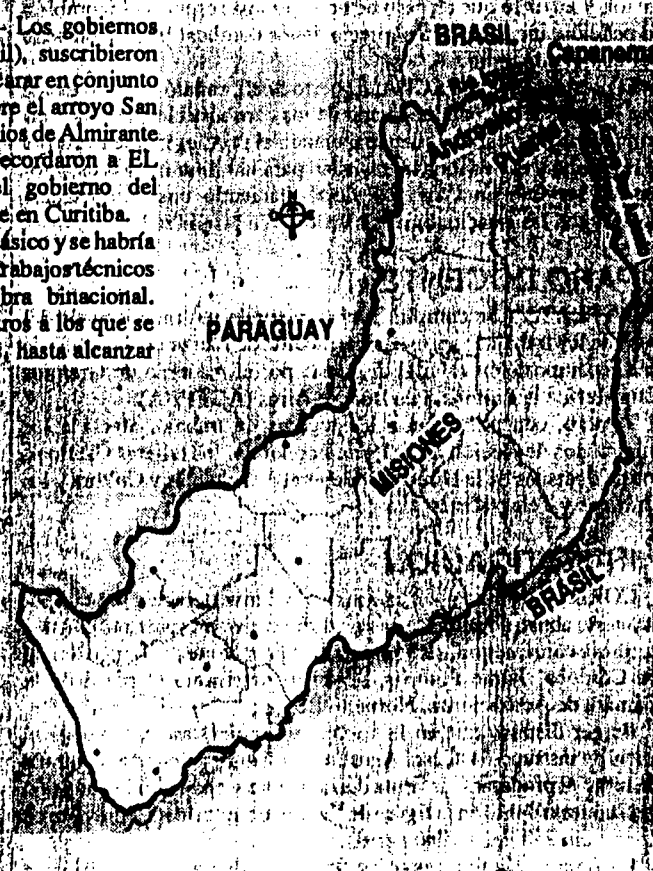
El jefe del Gabinete Civil del gobierno que encabeza Roberto Requiao, recientemente elegido en representación del Partido Movimiento Democrático Brasileño (PMDB), no hizo ningún otro comentario sobre este incidente, hasta ahora poco conocido en la Argentina.

# Nuevo puente con Brasil

CURITIBA, Brasil (Especial). Los gobiernos de Misiones y de Paraná (Brasil), suscribieron tiempo atrás un convenio para encarar en conjunto la construcción de un puente sobre el arroyo San Antonio, que conecte los municipios de Almirante Brown con Capanema. Así lo recordaron a EL TERRITORIO funcionarios del gobierno del vecino Estado brasileño, con sede en Curitiba.

Se contaría ya con el proyecto básico y se habría avanzado en la ejecución de otros trabajos técnicos relacionados con esta nueva obra binacional. Tendrá una extensión de 110 metros a los que se agregarán los respectivos accesos, hasta alcanzar aproximadamente tres kilómetros.

Su costo -a valores actuales- rondaría el millón de dólares, que se pagará por mitades. Según medios periodísticos del vecino país, "las poblaciones y comunas de Andresito y Capanema han manifestado su firme interés en la construcción del puente sobre el San Antonio, que enlazará a la ruta provincial 24 en el ángulo nororiental de Misiones (a su vez conectada con la nacional 101) con la brasileña 281, incrementando significativamente el tráfico de personas y de mercaderías en toda esa zona".  
(Más información en página 9).



## Anexos

### 3. Disgresión: De la cocina etnografía, fragmento del diario de campo.

“Seja o que for o que ela dê a ver e qualquer que seja a maneira,  
una foto é sempre invisível: não é ela que vemos”

Roland Barthes

*"La siesta es el horario menos oportuno en Misiones para marcar un encuentro, sin embargo el horario del omnibus no dejaba muchas opciones, dos por día desde la capital, Posadas a 350 km, y solo uno de ellos directo.*

*Apesar del atraso mi anfitrión esperaba en la terminal de omnibus, extrañamente nueva, limpia y desierta; de hecho yo era el único pasajero que no había bajado en la 'entrada', el punto mas cercano al 'cruce'.*

*-... los que no conocen siempre se vienen hasta la terminal.*

*El tuteo, lógico debido a la proximidad de nuestras edades, facilitó el encuentro con mi anfitrión. Mi llegada a Irigoyen no podría haber sido más oportuna, evaluaba Orlando, 'estabamos' invitados al casamiento de una vecina, reunión que acontecería dentro de algunas horas en el Automovil Club del pueblo. En ese plural no dejaba de percibir, al mismo tiempo, la obligación de agasajo y la sincera intención de establecer una relación de camaradería para con quien tendría que compartir su casa y gran parte de su tiempo en las próximas semanas.*

*La información que disponia sobre mi lo ponía en un aprieto protocolar: no era un compañero de trabajo, ni un superior jerárquico y sin embargo compartiría la casa de la institución de la cual él es agente de extensión rural. Yo 'trabajaría' en la región y conocia a sus jefes - inclusive me une a uno de ellos una antigua amistad -; constituido así en un inclasificable, su bonomia y extroversión lo habían decidido, sin conocerme, a incluirme en la lista de invitados. Yo dudé un poco antes de aceptar, creo que más por lo inadecuado del vestuario a mi disposición, que por razones de encuadre.*

*Conocía sedes del ACA en otros lugares del país. Muchos de ellos son lugar de referencia social, único lugar 'moderno', de cierta distinción". Una sede del Club generalmente combina estación de servicio con posada o motel, y en muchos lugares, en especial aquellos fuera de los radios turísticos comerciales, son la única oferta de servicios al automovilista. Es una de las instituciones privadas mas grandes del país y sus servicios se*

fueron extendiendo por todo el territorio con la difusión del automóvil, el asfalto y el turismo drive-in. Esta tarea de promoción lo convierte en una institución sino oficial, 'oficiosa'. Imprime los mapas viales mas confiables, ofrece auxilio mecánico, remolques y la posibilidad de acceder a medios de comunicación alternativos (en regiones inhóspitas, como el sur del país, el radio del club se constituye en red de emergencia cuando los teléfonos quedan fuera de servicio).

Los eslogans del club hablan de progreso, pujanza, confianza en el país y se jactan de estar a lo largo y ancho del todo el territorio. A despecho de los usos locales existe una constante arquitectónica y organizativa en la red, padronizando los servicios brindados a través de un sistema de concesionarios. Salvo el acento de los funcionarios de menor jerarquía, reclutados entre la población local, y eventualmente algunas artesanías para la venta, nada en el ambiente remite al entorno.

*"El afiche de las ruinas de San Ignacio, a no más de 100 kilometros de aquí y en la misma provincia, está identificado como ARGENTINA, lo cual en cierta forma las aleja del ambiente y colocaba en un pie de igualdad a las otras fotografías de ARGENTINA: un guanaco junto a un cactus enorme, en el noroeste; el glaciar Perito Moreno en el sur; el obelisco en la av. 9 de Julio, en el centro de Buenos Aires".*

*"El ACA local conserva ese aire impersonalmente familiar que logra, abstrayendo el entorno, situar a un argentino, en cualquier punto del país, en un neutro y predecible patrón de oferta (a nivel internacional ocurre lo mismo con las cadenas de hoteles) de servicios para él y su automóvil. Los precios, si bien caros en relación a los locales, son confiables, por ser institucionalmente supervizados y constantes para toda la red. En ese sentido la institución reduce la sensación de sentirse expuesto a las condiciones de un mercado salvaje y oportunista". (Ibidem)*

Días más tarde podría constatar todo esto en distintas oportunidades en que conversé con la caravana de turistas hacia las playas del Brasil. Algo curioso que surgió en estas charlas es una supuesta bonomía del hombre del interior, algo de lo que todos hablan al referirse a las bondades de la vida en el *campo*, que paradójicamente no es aplicable a los comerciantes instalados a la vera del camino. Ambas personas son disosiadadas a la hora de evaluar, por razones de confianza, el precio de una reparación mecánica, la eficiencia de un servicio, la

limpieza de un baño, la adecuación y seguridad de una habitación de hotel, la pureza de los combustibles, etc.

*"En referencia al lugar social que ocupa la sede del ACA en la vida de un pueblo en los confines del país, evaluó que la elección, siendo el novio un sub-oficial de la Gedarmeria, no es del todo inocente. Después de todo, a pesar de no realizarse en el cuartel, el ambiente remite al mismo tipo de espacio reglamentado, homogéneo e impersonal. Pienso que sería lo mismo si la fiesta hubiera transcurrido, en la escuela de frontera, en el hospital, en la oficina de correos..."*

*Llegamos junto con los novios, el blanco del vestido nupcial se repetía en el uniforme 'de gala' del novio. Salvo el padrino, también de uniforme, el resto de los invitados no estaban vestidos muy formalmente, lo cual en parte calmó mi ansiedad, si bien sentía la incomodidad lógica de encontrarme en un lugar donde no conocía a nadie, paradójicamente, ni a quién me había invitado. Me sentía un colado!!(penetra)*

*La fiesta acontecía en el bar/restaurante. Este era en realidad el local correspondiente a la administración de la estación de servicio y cumplía las veces del salón restaurante, en reformas. De forma tal que una vez instalados en nuestros lugares alrededor de una mesa en 'U', el vidrio que separaba el salón con la playa de venta de combustibles quedaba a mi frente del otro lado de la mesa y a espaldas de Orlando y su novia brasilera. Ellos me informan que gran parte de los invitados pertenecen a la familia de la novia. Hija de un funcionario público provincial casado, a su vez, con una barracoense perteneciente a una familia gaucha dedicada al comercio. La familia del novio está representada por su padre, descendiente de indios de lengua aymara -según el mismo me explicó después-, sus colegas de armas y sus respectivas familias. Si agregamos a estos los amigos y vecinos, categoría a la cual estoy adscrito, un bullicioso grupo se apinaba en la ex-oficina administrativa del puesto de gasolina. Todos endomingados, perfumados y hablando alto, indistintamente en castellano y portugués. Música incidental: Chitãozinho e Xororó.*

*El oficial del regimiento del novio a que le cupo el honor desempeñar el papel de padrino, luego de instalados en el centro de la mesa los novios, improvisó unas palabras a modo de brindis, hecho lo cual saludo a los novios, a la madrina, se disculpó y retiró; sin duda para relajar la formalidad que su presencia le daba a la fiesta ( todos los militares presentes eran sub-oficiales).*

*En el momento del brindis todos los presentes nos pusimos de pie. El uniformado padrino hacia uso de la palabra. Su discurso, si bien afectuoso y paternal, era enunciado en tono casi marcial a la pareja a ubicada a su derecha, únicas personas que permanecían sentadas. En ese momento descubrí la mirada curiosa de una familia de turistas que al otro lado de la vitrina cargaban combustible para seguir viaje. Varios pares de ojos grandes y asombrados por la claridad repentina que significa aquella isla de luz en el medio de la selva nocturna por la que venían viajando. Pero además, por lo sorprendente, casi absurdo, de la situación. Un mal sueño, una aparición que no encaja en las categorías habituales.*

*La escena, debo admitir, era por demás incongruente: todas esas personas solemnemente atentas a la arenga de un militar, en una estación de servicio al costado de la ruta, con música caipira como fondo...*

*La incredulidad de sus caras se discipó, en parte, con el grito de:- Viva los Novios!!! que acompañó el final del discurso. Todos levantamos nuestras copas. Ese momento también fue marcado por los flasches de varias cámaras que se disputaban la imagen del centro de la mesa:*

*Detrás de la torta, de varios pisos, recubierta por una especie de crema espesa y blanca adornada a su vez con palomas y flores celestes de azúcar fantasía, los novios se besaban después del brindis. Con aire satisfecho, el orador uniformado les dirigía una simpática mirada. La madre de la novia sollozaba a su lado, por lo cual, en lugar de una copa, llevaba a la boca un pañuelo. Detrás de ellos, ocupando casi toda la pared blanca, un dibujo del contorno de la República Argentina en esmalte negro. En él, con línea punteada, la ruta que une Bernardo de Irigoyen con Buenos Aires y en números el kilometraje de ese trayecto e, indicando el extremo noreste de la provincia, una flecha roja con la inscripción:*

***UD. está aquí!!!"***

Cartografía y etnografía plantean específicos problemas de representación, de la que la foto, con la fuerza de una evidencia incontestable, sería una síntesis ejemplar. Pero es exactamente textualidad (en el sentido más próximo a traducción) lo que me interesa rescatar?. Si el "estar allí", en lo que podría llegar a interpretarse como una política del texto, es la forma clásica de legitimación del discurso etnográfico (GEERTZ), puesto



"aquí", mi problema es "como" decir. Como transmitir aquello que la complicidad con la mirada del turista me revela.

*"Esta tensión ha sido resumida en la fórmula nosotros/ellos, donde 'nosotros' significa el antropólogo y todo lo que le es 'familiar' como miembro de una sociedad; y 'ellos' los actores sociales que estudia, lo 'exótico'. Al estudiar 'su' propia sociedad el antropólogo busca realizar la operación inversa, convertir lo familiar en exótico, usando - por principio y por racionalización metodológica - una posición de extrañamiento"* (Lins Ribeiro, 1989: 66)

Será posible? Tan simple como apretar el disparador de una cámara metodológica que por simple inversión cromática me revelará aquí? Etnografiar, sacar una etnografía. (Etnografar, tirar una etnografía.)

*"El etnógrafo, como sujeto ubicado, comprende ciertos fenómenos humanos mejor que otros. Él o ella ocupa un puesto o lugar estructural y observa desde un ángulo particular. Hay que considerar, por ejemplo, que la edad, género, su condición de extraño y la asociación con el régimen neocolonial, influyen lo que el etnógrafo aprende. El concepto de ubicación también se refiere a la forma en que las experiencias cotidianas permiten e inhiben ciertos tipos de discernimiento".* (Rosaldo, 1991: 30)

*"Estoy traicionando la confianza de esta gente que sin conocerme me acepta en su fiesta de casamiento? Vecino, invitado, antropólogo, simulacro. Extraño (en español, al mismo tiempo nostalgia y diferencia radical), podré disfrutar de una fiesta donde todos me interrogan con la mirada? Es el mismo tipo de mirada que les dirijo? Intentamos conocernos. Sin embargo el vidrio, desde donde miraba el turista, me interpela como un espejo. Me revela por complicidad en mi impostura. Observador observado.*

Ud. está aquí, insiste la pared, mientras hablo con el padre del novio sobre sus ancestrales indios y sobre la música folklórica de la provincia de Salta. En ese momento apartandome con un gesto, casi un salto, evito una foto con el indio. Sin embargo no sé bien porque... tal vez para mantenerme invisible?

*"Recuerdo una conferencia a la que asistí hace un año, un xerox del texto, que su autor me entregó en Florianópolis, esta entre el material que traje a campo, me reencuentro, escuchándolo, en la lectura:*

*"Defrontamo-nos, muitas vezes, com essa mesma moral: quem é V.? de onde V. fala? Creio que a resposta é retroflexa. Essas perguntas se traduzem como incerteza de inquisidor: como faço para entender o que V. diz? De que lugar posso receber o seu discurso? As práticas semoventes da enunciação configuram, assim, um exercício de tolerância: tolerar não saber. Não saber como ler. Não saber quem a gente é. (...) O lugar da identidade é um entre-dois, un interdito, una intersecção. Isto nos coloca no âmbito de nossa questão: não existe a rigor prática humana que não seja produzida por representações, ora contraditórias, ora confrontadas entre si, mas é graças a elas que os indivíduos se dão a si mesmos um sentido ao passo que produzem o sentido que o mundo terá para eles próprios. (Antelo, 1994)"*

A questão é: identidade e representação, título de la conferencia. (Diario de campo)